

[VOL. 1] [Nº1] [ANO 2021]

REORIENTE

estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo

ENTREVISTA

ORLANDO CAPUTO: LA TEORÍA DE LA DEPENDENCIA EN EL LABIRINTO DE LA ECONOMÍA MUNDIAL (PARTE I)

ARTIGOS

Crises de Hegemonia Mundial e a Aceleração da História Social
Beverly Silver e Corey Paine

As Teorias dos Sistemas-Mundo: na Transição para o Longo Século XXI
Carlos Eduardo Martins

Theotonio Dos Santos: O Intelectual Revolucionário, Pioneiro da Teoria da Dependência
Cristóbal Kay

A Soberania Sul-Africana em Questão: Crises Econômicas, Ecológicas, Subimperialismo e Resistências Sociais
Trevor Ngwane e Patrick Bond

Estados Unidos: Geopolítica Unilateralista e Democracia Ausente
Adrian Sotelo Valencia

E MAIS

Francisco López Segrera, Pedro Vieira, Nildo Ouriques, Joana das Flores Duarte, Antônio Carlos Mazzeo, Wilson Vieira...

共产党宣言

EDITORIAL	5
ENTREVISTA	
Orlando Caputo: la teoría de la dependencia en el labirinto de la economía mundial (Parte I)	9
Carlos Eduardo Martins, Fabio Maldonado e Gabriel Merino	
ARTIGOS	
Crises de hegemonia mundial e a aceleração da história social	26
Beverly J. Silver e Corey R. Payne	
As teorias do sistema-mundo na transição para o longo século XXI	44
Carlos Eduardo Martins	
Theotonio Dos Santos: o intelectual revolucionário, pioneiro da teoria da dependência	67
Cristobal Kay	
A soberania sul-africana em questão: crises econômicas, ecológicas, subimperialismo e resistências sociais	101
Trevor Ngwane e Patrick Bond	
Estados Unidos: geopolítica unilateralista e democracia ausente	121
Adrián Sotelo Valencia	
HOMENAGENS	
Vigência da obra de Theotonio Dos Santos e da teoria da dependência	133
Francisco Lopez Segrera	
Immanuel Wallerstein: de africanista a criador da análise dos sistemas-mundo	136
Pedro Vieira	
O último voo de águia de André Gunder Frank	139
Nildo Ouriques	
Samir Amin: um intelectual do Sul global	145
Pedro Aguiar	
RESENHAS	
Bitácora de un navegante: teoría política y dialéctica de la historia latinoamericana	148
Joana das Flores Duarte	
Karl Marx, uma biografia	151
Antônio Carlos Mazzeo	
A síndrome de Babel e a disputa pelo poder global	155
Ricardo Zortéa Vieira	
Diários intermitentes: 1937-2002	157
Wilson Vieira	

Editores

Ana Saggiaro Garcia (PUC-Rio), Carlos Eduardo Martins (UFRJ) e Roberto Goulart Menezes (UnB)

Comissão editorial

Bernardo Salgado (LEHC/UFRJ), Fábio Maldonado (LEHC/UFRJ), Isis Camarinha (LEHC/UFRJ), Jales Dantas da Costa (UnB), Joana das Flores Duarte (UNIFESP), Marcos Pedlowski (UENF) e Wilson Vieira (UFRJ)

Apoio técnico

Maria Carolina Borin (produção editorial)

Rodrigo Corrêa (projeto gráfico)

Thassiel Melo (capa)

Pedro Martinez (LEHC/UFRJ)

Raquel Coelho (LEHC/UFRJ)

Amanda Stelitano (LEHC/UFRJ)

Willyan Alvarez Viégas (LEHC/UFRJ)

Contato

revistareorient@gmail.com

[instagram.com/revistareorient](https://www.instagram.com/revistareorient)

[facebook.com/revistareorient](https://www.facebook.com/revistareorient)

Conselho Editorial

Adhemar Minero (REBRIP)
Adrian Sotelo Valencia (UNAM)
Alberto Rocha Valencia (Universidad de Guadalajara)
Alicia Giron (UNAM)
Andres Rivarolla Puntigliano (Stockholm University)
Antonio Brussi (UnB)
Armando Boito (Unicamp)
Atilio Alberto Boron (UBA)
Barry Gills (University of Helsinki)
Beverly Silver (Arrighi Center for Global Studies - Johns Hopkins University)
Camille Chalmers (Université d'Etat d'Haiti)
Carla Ferreira (UFRJ)
Carlos Serrano (LEHC-UFRJ)
Carolina Jimenez (Universidad de Bogotá)
Christopher Chase-Dunn (University of California)
Claudio Katz (UBA)
Denise Gentil (UFRJ)
Didimo Castillo (Universidad Autónoma de Tlaxcala)
Elias Jabbour (UERJ)
Emilio Taddei (UBA)
Emir Sader (LPP-UERJ)
Enrique Leff (UNAM)
Fábio Luiz Barbosa dos Santos (PROLAM-USP)
Fábio Py (UENF)
Francisco Lopez Segrera (ISRI – Cuba)
Gabriella Roffinelli (UBA)
Gabriel Merino (UNLP)
Gilberto Maringoni (UFABC)
Graça Druck (UFBA)
Graciela Gallarce (CLACSO)
Heitor Silva (LEHC-UFRJ)
Helton Ouriques (UFSC)
Isabela Nogueira (UFRJ)
Ivana Jinkings (Boitempo Editorial)
Jaime Preciado Coronado (Universidad de Guadalajara)
Joana Coutinho (UFMA)
Joana Salem (Cáspere Libero)
Jones Manoel da Silva (Podcaster Revolushow)
Jose Felix Rivas (Universidad Central de Venezuela)
José Luís Fiori (UFRJ)
Julio Gambina (SEPLA)
Leandro Morgensfield (UBA)
Leonardo Ramos (PUC-Minas)

Leonardo Valente (UFRJ)
Lourdes Regueiro (CIPI – Cuba)
Lúcio Oliver (UNAM)
Luiz Cesar Ribeiro (UFRJ)
Luiz Felipe Osório (UFRRJ)
Luiz Filgueiras (UFBA)
Marco Aurelio Santana (UFRJ)
Márgara Millán (UNAM)
Maria Caramez Carlotto (UFABC)
Maria Francesca Staiano (UNLP)
Mathias Luce (UFRJ)
Mauricio Metri (UFRJ)
Orlando Caputo (CLACSO)
Oswaldo Munteal (UERJ)
Paris Yeros (UFABC)
Patrick Bond (University of the Western Cape School of Government)
Paulo Emilio Matos Martins (UFF)
Pedro Aguiar (UFF)
Pedro Vieira (UFSC)
Ramon Torres Galarza (CLACSO - Equador)
Raphael Padula (UFRJ)
Raphael Lana Seabra (UnB)
Ricardo Dello Buono (Manhatan College, NY)
Roberta Traspadini (UNILA)
Roberto Leher (UFRJ)
Roberto Patricio Korzeniewicz (Maryland University, College Park)
Rogério Dutra (UFF)
Ronald Chilcote (Latin American Perspectives)
Saulo Pinto (UFMA)
Sedi Hirano (USP)
Vivian Urquidi (USP)
Wagner Iglecias (USP)

Editorial

A *Reoriente* é uma revista acadêmica associada ao Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC/UFRJ) que tem como objetivo estabelecer um espaço teórico e analítico de crítica radical à globalização neoliberal, à economia política capitalista e seu projeto civilizatório. Tal crítica torna-se indispensável em razão do período de inflexão histórico que estamos vivenciando, em que transitamos do longo século XX para um período de caos sistêmico no qual as lutas de classes e interestatais deverão se aprofundar, desafiando as ciências sociais a construir alternativas para a humanidade que pavimentem a construção de um século XXI socialista, baseado na democracia, na pluralidade, na liberdade, na regulação dos mercados pela esfera pública e pelo Estado, na sustentabilidade ecológica e na paz.

Para isso, concebe o marxismo como uma teoria social em construção que se dobra do abstrato para o concreto, enriquecendo-se e redefinindo suas formulações gerais. Nesse processo de expansão, o marxismo produz novas sínteses vinculadas às realidades concretas que analisa e se articula dialeticamente com outros enfoques, ampliando sua complexidade e sofisticação, o que não significa ceder ao ecletismo. Um amplo conjunto de teorias tem sido produzido no âmbito do marxismo: as teorias dos modos de produção, as teorias da reprodução ampliada do capital, as teorias do imperialismo, as teorias da dependência, as teorias da revolução científico-técnica, as teorias dos ciclos econômicos, as teorias da transição para o socialismo e o comunismo, para citar algumas das mais destacadas.

Dentre elas, a teoria marxista da dependência (TMD) assume particular relevância para o pensamento latino-americano. Segundo Ruy Mauro Marini, a cristalização da TMD obedeceu a ondas e processos históricos. Uma primeira onda, que se constituiu nos anos 1920-1930, em torno do pensamento anti-imperialista, encontrou em José Carlos Mariátegui o seu principal formulador. Tratava-se ainda de uma versão embrionária, em que já se descartava o papel emancipador da burguesia nacional apontando sua vinculação prioritária com os grandes monopólios capitalistas internacionais em detrimento da expansão do mercado interno e da dissolução das formas de produção pré-capitalistas, o que a tornava incapaz de romper com a herança colonial.

A segunda onda de avanços teóricos se estabeleceu nos anos 1960-1980. Era uma época em que o pensamento marxista ganhava terreno nas forças nacionais e populares latino-americanas, combinando com suas elaborações teóricas anti-imperialistas, dando lugar a profundas e novas formulações como as de Jorge Abelardo Ramos e Juan José Hernandez Arregui. Foram Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra que introduziram as principais formulações e reivindicaram explicitamente a criação de uma teoria marxista da dependência. A TMD tomou como base o estudo da economia mundial, desenvolveu os conceitos de superexploração da força de trabalho, subimperialismo, analisou os processos políticos e geopolíticos na América Latina, as novas formas do imperialismo e trouxe para o seu instrumental analítico os conceitos de revolução científico-técnica e de ciclos de Kondratiev, destacando a crise da hegemonia estadunidense desde os anos 1970.

A ascensão da esquerda e centro-esquerda de 1999 a 2015 impulsionou a articulação do pensamento crítico latino-americano, por meio de organismos como REGGEN,

CLACSO, SEPLA, ALAS, possibilitando um nível de interlocução sem precedentes. Criavam-se as bases para uma terceira onda de desenvolvimento da TMD que procurou utilizar o instrumental elaborado nos anos 1970 para uma nova realidade mundial, submetendo-o à crítica teórica e ampliando-o a partir da análise da realidade concreta. A TMD aproximou-se de um conjunto de conceitos formulados pelas análises dos sistemas-mundo, como os de moderno sistema mundial, ciclos sistêmicos, recentralização asiática, hibridização de sistemas-mundo, sistema mundial milenar, bem como da ampla revisão que realizou das teorias do imperialismo para assentar o conceito de hegemonia e o declínio do poder estadunidense. Aproximou-se também do pensamento decolonial emergente que desnudava opressões étnicas, de gênero e orientação sexual, e do pensamento ecossocialista, que apontava a centralidade da questão ambiental para os destinos da humanidade no século XXI. Essa virada à esquerda na América Latina e o seu posterior declínio impulsionaram ainda o debate sobre as novas formas de desenvolvimento e da democracia liberal, assim como o diálogo crítico com as utopias e as desilusões neodesenvolvimentistas.

A presente inflexão histórica, marcada pelo colapso provisório ou terminal da globalização neoliberal e pela transição do moderno sistema mundial para um novo período de caos sistêmico, põe em questão a civilização capitalista e seus fundamentos e lança o desafio a novas sínteses teóricas, abrindo o espaço para uma quarta onda de formulações da TMD em articulação com a reorganização das principais vertentes do pensamento crítico.

Nesse processo, um amplo conjunto de temas de investigação ganham destaque, por exemplo:

- a crise mundial do capitalismo e da globalização neoliberal;
- a reorganização do Estado, dos padrões de acumulação e do trabalho na economia mundial;
- a crise da hegemonia estadunidense;
- as novas formas de imperialismo e as alternativas de poder global;
- a financeirização da economia mundial, a crise do padrão monetário dominante e as novas possibilidades de organização do poder financeiro;
- os desafios para a democracia em um mundo marcado pela crise do liberalismo, pela emergência do neofascismo e pelas tentativas de construção de novas formas socialismo;
- a ascensão da China, seu papel nas novas disputas geopolíticas mundiais e na articulação do projeto de um Sul global;
- a dependência, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento na América Latina e nas periferias em um período de inflexão histórica;
- a crise da civilização capitalista e a construção de novas formas de poder no século XXI, a partir das decolonialidades, dos feminismos, dos movimentos sociais e dos partidos políticos;
- os ciclos, os processos históricos, os novos paradigmas tecnológicos e a crise ambiental;
- os sistemas-mundo, as transições e as tendências do longo século XXI.

Atenta a esses processos históricos, a *Reoriente* busca fortalecer a longa trajetória de encontro do pensamento crítico latino-americano com o marxismo e o pensamento contra-hegônico mundial, contribuindo para a elaboração de um pensamento socialista capaz de impulsionar as grandes transformações que abram o caminho para a afirmação da humanidade, da preservação da vida e da construção de um novo patamar civilizatório no século XXI. Tal encontro é necessariamente um processo complexo, dialético, contraditório, pluriversal que busca construir a unidade na diversidade, base do projeto de civilização planetária em oposição ao imperialismo político, ideológico e cultural. É movida por essas preocupações que a *Reoriente* pretende se somar a esse processo de construção intelectual

Em seu número inaugural, a *Reoriente* publica contribuições de autores de destaque internacional que constituem importantes documentos de reflexão teórica e empírica sobre os grandes temas de nosso tempo.

Orlando Caputo é entrevistado por Carlos Eduardo Martins, Fabio Maldonado e Gabriel Merino e faz um amplo balanço de sua trajetória intelectual e política, em que aponta os desafios que a economia mundial lança para a renovação do marxismo e da teoria da dependência. Neste número publicamos as reflexões que faz sobre sua infância, sua formação acadêmica, sua contribuição intelectual no CESO, sua participação no governo Allende e seus exílios na Bulgária e no México. O depoimento de Caputo é um documento biográfico sobre a história da teoria da dependência, a contribuição de alguns de seus principais autores e suas formas de evolução na interpretação do desenvolvimento da economia mundial capitalista.

Beverly Silver e Corey Payne analisam as crises mundiais das hegemonias, os requisitos para uma nova hegemonia, destacando a particularidade do período de caos sistêmico que segue à crise da hegemonia estadunidense. Afirmam que a crise ecológica, as mudanças substantivas das relações Norte-Sul, bem como o grau de aceleração dos protestos sociais contra a desigualdade tornam insuficientes as soluções reformistas que impulsionaram o período dourado da hegemonia estadunidense. Abre-se o espaço para reimaginar uma ampla reconstrução do sistema-mundo que coloque em questão o protagonismo do capitalismo histórico.

Carlos Eduardo Martins toma a transição para o longo século XXI como paradigmática para a construção de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista e, para isso, analisa criticamente as interpretações braudelianas e marxistas propondo a sua síntese dialética. Ele analisa as contribuições de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Beverly Silver, Samir Amin, Theotonio Dos Santos e Ruy Mauro Marini sobre a crise do capitalismo contemporâneo e propõe a articulação de três movimentos de longa duração para interpretar o caos sistêmico que se estabelece e a possível transição para o longo século XXI: o desdobramento da revolução científico-técnica do paradigma microeletrônico ao biotecnológico, a evolução da crise de hegemonia dos Estados Unidos para sua fase terminal e o esgotamento da fase expansiva do ciclo de Kondratiev, iniciada em 1994. Afirmam que, no caos sistêmico que se estabelece, três visões de mundo disputarão a organização do sistema-mundo, com fortes vinculações e implicações geopolíticas: o neoliberalismo decadente, o neofascismo e o socialismo.

Cristobal Kay faz uma ampla análise da biografia intelectual de Theotonio Dos Santos, destacando suas três etapas constitutivas: o período de formação no Brasil,

em que destaca a vinculação entre a sua formação acadêmica, a docência e a sua atividade política; o período de exílio no Chile, quando as bases da teoria marxista da dependência lançadas no Brasil são desenvolvidas no CESO, sob sua direção, com a presença do quarteto que havia se estabelecido na UnB, formado por ele próprio, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e André Gunder Frank; e o exílio no México, quando impulsiona o desdobramento da teoria da dependência numa teoria do sistema-mundo, o que se consolidará posteriormente com a criação da Cátedra sobre Globalização e Desenvolvimento Sustentável da Unesco, cuja direção assumiu.

Adrián Sotelo Valencia analisa as deficiências do processo eleitoral nos Estados Unidos, apontando os bloqueios que o imperialismo coloca para o desenvolvimento da democracia neste país.

Na seção de Homenagens, a *Reoriente* homenageia Theotonio Dos Santos, Immanuel Wallerstein, André Gunder Frank e Samir Amin, autores centrais para a construção das análises da dependência ou do(s) sistema(s)-mundo, por meio da leitura arguta e propositiva de suas obras de Francisco López Segrera, Pedro Vieira, Nildo Ouriques e Pedro Aguiar.

Na seção de Resenhas, Joana das Flores Duarte analisa a antologia de Atilio Boron, destacado latino-americanista, *Bitácora de un navegante: teoría política y dialéctica de la historia latinoamericana*, publicada por CLACSO. Antonio Carlos Mazzeo apresenta os principais aspectos da colossal biografia de Karl Marx de autoria de José Paulo Netto. Ricardo Zortéa Vieira expõe o pensamento de José Luis Fiori em seu último livro, *A síndrome de Babel e a disputa pelo poder global*, e Wilson Vieira revela os caminhos percorridos por Celso Furtado em seus *Diários Intermitentes* que descortinam dimensões-chaves da história política brasileira.

A *Reoriente* agradece a colaboração de Amanda Stelitano, Isis Camarinha, Raquel Coelho, Pedro Martinez e Willyam Alvarez Viegas na preparação dos textos de seu primeiro número.

Orlando Caputo: La teoría de la dependencia en el laberinto de la economía mundial (Parte I)

Carlos Eduardo Martins*, Fabio Maldonado** e Gabriel Merino***

Orlando Caputo nasceu em Serena no Chile, em 1941. Licenciou-se em Economia e Engenharia Comercial na Faculdade de Economia da Universidade do Chile e defendeu seu bacharelado em 1969, que se transformou no livro clássico, escrito a quatro mãos com Roberto Pizarro, *Imperialismo, dependencia y relaciones internacionales*, publicado no Chile, na Costa Rica e na Argentina. Orlando Caputo integrou o grupo de dependência do CESO, onde vinculou-se estreitamente a Theotonio Dos Santos e Vânia Bambirra, constituindo-se, ainda bastante jovem, em um dos principais autores da teoria marxista da dependência que se desenvolvia e que influenciou o programa da Unidade Popular de Allende. Assumiu posições estratégicas de direção na Corporação Nacional do Cobre (CODELCO), exilando-se com o Golpe de Estado de Pinochet, inicialmente na Bulgária e posteriormente no México, onde alcançou o posto de professor do doutorado de economia da UNAM. Retorna ao Chile em 1990, integrando-se inicialmente ao ARCIS e vinculando-se a redes internacionais como CLACSO, REDEM e REGGEN. Mantém intensa atividade intelectual, aprofundando o enfoque da teoria da dependência ao articulá-lo com análise da economia mundial, onde destaca os fenômenos da globalização neoliberal, da reestruturação da economia estadunidense, de seu declínio relativo, da emergência da China e da inserção da América Latina neste contexto.

Neste número de Reoriente, publicamos a primeira parte da entrevista, que se inicia com sua infância, concentra-se em sua formação no Chile, no desenvolvimento da teoria marxista da dependência no CESO, em sua participação no governo Allende, em sua fuga do Golpe de Estado de Pinochet, no seu exílio na Bulgária, na reconstrução da atividade acadêmica no México e termina com o seu regresso ao Chile.

INFANCIA Y JUVENTUD

Reoriente (R): ¿Cuéntanos un poco de tu infancia? ¿Cómo era la vida en tu familia y en su barrio?

OC: Saverio Caputo, mi padre era del Sur de Italia. Llegó a Chile muy joven, herido de la Primera Guerra Mundial. Mi abuelo materno, oriundo de Temuco, llegó a las salitreras a través del sistema de “enganche” de trabajadores para la industria del salitre. Mi madre Berta Leiva nació en Iquique. Mis padres eran analfabetos. Ambos trabajaban, -sin conocerse-, vinculados a la industria salitrera. Emigraron hacia el

* Professor do IRID/UFRJ, coordenador do LEHC/UFRJ e pesquisador do CLACSO.

** Pesquisador do LEHC e professor do PROLAM/USP.

*** Professor da Universidade Nacional de la Plata, pesquisador do CONICET e coordenador do GT “China e o mapa do poder mundial” (CLACSO).

sur debido a la profunda crisis del salitre de los años 30's. En la ciudad de la Serena se conocieron y se casaron. Fuimos siete hermanos y cuatro fuimos a la universidad gracias a la influencia de una tía que tenía estudios técnicos. Mis padres tenían un pequeño negocio de abarrotes. Mi padre decía que si no fuera por mi madre y la tía, nos mandaría trabajar con él a los 14 años.

Estudí en la Escuela Pública n.º 33, a metros de nuestra casa. Sólo se impartían los tres primeros años de primaria. Era muy pobre, como también la mayoría de los alumnos. Algunos venían descalzos.

Nuestra familia sin ser rica vivía bien. El cuarto año de primaria lo hice en el Liceo de Hombres de la Serena donde cursé hasta quinto de humanidades. En mi casa nunca se compró un libro. Yo leía el periódico de la ciudad que me prestaba un amigo.

Mandé a hacer una pizarra por mi interés por la geometría y el álgebra. El artesano que la hizo sabía bastante de historia y de política. Él fue militante comunista y estuvo relegado, cuando el partido fue declarado ilegal. Influyó en mi conciencia política.

Luego de varios años el negocio quebró. Todos nos trasladamos a Santiago en la micro de un tío. Vivimos algunos meses en la misma micro, estacionada en el sitio de un taller mecánico de un amigo. Desempeñé diferentes trabajos: ayudé a un hermano en su camión de mudanzas y en el negocio de frutas de temporada; apoyaba a mi madre que se instalaba a vender frutas en una esquina cercana a la Vega Central. En esas condiciones cursé el sexto año de humanidades en un liceo nocturno de Santiago y rendí el bachillerato en matemáticas.

R: ¿Es cierto que la primera vez que vio a Salvador Allende fue en su propio barrio en la ciudad de la Serena?

OC: Cierto. Fue en un acto de la campaña presidencial de Salvador Allende en 1952. A una cuadra de mi casa, en un camión sin barandas, Allende acompañado de Neruda y de otros dirigentes. Tenía once años. Cuando regresé a la casa contando que había escuchado a Salvador Allende me llamaron la atención.

En la campaña presidencial de Allende de 1964, fui designado junto a treinta y cinco jóvenes de diferentes organizaciones políticas para viajar en el “Tren de la Victoria”, para la vigilancia y protección de Allende en las múltiples concentraciones en diferentes ciudades desde Santiago a Puerto Montt. Conocimos a Allende más cercanamente y valorar su preocupación por nuestra salud en ese lluvioso invierno. Es necesario señalar que no teníamos preparación pero estábamos felices de acompañar a Allende.

R: ¿Cómo ingresó a la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Chile?

OC: Primero ingresé a estudiar matemáticas al pedagógico de la Universidad de Chile, institución de formación de profesores con gran conciencia social y política. Los primeros meses me fue más o menos bien. Una gran ‘toma de terreno’ de pobladores sin casa fue apoyada por el Centro de alumnos. Me incorporé activamente lo que cambió mi vida. Mis estudios se complicaron. Simultáneamente tuve informaciones del contenido de los estudios en Economía. Ese mismo año postulé a la Escuela de Ingeniería Comercial de la Facultad de Economía de la Universidad de Chile. Allí me

otorgaron una beca que financiaba el Pensionado Universitario administrado por los propios estudiantes. La beca alcanzaba para financiar otras necesidades de estudio, lo que me permitió vivir y estudiar sin problemas. El plan de estudios era muy riguroso y exigente, con mucho énfasis en matemáticas, estadística y econometría. Mi dedicación a los estudios no fue exclusiva. Me dediqué a actividades políticas como militante de las Juventudes Comunistas en aquellos años de gran efervescencia social y política en Chile.

En el verano de 1963 un grupo de estudiantes universitarios fuimos a zona de Arauco para apoyar a los Comités Allendistas.

Mi inquietud por las relaciones sociales y económicas orientaron mis investigaciones en las diferentes materias de la carrera. Destaco las investigación: *El Movimiento campesino en los últimos 15 años* y *El déficit habitacional en Chile*. Siempre pensé en hacer mi tesis de licenciatura sobre el cobre en Chile como aporte a la lucha del pueblo chileno.

Completé regularmente mis estudios en la Escuela de Economía, desde mediados de 1962 a mediados de 1967. Sin embargo, mantuve relaciones académicas y políticas con la Escuela de Economía y el Pensionado Universitario hasta 1970.

R: ¿Cómo analiza su experiencia y trayectoria en el Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) y el papel de esta institución en el desarrollo de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD)? ¿Cómo fue el contacto con intelectuales latinoamericanos o extranjeros que se exiliaron en Chile, en particular con Theotonio Dos Santos, Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini y André Gunder Frank?

OC: El CESO se crea a fines de 1964 por iniciativa del sociólogo y profesor Eduardo Hamuy. Él propuso la sigla “CESO”, señalando que esta institución debe ser el “Centro Pensante” que integre el proceso histórico y el cambio social en la Facultad de Economía y de Administración de Empresas.

El CESO funcionó en una antigua casa familiar cerca de la Escuela de Economía. Inicialmente éramos no más de cinco personas. Las primeras actividades fueron encuestas de opinión pública. Ingresé al CESO en marzo de 1965 como ayudante de investigación sistematizando las informaciones que analizaba Eduardo Hamuy. Él apoyó resueltamente las orientaciones de la Universidad de Chile para ofrecer las mejores condiciones a los académicos exiliados.

Desde la incorporación de Theotonio al CESO en 1966, fuimos impactados por su sólida formación académica y sus investigaciones críticas en una amplia perspectiva global. Recuerdo haberle comentado a Theotonio mi interés de hacer mi tesis de grado, sobre el cobre, principal riqueza básica de Chile que estaba en manos de empresas estadounidenses.

Theotonio me invitó a integrarme al Grupo de Teoría de la Dependencia que estaba formando. Esto marcó un hito en mi formación académica y profundizó mi interés por la economía crítica sobre el capitalismo mundial hasta ahora. El Grupo de la Dependencia dirigido por Theotonio estaba integrado por la profesora Vania Bambirra, y por los estudiantes egresados, Roberto Pizarro, Sergio Ramos y yo.

Todos los integrantes del grupo de investigación sobre la dependencia trabajábamos en una amplia sala de aproximadamente cuatro por cinco metros. Allí discutimos el proyecto inicial expuesto por Theotonio: la metodología de trabajo y la bibliografía

propuesta, los seminarios internos del grupo, así como las lecturas individuales. De esta manera las actividades fueron muy intensas y con un objetivo muy definido en un proceso de orientación y de formación por parte de Theotonio. El grupo se transformó en una permanente escuela de formación académica y de investigación.

El documento “Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina”, (*Bosquejo Informativo*, 1968), elaborado por Theotonio, sintetiza las actividades ya realizadas y las actividades futuras. Es un documento histórico. Sin embargo, ha sido olvidado. Queda en evidencia que es el resultado de varios años de estudios de Theotonio en Brasil que cristalizan en Chile. En el esquema de investigación se definen dos temas de investigación (1- La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia; y 2- Evolución histórica de la dependencia) y tres grupos de investigación (1- El proceso de integración mundial y América Latina, Theotonio Dos Santos, investigador y Sergio Ramos, ayudante; 2- Las relaciones de dependencia y el movimiento de capitales en América Latina, Orlando Caputo y Roberto Pizarro, investigadores; 3- Las estructuras dependientes en la fase de integración mundial, Vania Bambirra, investigadora y José Martínez, ayudante.

Tanto en los temas como en los grupos de investigación están presentes el enfoque teórico y metodológico del marxismo en el estudio de la dependencia, como parte del funcionamiento de la economía mundial capitalista. Sin embargo, en esos años, no se planteaba explícitamente teoría marxista de la dependencia, TMD.

A partir de 1967 se inicia el grupo de la dependencia con trabajos individuales preparatorios de los seminarios del grupo. El primer seminario fue una discusión teórica y metodológica de los textos clásicos del imperialismo y aspectos de Marx vinculados al tema.

Me correspondió elaborar un resumen y críticas al libro de Lenin, *Imperialismo, fase superior del capitalismo* y el libro de N. Bujarin, *La economía mundial y el imperialismo*. A Roberto Pizarro le correspondió elaborar un resumen y críticas del libro *La acumulación del capital*, de Rosa Luxemburgo. Después de la presentación y discusión en el grupo debíamos elaborar un documento que recogiera los diversos planteamientos para ser publicado.

Se debe señalar que Theotonio tenía una preocupación permanente por publicar los resultados de las actividades colectivas de los seminarios. Se publicaron los siguientes documentos internos del colectivo: *Imperialismo y dependencia externa: resumen y discusión de las principales teorías*. (*Documento de Trabajo*). Santiago, Chile: CESO. 1968; *Investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina*. *Boletín del centro de estudios socioeconómicos*, 1, 2. 1968; *Bibliografía para la investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina* (*Documento de Trabajo*). Santiago, Chile: CESO. 1969.

Algo que destaca al grupo de la dependencia es que, en muy corto tiempo, -1967 a 1970-, se publicaron varios documentos que dieron origen a la Teoría de la Dependencia. Theotonio Dos Santos publicó *Crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina* (1968), *El nuevo carácter de la dependencia*, (1968), *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano* (1968); con Roberto Pizarro publicamos dos libros: *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales* (1970); *desarrollismo y capital extranjero: las nuevas formas del imperialismo en Chile* (1970);

Sergio Ramos, en su libro: *Chile: ¿Una economía de transición?* (1972), Premio Casa de las Américas. Parte importante de su libro recoge su participación en el grupo de la dependencia; Vania Bambirra, *Capitalismo dependiente latinoamericano* (1973), es producto en gran medida de su investigación en el grupo de la dependencia, las estructuras dependientes en la fase de integración mundial.

Se debe destacar también que relacionar la investigación con la docencia fue una característica del grupo de la dependencia. Todos asumimos labores de docencia como profesores o ayudantes. Asimismo, es importante señalar que todos estábamos comprometidos políticamente. Theotonio tenía relaciones estrechas con el Partido Socialista; Roberto Pizarro era militante socialista, Sergio Ramos y yo éramos militantes de la Juventud Comunista; Vania Bambirra, mantenía una relación estrecha con el MIR; y Ruy Mauro Marini era dirigente de la dirección del MIR.

Esa era otra característica: pensamientos políticos diferentes y una gran unidad en la discusión académica y en la producción. Theotonio y Vania ya habían estudiado *El Capital* y escrito artículos sobre la dependencia y la historia económica de Brasil. Traían un arsenal y el CESO les permitió que se concentrasen en la reflexión global y el vínculo con los partidos políticos y movimientos sociales muy activos. Sus aportes fueron importantes.

También participamos en los seminarios generales del CESO, los cuales organizaba Theotonio con invitados académicos de otras instituciones nacionales e internacionales en temas relacionados con la dependencia. Al respecto, Theotonio señala: “Estuvieron presentes en estos seminarios: André G. Frank, Sergio Bagú, Aníbal Quijano, Osvaldo Sunkel, Pedro F. Paz, Marcus Kaplan, Eduardo Hamuy, Tomás A. Vasconi, Pierre Vilar”.

El nivel académico de los participantes refleja la importancia que estaba adquiriendo el CESO. Sin duda para nosotros fue una experiencia académica y de aprendizaje difícil de reproducir, más aún, en tan breve tiempo. André G. Frank mostró especial interés con sus comentarios en el grupo de la dependencia y también en nuestra investigación.

En estos seminarios y en otras actividades diarias del CESO, recuerdo con afecto a colegas: Marta Harnecker, Silvia Hernández, Pío García, Alexander Schetjman, Cristina Hurtado, Inés Reca, Diego Vergara.

Estuve en el grupo de la dependencia hasta 1970, en noviembre de ese año asumí responsabilidades en el gobierno de Allende. La historia del CESO, desde su creación hasta 1973, está muy bien documentada por Juan Cristóbal Cárdenas en su trabajo: *¡Ojo con el CESO! Hacia una reconstrucción de la historia del Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, 1965-1973*.

A Marini no recuerdo haberlo conocido en Chile. Él llegó a Chile a la Universidad de Concepción. Cuando se incorporó al CESO, yo ya estaba trabajando en el gobierno de Allende. Posteriormente en el exilio en México tuvimos una conversación en relación al aumento de la tasa de ganancia y el crecimiento y modificaciones de la inversión en los países desarrollados, a lo que referiré más adelante. La síntesis de Marini sobre el CESO, presente en su *Memoria* (1991) y rescatada por Juan Cristóbal Cárdenas, describe también las características del grupo de trabajo de la dependencia. Él afirma que el CESO fue, en su momento, uno de los principales centros intelectuales de América Latina. Menciona que gran parte de la intelectualidad izquierda latinoamericana, europea y estadounidense pasó por el CESO a través de

charlas, conferencias, mesas redondas y seminarios. Afirmo que el secreto de su intensa vida intelectual fue la permanente práctica interna de diálogo y discusión, institucionalizada en los seminarios de área, en el seminario general, y continuada en las relaciones personales, que tenían por base el compañerismo y el respeto recíproco.

R: En 1970, usted y Roberto Pizarro publicaron el libro *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*. ¿Cómo fue el proceso de investigación y producción de este libro? ¿Qué contribuciones destacarías? ¿Y cuál es su evaluación sobre la recepción, circulación y actualidad de la obra?

OC: En realidad, publicamos dos libros: *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*, y el libro, *Desarrollismo y capital extranjero: las nuevas formas del imperialismo en Chile*. Ambos fueron elaborados a partir de las actividades en el Área de Investigación que estaba a nuestro cargo y nuestra participación en los seminarios y de otras actividades señaladas en la pregunta anterior. Ambos libros fueron los primeros libros del grupo de la dependencia orientados por Theotonio Dos Santos. Son libros de economistas, que manejan en forma prioritaria y amplia las informaciones estadísticas que respaldan las formulaciones teóricas de las nuevas formas de la dependencia.

Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales, fue nuestra tesis de grado, 1969. Theotonio Dos Santos fue el profesor guía. En 1970 fue publicada en el CESO como libro con el prólogo de Theotonio. Siempre he valorado la importancia de este prólogo. Sin embargo, no se incorporó en las Ediciones de Amorrutu y de EDUCA. El libro consta de los siguientes cuatro capítulos: Apuntes para una crítica a la teoría ortodoxa del comercio internacional; El desarrollismo y las relaciones económicas internacionales de América Latina; La teoría del imperialismo en los clásicos del marxismo; y Los cambios más importantes del sistema capitalista mundial.

Pienso ahora que el libro recoge en gran medida las orientaciones de Marx en el sentido de que no se trata solo de hacer un análisis de la realidad concreta, sino que, en forma importante, hacer un análisis crítico de las diversas y diferentes teorías sobre la realidad que se está estudiando. El primer capítulo critica la especialización de la producción de los países según sus ventajas comparativas. El segundo capítulo es una crítica al desarrollismo de la CEPAL, su visión sobre el comercio internacional y sobre el capital extranjero. El tercer capítulo es un análisis crítico de Lenin, Bujarin y Rosa Luxemburgo sobre el imperialismo y algunos breves aspectos de Marx relacionados con el Imperialismo. El cuarto capítulo señala las características principales del sistema capitalista mundial y las diferentes interpretaciones de destacados académicos de esa época.

El primer capítulo, “Apuntes para una crítica a la teoría ortodoxa del comercio internacional”, puede ser muy importante para la crítica al libre comercio internacional, como postulado del neoliberalismo en las últimas décadas y la base teórica de los tratados de libre comercio, que consideran a los países como unidades económicas independientes. En dicho capítulo se señala que lo fundamental por sobre el comercio internacional es la exportación de capital, el dominio de las transnacionales en la economía mundial, en el comercio mundial y en la exportación de capitales. Todo lo anterior, respaldado con el análisis e interpretación de las informaciones estadísticas, y

citas relevantes sobre dichos temas en aquella época.

El segundo capítulo, según Theotonio, en su prólogo al libro, critica las formulaciones del desarrollismo sobre las relaciones económicas internacionales de América Latina, en lo que respecta al rol del comercio exterior y particularmente al capital extranjero, utilizando un material estadístico muy amplio y bien elaborado. Apunta aún que la crítica del pensamiento desarrollista, a la teoría “ortodoxa” no rebajan sus marcos teóricos y epistemológicos.

Demostremos a través de la elaboración y análisis de series estadísticas, que no es el comercio internacional el que genera los déficits, sino que son las cuantiosas remesas del capital extranjero que operan en nuestros países. Capital extranjero que se incrementa, -entre otras causas-, a través de las reinversiones de capital, financiamiento en las economías en que operan, revalorización de activos, etc. Con cierta audacia, y basado en lo anteriormente señalado, planteamos que se debería elaborar un nuevo formato o matriz de la balanza de pagos.

Actualmente, el acceso a la información estadística es mucho más amplio y fluido que anteriormente. El capítulo señala que las remesas limitan el desarrollo. Pero no hacen la relación entre las transferencias al exterior y los niveles de inversión global o formación bruta de capital fijo en América Latina y en cada uno de los países. Por nuestra parte, hemos desarrollado esa relación. Allí está la principal explicación de la limitación de la reproducción capitalista en la región. Las investigaciones sobre teoría marxista de la dependencia deberían concentrar uno de los temas en este aspecto.

El capítulo analiza las relaciones económicas internacionales. En el otro libro mencionado, en el apartado sobre las nuevas formas de la dependencia en Chile se analiza el creciente predominio del capital extranjero en los principales sectores de la economía chilena. Con ello se agregan elementos fundamentales que caracterizan la nueva forma de la dependencia. Las investigaciones actuales deberían profundizar la crítica al pensamiento teórico de la CEPAL, en especial, a su posición apologética del capital extranjero, particularmente en sus informes anuales sobre inversión extranjera directa. La CEPAL cuenta con valiosa información estadística que permite a través de un enfoque de economía crítica demostrar la profundización de la dependencia en múltiples y nuevos aspectos como resultado del capitalismo neoliberal.

El tercer capítulo se titula “La teoría del imperialismo en los clásicos del marxismo”. Presentamos algunas formulaciones de Marx, resúmenes críticos del libro de Lenin sobre el Imperialismo; del libro de Bujarin, *Economía mundial y el imperialismo*; y del libro *Imperialismo*, de Rosa Luxemburgo. El capítulo se inicia con el apartado, “Marx y las bases teóricas para el estudio del imperialismo”. Incluye aspectos sobre: la acumulación originaria, el capital comercial, la teoría de la colonización. Además, incorporamos algunos planteamientos básicos de Marx sobre el capitalismo; limitación histórica sobre el capitalismo; tendencia a la concentración y centralización del capital; y, la actitud política de las capas obreras mejor pagadas en Inglaterra. A continuación, se hace un resumen más o menos detallado del libro *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Destacamos: que Lenin presenta “un cuadro de conjunto de la economía mundial capitalista en sus relaciones internacionales, a comienzos del Siglo XX, en víspera de la primera guerra imperialista mundial”; que el reparto del mundo ha concluido. Que nuevos repartos conducirán a nuevas guerras. Afirma que

la exportación de capital es más importante que la exportación de mercancías en la fase imperialista del capitalismo.

Señalamos que Lenin no indaga con detalle sobre el efecto del imperialismo en los países dominados, por lo que señala: “La exportación de capitales repercute en el desarrollo del capitalismo dentro de los países en que ellos son invertidos, acelerándolo extraordinariamente”, afirmación que criticamos en el libro, y particularmente en el capítulo II.

En el resumen del libro de Bujarin destacamos que él, ya en el título de su libro identifica totalmente el imperialismo con la economía mundial. La economía mundial es un sistema de relaciones de producción y de cambio que abarcan la totalidad del mundo. Bujarin utiliza las categorías marxistas, por ejemplo, al señalar la formación del valor a nivel mundial de algunas mercancías y que en la economía mundial se produce un proceso de internacionalización del capital, y al mismo tiempo, un proceso de nacionalización del capital. Para la expansión se requiere una gran cohesión interna y que las zonas conquistadas se integren de lleno a la economía nacional. “Por tanto, se podría decir que, para cada país industrializado, la tendencia a la nacionalización y la tendencia a la internacionalización conforman lo que podríamos llamar expansión cohesionada.”

En el apartado “El Imperialismo”, en Rosa Luxemburgo, basado en su libro *La acumulación de capital*, ella afirma que la reproducción del capitalismo necesita zonas precapitalistas para realizar una parte de la plusvalía, ya que no existe la posibilidad de realizarse al interior de las relaciones capitalistas. El capitalismo, destruye las zonas internas precapitalistas, transformándolas en capitalistas. Se produce la necesidad para seguir con la reproducción capitalista de salir al exterior. Para su demostración usa los esquemas de reproducción de Marx. El error sería combinar teóricamente niveles teóricos abstractos con la realidad concreta. En la situación actual se debe tener presente: el desarrollo tecnológico, ya que según su análisis agravaría la necesidad de salir al exterior; el desarrollo de la industria militar, que usa la plusvalía que no se puede realizar; la destrucción y transformación *de los pueblos originarios en relaciones capitalistas*.

Planteamos que el estudio del imperialismo en los clásicos del marxismo constituye una tarea crítica indispensable, tanto a quienes lo estudiaron como a los nuevos investigadores, para confrontar los diferentes aspectos de la situación actual, así como sus modificaciones y los nuevos fenómenos.

En el cuarto capítulo, “Los cambios más importantes del sistema capitalista mundial” se analiza críticamente la bibliografía de la post Segunda Guerra relacionándolas con los clásicos del imperialismo. En varios de los temas, incluimos estadísticas varias de ellas elaboradas por nosotros.

Los temas desarrollados son: ¿Cuál es la forma dominante del capital – el capital financiero o el capital corporativo?; el problema tecnológico en nuestros días y las tesis clásicas; el proceso de concentración en Estados Unidos y su manifestación en América Latina; Estados Unidos, centro hegemónico del sistema capitalista, como exportador de capital al resto del mundo, como exportador de capital a regiones desarrolladas y sub desarrolladas; hegemonía norteamericana en el capital extranjero localizado en América Latina; e importancia del sector exterior para la economía norteamericana y características de la inversión norteamericana en el exterior.

Como se puede observar, cada uno de estos temas tienen una gran relevancia en la actualidad, teniendo presente que en estas últimas décadas hay modificaciones importantes en la economía mundial.

El otro libro nuestro *Desarrollismo y capital extranjero: las nuevas formas del imperialismo en Chile*, CESO (1970). La primera parte reproduce la crítica a la CEPAL sobre el capital extranjero del libro *Imperialismo, dependencia ...*, ya citado. Chile en el largo período analizado tiene términos de intercambio favorables. Por esto, es más importante aún el papel del capital extranjero y sus grandes transferencias. Analiza la orientación sectorial de la inversión extranjera, la inversión extranjera y la dependencia tecnológica. Incorpora síntesis de monografías de estudiantes de la Cátedra, Teoría de la Dependencia, que con Roberto Pizarro éramos ayudantes de Theotonio.

Ambos libros a partir de 1970 tuvieron impacto en Chile. En el prólogo de Theotonio al libro *Imperialismo, dependencia ...*, se señala: “En Chile, con la victoria del gobierno de la Unidad Popular se pondrían en prueba muchos de los postulados aquí formulados. La teoría y la práctica podrán encontrar aquí la oportunidad de complementarse”.

En el otro libro, particularmente referido al capital extranjero en Chile, en la contratapa se señala: “En un instante histórico, en que, como consecuencia del triunfo electoral de la Unidad Popular, el país se enfrenta a definiciones políticas trascendentales, este volumen entrega un inapreciable material de discusión sobre el papel del capital extranjero y su incidencia en el desarrollo económico nacional [...]”.

El libro *Imperialismo, dependencia...*, junto con ser editado en el CESO, en Amorroutu en Argentina y en EDUCA en Centroamérica, como hemos señalado, se hicieron varias reproducciones en universidades latinoamericanas y se usó como bibliografía en las carreras de Ciencias Sociales en Chile y de América Latina.

En Italia en el libro colectivo *Dipendenza e sottosviluppo in America Latina*, coordinado por Salvatore Sechi, editado por la Fondazione Luigi Einaudi, se publicó una extensa parte del capítulo II, del libro *Imperialismo, dependencia...*, la crítica a la CEPAL respecto al capital extranjero en América Latina. En este libro italiano se publicaron, entre otros, trabajos de Fernando Henrique Cardoso, Gabriel Cohen, James Petras, Robert La Port y Rodolfo Stavenhagen.

El apartado ‘El capital extranjero en la industria en Chile’, del segundo libro citado, se publicó en el libro colectivo *Chile Hoy* de Siglo XXI, 1970, coordinado por Víctor Brodershon, con otros artículos de: Aníbal Pinto, Sergio Aranda y Alberto Martínez, Enzo Faletto y Eduardo Ruiz. Se publicó aún en la Revista cubana *Pensamiento Crítico* N° 51, abril 1971, y en el libro colectivo *Aspectos de la realidad latinoamericana*. Edición Quimantú, Chile, 1973., junto a documentos de Aníbal Quijano y André Gunder Frank.

R: Algunos autores como Theotonio parecen subrayar la influencia de la TMD en las políticas del gobierno de Allende, otros como Marini destacan los límites del gobierno de Allende para asimilar sus formulaciones más radicales. ¿Como ves esta contradicción?

OC: Los planteamientos centrales de la dependencia fueron tomados para señalar las principales características de la economía chilena como queda de manifiesto en la siguiente cita del Programa de Allende (1969).

“Los problemas en Chile se pueden resolver. Nuestro país cuenta con grandes riquezas [...], junto con su capacidad técnica y profesional. ¿Qué es entonces lo que ha fallado?”

Lo que ha fracasado en Chile es un sistema que no corresponde a las necesidades de nuestro tiempo. Chile es un país capitalista, dependiente del imperialismo, dominado por sectores de la burguesía estructuralmente ligados al capital extranjero, que no pueden resolver los problemas fundamentales del país, los que se derivan precisamente de sus privilegios de clase a los que jamás renunciarán voluntariamente.

Más aún, como consecuencia misma del desarrollo del capitalismo mundial, la entrega de la burguesía monopolista nacional al imperialismo aumenta progresivamente, se acentúa cada vez más en su dependencia su papel de socio menor del capital extranjero”.

Para muestra un solo dato. Desde 1952 hasta hoy, [1968] los norteamericanos invirtieron en América Latina 7 mil 473 millones de dólares y se llevaron 16 mil millones de dólares. Estas informaciones estadísticas son muy similares a las que elaboramos en el apartado sobre capital extranjero en el libro *Imperialismo, dependencia...*

El programa de la Unidad Popular era antiimperialista, anticapitalista y anti oligárquico. Contemplaba tres grandes transformaciones revolucionarias: la nacionalización de las riquezas básicas, particularmente el cobre; la creación de un área de propiedad social y no estatal de las grandes empresas, y, la reforma agraria integral, que expropiaba los latifundios. La experiencia chilena de la UP coincide, entre otros hechos, con el retroceso general de Estados Unidos en la Guerra Fría; su derrota en Vietnam; la crisis financiera de Estados Unidos y el fin del Patrón Oro y su impacto mundial.

Respecto de las consecuencias de la Guerra Fría en Chile, la “Vía chilena al socialismo” generó diversas actividades sediciosas de los Estados Unidos. En su libro *Mis Memorias* (1979), Henry Kissinger, Secretario de Estado de los EEUU. al asumir Allende, afirmó que la “Vía pacífica al socialismo” de Salvador Allende era una amenaza para la hegemonía de los Estados Unidos en el mundo, agregando que: “El éxito de Allende habría tenido importancia también para el futuro de los partidos comunistas de Europa Occidental cuyas políticas inevitablemente socavarían la Alianza Occidental”

Todas las corrientes políticas estaban de acuerdo con estas grandes transformaciones revolucionarias. Las diferencias era cómo llevar adelante el programa. Allende planteaba que debía ser por la vía pacífica e institucional. El Partido Comunista y el Partido Radical apoyaban a Allende. En tanto los socialistas, el Movimiento de Izquierda Revolucionario, MIR, y el MAPU estaban por la vía armada. Según nuestros antecedentes no hubo una preparación militar suficiente.

R: Cuéntenos sobre su participación política en el gobierno de Allende ...

OC: Allende asume la Presidencia de Chile en noviembre de 1970. En los primeros días fui designado como su representante en el Comité Ejecutivo de la Corporación del Cobre, Codelco. Varios compañeros tuvimos reuniones con Allende en La Moneda. Las instrucciones fueron precisas: Asumir el control de las empresas que la Ley posibilitaba, aumentar la producción y promover la participación de todos los

trabajadores. Varios compañeros fueron designados en la dirección de las empresas y yo fui designado como Gerente General de Codelco.

Chile era el principal exportador, segundo productor después de Estados Unidos y tenía las mayores reservas mundiales de cobre a nivel mundial. El cobre representaba cerca del 60% de las exportaciones chilenas, pero solo el 20% de los ingresos del Estado. Salvador Allende denominó al cobre “el sueldo de Chile”.

Sin embargo, casi toda esa riqueza fue controlada por cerca de setenta años por dos grandes empresas estadounidenses, Anaconda y Kennecott que junto con sus congéneres Phelps Dodge y American Smelting formaban un cartel internacional, el segundo después del cartel del petróleo. Chile dependía en gran medida de estos poderosos consorcios industriales extranjeros. Anaconda era dueña de Chuquibambilla, la mina más grande del mundo a tajo abierto. Kennecott era la dueña de El Teniente, la mina subterránea más grande del mundo.

La nacionalización del cobre fue aprobada por la unanimidad del Congreso Nacional en Pleno el 11 de julio de 1971. Allende lo denominó el “Día de la Dignidad y de la Solidaridad Nacional”. “Dignidad”, porque lograba la independencia económica, segunda independencia después de la independencia política. “Día de la Solidaridad” para mejorar la vida ahora y para las generaciones futuras. A mediados de 1972 asumí la dirección de la Minera Andina, empresa nueva de muy alta tecnología a tres mil metros de altura. Se fortaleció la participación de los trabajadores. Mantuve estrechas y constantes relaciones con ellos.

Se ha reconocido, incluso, por investigadores de derecha que la industria del cobre nacionalizada fue bien administrada y se lograron buenos niveles de producción, a pesar de los sabotajes por parte de Anaconda y Kennecott, el bloqueo de abastecimientos de insumos esenciales desde los Estados Unidos; y los embargos del cobre en los puertos de destino, entre otras actividades sediciosas.

En síntesis, la nacionalización del cobre en el gobierno de Allende fue la principal medida política, social y económica del siglo XX en Chile.

R: Sería importante escuchar tu testimonio sobre el golpe militar del 11 de septiembre de 1973. ¿Le sorprendió? ¿Que faltó para impedirlo? ¿Cómo y en qué circunstancias se enteró del golpe? ¿Cómo fue su proceso de clandestinidad y exilio?

OC: La Minera Andina era un campamento minero muy alejado de las ciudades. Además, estábamos dedicados 100% a la producción y a las relaciones con los trabajadores. No tuve claridad de las dificultades políticas del gobierno. El martes 11 de septiembre, muy temprano viajando desde Santiago a la minera nos enteramos por la radio que se estaba desarrollando el Golpe de Estado. Al llegar a la empresa, ya estaba tomada por los dirigentes sindicales, según lo que estaba previsto. El comandante del Regimiento Alta Montaña, coronel Gustavo Cantuarias llamó por teléfono y me señaló que sólo se tomaría la empresa si se producían atentados a las instalaciones.

Días después, nos enteramos de que el coronel Cantuarias, se había suicidado o había sido ‘acribillado’ al ingresar a la Escuela Militar en Santiago, como una sanción militar por desobedecer órdenes de la dictadura. Le debemos la vida a él. También al hecho de que en el Regimiento de Alta Montaña se había protegido la familia de

Pinochet. Pensamos que las instrucciones fueron no hacer más ruido en el Regimiento, ni en la Minera Andina. El Regimiento de Alta Montaña se encuentra muy cerca del camino internacional a Argentina.

Es necesario señalar que, en las empresas mineras de Chuquicamata y El Salvador, fueron asesinados o desaparecidos los presidentes de dichas empresas, otros ejecutivos, dirigentes sindicales y trabajadores por la fatídica caravana de la muerte.

Con mi compañera Graciela hemos elaborado recientemente un documento sobre la economía chilena y la correlación de fuerzas políticas en el período de la Unidad Popular, que se ha publicado en CLACSO. Allende fue elegido con 36,6% de la votación. Al inicio se logró una correlación de fuerzas que permitió que Allende fuera nombrado presidente por el Congreso Nacional. Esta correlación se fue desgastando y a mediados de 1972, la oposición llegó a ser mayoría. Aun así, en marzo de 1973 las fuerzas allendistas recibieron cerca del 44% de las votaciones. A partir de esa situación, el imperialismo, la derecha chilena y la Democracia Cristiana, los medios de comunicación, encabezada por “El Mercurio”, y las organizaciones empresariales se propusieron paralizar el país y generar las condiciones para el Golpe de Estado.

Allende siempre planteó que se debería respetar la institucionalidad, y confiaba en la lealtad de las Fuerzas Armadas. Allende estaba convencido que era necesario llamar a un plebiscito. El Partido Socialista y otras fuerzas menores se oponían. Sólo días antes del 11 de septiembre, se logró el acuerdo. Estaba previsto que se dirigiría al país desde la Universidad Técnica del Estado convocando al plebiscito. El golpe se adelantó.

El cambio de correlación de fuerzas se debió fundamentalmente por la inflación y por el desabastecimiento. Creemos que, en primer lugar, fue una derrota política. Por otro lado, no se tuvo la capacidad de defender el proceso. No existió una preparación militar significativa en los partidos de la UP, ni en los partidos comunista, socialista, ni en el MIR.

R: La concepción de transición pacífica socialismo es muy cercana a la posición euro comunista. ¿Había alguna influencia de las concepciones eurocomunistas en el gobierno Allende?

OC: Yo creo que fue todo lo contrario. Chile fue el primer país en el mundo que se planteó el tránsito pacífico al socialismo. Allende señaló: “Esta experiencia está en los clásicos del marxismo como posibilidad, pero nunca se ha llevado a la práctica. Es tarea nuestra llevarla a la práctica, en estas condiciones y muy diferente a la experiencia en la Unión Soviética. Ellos establecieron la dictadura del proletariado. Lo nuestro es un socialismo democrático y libertario”.

R: Antes de instalarse en México, usted se ha exiliado en Bulgaria. ¿Cómo fue esta experiencia?

OC: Nunca pensé salir de Chile. A partir del golpe, viví clandestinamente en casa de familiares, entre septiembre 1973-abril 1974, fallaron los contactos preestablecidos. En marzo, recibí informaciones que habían inventado graves acusaciones en mi contra: que había entregado informaciones sobre el cobre a la Comisión de Minería de la URSS, que evaluó las minas de cobre de Chile a solicitud de Allende. Compañeros me llevaron a varias embajadas sin éxito. Finalmente me asilé en la casa del embajador

búlgaro, que se encontraba bajo la protección de Austria. Según el PC había que salir sin familia. En un encuentro clandestino con Graciela en la casa mencionada, le dije que el cariño es muy grande, pero que tenía la libertad de rehacer tu vida. Pero, en los primeros meses en Bulgaria, sentía la necesidad imperiosa de reunirme con Graciela y nuestros dos hijos de 2 y 4 años.

Mi destino inicial era la URSS o la RDA. Nos informaron que ya no podías recibir más asilados. Vivimos y estudiamos en la Academia del PC búlgaro. Entre otras materias estudié manuales de economía política y *El Capital*. Tenía otro nombre y otra historia personal. Siempre recuerdo que el ayudante habló de los estudios de Caputo y Pizarro. Años después nos visitó en México.

En Bulgaria observé, entre otras, las construcciones habitacionales, los jardines infantiles, los servicios de salud. Comprobé la baja productividad, así como la desproporcionalidad entre los trabajadores de servicios y de producción. Muy diferente a la formulación de Lenin de que, en el socialismo, la productividad social del trabajo debía ser superior que en el capitalismo, para vencerlo en el mercado mundial.

En abril de 1975 llegó Graciela con los niños. Ella no era militante y viajó con el apoyo de Naciones Unidas. Inicialmente no fue bien recibida. En septiembre viajé a México. Graciela y nuestros hijos permanecieron algunos meses en Bulgaria.

R: ¿Y cómo saliste de Bulgaria para México?

OC: En septiembre de 1975 recibí una Visa para viajar a México. Theotonio y Vania me recibieron en su casa, hasta diciembre cuando llegó Graciela y los hijos. Theotonio organizó una entrevista con el director de la Facultad de Economía de la UNAM, José Luis Ceceña, quien de inmediato me ofreció un contrato para trabajar en la División de Estudios de Post Grado de la Facultad, -DEP. Nuestro libro se solicitaba en la biblioteca como el “Caputo y Pizarro”.

R- ¿Cómo fue el restablecimiento del grupo de TMD en el exilio mexicano en la UNAM? ¿Por qué no se intentó recrear la experiencia de la CESO en México, ya que gran parte de los intelectuales se encontraban en el exilio mexicano?

OC: Theotonio y Vania trabajaban un año y medio antes de que me incorporara a la DEP, institución que estaba muy estructurada con diferentes enfoques teóricos en economía y en historia económica. Creo que en esas condiciones era difícil reproducir la experiencia del CESO. Cada uno tenía su propio proyecto de investigación: Theotonio sobre la revolución científico-técnica y Vania sobre el socialismo en Lenin. Nos veíamos diariamente y participábamos en diferentes actividades académicas. La rectoría de la UNAM me otorgó la equivalencia a Doctor por obra realizada. Con este antecedente pude postular a un concurso, logrando un cargo definitivo.

R- Usted ha resaltado la importancia del estudio de la economía mundial para la formación de la TMD. ¿Cómo esto la distingue de otras matrices analíticas y la aproxima de enfoques como lo del análisis del sistema-mundo, desarrollados por André Gunder Frank, Immanuel Wallerstein y Giovanni Arrighi y el propio Theotonio Dos Santos?

OC: En la UNAM asumo plenamente el enfoque de economía mundial de Marx. Formé y coordiné el área de investigación sobre relaciones económicas internacionales en la DEP. El programa contemplaba los aspectos teóricos de Smith, Ricardo y Marx sobre relaciones económicas internacionales. Realizábamos un seguimiento de la economía mundial, especialmente de los Estados Unidos, de América Latina y cada alumno realizaba un seguimiento de su país. Jaime Estay, profesores y alumnos de la Benemérita Universidad de Puebla, -BUAP-, participaron regularmente en dicha área. A Jaime Estay le había dirigido su tesis de licenciatura en la BUAP. Coordiné esta área durante mi permanencia en México, excepto durante mi año sabático.

Inicié mi tesis de doctorado sobre la teoría del valor y el comercio internacional que consta de un primer capítulo sobre el comercio exterior en Ricardo, el segundo sobre las relaciones económicas internacionales en Marx y la teoría del valor y un tercer capítulo, sobre el intercambio desigual en Emmanuel. En mi tesis se profundiza el programa que implementé en el área de relaciones económicas internacionales de la DEP.

En el capítulo sobre Marx, destaco: el valor formándose en los puntos de contacto de las comunidades; el dinero mundial como equivalente general y expresión del trabajo universal; las diferencias de la intensidad del trabajo y de la productividad, en la formación del valor cuando es a nivel de la economía mundial comparado con la formación de valor en la economía nacional; la teoría del dinero y el comercio exterior; el papel de los metales preciosos en las crisis. Le asigné especial relevancia al capítulo XX, "Diferencias nacionales en los salarios", del primer tomo de *El Capital*.

Theotonio fue el profesor guía de mi tesis, que fue aprobada en la primera y segunda evaluación -enero 1980. Recomendaron que se terminara formalmente y se publicara. No se ha publicado. Pero el enfoque de economía mundial ha estado presente en nuestros estudios desde 1980 a la fecha.

En Marx y Engels la visión de economía mundial está muy presente en el *Manifiesto Comunista*. Le asignamos especial importancia al hecho de que, a pesar de estar lejos de cumplir, el plan de investigación de Marx contempló cinco libros. Por ejemplo, el tercer libro se refería al capitalismo funcionando como economía nacional. El cuarto libro, sobre relaciones económicas internacionales, y el quinto libro, el mercado mundial y las crisis como una totalidad. Sin embargo, en sus obras publicadas se encuentran importantes referencias sobre el mercado mundial, economía mundial y las crisis.

Cada vez es más evidente el desarrollo de una estructura productiva mundial y de circulación de las mercancías por sobre los países y comandada por las empresas transnacionales. Esta totalidad es superior y cualitativamente diferente a la suma de las partes-países. Por lo anterior, las investigaciones sobre países y/o regiones son parciales, si no se tiene presente que son parte de la economía mundial.

En nuestra visión de economía mundial también concentramos la atención en las crisis cíclicas periódicas mundiales. En México estudiamos las crisis cíclicas mundiales de 1974-75 y 1980-82. Analizamos el comportamiento de las categorías que consideramos principales: masa y tasa de ganancia, las inversiones, la participación de los salarios en el Producto, las categorías financieras, las devaluaciones, el comercio internacional. Como señala Marx, las verdaderas crisis cíclicas de la economía mundial se expresan como crisis en el mercado mundial. Hemos estudiado otras crisis cíclicas hasta la reciente de 2008, que comentaremos en la segunda parte de la entrevista.

El análisis de la economía mundial en general, y la crítica al capital extranjero en América Latina está presente en el capítulo II del libro *Imperialismo, dependencia...* En estudios recientes, hemos incorporado la importancia de las cuantiosas transferencias al exterior que llegan a ser parte importante, similares, e incluso superior, al valor de la inversión global anual que hacen nuestros países, lo que limita la reproducción ampliada.

Siempre hemos tratado de aplicar en el análisis sobre Chile, su relación con la economía mundial. A fines de la década de los setenta, presentamos un documento, que, a diferencia de la opinión generalizada de esos años, que afirmaban que el modelo económico de la dictadura era inviable, nosotros planteamos que la economía chilena iba a funcionar con un alto crecimiento, como resultado del aumento de la tasa de ganancia por el aumento de la tasa de explotación, la represión sindical y las privatizaciones de las empresas.

Con la crisis de inicios de los años 1980, que en Chile fue muy profunda, se fortaleció el planteamiento de la inviabilidad del modelo. Señalamos que esa crisis era parte de la crisis de la economía mundial, y que, si no se derrotaba políticamente a la dictadura, la economía retomaría su crecimiento con elevadas tasas.

Es necesario señalar que, en nuestros estudios recientes con Graciela Galarce, hemos afirmado que la economía chilena ha iniciado una tendencia decreciente de su crecimiento, lo que hemos caracterizado como la etapa de agotamiento relativo del capitalismo neoliberal chileno.

La visión histórica de sistemas-mundo de Wallerstein, de Arrighi, me parece interesante. Impacta mucho lo que escribió Wallerstein en el año 2000 de que lo iba a suceder 2020. Se debe incorporar lo del sistema mundo bajo la idea de la dependencia de la economía mundial de Marx y no el revés. Pienso que Theotonio se equivocó, creo que fue más bien en la etapa final de sus años.

R: En 1981, usted publicó *Notas teórico-metodológicos para el estudio de las formas de funcionamiento del capitalismo en América Latina, donde reflexiona sobre las metamorfosis del capitalismo en Nuestra América y analiza la situación concreta chilena. ¿Es correcto decir que este artículo se acerca del concepto de patrón de acumulación de capital?*

O.C: Fue publicado en la revista Investigación Económica 155, enero-marzo, 1981, UNAM. En el documento se tienen presente las grandes transformaciones de la economía chilena en dictadura por el neoliberalismo. En él se señala que estas transformaciones se replicarán en América Latina. Se analizan las transformaciones en la economía chilena a través de los profundos cambios en las relaciones sociales de producción, en el desarrollo de las fuerzas productivas y en la concepción -también de Marx-, en que la economía tiene las fases de producción, distribución, cambio (mercado) y consumo, destacando la relación capital-trabajo, la tasa de explotación y la tasa de ganancia. El documento finaliza haciendo un análisis detallado de cada uno de los momentos del ciclo del capital en Marx y concluye en la agudización de todas las formas de dependencia.

Es una aplicación del marxismo en los términos más generales a situaciones concretas. Debido a esto, fue criticado en su momento, porque se dijo que se había

aplicado el 'ABC' del marxismo. Siempre he considerado muy importante este trabajo, sin embargo, no tuvo el impacto que esperaba. Recientemente algunos investigadores jóvenes lo han valorizado, sobre todo, el que se haya publicado en 1981 y que en base al marxismo se haya anticipado hace cuarenta años lo que ha sucedido en la mayoría de los países de América Latina. Este documento se publicará sin modificaciones en un libro del Grupo de Trabajo de CLACSO, 'Marxismos y resistencias del sur global'.

El título del documento refiere a la forma de funcionamiento del capitalismo. También usé "*Modalidad de acumulación*", que estimo es lo mismo, que "*Patrón de acumulación*", pero más flexible.

R: ¿Qué más agregar de su exilio mexicano en términos de tu desarrollo intelectual?; ¿Y cuál fue la recepción de los cubanos a la Teoría de la Dependencia?; ¿Qué síntesis harías?

OC: Cabe agregar el año sabático en la Universidad La Sapienza, Roma y la experiencia en PEDEI, en Puebla. 1985-86 fue muy fructífero. Publique mi primer documento sobre economía mundial en Marx y los límites de las otras corrientes de la ciencia económica en la revista *Invariati*, Roma, 1986.

Jaime Estay, en 1986 con Jesús Rivera y otros alumnos del Seminario de la DEP organizaron en la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla -BUAP-, el Programa de Economía Internacional: PEDEI. Funcionaba diariamente como un Centro de Investigación. Publicaban un boletín mensual con los siguientes temas: economía mundial y países desarrollados; relaciones económicas internacionales; y América Latina y sus países. Publicaron cerca de cincuenta números.

Fui investigador y profesor del PEDEI. Publiqué varios trabajos. Destaco dos documentos: uno, sobre el crecimiento de la tasa de ganancia en los principales países capitalistas desarrollados a partir de mediados de los años 1980, n.º 22, mayo de 1989. También el documento sobre el incremento de la inversión y sus profundas modificaciones en los países desarrollados, n.º 26-27, octubre 1989. Señalando que se iniciaba una nueva fase creciente del capitalismo mundial.

En el PEDEI, su organización de temas reprodujo los temas del área de relaciones económicas internacionales de la DEP. A su vez, ésta, con ciertas diferencias, reproduce los temas en que se organizó el grupo de la dependencia en el CESO.

Asociado al PEDEI, Jaime Estay creó y coordinó, -hasta ahora-, la "Red de Economía Mundial, -REDEM-, con sede en Puebla y con miembros de varios países de América Latina. La REDEM organiza seminarios internacionales anuales en diferentes ciudades de América Latina.

Desde el inicio del Área en la DEP, establecimos relaciones con el Centro de Investigación de Economía Mundial -CIEM, de Cuba. Con Osvaldo Martínez y José Luis Rodríguez, director y subdirector del CIEM en esa época, desarrollamos una gran amistad que se mantiene hasta ahora. Pertenezco al consejo internacional de la revista del CIEM. Asimismo, participé muy activamente en el Segundo Congreso de Economistas del Tercer Mundo. Además, casi todos los años participé en los seminarios internacionales sobre Globalización, que organizaba la Asociación Nacional de Economista y Contadores de Cuba. Además de presentar documentos en

plenarias, en varias oportunidades me pidieron ser comentarista de las presentaciones de economista de Instituciones Internacionales

Sobre la economía cubana, a partir de mis primeras visitas a fines de los 1970, siempre les comentaba: “No están aplicando las categorías monetario-mercantiles: el valor del trabajo, de las mercancías y del dinero. Hay mucho voluntarismo en Cuba alejado del marxismo. Desarrollan bien varias actividades, pero han destruido, lo fundamental: las potencialidades productivas de Cuba. En mi artículo, *Acerca de la discusión en Cuba*, de 2007, -que hice público en 2010-, se encuentran algunas de estas críticas.

R: Y tu relación con Ruy Mauro Marini, ¿cómo fue en el exilio mexicano?

OC: Poca. Me hubiera gustado haber tenido una gran relación con él. Él conoció trabajos nuestros sobre el aumento de la tasa de ganancia y el documento sobre las inversiones en el capitalismo a nivel mundial, principalmente en Estados Unidos. En el documento sobre inversiones, se demuestra una disminución muy fuerte del valor de las inversiones, particularmente de maquinaria y equipo, lo que estaría provocando una modificación significativa de la composición orgánica del capital, que explicaría, junto a la disminución del valor de los bienes salario, un aumento de la tasa de ganancia.

Sostuvimos una larga conversación sobre estos documentos. Posteriormente, un compañero me mostró un libro de Marini, -publicado en Venezuela-, en que citaba mi documento sobre inversiones.

R: Para cerrar la cosa del exilio mexicano, cuanto tiempo ha quedado en México, cuando volviste a Chile.

OC: Dieciséis años, pero estuve un año en Italia, Roma. Salió la lista del ‘Papa’ que exigió a Pinochet que los exiliados que teníamos la letra ‘L’ en el Pasaporte podíamos regresar a Chile. Graciela y los hijos regresaron desde Roma. Me quede en México porque en las universidades intervenidas en Chile no tenía posibilidad de trabajo. Regresé definitivamente en 1990.

Crises de hegemonia mundial e a aceleração da história social*

Beverly J. Silver* e Corey R. Payne**

Resumo: Este artigo examina a relação entre hegemonias mundiais e protesto social. O aumento do protesto social global e a incapacidade dos poderes governantes de abordar suas raízes estão entre os sinais de que entramos em uma crise de hegemonia dos Estados Unidos e em um período de profundo caos sistêmico. Esse caos sistêmico é análogo ao que caracterizou as transições da hegemonia holandesa para a britânica e da hegemonia britânica para a norte-americana. Historicamente, o surgimento de novas hegemonias pressupõe uma potência ascendente com capacidade e visão para fornecer soluções reformistas aos desafios revolucionários. Esses desafios em nível de sistema tornaram-se mais amplos e profundos de uma transição para a seguinte, levando a uma “aceleração da história social”. Devido aos limites ecológicos do capitalismo e à mudança no equilíbrio de poder entre o Norte e o Sul globais, as soluções reformistas que (temporariamente) funcionaram no passado não são mais suficientes.

Palavras-chave: Hegemonia. Crise. Protesto Social. Capitalismo

*Tradução de Raquel Coelho e Ísis Camarinha. Traduzido de Silver, Beverly J. and Payne, Corey R. Crisis of world hegemony and the speeding up of social history In Dutkiewicz Piotr, Casier Tom and Scholte Jan A. Hegemony and world order reimaginig power in global politics. Routledge, 17-31, 2020

* Professora do Departamento de Sociologia e diretora do Arrighi Center for Global Studies da Johns Hopkins University.

** Doutorando em Sociologia na Johns Hopkins University (Baltimore, EUA).

Um novo período de caos sistêmico global?

A escalada das tensões geopolíticas e as divisões internas profundas dentro dos Estados Unidos que culminaram na eleição de Donald Trump estão entre os indicadores de que estamos vivendo a *crise terminal* da hegemonia mundial dos Estados Unidos – uma crise que começou com o estouro da bolha da Bolsa de Valores da Nova Economia em 2000-2001 e que se aprofundou com a reação contínua ao fracasso do Projeto para um Novo Século Americano da administração Bush e à invasão do Iraque em 2003. Enquanto nos anos 1990, os Estados Unidos eram vistos quase universalmente como a única e inabalável superpotência mundial, na época do colapso financeiro de 2008, a noção de que a hegemonia dos Estados Unidos estava numa crise profunda e potencialmente terminal deixou de ser marginal para se tornar dominante. Desde 2016, a visão de que estamos no meio de uma ruptura irremediável da hegemonia dos Estados Unidos ganhou uma adesão ainda maior, dada as consequências intencionais e não intencionais do movimento de Trump “*Make America Great Again*”.

O momento atual é agora amplamente percebido tanto como uma crise de hegemonia dos Estados Unidos quanto como uma profunda crise do capitalismo global numa escala não vista desde os anos 1930. Quando os historiadores futuramente olharem para 2019-2020, dois grandes sinais de profunda crise sistêmica vão se destacar. Primeiro, a onda mundial de protestos sociais que varreu o globo após o colapso financeiro de 2008, atingindo um primeiro pico por volta de 2011, e depois escalando para um crescente em 2019. Segundo, o fracasso dos estados ocidentais em responder de maneira competente à pandemia global da covid-19, minando a credibilidade do Ocidente (e especialmente a dos Estados Unidos) aos olhos tanto de seus próprios cidadãos quanto dos cidadãos do mundo.

No final de 2019 – antes que a escala da crise da covid-19 fosse aparente – parecia que a onda global crescente de protestos sociais se tornaria a história da década, dado o “*tsunami* de protestos que varreu seis continentes e engoliu tanto democracias liberais quanto autocracias implacáveis” (WRIGHT, 2019). À medida que agitações sociais inundaram cidades desde Paris e La Paz a Hong Kong e Santiago, declarações de “um ano global de protestos” ou “o ano do manifestante de rua” encheram as páginas dos jornais do mundo inteiro (por exemplo, DIEHL, 2019; JOHNSON, 2019; RACHMAN, 2019; WALSH e FISHER, 2019). Ondas de protestos em massa vieram por definir toda a década. Já em 2011, a revista *Time* havia eleito “O Manifestante” a “Pessoa do Ano” (ANDERSEN, 2011), tendo em vista que a agitação popular se espalhava pelo mundo, desde o Occupy Wall Street e movimentos antiausteridade na Europa até a primavera árabe e as ondas de greves de trabalhadores na China. Duas décadas adentro do século XXI, tornou-se claro que o descontentamento popular com a atual configuração social é amplo e profundo.

Essa explosão de protestos sociais no mundo inteiro é um sinal claro de que os *fundamentos sociais* da ordem global estão desmoronando. Se conceituamos hegemonia como “ordem legitimada pelo poder dominante” (seguindo a introdução deste volume), então a amplitude e a profundidade do protesto social é um sinal claro de que a legitimidade do(s) poder(es) dominante(s) foi gravemente abalada. Esses processos análogos – protestos globais e pandemia global – revelaram uma impressionante

incapacidade dos grupos dirigentes do mundo de antever, e menos ainda de implementar, mudanças que poderiam atender adequadamente às queixas vindas das camadas inferiores ou satisfazer as crescentes demandas por segurança e proteção.

A grande onda global de protestos sociais e a incapacidade do poder hegemônico em declínio de satisfazer as demandas vindas dos debaixo são sinais claros de que estamos em meio a um período de colapso hegemônico mundial. De fato, como argumentado em outro lugar (SILVER; SLATER, 1999), os períodos passados de colapso hegemônico mundial – quer dizer, a transição do final do século XVIII/início do século XIX da hegemonia holandesa para a britânica e a transição do início do século XX da hegemonia britânica para a americana – também foram caracterizados tanto por protestos em massa das camadas inferiores na forma de greves, revoltas, rebeliões e revoluções, quanto por um fracasso de liderança por parte do poder hegemônico em declínio.

Uma nova hegemonia mundial – se surgir – exigiria duas condições. Primeiro, exigiria que um novo bloco de poder “se colocasse, coletivamente, à altura da tarefa de fornecer soluções sistêmicas para os problemas sistêmicos deixados pela hegemonia norte-americana”. Segundo, se uma nova hegemonia mundial for emergir de maneira *não catástrofica*, isso exigiria que “os principais centros da civilização ocidental [especialmente os Estados Unidos] consigam adaptar-se a uma situação menos destacada”, à medida em que o equilíbrio de poder em escala mundial se afasta dos Estados Unidos e do Ocidente (ARRIGHI; SILVER, 1999, p. 286).

Vista a partir de 2020, parece que a segunda condição – o ajustamento gracioso por parte dos Estados Unidos (especificamente) e das potências ocidentais (em geral) a uma distribuição mais igualitária de poder entre os Estados – falhou de maneira espetacular em se concretizar. Se a segunda condição depende principalmente do comportamento do poder hegemônico em declínio, a primeira condição – o desenvolvimento de soluções sistêmicas para problemas sistêmicos – depende da capacidade de um novo bloco de poder atender às demandas que surgem nas camadas inferiores.

No passado, um novo poder hegemônico só poderia afastar o sistema do caos se reorganizasse fundamentalmente o sistema mundial em modos ou estilos pelos quais, pelo menos, atendessem parcialmente às demandas de subsistência e proteção que emanavam dos movimentos de massa. Colocando de forma diferente, eles poderiam se tornar hegemônicos apenas por meio do fornecimento de soluções reformistas para os desafios revolucionários vindos das camadas inferiores. Nesse sentido, a hegemonia mundial exige capacidade (e visão) para fornecer soluções sistêmicas.

Hegemonia e análise dos sistemas-mundo

Este artigo aborda a “hegemonia” em termos de *sistemas-mundo*, pois nos concentramos na interrelação entre capitalismo histórico e hegemonias mundiais sucessivas. Além disso, argumentamos que as hegemonias mundiais não podem ser compreendidas sem examinar seus *fundamentos sociais e políticos em evolução*. Como tal, nosso trabalho faz parte de uma tradição dentro da escola de sistemas-mundo que se desenvolve a partir da conceitualização de hegemonia por Antonio Gramsci¹.

¹ Veja especialmente Arrighi (2010 [1994]), capítulo 1.

Uma série do que poderia ser chamado de *não debates* (ou discursos com propósitos cruzados) surgiu na literatura sobre *hegemonia* como resultado das formas divergentes com que o termo é entendido². Definições distintas existem mesmo *no interior* das escolas de pensamento, inclusive *no interior da perspectiva de sistemas-mundo*. Assim, Immanuel Wallerstein (1984, p. 38-39) definiu hegemonia como sinônimo de dominação ou supremacia – isto é, como uma “situação em que a rivalidade contínua entre as chamadas ‘grandes potências’ é tão desequilibrada que uma potência é verdadeiramente *primus inter pares*; isto é, uma potência pode em grande parte *impor suas regras e suas vontades* nas arenas econômicas, políticas, militares, diplomáticas, e até mesmo culturais”. A supremacia econômica forneceu a base material para uma série de Estados hegemônicos – as Províncias Unidas no século XVII, o Reino Unido no século XIX, os Estados Unidos no século XX – “impor suas regras e vontades” em todas as esferas.

Em vez disso, partimos do trabalho de Giovanni Arrighi (1982 e 2010 [1994], p. 28-9) – expoente de outra grande vertente teórica dentro da literatura de sistemas-mundo – que define hegemonia mundial como “*liderança ou governo* sobre um sistema de nações soberanas”. Baseando-se nos escritos de Gramsci, Arrighi conceitualiza a hegemonia mundial como algo “maior e diferente da ‘dominação’ pura e simples”. Ela reflete mais “o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’”. Enquanto a dominação se assenta principalmente na coerção, a hegemonia é “o poder *adicional* que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano ‘universal’ todas as questões que geram conflitos”³.

A ordem hegemônica, na prática, combina dois elementos: consentimento (*liderança*) e coerção (*dominação*). Entretanto, os alvos do consentimento e da coerção são diferentes. Como afirmou Gramsci:

a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” e como “liderança intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos antagônicos, que ele tende a “liquidar” ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera grupos afins ou aliados (1971, p. 57).

Em situações de hegemonia mundial estável, o princípio de consentimento é forte – seu alcance é relativamente amplo (geograficamente) e profundo (socialmente). Protestos sociais são relativamente raros e tendem a ser de natureza normativa (por exemplo, greves legais dentro dos limites dos acordos coletivos institucionalizados). Em situações de crise ou de ruptura hegemônica mundial (como no período atual), o equilíbrio geral entre consentimento e coerção pende cada vez mais para este último. Os protestos sociais tendem a escalar e assumir formas cada vez mais não normativas, enquanto a resposta das camadas superiores assume formas cada vez mais coercivas (SILVER; SLATER, 1999; SILVER, 2003, p. 124-167).

² Para uma revisão completa do uso do termo hegemonia - desde os antigos gregos até Barack Obama – ver Anderson (2017).

³ Ao transportar o conceito de hegemonia social de Gramsci das relações intra-estatais para as relações inter-estatais, Arrighi (1982 e 2010 [1994]) toma um caminho semelhante ao de gramscianos da Escola IPE como Cox (1983, 1987), Keohane (1984), Gill (1986, 1993), Gill e Law (1988).

Períodos de hegemonia mundial estável são caracterizados por uma situação em que o poder dominante reivindica com credibilidade estar conduzindo o sistema mundial numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante, mas também é percebida como servindo a um interesse mais geral, promovendo assim o consentimento (ARRIGHI; SILVER, 1999, p. 26-28). Como afirmou Gramsci, com referência à hegemonia em nível nacional:

É verdade que o [hegemon] é visto como o instrumento de um grupo particular, destinado a criar condições favoráveis para a máxima expansão deste. Mas o desenvolvimento e a expansão do grupo específico são concebidos e apresentados como sendo a *força motriz de uma expansão universal...* (1971, p. 181-2, grifo nosso).

Certamente, a alegação do poder dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Mesmo em situações de hegemonia estável, os excluídos do bloco hegemônico – os “grupos antagônicos” de Gramsci – são predominantemente governados pela força. No entanto, em períodos de ruptura hegemônica, como o atual, as reivindicações do poder dominante de que age em prol do interesse geral parecem cada vez mais vazias e autointeressadas, *mesmo aos olhos dos “grupos afins ou aliados”*. Tais reivindicações perdem sua credibilidade e/ou são abandonadas inteiramente desde cima.

Não obstante, em situações de hegemonia mundial, a reivindicação do poder dominante de representar o interesse geral deve ter um significativo grau de credibilidade aos olhos dos grupos aliados. Assim, por exemplo, no período de auge global do Keynesianismo e do Desenvolvimentismo⁴, os Estados Unidos puderam alegar com credibilidade que uma expansão do poder mundial dos Estados Unidos era de interesse mais geral (se não universal), ao estabelecer arranjos institucionais globais que promoviam o emprego e o bem-estar (de forma imediata no caso do Primeiro Mundo; e como o fruto prometido do “desenvolvimento” no caso do Terceiro Mundo); atendendo, assim, às demandas trazidas pelas mobilizações de massa trabalhistas, socialistas e de libertação nacional do início e meados do século XX.

Arrighi argumenta que a disposição de grupos e Estados subordinados em aceitar um novo hegemon (ou mesmo um poder puramente dominante) se torna especialmente generalizada e forte em períodos de “caos sistêmico” – isto é, em “situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização” (ARRIGHI, 2010 [1994], p. 31).

À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de ‘ordem’ – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico (2010 [1994], p. 31)⁵.

⁴ Ver, por exemplo, McMichael (2012).

⁵ “Historicamente, os Estados que aproveitaram com êxito essa oportunidade, fizeram-no reconstituindo o sistema mundial em bases novas e mais amplas, restabelecendo assim uma certa medida de cooperação interestatal” (ARRIGHI, (2010 [1994], p. 31-2).

À medida que o início do século XXI avança, há crescentes evidências de que o mundo entrou em outro “período de caos sistêmico – análogo *mas não idêntico* – ao caos sistêmico da primeira metade do século XX” (SILVER; ARRIGHI, 2011, p. 68). Além disso, há evidências crescentes de respostas cada vez mais coercivas vindas das camadas superiores (cf. ROBINSON, 2014). Contudo, tanto por razões teóricas como históricas, há todos os motivos para se esperar que o poder exercido por meios cada vez mais coercitivos só logrará aprofundar o caos sistêmico.

Ao revés, um movimento em direção à hegemonia mundial e longe do caos sistêmico exigiria de um poder hegemônico aspirante a capacidade de: a) reconhecer as queixas de grupos de classes e *status* além do grupo/estado dominante e; b) ser capaz de liderar o sistema mundial através de um conjunto de ações transformadoras que (pelo menos em parte) atendam com sucesso a essas queixas. Ações transformadoras que consigam ampliar e aprofundar o consentimento transformam “dominação pura e simples” em hegemonia⁶.

Dito de outro modo, o estabelecimento de uma nova ordem mundial hegemônica tem tanto um lado de “oferta” quanto um lado de “demanda”. O lado da oferta nessa questão se refere à capacidade do suposto poder hegemônico em implementar soluções sistêmicas para problemas sistêmicos. Em outras palavras, a hegemonia não é estritamente uma questão de ideologia; ela tem uma base material. A seção final deste artigo voltará à questão da “oferta”. A próxima seção se concentrará em esclarecer o “lado da demanda” da hegemonia mundial no início do século XXI.

Protesto social global e a demanda por hegemonia mundial

O desmoronamento das bases sociais da hegemonia mundial dos EUA

O conceito de “aceleração da história social” no título deste artigo refere-se ao fato de que as ondas globais de protestos sociais que caracterizam os períodos de transição hegemônica – e os desafios que elas representam para os hegemons declinantes e aspirantes – tornaram-se mais amplas e profundas no decorrer do *longue durée* do capitalismo histórico. Sucessivamente, as contradições sociais de cada hegemonia sucessiva – holandesa, britânica, americana – emergiram de forma mais rápida entre uma hegemonia e a seguinte; assim, os períodos de hegemonia mundial relativamente estáveis tornaram-se cada vez mais curtos⁷. Em suma, podemos observar um padrão evolucionário

⁶ Ao enfatizar a natureza transformadora da hegemonia, Arrighi apresenta uma teoria evolucionária da *longue durée* do capitalismo histórico, a qual é outro contraste-chave entre sua abordagem dentro da escola dos sistemas-mundo e a de Wallerstein. Para Arrighi, as “transformações fundamentais realizadas por sucessivas potências hegemônicas” significam que “as hegemonias mundiais não ‘ascenderam’ e ‘declinaram’ num sistema mundial que se tenha expandido independentemente, com base numa estrutura invariável [...]. Ao contrário, o sistema mundial moderno se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos” (ARRIGHI, 2010 [1994], p. 31-32, ênfase acrescentada).

⁷ “Embora as organizações governamentais e empresariais que lideram cada [ciclo sistêmico de acumulação] tenham se tornado mais poderosas e complexas, os ciclos de vida dos regimes de

de crescente *complexidade social* que uma hegemonia mundial para a outra, já que cada poder hegemônico sucessivo teve que acomodar demandas de uma gama mais ampla e profunda de movimentos sociais (veja ARRIGHI; SILVER, 1999, p. 151-290).

Essa aceleração da história social e a crescente complexidade social podem ser vistas quando comparamos a trajetória da hegemonia mundial dos Estados Unidos com as hegemonias mundiais anteriores. Como aconteceu com as hegemonias mundiais holandesa e britânica, o firme estabelecimento da hegemonia americana não dependeu apenas da preponderância de seus poderes militar e econômico. Dependeu também da capacidade dos hegemons em ascensão de oferecer soluções reformistas para uma série de desafios revolucionários, que se estendem (numa versão crua e abreviada) desde a Revolução Americana até as Revoluções Francesa e Haitiana, no caso da hegemonia britânica, e desde a Revolução Russa à Chinesa, no caso da hegemonia norte-americana. Mas o pacto social que sustentaria a hegemonia americana após a Segunda Guerra Mundial – o contrato social de consumo em massa para os trabalhadores do Norte global e a descolonização e promessa de desenvolvimento para o Sul global – era mais *amplo em alcance geográfico e atingia mais a fundo a estrutura de classes* do que os pactos sociais sobre os quais se assentou a hegemonia holandesa ou britânica (ARRIGHI; SILVER, 1999, p. 151-216; 251-270).

De forma relacionada, a hegemonia norte-americana foi também a mais curta, uma vez que as soluções produzidas pelos Estados Unidos aos desafios revolucionários do século XX se mostraram insustentáveis no contexto do capitalismo global. A plena implementação das promessas hegemônicas de consumo em massa para a classe trabalhadora central e de desenvolvimento na forma de *catching-up* para o Terceiro Mundo rapidamente causaria uma compressão nos lucros, devido a seus efeitos redistributivos substanciais (WALLERSTEIN, 1995, p. 25; SILVER, 2019). Em realidade, a crise inicial da hegemonia americana no final dos anos 1960 e 1970 foi, por um lado, uma crise interligada de lucratividade do capital e, por outro, de legitimidade. Uma variedade de movimentos – desde ondas de greve militantes no Primeiro Mundo esforços para estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional emanados do Terceiro Mundo – exigia, essencialmente, um cumprimento mais rápido e mais completo das promessas implícitas e explícitas da hegemonia dos Estados Unidos.

A expansão financeira e a contrarrevolução neoliberal que começaram nos anos 1980 resolveram temporariamente essas crises interligadas. A financeirização – a retirada maciça de capital do comércio e da produção para a especulação e intermediação financeira – teve um efeito debilitante sobre movimentos sociais no mundo inteiro, mais notadamente por meio do mecanismo da crise da dívida no Sul global e das demissões em massa no coração do movimento trabalhista no Norte global. O resultado foi uma *belle époque* americana nos anos 1990, uma vez que poder e lucros eram restaurados; entretanto, como no caso das *belles époques* holandesas e britânicas, esse

acumulação se tornaram mais curtos. O tempo que levou para cada regime sair da crise do regime dominante anterior, tornar-se ele mesmo dominante, e atingir seus limites (sinalizado pelo início de uma nova expansão financeira) foi menos da metade, tanto no caso do regime britânico em relação aos genoveses quanto no caso do regime americano em relação aos holandeses” (ARRIGHI, 2010 [1994], p. 225).

ressurgimento de poder e lucratividade acabou sendo, nas palavras de Braudel (1984), um sinal de “outono” em vez de uma nova primavera para essas hegemonias⁸.

A financeirização e o projeto neoliberal marcaram uma mudança da hegemonia em direção à dominação, uma declinação que foi se afastando do consentimento rumo à coerção. Ao mesmo tempo, porém, o processo de *destruição criativa* (para usar o termo de Schumpeter) tem alimentado um retrocesso político entre aqueles que haviam sido incorporados como sócios juniores ao pacto social hegemônico de meados do século XX (e que agora estavam sendo expulsos dele) – mais notadamente os trabalhadores masculinos de produção em massa nos países centrais. Concomitantemente, novos (e cada vez mais militantes) grupos e classes estão sendo “criados” e não podem ser facilmente acomodados na decadente ordem hegemônica – em especial, uma classe trabalhadora em expansão, mas precariamente empregada no Sul global e uma classe trabalhadora imigrante no Norte global.

Os fundamentos sociais de uma hegemonia mundial do século XXI

Temos argumentado que o exercício da hegemonia mundial requer que um poder hegemônico aspirante seja capaz tanto de reconhecer as queixas de grupos de classes e *status além* do grupo/estado dominante, quanto de liderar o sistema mundial por meio de um conjunto de ações transformadoras que (pelo menos em parte) atendam com sucesso essas queixas. Em termos mais gerais, temos argumentado que uma condição prévia para a hegemonia mundial no século XXI é o surgimento de um novo bloco de poder que “se colocaria coletivamente à altura da tarefa de fornecer soluções sistêmicas para os problemas sistêmicos deixados pela hegemonia dos Estados Unidos”.

Examinamos os atores e as queixas na recente onda global de protestos sociais do início do século XXI, de 2011 a 2019, como uma janela para os problemas sistêmicos a que uma hegemonia aspirante precisaria atender para transformar a dominação (coerção) em hegemonia (consentimento), e assim atender às condições do lado da “demanda” necessárias para encerrar a fase de aprofundamento do caos sistêmico na qual agora nos enquadrados. Damos especial atenção aos novos desafios sistêmicos que surgiram no último meio século – desafios que tornariam um simples retorno ao pacto social do pós-guerra liderado pelos Estados Unidos inadequado à tarefa em questão.

Uma primeira diferença fundamental entre as condições sóciopolíticas a serem acomodadas dentro de qualquer hegemonia mundial do século XXI e todas as hegemonias mundiais anteriores é a mudança significativa no equilíbrio de poder entre o Ocidente e “o Resto” (POPOV; DUTKIEWICZ, 2017). Todas as hegemonias an-

⁸ Cada um dos três períodos de expansão financeira discutidos por Braudel levaram a um ressurgimento dramático de poder e prosperidade para o país capitalista dominante da época (por exemplo, uma segunda era de ouro para os holandeses; a *belle époque* vitoriana para a Grã-Bretanha). No entanto, em cada caso, o ressurgimento do poder mundial e da prosperidade foi de curta duração. Para Braudel, as sucessivas transferências realizadas pelos capitalistas genoveses, holandeses e britânicos do comércio e da indústria para finanças foram um sinal de que a expansão material tinha atingido a “maturidade”. A financeirização acabou por ser um prelúdio para uma crise terminal da hegemonia mundial e para a ascensão de um novo centro geográfico de poder econômico e militar mundial (BRAUDEL, 1984; ARRIGHI, 2010 [1994]).

teriores eram ocidentais num duplo sentido. Em primeiro lugar, o Ocidente havia acumulado uma preponderância extraordinária de poder econômico e militar em relação ao resto do mundo. Em segundo, o consentimento (hegemonia) se aplicava às classes e aos grupos aliados dentro dos Estados ocidentais, enquanto que a força (dominação) prevalecia, com poucas exceções, no mundo não ocidental.

De fato, diante dos crescentes movimentos de libertação nacional na primeira metade do século XX, os Estados Unidos lideraram uma transformação do sistema mundial que promoveu a descolonização e normalizou *de jure* a soberania nacional⁹. Não obstante, as principais alavancas do poder econômico e militar permaneceram firmemente controladas pelos Estados Unidos e pelos aliados ocidentais. Com o crescente poder econômico dos não ocidentais no século XXI, especialmente mas não limitado à China, uma ordem mundial estável e dominada pelo Ocidente não é mais possível. A ação coletiva dos países do Sul global, refletida em inovações institucionais como os BRICS e a ALBA, sinaliza ainda mais essa impossibilidade. Uma nova hegemonia mundial (seja ela liderada por um único Estado, uma coalizão de Estados, ou um Estado mundial) teria que acomodar essa maior igualdade entre o Norte global e o Sul global. Essa mudança na balança de poder é, por sua vez, o contexto no qual a busca de soluções para grandes problemas sistêmicos – como a gritante desigualdade de classes dentro dos países, a degradação ambiental e a mudança climática, bem como as garantias de segurança física e dignidade humana – irá se desenrolar nas próximas décadas.

Protestando contra a desigualdade dentro dos países

Um tema recorrente que tem animado os movimentos de protesto durante a última década é a extrema desigualdade social. Para o movimento Occupy Wall Street, que se espalhou do Parque Zucotti, perto de Wall Street, para 951 cidades em 82 países em 2011 (MILKMAN; LUCE; LEWIS, 2013), uma das principais queixas dos manifestantes foi a desigualdade extrema – sintetizada no *slogan* dos 99% contra o 1%. Nos anos seguintes ao movimento Occupy Wall Street, a desigualdade de classes tornou-se ainda mais descomunal na maioria dos países, provocando um outro levante mundial em 2019. eclodiram protestos em Hong Kong, Índia, Chile, Colômbia, Bolívia, Líbano, Irã e Iraque, deixando comentaristas lutando para identificar sua temática comum. “Mas existe uma”, escreve Michael Massing (2020): “fúria por ter sido deixado para trás. Em cada uma das instâncias, o acendedor pode ter sido diferente, mas o fogo vem sendo (na maioria dos casos) alimentado pela enorme desigualdade produzida pelo capitalismo global”. Enquanto os “acendedores” foram variados e “aparentemente modestos” – um aumento na tarifa do metrô no Chile, uma taxa sobre ligações pelo WhatsApp no Líbano, cortes nos subsídios de combustível no Irã e no Equador, e aumentos de preços de pão e cebola, respectivamente no Sudão e na Índia – “esses levantes não se referem apenas a alguns centavos aqui e ali. Trata-se de uma maioria cada vez maior da população global que se tornou farta dos aumentos no custo de vida, dos baixos salários, [e] da erosão de confiança no setor público”. (SILK, 2019).

⁹ A extensão da soberania legal às ex-colônias não foi acompanhada por uma extensão equivalente da soberania *de facto* ou autodeterminação nacional efetiva.

O início do século XXI foi marcado também por um retorno de movimentos trabalhistas, mas em novos locais industriais e geográficos. Houve grandes ondas de greves acarretadas por novas classes de trabalhadores – particularmente no Leste e no Sul da Ásia – que tinham sido “formadas” no processo de reestruturação neoliberal da economia mundial (KARATASLI *et al.*, 2015, p. 191). A China, especialmente, emergiu como um novo epicentro dos movimentos trabalhistas mundiais. Como observa Friedman (2012): “Embora não haja estatísticas oficiais, é certo que milhares, se não dezenas de milhares, de greves acontecem a cada ano... com muitos grevistas obtendo significativos aumentos salariais acima e além de quaisquer exigências legais” (veja também SILVER; ZHANG, 2009).

Mesmo no Norte global, temos visto um aumento da militância trabalhista entre os setores da classe trabalhadora que cresceram em tamanho e centralidade no decorrer das últimas décadas, mais notadamente os trabalhadores imigrantes e os de minorias étnicas. A maioria desses trabalhadores está “concentrada em trabalhos precários e de baixos salários em indústrias como serviço doméstico, agricultura, manufatura de alimentos e vestuário, hotelaria e restaurantes, e construção civil”. No processo, a luta pelos direitos de imigrantes está entrelaçada com a luta pelos direitos trabalhistas (MILKMAN, 2011); por exemplo, com os sindicatos americanos sendo levados a lutar em nome de seus membros contra as batidas de deportação na era Trump (ELK, 2018).

A ascensão de novas classes trabalhadoras no Norte global e no Sul global foi acompanhada pelo “desmonte” das classes trabalhadoras industriais sindicalizadas, bem remuneradas e esmagadoramente brancas, que foram sócias juniores na ordem hegemônica mundial do século XX. Abandonadas pelo capital por locais mais baratos ou, no caso dos trabalhadores do setor público, vendo seu bem-estar corroído pelo esvaziamento das funções governamentais, esses trabalhadores têm travado lutas defensivas. Os protestos pós-2008 contra a austeridade na Europa são particularmente dignos de atenção, mas longe de serem os únicos exemplos de tais lutas defensivas (KARATASLI *et al.*, 2015, p. 190-191). Ao mesmo tempo, temos visto um aumento dos protestos dos desempregados e dos empregados irregulares (ou, para usar o termo de Marx, a “população excedente relativa permanente”). Essa parte da classe trabalhadora desempenhou um papel proeminente (e frequentemente minimizado) no Egito, na Tunísia, no Bahrein e no Iêmen durante a primavera árabe de 2011 (veja KARATASLI *et al.*, 2015, p. 192-3) e mais além.

Uma nova visão radical para o século XXI é necessária para enfrentar esses desafios vindos das camadas inferiores. A promessa hegemônica americana de consumo em massa e desenvolvimento nunca foi viável dentro do contexto do capitalismo histórico. A afirmação de Wallerstein (1995) de que o capitalismo não poderia acomodar as “demandas combinadas do Terceiro Mundo (por relativamente pouco por pessoa, mas para muitas pessoas) e [da] classe trabalhadora ocidental (para relativamente poucas pessoas, mas muito por pessoa)”, permanece verdadeira hoje. O desafio para o século XXI é incorporar, com credibilidade, a crescente e profunda variedade de classes e movimentos de trabalhadores que exigem maior igualdade, tanto entre como dentro dos países. É desnecessário dizer que esses fatores impedem um simples retorno ao modelo hegemônico mundial dos Estados Unidos do século XX.

A luta contra a degradação ambiental e a mudança climática

Todas as hegemonias mundiais anteriores do capitalismo histórico se basearam na *externalização* dos custos de reprodução do trabalho e da natureza. O mundo natural foi tratado como um insumo sem custos, enquanto a lucratividade sistêmica dependia do pagamento de valores abaixo do custo total da reprodução de sua própria força de trabalho à maioria dos trabalhadores do mundo. A externalização dos custos de reprodução da mão de obra e do uso da natureza foi levada ao extremo com o modelo altamente intensivo em recursos e perdulário associado ao “modo de vida americano”.

Há quase um século, Mohandas Gandhi reconheceu a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista ocidental. Ele escreveu:

O imperialismo econômico de uma única e minúscula nação insular [a Inglaterra] está hoje [1928] mantendo o mundo acorrentado. Se uma nação inteira de 300 milhões [a população da Índia na época] passasse por uma exploração econômica semelhante, isso despojaria o mundo como uma nuvem de gafanhotos (1928 *apud* GUHA, 2000).

A ameaça existencial representada pela promessa hegemônica de universalizar o estilo de vida americano – fundamentalmente uma versão atualizada da crítica de Gandhi – foi adotada por ativistas ambientais e da mudança climática, cujo movimento ganhou impulso durante a última década, culminando na greve climática mundial de estudantes e jovens, em setembro de 2019. Como relatado pelo *The New York Times*, em cidades do mundo inteiro ° de Berlim a Melbourne, em Manila, Kampala, Nairobi, Mumbai e Rio – o número de grevistas se encontrava facilmente nas dezenas de milhares, e em muitas cidades, nas centenas de milhares. “Raramente, se é que alguma vez, o mundo moderno testemunhou um movimento juvenil tão grande e amplo, abrangendo sociedades ricas e pobres, unidas por um senso comum de repulsa, ainda que incipiente (SENGUPTA, 2019).

Demandas por segurança física e dignidade

Discursando na greve climática de 2019 em Nova York, a jovem ativista do clima Greta Thunberg declarou: “Exigimos um futuro seguro. Isso é pedir muito?”

De fato, promessas viáveis de segurança são fundamentais para todas as hegemonias mundiais. Hoje, as ameaças à segurança são múltiplas, crescentes e interligadas. Constantes conflitos, embora de intensidade relativamente baixa, assolam todo o mundo, ocasionando a maior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, movimentos neofascistas e de extrema-direita têm ressurgido, culpando refugiados e imigrantes pelas inseguranças (reais e imaginárias) das populações dos países receptores (SCHULTHEIS, 2019; BECKER, 2019). A mudança climática, o militarismo, e a crise dos refugiados estão todos interligados num círculo vicioso que alimenta a dinâmica do caos sistêmico do século XXI.

Todos esses processos estão se desenrolando no contexto das enormes desigualdades que cresceram conjuntamente com o declínio da ordem mundial hegemônica dos Estados Unidos. A pandemia global da covid-19 está colocando em evidência essa desigualdade social àqueles que ainda não a conseguiam ver (FISCHER e BUBOLA,

2020). Meagan Day comparou adequadamente a relação entre a pandemia e a desigualdade com a análise dos fluxos de água com corantes:

Um rio só parece um rio até que o corante seja adicionado, e o corante revela como as características estruturais do leito do rio direcionam o curso da água em trajetórias específicas. Uma pandemia é assim ... [ela] mostra como a estrutura do nosso sistema [social] influi nas diferentes direções que as pessoas podem tomar, dependendo de sua localização a montante. *Isso já acontecia antes, mas agora é de uma cor brilhante para todos verem.* (DAY, 2020, grifo nosso).

Da mesma maneira, a pandemia global realçou as falhas preexistentes na ordem mundial – a elevação da desigualdade, insegurança no emprego e na subsistência, a crise dos refugiados e a ameaça iminente da mudança climática – tornando-as falhas agora claras, “para todos verem”. Com o fechamento das fronteiras e a paralisação da economia mundial, os danos colaterais da pandemia na forma da disparada do desemprego e da evaporação dos (já) precários meios de subsistência foram avassaladores em escala e alcance.

À medida que o caos sistêmico global se aprofunda, há, nas palavras de Arrighi, uma crescente “demanda por ordem – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem!” (2010 [1994], p. 31). A resposta inicial vinda de cima tem sido a de acelerar uma mudança global já em curso para formas cada vez mais coercivas de governo. Ao entrarmos na terceira década do século XXI, a proliferação de poderes executivos emergenciais, de ordens de confinamento impostas pela polícia e o deslocamento doméstico de forças militares para lidar com as consequências da pandemia – inclusive as ondas antecipadas de protesto social – estiveram entre os sinais dessa tendência. No entanto, tais desvios rumo à coerção e distantes do consentimento, como argumentado acima, provavelmente vão aprofundar ainda mais o caos sistêmico global.

A oferta de hegemonia mundial no século XXI

“Que tipo de hegemonia, se houver, pode emergir em nosso mundo atual de proliferações de desafios globais e profundas mudanças sistêmicas?”

Os argumentos apresentados nos leva a um conjunto de respostas interconectadas. Concordamos com a afirmação de que a resposta a essa pergunta requer “reimaginar o poder na política global”. No entanto, argumentamos também que essa reimaginação não é um fenômeno novo; ao contrário, cada hegemonia mundial sucessiva do capitalismo histórico trouxe consigo uma reimaginação análoga de poder na política global. Sucessivos poderes hegemônicos responderam aos desafios globais promovendo “restruturas fundamentais [do sistema mundial moderno]” (ARRIGHI, 2010 [1994], p. 31-2).

Temos argumentado que uma força motriz central por trás da sucessiva reestruturação do capitalismo global – e da reimaginação das hegemonias mundiais – tem sido os desafios postos por grandes ondas de protestos sociais em escala mundial. A Revolução Haitiana e as revoltas em massa dos povos escravizados nas Américas no final do século XVIII forçaram o poder hegemônico em ascensão (o Reino Unido) a “reimaginar” o capitalismo global sem um de seus pilares fundamentais, a escravidão nas

plantações. O recrudescimento dos movimentos trabalhistas, das revoluções socialistas e dos movimentos de libertação nacional na primeira metade do século XX forçou o poder hegemônico em ascensão (os Estados Unidos) a “reimaginar” o capitalismo global sem os pilares fundamentais do colonialismo formal e restrição do exercício democrático aos detentores de propriedades. A última onda global de protestos sociais no início do século XXI também exigirá que qualquer poder hegemônico aspirante reimagine a hegemonia de forma fundamental (SILVER; SLATER, 1999).

A questão que devemos levantar aqui, no entanto, é se já alcançamos os limites da “reimaginação” da hegemonia dentro de um sistema mundial capitalista. Uma característica comum de todas as hegemônias mundiais anteriores – holandesa, britânica, americana – é que elas sucederam em encontrar soluções *reformistas* para os desafios *revolucionários* lançados pelos movimentos de massa vindos das camadas inferiores. Em outras palavras, cada hegemonia sucessiva conseguiu estabelecer as bases para uma nova e importante expansão do sistema mundial capitalista. Elas foram, *por um tempo*, capazes de resolver a contradição fundamental entre lucratividade e legitimidade que tem caracterizado o capitalismo histórico.

Com a subsequente “aceleração da história social” – com os protestos hoje emanados de uma gama ainda mais ampla e profunda de movimentos sociais – levanta-se a questão de saber se uma outra hegemonia mundial pode ser imaginada, e mais ainda de ser implementada com sucesso, dentro do contexto do capitalismo global. Dito de outro modo, é possível encontrar uma solução reformista viável para os desafios postos pelos movimentos de massa de hoje?

Até recentemente, quaisquer tentativas reformistas nesse sentido não estavam na agenda da maioria das elites governamentais e empresariais globais; ao contrário, medidas coercitivas e o redobramento do projeto neoliberal estavam na ordem do dia (SILVER, 2019). No entanto, as consequências da pandemia global (que, por sua vez, veio na esteira de uma década de escalada de protestos sociais mundiais) podem ter finalmente abalado a confiança dos que estão no poder. Assim, por exemplo, o Conselho Editorial do *Financial Times* (2020) opinou a respeito: “Reformas radicais [análogas às que foram feitas nas décadas após a Segunda Guerra Mundial] precisarão ser colocadas sobre a mesa” para “oferecer um contrato social que beneficie a todos”. Essencialmente, eles propõem um retorno aos pactos sociais de meados do século XX que sustentaram a hegemonia mundial liderada pelos Estados Unidos.

Independentemente de se tais pedidos por “reformas radicais” por parte das elites globais desapareçam ou cresçam com o tempo, um retorno à solução de meados do século XX não é sustentável. De fato, como argumentado acima, o projeto hegemônico americano – que proclamou seu objetivo de universalização do estilo de vida americano – caiu numa crise combinada de lucratividade e legitimidade apenas duas décadas após seu lançamento.

Como Gramsci observou em outro contexto:

Hegemonia (sob o capitalismo) pressupõe que “o grupo líder deva fazer sacrifícios de algum tipo econômico-empresarial”. Mas também não há dúvida de que *tais sacrifícios e comprometimentos não podem tocar o essencial*; pois embora a hegemonia seja ético-

-política, ela também deve ser econômica, deve necessariamente basear-se na função decisiva exercida pelo grupo dirigente no núcleo decisório da atividade econômica”. (1971, p. 161, grifo nosso).

Dessa forma, sem um compromisso claro de priorizar a proteção dos seres humanos e da natureza em detrimento da busca pela rentabilidade, assim que o contrato social comece a ameaçar a lucratividade (como ocorreu nos anos 1960 e 1970), ele seria novamente abandonado pelas camadas superiores (SILVER, 2019). Uma nova hegemonia mundial exigiria, em lugar disso, uma reimaginação radical do poder mundial e da política global. Os movimentos sociais desempenharão sem dúvida um papel-chave nesse processo, seja diretamente, seja gerando pressões transformadoras sobre os estados hegemônicos aspirantes. De qualquer maneira, uma séria “reimaginação” das “estratégias, estruturas organizacionais e ideologias”, incluindo o “internacionalismo”, dos movimentos, é necessária (KARATASLI, 2019) se quisermos nos erguer coletivamente à altura da tarefa de fornecer soluções sistêmicas para os problemas sistêmicos deixados para trás pela hegemonia mundial dos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, Kurt. The protester. *Time*, 14 dez. 2011.
- ANDERSON, Perry. *The H-Word: the peripeteia of hegemony*. London: Verso, 2017.
- ARRIGHI, Giovanni. A crisis of hegemony. In: AMIN, Samir.; ARRIGHI, Giovanni.; FRANK, André G.; WALLERSTEIN, Immanuel. (ed.). *Dynamics of Global Crisis*. New York: Monthly Review Press, 1982.
- ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century: money, power, and the origins of our times*. London: Verso, 2010 [1994].
- ARRIGHI, Giovanni.; SILVER, Beverly J. *Chaos and Governance in the Modern World-System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- BECKER, Jo. The global machine behind the rise of far-right nationalism. *The New York Times*, 10 ago. 2019.
- BRAUDEL, Fernand. *The Perspective of the World: Civilization & Capitalism, 15th-18th Century*. New York: Harper and Row, 1984.
- COX, Robert W. Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method. *Millennium Journal of International Studies*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.
- COX, Robert W. *Production, Power, and World Order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University Press, 1987.
- DAY, Meagan. 16 mar. 2020. Twitter: @meaganmday. Disponível em: <https://twitter.com/meaganmday/status/123965777373765255168>.
- DIEHL, Jackson. From Hong Kong to Chile, 2019 is the year of the street protester. But why? *The Washington Post*, 27 out. 2019.
- ELK, Mike. Undocumented workers find new ally as unions act to halt deportation. *The Guardian*. 22 mar. 2018.
- FINANCIAL TIMES EDITORIAL BOARD. Virus lays bare the frailty of the social contract. *Financial Time*. 3 abr. 2020.
- FISHER, M.; BUBOLA, E. As coronavirus deepens inequality, inequality worsens its spread. *The New York Times*. 16 mar. 2020.
- FRIEDMAN, Eli. China in revolt. *Jacobin Magazine*. 1 ago. 2012.
- GILL, Stephen. Hegemony, consensus and trilateralism. *Review of International Studies*. v.12, p. 205-221, 1986.
- GILL, Stephen. (Ed.) *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GILL, S.; LAW, D. *The Global Political Economy: perspectives, problems and policies*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. Nova York: International Publishers, 1971.
- GUHA, Ramachandra. *Environmentalism: A global history*. Nova York: Longman, 2000.

JOHNSON, Keith. 2019: A year of global protest. *Foreign Policy*. 23 dez. 2019.

KARATASLI, Sahan Savas. The twenty-first century revolutions and internationalism: a world historical perspective. *Globalizations*. v. 16, n. 7, p. 985-997, 2019. DOI: 10.1080/14747731.2019.1651525.

KARATASLI, Sahan Savas *et al.* Class, crisis, and the 2011 protest wave: cyclical and secular trends in global labor unrest (p. 184-200). In: WALLERSTEIN, I.; CHASE-DUNN, C.; SUTER, C. (Eds.). *Overcoming Global Inequalities*. Londres: Paradigm Publishers, 2015.

KEOHANE, Robert O. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.

MASSING, Michael. Most political unrest has one big root cause: soaring inequality. *The Guardian*. 24 jan. 2020.

McMICHAEL, Philip. *Development and Social Change: a global perspective*. Los Angeles: Sage, 2012.

MILKMAN, Ruth. Immigrant workers, precarious work, and the US labor movement. *Globalizations*. v. 8, n. 3, p. 361-372, 2011.

MILKMAN, R.; LUCE, S.; LEWIS, P. *Changing the subject: a bottom-up account of occupy Wall Street in New York City*, 2013. Disponível em: <https://portside.org/2013-01-30/changing-subject-bottom-account-occupy-wall-street-new-york-city>.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 2001 [1944].

POPOV, V.; DUTKIEWICZ, P. (Eds.) *Mapping a New World Order: the rest beyond the west*. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 2017.

RACHMAN, Gideon. 2019: the year of street protest. *The Financial Times*. 23 dez. 2019.

ROBINSON, William. *Global Capitalism and the Crisis of Humanity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

SCHMALZ, S.; SOMMER, B.; XU, H. The Yue Yuen strike: industrial transformation and labour unrest in the Pearl River Delta. *Globalizations*. v. 14, n. 2, p. 285-297, 2016.

SCHULTHEIS, Emily. The small-town disputes that fuel Germany's far right. *The Atlantic*. 2 set. 2019.

SENGUPTA, Somini. Protesting climate change, young people take to streets in a global strike. *The New York Times*. 21 set. 2019.

SILK, Zach. Protests in Chile around subway fare hikes are just another example of how economic inequality has become a global crisis. *Business Insider*. 20 dez. 2019.

SILVER, Beverly J. *Forces of Labor: workers' movements and globalization since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SILVER, Beverly J. Plunges into utter destruction and the limits of historical capitalism (p. 35-45). In: ATZMULLER, R. *et al.* (Eds.) *Capitalism in Transformation: movements and countermovements in the 21st Century*. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 2003.

SILVER, B. J.; ARRIGHI, G. The end of the long twentieth century (p. 53-68.). In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (Eds.). *Business as Usual: the roots of the global financial meltdown*. New York: New York University Press, 2011.

SILVER, B.; SLATER, E. *The social origins of the world hegemony* (p.151-216) In ARRIGHI, G.; SILVER, B. *Chaos and Governance in the Modern World-System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

SILVER, B. J.; ZHANG, L. China as an emerging epicenter of world labor unrest (p. 174-18). In: HUNG, Ho-Fung (Ed.). *China and the Transformation of Global Capitalism*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Politics of the World-Economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. Response: declining states, declining rights? *International Labor and Working-Class History*. v. 47, p. 24-27, 1995.

WALSH, D.; FISCHER, M. From Chile to Lebanon, protests flare over wallet issues. *The New York Times*. 23 out. 2019.

WRIGHT, Robin. The story of 2019: protests in every corner of the globe. *The New Yorker*. 30 dez. 2019.

Abstract

This paper examines the relationship between world hegemonies and social protest. Escalating global social protest, and the incapacity of ruling powers to address its root causes, are among the signs that we have entered a crisis of US hegemony and a period of deep systemic chaos. This systemic chaos is analogous to that which characterized the transitions from Dutch to British hegemony, and from British to US hegemony. Historically, the emergence of new hegemonies presupposed a rising power with the capacity and vision to supply reformist solutions to revolutionary challenges. These system-level challenges have become wider and deeper from one transition to the next, leading to a “speeding up of social history”. Due to the ecological limits of capitalism and the changing balance of power between the global North and South, reformist solutions that (temporarily) worked in the past are no longer sufficient.

Keywords: hegemony, crisis, social protest, capitalism.

Resumén

Este artículo examina la relación entre las hegemonías globales y la protesta social. El aumento de la protesta social global y la incapacidad de las potencias gobernantes para abordar sus raíces son algunos de los signos de que hemos entrado en una crisis de la hegemonía estadounidense y en un periodo de profundo caos sistémico. Este caos sistémico es análogo al que caracterizó las transiciones de la hegemonía holandesa a la británica y de la británica a la estadounidense. Históricamente, la aparición de nuevas hegemonías presupone una potencia emergente con capacidad y visión para aportar soluciones reformistas a los retos revolucionarios. Estos retos a nivel de sistema se han hecho más amplios y profundos de una transición a otra, lo que ha llevado a una “aceleración de la historia social”. Debido a los límites ecológicos del capitalismo y al cambiante equilibrio de poder entre el Norte y el Sur globales, las soluciones reformistas que funcionaron (temporalmente) en el pasado ya no son suficientes.

Palabras-llave: Hegemonía, crisis, protesta social, capitalismo.

As teorias do Sistema-Mundo na transição para o longo século XXI

Carlos Eduardo Martins*

Resumo: O artigo realiza uma reflexão dialógica entre as análises braudelianas dos sistemas-mundo e o marxismo, buscando avançar nos caminhos da construção de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista. Para isso, revisita as obras de autores clássicos e contemporâneos situando a conjuntura de transição ao longo século XXI como paradigmática para promover o desenvolvimento desta síntese teórica. Nesse sentido, analisa a crise da globalização neoliberal e o caos sistêmico em curso, vinculando-os à articulação de movimentos de longa duração: a revolução científico-técnica, o ciclo de hegemonia dos Estados Unidos e o de Kondratiev, iniciado em 1994.

Palavras chave: Análises dos Sistemas-Mundo. Marxismo. Teorias da Dependência. Longo Século XXI. Caos Sistêmico.

*Professor associado do IRID/UFRJ e do PEPI/UFRJ. Pesquisador de CLACSO e coordenador do LEHC/UFRJ.

Introdução

Neste artigo, buscamos contribuir para a aproximação das vertentes braudelianas e marxistas de análise dos sistemas-mundo a partir da discussão do conceito de caos sistêmico e da crise mundial de 2020. Nosso objetivo é o de estabelecer articulações que pavimentem os caminhos para o desenvolvimento de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista. Sustentamos que o moderno sistema mundial ingressa em um período de transição para o caos sistêmico entre 2015-2020, quando se esgota o ciclo expansivo de Kondratiev iniciado em 1994. A covid-19 atinge a globalização neoliberal em processo de exaustão, acelerando a vulnerabilidade dos seus principais suportes e fontes de propulsão, como o comércio internacional, os fluxos internacionais de capital, o liberalismo político e a hegemonia dos Estados Unidos. A crise que estamos presenciando, provavelmente, será mais ampla e profunda que a estabelecida em períodos de caos sistêmicos anteriores: deverá colocar em questão não apenas uma hegemonia em declínio, mas o próprio sistema mundial capitalista e as bases de sua civilização. Isso significa que a bifurcação que se estabelecerá deverá ser impulsionada não apenas pelas lutas interestatais, mas principalmente pelas intraestatais, que provavelmente assumirão protagonismo e articularão as primeiras. As lutas de classes entre capital e trabalho tenderão a assumir a centralidade dos conflitos nacionais e internacionais, condicionando as disputas interburguesas. Períodos de caos sistêmico são épocas de brutal aceleração histórica, que duram aproximadamente trinta anos, e o atual apenas está começando.

Na seção inicial, discutimos os conceitos de caos sistêmico e as interpretações da crise para o século XXI, tal como elaboradas por Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e Beverly Silver. Posteriormente, analisamos as leituras marxistas de Samir Amin e Theotonio Dos Santos sobre o sistema-mundo capitalista e sua crise, estabelecendo nossas próprias formulações, em diálogo que incorpora ainda os aportes de Christopher Chase-Dunn e de Ruy Mauro Marini. Na terceira seção, analisamos as crises da civilização capitalista e da globalização neoliberal articulando os conceitos de revolução científico-técnica, ciclos sistêmicos, ciclos de Kondratiev com as análises geopolíticas globais e suas implicações para a América Latina, percurso que consideramos chave para avançar em direção à construção de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista. Na conclusão, destacamos os principais aportes de nosso artigo.

Seguimos neste artigo parcialmente a nomenclatura desenvolvida por Immanuel Wallerstein (2000), e usamos não apenas o conceito de sistema-mundo, mas também o de sistema mundial, para nos referirmos ao sistema-mundo que se tornou único, isto é, o moderno sistema mundial, capitalista, após sua expansão sobre o globo terrestre no século XIX, ainda que importantes contradições tenham surgido no seu interior, como a emergência de Estados socialistas, e outros sistemas possam ocupar o seu lugar no futuro. Usaremos sistemas-mundo no plural, para designar a pluralidade de sistemas-mundo que coexistiram de forma largamente independente, antes que o capitalismo impusesse a história como global.

As análises braudelianas dos sistemas-mundo

Alguns dos mais importantes teóricos braudelianos têm destacado a profundidade da crise que afeta o sistema-mundo contemporâneo e a alta probabilidade de ruptura e inflexão em seus padrões estruturais e organizacionais no século XXI¹. Essa postulação tem se baseado em estudos de longa duração e formulações que não, obstante convergências e complementaridades, apresentam diferenças analíticas expressivas. Fazer um balanço das potencialidades e dos limites dessas interpretações nos parece de grande relevância para avançar rumo à compreensão da crise do longo século XX e as perspectivas da transição rumo a um novo longo século. Entendemos que essa transição coloca em questão o próprio sistema-mundo capitalista, e a sua adequada compreensão exige maior integração do instrumental marxista às análises que o interpretam.

Immanuel Wallerstein (2000 e 2002) sustenta a tese de que o *moderno sistema mundial*, estrutura do capitalismo histórico, desaparecerá entre 2025-2050, período em que se estabelecerá o caos sistêmico e uma bifurcação de poder onde forças antagônicas lutarão para reinventar o sistema-mundo sob novas bases. O autor menciona três cenários: o restabelecimento do império-mundo por meio de neofascismos globais ou de neofeudalismos regionalizados que o fragmentam; e a afirmação de um sistema-mundo socialista, com alto nível de igualdade, liberdade, diversidade, fraternidade e democracia.

Ele fundamenta sua proposição na combinação de ciclos e desgastes seculares que determinariam a crise terminal do capitalismo histórico como sistema. O moderno sistema mundial apresentaria duas grandes oscilações cíclicas que são as logísticas, ou *trends séculaires*, e as de Kondratiev. Pelas primeiras, designa o lento processo de emergência, estabelecimento, desgaste e colapso de uma hegemonia, que associa às flutuações de preços de 300 anos, defendidas por François Simiand (1932) e Fernand Braudel [1986], divididas em fases A e B, de 150 anos. Cada fase A ou B implicaria, em geral, o lento processo de ascensão, afirmação e colapso de uma hegemonia, entendida pelo autor como uma situação econômica quase-monopólica, correspondente a períodos de protagonismo bastante mais curtos, especificamente, 1625-1672, 1815-1873 e 1945-1967. Reivindica, então, um esquema temporal iniciado em 1450-1600, quando teria se estabelecido a transição do império-mundo feudal para o capitalismo, implicando a afirmação do moderno sistema mundial, que constitui a sua arquitetura institucional específica (WALLERSTEIN, 1974). Este se consolida em 1600-1750, quando haveria se desenvolvido e se esgotado a hegemonia das Províncias Unidas; se expande em 1750-1900, em torno do arranque, imposição e desgaste da hegemonia britânica; e se concluiria em 1900-2050, com a emergência, apogeu e colapso da

¹ Chamamos de teóricos braudelianos do sistemas-mundo, os que se reuniram em torno ao Fernand Braudel Center, sob a direção de Immanuel Wallerstein, de 1976-2005, e criaram um novo paradigma de análises do sistema-mundo que, partindo da obra de Braudel, a ultrapassou largamente em diversos aspectos, acolhendo mais intensamente a influência do marxismo. Entre os mais notáveis conceitos elaborados estão os de *moderno sistema-mundo*, de Immanuel Wallerstein (1974, 1980, 1989, 2011), e a de *ciclos sistêmicos, sistema sinocêntrico, ou hibridização de sistemas-mundo*, de Giovanni Arrighi (1996[1994] e 2007). Além desses autores, destacam-se Terence Hopkins e Beverly Silver (1995), que, junto aos primeiros, empreenderam uma ampla renovação teórica, analítica e empírica nos estudos sobre economia mundial e seus sistemas de poder.

hegemonia estadunidense (WALLERSTEIN, 1980, 2000 e 2011). O declínio da hegemonia estadunidense, a partir de 1968, se articulava a uma longuíssima fase B do ciclo de Kondratiev, fora dos seus padrões de 25/30 anos. Wallerstein chega a mencionar a possibilidade da emergência de uma nova fase A, mas, em 2010, considerava ainda estar vigente essa longa fase B (WALLERSTEIN, 2010).

Essas flutuações cíclicas se articulariam com um nível avançado de desgaste estrutural do capitalismo histórico, estabelecendo um arranjo que, desde 1968, engendraría não apenas o declínio do poder estadunidense, mas do próprio moderno sistema mundial. Esse desgaste seria a consequência do alto nível de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo e se expressaria: na desruralização do mundo, que restringiria a conquista de novas fronteiras para explorar vantagens locacionais de custos da força de trabalho, diante do esgotamento dos espaços sociais de expansão no planeta; em custos ecológicos exponenciais, que aumentariam os riscos de catástrofes ambientais ou de pandemias, típicas de esgotamento de processos civilizatórios, e gerariam pressões sociais para sua internalização pelo capital, reduzindo-lhes as taxas de lucro; na desconexão entre liberalismo e democracia, resultado da redução das camadas médias e do aumento das pressões migratórias do Sul para o Norte, provocando a aglutinação de amplas forças sociais com reivindicações redistributivas que ultrapassariam as capacidades de cooptação do sistema; e em novas rivalidades internacionais, criando dois polos de poder em disputa, um que associaria Estados Unidos, Japão e China e, outro, que vincularia Rússia e Europa, pressionando negativamente o lucro e elevando os conflitos sociais no interior dos Estados.

Os movimentos antissistêmicos assumiriam uma forma difusa, expressando-se mais na confrontação do espírito de Porto Alegre contra o espírito de Davos, do que na conexão de processos revolucionários com Estados e disputas geopolíticas mundiais. O êxito da transição para um novo sistema mais igualitário dependeria de os movimentos sociais imporem suas reivindicações de elevação dos salários, aumento dos gastos públicos, proteção ambiental, e democratização para além dos limites do liberalismo, criando ainda um governo mundial para estabelecer novas regras e regulações sobre a economia-mundo.

Em *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial* (1999), Giovanni Arrighi e Beverly Silver analisam comparativamente as transições para o caos sistêmico estabelecidas em crises de hegemonias anteriores para construir instrumentos analíticos de interpretação da atual. Partem do conceito de ciclos sistêmicos, desenvolvido por Arrighi, em seu clássico, *O longo século XX* [1994], e já esboçado em seu *Geometria do imperialismo* (1978). Diferentemente de Immanuel Wallerstein, que restringe a hegemonia ao período do breve domínio produtivo, comercial e financeiro quase absoluto de um Estado sobre os seus rivais, Arrighi entende a hegemonia como um processo muito mais amplo e complexo. Esta envolve a combinação entre a liderança política e moral de um Estado no sistema mundial, lastreada, em última instância, no seu protagonismo econômico. A hegemonia constitui-se em um arranjo histórico, dinâmico, multifacetado de dimensões heterogêneas, que inclui o institucional, o ideológico e o militar, em âmbito político; o produtivo, o comercial e o financeiro, em âmbito econômico; e a liderança da burguesia e suas frações mais dinâmicas sobre as classes e o poder estatal, em âmbito social. Durante o exercício da hegemonia desenvolvem-se

contradições entre as suas múltiplas dimensões que levam a pontos de inflexão e sua divisão em duas fases: a fase A, de expansão; e a fase B, de crise. Na fase B, a força produtiva, comercial e militar do Estado hegemônico tende a se deteriorar perante as potências emergentes, mas ele ainda se apoia em seu poder financeiro para manter sua liderança política internacional. A passagem da crise para o caos sistêmico seria marcada pelo colapso da sua liderança financeira e política, pela ruptura do consenso internacional em favor de tendências centrífugas e pelo desenvolvimento de uma bifurcação de poder por aproximadamente trinta anos, que se desdobra em guerras para reorganizar o sistema mundial. Todavia, Giovanni Arrighi e Beverly Silver não se limitam à proposição de um modelo geral e abstrato de transição sistêmica, mas o vinculam à construção de uma teoria histórica das transições. Polemizam com Immanuel Wallerstein reivindicando um modelo endógeno, que internaliza as mudanças pois nele as propriedades do sistema não apenas atuam de forma coercitiva sobre os atores, mas também são modificadas no processo de afirmação deles. O esforço teórico deve ser enriquecido e ampliado pela combinação permanente entre os padrões cíclicos de repetição e os processos históricos individualizados e singulares, oriundos tanto do movimento estrutural e irreversível da flecha do tempo, quanto das indeterminações inerentes às interações dinâmicas, que envolvem dimensões contingenciais (ARRIGHI, 1996[1994]) e (ARRIGHI e SILVER, 1999).

Arrighi aponta a tendência ao aumento de escalas e à redução do número dos atores que disputam o poder no moderno sistema mundial, indicando ainda a oscilação pendular entre regimes corporativos e cosmopolitas. Descreve quatro ciclos de hegemonia (ibérico-genovês, holandês, britânico e estadunidense), movidos, respectivamente, por cidades-Estado, proto-Estados nacionais, Estados nacionais e Estados continentais, e mede suas extensões a partir do intervalo entre as crises sinalizadoras de hegemônias sucessivas, que marcam o início do declínio e o surgimento de novas configurações de poder. As periodicidades cíclicas vão se encurtando em razão da aceleração da interação entre as partes do sistema, o que resultaria na redução temporal das hegemônias subsequentes, estipulando-se a estadunidense em aproximadamente cem anos, o que corresponde ao intervalo entre a crise sinalizadora britânica, em 1870, e a norte-americana, em 1970 (ARRIGHI, 1996[1994]). Arrighi e Silver afirmam que na transição vigente se desenvolve uma bifurcação *sui generis* pois enquanto o poder econômico se transfere ao Leste Asiático, principalmente à China, o poder militar, permanece concentrado nos Estados Unidos, estabelecendo uma exceção em relação as formas prevaletentes nos períodos de transição pretéritos.

Em *O longo século XX*, Arrighi previu três resultados possíveis para a bifurcação sistêmica: a conversão do poder estadunidense em um poder imperial que extrai valor a partir da cobrança de custos de proteção ao mundo; o surgimento de um novo padrão, centrado no Leste Asiático, baseado na desconexão das empresas do capitalismo monopolista braudeliano; e a aceleração entrópica do caos sistêmico. Todavia, essa formulação é aprofundada e reelaborada em trabalhos posteriores para incluir fenômenos como a estagnação do Japão e a imensa projeção da China na economia mundial. Em *Adam Smith em Pequim* (2007), a China aparece como o grande poder estatal que desafia o protagonismo estadunidense no sistema mundial, substituindo o capitalismo de redes descentralizado, com abrangência no Leste asiático, e ancorado

no Japão. O desafio chinês é o de apresentar-se como articulador de novas relações entre Oriente e Ocidente que substituam o *clash das civilizações*, imposto pelo colonialismo e o imperialismo ocidentais contra as Américas, a África, a Ásia e a Oceania. Sua missão seria organizar um novo espírito de Bandung e o projeto de um Sul global que invertesse a fórmula, enunciada por André Gunder Frank, do desenvolvimento do subdesenvolvimento das periferias em favor dos centros, para a do subdesenvolvimento destes em favor do desenvolvimento daquelas. Para a isso, a China deveria ser capaz de oferecer uma alternativa ecológica para o desenvolvimento da humanidade, substituindo o modelo predatório e devastador ocidental que teria buscado imitar em sua trajetória de ascensão.

Giovanni Arrighi e Beverly Silver assinalam que, diferentemente das transições anteriores, quando a competição interestatal e intercapitalista moldou os conflitos sociais, nesta os conflitos entre capital e trabalho e entre imperialismo e soberania nacional tendem a assumir o protagonismo, articulando os níveis intraestatal e internacional. Arrighi vê o início da crise sinalizadora da hegemonia estadunidense na combinação entre as lutas de classes no interior dos Estados Unidos e as lutas anticolonialistas e anti-imperialistas na periferia. Foram as pressões da classe trabalhadora no âmbito do regime fordista-keynesiano, liderado pelo complexo industrial-militar, articuladas às lutas pela revolução socialista e pela soberania no Vietnã, que impuseram a derrota econômica e militar à coalizão burguesa dominante nos Estados Unidos na segunda metade dos anos 1960, levando as frações mais dinâmicas do seu grande capital a reinventarem o padrão de acumulação e as formas de organizar sua hegemonia internamente e no mundo (ARRIGHI, 2007). Os autores veem na ofensiva dos movimentos sociais no planeta, que tende a se radicalizar durante o caos sistêmico, a possibilidade de viabilização de uma transição relativamente pacífica, limitando o risco da guerra e da catástrofe (ARRIGHI; SILVER, 1999).

A reinvenção da hegemonia por meio da globalização neoliberal foi o resultado da incapacidade das políticas de expansão do crédito e do padrão empresarial corporativo de integração vertical conterem as pressões de trabalhadores e estudantes por aumento de salários, ampliação dos gastos sociais e democratização, bem como do fracasso das políticas de intervenção militar para dissuadir os conflitos entre o Sul e o Norte. Elas implicaram a fuga de capitais, o aumento da inflação, a depreciação do dólar, a ruptura de sua paridade com o ouro, a desvalorização do capital financeiro e o fortalecimento das rivalidades interestatais e geopolíticas. À derrota no Vietnã, somaram-se a Revolução Iraniana, a Revolução Sandinista, a atuação da Opep na elevação dos preços do petróleo e os projetos de modernização na América Latina, no Leste Europeu e no Leste Asiático financiados com taxas de juros negativas. Provedor de liquidez para o sistema mundial por meio dos saldos da balança de transações correntes, que lhe davam lastro para as transferências unilaterais de suas políticas de hegemonia, os Estados Unidos veem seu regime internacional entrar em crise diante da perda de competitividade de seu setor industrial, dos seus *deficit* comerciais crescentes e da impossibilidade de auferir rendas através de um império formal, como fazia a Grã-Bretanha. Diante desse cenário, secundarizam sua política industrial, priorizam a alta finança e passam a captar a liquidez internacional por meio de uma política de sobrevalorização do dólar e de endividamento público, tornando-se o epicentro da geração de capital fictício, com que sedimentam a fase B de sua hegemonia.

Arrighi menciona os vínculos históricos da China e de seu antigo sistema sinocêntrico com uma ordem pacífica, o que resultou na construção de quinhentos anos de paz. Aponta como seu determinante o fato desse sistema, equilibrado em alto nível de centralização e baixa competição interestatal, ter estabelecido uma orientação endógena que promoveu um modelo de acumulação sem desposseção, impulsionou a reforma agrária, a ocupação do campo e obras de infraestrutura para garantir a soberania territorial. A China do longo século XXI se vê diante de uma grande questão: imitar o modelo estadunidense, reproduzindo o padrão de riqueza oligárquica e desigual do capitalismo histórico, mas subordinando-se politicamente a um império de exploração norte-americano; ou articular a criação de um padrão de riqueza democrática. A alternativa da riqueza democrática se consubstanciaria na reemergência, em novas formas, do velho sistema sinocêntrico, que, hibridizado com o ideário socialista e dimensões do moderno sistema mundial, poderia criar uma alternativa sistêmica original, descolando o mercado do andar superior braudeliano e vinculando-o muito mais à competição que ao monopólio privado². Tal possibilidade encontraria suas bases na articulação entre as forças que dirigem o Partido Comunista Chinês, na forte regulação e controle do Estado chinês sobre o mercado e a acumulação capitalista, na formação de uma gigantesca e predominante classe trabalhadora urbana que se soma a uma grande massa camponesa e, ainda, nas lutas anti-imperialistas contra o poder estadunidense, o que pressionaria na direção de uma grande concertação horizontal mundial. As crescentes desigualdades no âmbito dos Estados Unidos e dos países europeus fortaleceriam a base de massas anti-imperialistas e debilitariam a alternativa de transição para um poder mundial imperial. As contradições e as vulnerabilidades reveladas na invasão do Iraque e do Afeganistão aprofundariam o desgaste do imperialismo norte-americano, isolando-o cada vez mais mundialmente, em razão de as evidências sinalizarem que, embora tenha liderança militar incontestada, o poder estadunidense seria bastante insuficiente para garantir os custos de proteção do mundo que pretende controlar (ARRIGHI, 2007).

Em conflito com seu modelo geral de transições sistêmicas e suas previsões anteriores de uma hegemonia de cem anos – que tomada a partir de sua consolidação em 1945/50 nos levaria até 2015/20, se descontados os trinta anos de caos sistêmico – Arrighi afirma em *Adam Smith em Pequim* que, desde a intervenção no Iraque, a hegemonia norte-americana haveria se extinguido, transformando-se em pura dominação. O autor menciona que os ganhos de senhoriação dos Estados Unidos com o dólar tendem a se debilitar em razão de seu alto endividamento, do seu declínio produtivo,

² Arrighi hesita em chamar essa alternativa de socialista, preferindo defini-la como não capitalista para associá-la à zona do mercado braudeliano. Em *Adam Smith em Pequim* aponta: “O resultado do imenso esforço de modernização da China continua indeterminado e, pelo que sabemos, socialismo e capitalismo, entendidos com base na experiência passada, podem não ser as noções mais úteis para acompanhar e compreender como uma situação evoluiu”. (ARRIGHI, 2007, p. 39). Posição similar tem André Gunder Frank, em *ReOrient* (1998), vendo na recentralização asiática em curso o restabelecimento de sistemas de acumulação de capital sob predomínio estatal; ou Samir Amin (2013), que usa o conceito de capitalismo de Estado para reivindicar um processo de transição que poderá resultar no socialismo.

dos limites de sua capacidade para oferecer proteção e do fortalecimento econômico de concorrentes. Alerta, entretanto, indicando o caso britânico, que a libra esterlina seguiu como moeda internacional, mesmo décadas depois do fim da sua hegemonia. A morte precoce de Giovanni Arrighi impediu que ele continuasse suas agudas reflexões sobre a transição em curso.

As interpretações marxistas

Entre os autores que mais reivindicaram a aproximação do marxismo às análises do sistema-mundo estão Samir Amin e Theotonio Dos Santos, todavia, suas diferenças são substanciais.

Samir Amin nega que tenha existido um sistema mundial capitalista desde o século XVI, atribuindo o seu surgimento a partir de 1800 com a afirmação da Revolução Industrial, a difusão do trabalho assalariado no Reino Unido e a liderança desse Estado nas relações internacionais. Embora reconheça inflexões, o autor se recusa a aceitar os ciclos longos, em nome da autonomia e da indeterminação das lutas sociais, atribuindo as oscilações a fatores históricos contingenciais. Para ele, a formulação teórica dos ciclos exigiria a contrapartida empírica de sua repetição monótona na realidade social. Amin descarta os instrumentos conceituais de longa duração braudelianos em sua interpretação da história do capitalismo e com isso restringe muito a potência de sua análise teórica. Propõe ainda uma polêmica dupla lei na acumulação de capital: a que atua em escala internacional, apoiando-se no sistema interestatal, e se baseia na restrição à circulação da força de trabalho, impulsionando a polarização mundial; e a que atua em escala nacional e pode estabelecer controles para equilibrar a circulação entre capital e força de trabalho, expressando a dinâmica pura do modo de produção capitalista, limitando a polarização, como durante o pacto keynesiano (AMIN, 1997).

Para o autor, o capitalismo contemporâneo teria entrado em uma fase senil, baseado em cinco monopólios: da tecnologia, dos fluxos financeiros, dos recursos naturais, das comunicações e dos meios de destruição. Tais monopólios redefiniriam o capitalismo que passaria a ser dirigido pelo imperialismo coletivo de uma tríade, Estados Unidos, União Europeia e Japão, com centralidade no primeiro. Amin aponta como rasgos de senilidade do capitalismo o parasitismo do novo imperialismo, que não promoveria mais o desenvolvimento da periferia, e as contradições impostas pela revolução científico-tecnológica sobre a acumulação de capital (AMIN, 2007)³.

Theotonio Dos Santos reivindica a teoria da dependência como a primeira etapa de elaboração de uma teoria do sistema mundial (DOS SANTOS, 2000 e 2016). Ele aproxima-se com ambiguidades da tese de Immanuel Wallerstein sobre a existência de um sistema mundial capitalista desde o século XVI. Se desde 2000, reivindica a proposição de um *moderno sistema mundial*, o autor não abandona a tese exposta em

³ As observações sobre a revolução científico-técnica na obra de Samir Amin são muito pontuais e sumárias. O autor limita-se a mencionar como impacto negativo sobre a acumulação de capital, a redução de quantidade de trabalho por produção material, sem aprofundar a análise. (AMIN, 2003, p. 157). Muito mais destaque e estruturação em seus trabalhos possuem a referência aos cinco monopólios e ao imperialismo coletivo da tríade para caracterizar a senilidade do capitalismo contemporâneo (MARTINS, 2019).

Imperialismo y dependencia (1978) de que até o século XIX prevalece um regime de transição ao modo de produção capitalista, posição similar a que desenvolve sobre o socialismo, visto como uma formação intermediária, e não como parte do modo de produção comunista (DOS SANTOS, 2000). Dos Santos reivindica o conceito de revolução científico-técnica e de ciclos de Kondratiev, aceitando ainda o de ciclos sistêmicos formulados por Giovanni Arrighi. Para o autor, a revolução científico-técnica, conceito que incorpora de Radovan Richta (1971 [1969]), representa uma nova estrutura de forças produtivas que abre uma era revolucionária e coloca o capitalismo na defensiva. A revolução científico-técnica teria se iniciado no pós-guerra, em setores mais avançados da economia mundial, e alcançado uma segunda etapa a partir dos anos 1970 com o paradigma microeletrônico, impulsionando o processo de automação com a substituição crescente do trabalho físico pela aplicação da tecnologia e da ciência à produção. Embora proponha o caminho fecundo das conexões analíticas entre a revolução científico-técnica, os ciclos sistêmicos e os Kondratievs, o autor não as estabelece. Analisa o neoliberalismo como uma ideologia da fase B do Kondratiev, estabelecida entre 1967-1993, e sua continuidade sobre a fase A do Kondratiev que emerge em 1994, um resultado do terrorismo ideológico que exerceu sobre a social-democracia, e não um efeito das distorções produzidas pelos ciclos sistêmicos ou pelo avanço da revolução científico-técnica, movimentos de duração mais longa e que condiciona os menores (DOS SANTOS, 1993, 2000 e 2004)⁴. Todavia, o autor constata a expansão do capital financeiro, afirma que as vacilações da socialdemocracia abrem o espaço para uma ofensiva fascista, e indica que a crise de hegemonia dos Estados Unidos, que aponta desde os anos 1970, em *Imperialismo y dependencia* (1978), daria

⁴ Em *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável* (1993), sob influência da Eco-92, no Brasil, Theotonio Dos Santos afirma que “Reagan, Thatcher e Bush deverão desaparecer do mapa mundial com seu autoritarismo, seu sectarismo, seus particularismos e sua estreiteza. O mundo necessita de uma nova liderança mais aberta, mais global e mais planetária [...] A forma imperialista da economia mundial ainda presente na lei do desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial capitalista entra em grave e definitiva crise. Nos próximos decênios, essa forma econômica terá que ceder pelo menos em parte, o seu lugar a uma nova visão global da gestão planetária baseada na coexistência de regimes econômicos, sociais, políticos e sobretudo culturais diversos e até antagônicos (DOS SANTOS 1993, p. 13-39)”. Em *A teoria da dependência: balanço e perspectivas* (2000) assinala que “um retorno ao crescimento econômico que ocorre desde então nos Estados Unidos – 1994 (CEM) – e mais recentemente na Europa criou um contexto político internacional mais favorável, uma rearticulação das forças interessadas em resolver os grandes problemas da miséria, analfabetismo, condições de vida extremamente desfavoráveis das grandes maiorias populacionais do mundo (DOS SANTOS, 2000, p. 111.) Em *Do Terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo* (2004) aponta que “A debilidade da social-democracia europeia e do liberalismo norte-americano associada às mais variadas formas de populismo de centro-esquerda na América Latina, na África e em parte na Ásia não tem que ver necessariamente com a profundidade da onda sociopolítica que as recolocou no poder na segunda metade dos anos 1990. Como veremos, a imposição do pensamento único teve o caráter de um terrorismo ideológico colossal [...]. A chamada “onda rosa” foi vítima desta situação ideológica e os governos que gerou ficaram limitados em suas políticas econômicas tentando conciliar uma política econômica neoliberal (a única científica, isto é, aceitação do pensamento único) e uma política social propositalmente socialista” (DOS SANTOS, 2004, p. 204-5).

lugar à emergência de potências continentais, sendo a China a principal delas. Sua expectativa, contudo, era a de que a força de uma nova fase A do Kondratiev viabilizasse uma transição sistêmica mais ou menos ordenada por meio da construção de um período de hegemonia compartilhada entre os Estados Unidos em declínio e os poderes emergentes, garantindo um processo de gestão global que impusesse ajustes de poder relativo e limitasse os riscos de que os conflitos evoluíssem para o caos, abrindo o caminho para a construção de um mundo pós-hegemônico e uma sociedade planetária com forte caráter democrático e crescente orientação socialista⁵.

Em nosso livro *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America* (2020)⁶ nos propusemos a avançar no caminho aberto por Theotonio Dos Santos de construção das bases de uma teoria marxista do sistema mundial capitalista. Entendemos o marxismo como um campo teórico dialético e holístico, capaz de integrar em uma perspectiva própria formulações afins. Partimos do conceito de moderno sistema mundial de Immanuel Wallerstein que consideramos oferecer os elementos fundamentais da arquitetura da superestrutura política do modo de produção capitalista. Foi a partir do controle estratégico do Estado que os capitais usuário e comercial criaram uma economia-mundo capitalista e iniciaram a construção de seu modo de produção. Nesse período, a imposição de um modo de acumulação capitalista se fez associada às formas de produção pré-capitalistas, sem a criação correlata de relações de produção capitalistas⁷. Apenas com a difusão da Revolução Industrial e do trabalho assalariado nos séculos XIX e XX, as formas econômicas pré-capitalistas foram amplamente substituídas. Isso ocorreu, todavia, lentamente, muito depois de 1800, data em que se fixou Samir Amin, havendo os Estados Unidos somente abolido formalmente a escravidão durante a Guerra da Secessão, quando inicia, sua trajetória de ascensão para a

⁵ Em *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado* (2016), Theotonio Dos Santos aponta: “Nessa fase de transição, irão se abrir as portas para experimentos políticos cada vez mais criativos, até que se inicie uma nova fase negativa dos ciclos longos, a qual levará o capitalismo mundial e seu domínio imperialista a uma crise de longa duração, de enorme gravidade. Esperamos que, desta vez, os saltos para soluções econômicas e sociais superiores, pós-capitalistas ou abertamente socialistas, sejam suficientemente fortes para inaugurar um novo sistema mundial, consolidado em uma civilização planetária, plural, igualitária e democrática. Esperamos, também, que esse novo sistema detenha os efeitos brutais de longo prazo que unificarão a crise estrutural do capitalismo a uma nova conjuntura depressiva (esta, sim, de longo prazo, ao se combinar com uma fase (B) do ciclo de Kondratiev, caracterizada por uma depressão de longo prazo [...]). Podemos esperar que os próximos dez anos serão de avanço social e econômico com maior ou menor avanço político, dependendo da consciência das forças sociais emergentes e da capacidade de suas lideranças políticas de expressar e sintetizar suas necessidades e aspirações. (DOS SANTOS, 2016, p. 486).

⁶ A versão em inglês, publicada pela editora Brill, atualiza e amplia a original publicada em português, em 2011, pela editora Boitempo, reafirmando suas teses fundamentais.

⁷ Consideramos o modo de acumulação a dimensão central de um modo de produção, que pode, entretanto, entrar em conformação com as suas relações de produção e forças produtivas. Os casos típicos são durante a afirmação de um novo modo de produção, quando estas são embrionárias e não se encontram desenvolvidas ou difundidas, ou durante a decadência e fase terminal, quando se encontram obsoletas e este deve se apoiar parcialmente em novas. Sobre o tema veja-se Marx ([1859] 2008) e Chase-Dunn e Thomas D. Hall (1997).

hegemonia, e os ciclos de Kondratiev, com forte base tecnológica industrial, apenas incorporado a economia mundial ao seu ritmo após 1870.

Consideramos, como Marx, na *Introdução à crítica à economia política*, que em cada tipo de sociedade existe uma forma de produção que é superior e modifica as demais, constituindo-se em seu centro de gravidade (MARX, [1859] 2008). No capitalismo, esse papel coube à indústria, correspondendo a sua ascensão e seu apogeu a convergência entre os modos de acumulação e de produção capitalistas. Entretanto, quando a indústria vai sendo superada pela revolução científico-técnica, a divergência reaparece sob novas formas concretas. A revolução científico-técnica apenas se torna uma realidade dominante na economia mundial, a partir dos anos 1970, com a emergência do paradigma microeletrônico, quando se inicia o decréscimo relativo de força industrial nos países centrais. O valor da força de trabalho passa a se articular ao crescimento exponencial da educação e do conhecimento, que ameaça a taxa de mais-valia, o que leva, de um lado, ao deslocamento progressivo da circulação de capital do setor produtivo para a geração de capital fictício por meio da dívida pública, da sobrevalorização cambial, de ativos financeiros e de imóveis; e de outro, à realocização dos processos produtivos para as periferias e as semiperiferias em busca de uma força de trabalho mais barata e de qualificação similar. Essa dupla tendência ampliou a desigualdade nos países centrais e levou autores, como Ruy Mauro Marini, a defender que a superexploração dos trabalhadores estaria se estendendo aos países centrais, pela qual se paga pela força de trabalho um preço abaixo do seu valor, estabelecido pelas condições médias de produtividade, intensidade e destreza, cada vez mais determinadas pelos monopólios transnacionais em detrimento das burguesias estritamente nacionais⁸.

A financeirização se liga assim a dois movimentos de longa duração: o da emergência da revolução científico-técnica, que impulsiona o declínio das tendências seculares do capitalismo, cujo epicentro são os seus centros mais avançados, e a fase B do ciclo sistêmico estadunidense. O neoliberalismo tornou-se a resposta da burguesia monopólica dos países imperialistas para conter as pressões salariais e a expansão do gasto social, oriundas de décadas de pleno emprego e da transição do fordismo para um novo paradigma de forças produtivas, intensivo em informação e conhecimento, que aproximou estudantes e trabalhadores manuais nas manifestações de 1968. As lutas de classe nos Estados Unidos e no noroeste da Europa, como assinalaram Giovanni Arrighi e Beverly Silver, passam a ser decisivas para estabelecer o giro neoliberal que cimentará o declínio do protagonismo estadunidense e do eixo atlantista na economia mundial, articulando-se ainda à resistência vietcongue para impor uma forte derrota ao imperialismo.

A estratégia de financeirização impõe limites, pois o sistema-mundo capitalista se baseia na produção generalizada de mercadorias e na competição empresarial e estatal. Foi provisoriamente exitosa durante a fase B do Kondratiev que se estabeleceu entre

⁸ Entre 1980 e 2016, os 50% mais pobres dos Estados Unidos e do Canadá captaram 2% do crescimento econômico nesses países e tiveram um aumento da renda de apenas 5%, e os da Europa elevaram em 26% suas rendas, captando apenas 13% da ampliação da renda total nessa região (World Inequality Lab, 2018, p. 46). Sobre os debates em relação ao conceito de superexploração e sua extensão aos países centrais, veja nosso artigo *A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo* (2018).

1973-1993, mas, com o surgimento da fase A de um novo ciclo, o dinamismo da economia mundial deslocou-se de forma acelerada para a China, passando os Estados Unidos e o noroeste da Europa a crescer abaixo da média da economia mundial. O ciclo de Kondratiev que emergiu em 1994 não teve a força para alterar o giro neoliberal, como imaginou Theotonio Dos Santos, que corresponde a movimentos estruturais muito mais profundos. A nossa hipótese é que essa fase A está se encerrando entre 2015-2020 e abre um novo período de caos sistêmico, que coincide com a mensuração inicial de Arrighi, cujo ponto de inflexão é o colapso do consenso neoliberal, do qual a crise ambiental em curso, que se manifesta na pandemia da covid-19, foi a detonante⁹.

Os *trends seculaires* de Braudel e os ciclos logísticos de Wallerstein, com suas oscilações rígidas de 150 anos e mensuração a partir da oscilação de preços, não possuem evidência empírica, nem elaboração teórica suficiente para justificá-los. Tampouco tem razão Samir Amin ao descartar o conceito de ciclos quando estes não atenderem a uma rígida repetição. Os ciclos referem-se a oscilações significativas que se repetem em um todo complexo, em que atuam outras tendências de longa duração que influenciam o seu ritmo. Possuem também fatores de aceleração, como a difusão tecnológica e o aumento exponencial da capacidade de organização dos trabalhadores com o desenvolvimento das escalas produtivas, no caso dos ciclos sistêmicos, que atuam para reduzir a sua extensão, como detectaram Arrighi e Silver. Os ciclos de Kondratiev devem ser medidos por indicadores internacionais e articular fenômenos econômicos com pontos de inflexão políticos de impacto mundial. Diante da dificuldade de mensurá-lo por meio da taxa de lucro mundial, devemos considerar as oscilações do crescimento do PIB *per capita* mundial, as variações e a composição da taxa de lucro do país hegemônico¹⁰.

O atual ciclo de Kondratiev se iniciou em 1994, a partir do arranque da taxa de lucro nos Estados Unidos e da elevação das taxas de crescimento econômico *per capita*

⁹ Não estamos de acordo com a tese sustentada por Giovanni Arrighi, em *Adam Smith em Pequim*, de que a hegemonia estadunidense haveria se encerrado com a intervenção militar no Iraque, transformando-se desde então em dominação. Embora tenha reivindicado a *Doutrina da ação preventiva* e a aplicado de maneira seletiva contra países da periferia que nomeou de “eixo do mal”, George Bush Filho não rompeu com os fundamentos do multilateralismo neoliberal estabelecido desde os anos 1980. Foi sucedido por Barack Obama, que buscou ampliar o consenso liberal, mediante a articulação do Acordo Transpacífico, do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, do Acordo de Paris, do acordo nuclear com o Irã, e das tratativas para o fim do embargo a Cuba.

¹⁰ Podemos afirmar, a partir das oscilações do PIB *per capita*, a presença dos ciclos de Kondratiev na economia mundial desde o século XIX e, notadamente, a partir de 1870, quando a industrialização no noroeste da Europa, nos Estados Unidos e no Japão articula um salto na escala da Divisão Internacional do Trabalho. Diferentemente do que supõe em Immanuel Wallerstein (2000) e André Gunder Frank (1998) que afirmam ser possível estender os ciclos de Kondratiev para períodos pretéritos, a estabilização ou a lentidão do crescimento *per capita* até o século XVIII não respaldam essa proposição, ainda que grandes transformações em termos de expansão do produto e da ocupação geoespacial tenham sido geradas. Em nosso *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America* (2020), buscamos periodizar as fases do Kondratiev desde o século XX a partir dos dados de Angus Maddison.

mundiais, associando-se a um conjunto de fenômenos que impuseram a hegemonia da globalização neoliberal, como o fim da União Soviética e do socialismo no Leste Europeu, a Guerra do Golfo, a imposição do Consenso de Washington nas periferias e a assinatura e entrada em vigor do Nafta. A fase de expansão apresentou três crises, a saber: 1998-2001, 2008-2009 e, agora, a partir de 2019. Seu esgotamento associa-se ao desgaste da globalização neoliberal que se manifesta pela perda de força de seus principais suportes, como o comércio exterior, os fluxos internacionais de capitais, o liberalismo político, o crescimento econômico e a capacidade de endividamento do Estado e das corporações privadas, assim como pela progressão exponencial da crise ambiental. A emergência de um imperialismo unilateral, desde o governo Trump, sua articulação internacional das forças neofascistas emergentes, e o efeito da pandemia da covid-19 sobre uma globalização neoliberal debilitada a colocam em colapso, do qual terá muitas dificuldades de se reerguer.

O caos sistêmico deverá colocar em questão não apenas a hegemonia dos Estados Unidos, mas o próprio sistema capitalista. Neofascismo e socialismo disputarão a reorganização do sistema mundial com um neoliberalismo debilitado que buscará retomar sua ofensiva. Diferentemente do que apostava Theotonio Dos Santos, os caminhos para uma civilização planetária dificilmente se estabelecerão pelo consenso em torno da hegemonia compartilhada dos Estados Unidos com as forças emergentes da economia mundial, em processo de ajuste permanente, conduzido pelas forças que dirigiram o Kondratiev que se encerra. Defendemos, com Giovanni Arrighi e Beverly Silver, que as lutas sociais e políticas terão um papel-chave na definição do processo de reorganização sistêmica que se estabelecerá. Ao contrário de Immanuel Wallerstein, consideramos que o processo de substituição do moderno sistema mundial por outro envolverá projetos globais que partirão da articulação de lutas de classe com disputas interestatais e geopolíticas. Tende a se criar uma bifurcação entre, de um lado, a China e a sua liderança com a Rússia no impulsionamento dos projetos do Sul global e eurasiático, e, de outro lado, o imperialismo estadunidense e sua liderança na articulação de um projeto global neofascista. Um projeto de poder envolve as grandes massas continentais e os mercados internos dos *hinterlands*; e o outro, as potências marítimas, baseando-se nos monopólios privados e na apropriação oligárquica do valor. Como aponta Arrighi, as raízes da bifurcação aparecem durante o início da crise sinalizadora de hegemonia e remetem, no caso dos Estados Unidos, à sua derrota no Vietnã, que foi muito mais política do que militar. Tal precedente histórico e analítico coloca a unidade das lutas de classe dos povos do Sul e dos países centrais, como chave para derrotar a máquina imperialista e transitar para um sistema mundial socialista, tomando a defesa da paz como um valor central. Consideramos que dificilmente o mercado braudeliano poderá ser uma alternativa em si, inscrevendo-se muito mais como parte da construção de um sistema mundial socialista, cuja emergência, se ocorrer, o será de forma necessariamente hibridizada, da maneira similar ao *moderno sistema mundial* que promoveu o capitalismo histórico.

Crise da globalização neoliberal e o caos sistêmico

A pandemia da covid-19 atinge uma globalização neoliberal em processo de exaustão, sintetizando um conjunto de crises, e colocando em fase terminal a hegemonia estadunidense. Podemos destacar três grandes crises: a) a crise ambiental; b) a crise da globalização neoliberal e; c) o fim da fase expansiva do Kondratiev.

A crise ambiental expressa o descompasso entre as forças propulsoras do capitalismo histórico no século XXI e as necessidades de desenvolvimento de uma nova etapa da revolução científico-técnica, direcionada para a construção de um paradigma biotecnológico, baseado na geração de bens públicos, como preservação e regeneração ambiental, saúde, educação, cultura e ciência. A predominância da riqueza oligárquica, do superlucro e a transformação de seres humanos e natureza em mercadoria, em escalas nunca antes vistas, elevam as taxas de desflorestamento, a emissão de carbono, o aquecimento global, a ampliação da circulação de pessoas e de mercadorias em detrimento dos sistemas de preservação da vida, que são secundarizados pela recusa do capital em incorporar os limites ambientais e a elevação do valor da força de trabalho exigidos pela nova etapa das forças produtivas¹¹. A vulnerabilidade dos Estados Unidos e dos países europeus em relação aos efeitos da pandemia demonstra o alto custo da desigualdade e da prevalência dos interesses privados sobre os públicos na gestão do novo paradigma emergente baseado em forças produtivas com alto grau de socialização.

A crise da globalização neoliberal se vincula às contradições entre a estratégia de financeirização, com epicentro nos Estados Unidos, e a produção de valor para sustentá-la. A expansão da massa de ativos financeiros em proporção superior à geração de riqueza material debilita a economia real e põe em tensão os arranjos macroeconômicos que a viabilizam. O esgotamento do Kondratiev expansivo acentua essas contradições. Se a China atuou entre 1994 e 2013 articulando a dinâmica de sua economia às exportações para o mercado interno estadunidense, utilizando parte do seu saldo comercial para comprar títulos da dívida pública norte-americana e auxiliar no financiamento do *deficit* na conta-corrente dos Estados Unidos, desde 2008-2013, com a inflexão no seu crescimento econômico, o país reorientou sua dinâmica para o mercado interno e os projetos eurasiático da Rota da Seda e do BRICS, congelando o seu estoque de títulos da dívida pública norte-americana, cujo crescimento foi avassalador entre 2000-2013. Iniciou-se assim o declínio da colaboração entre China e Estados Unidos, pela qual a primeira podia manter altas taxas de crescimento, sustentar o parasitismo estadunidense e impulsionar a difusão do Kondratiev expansivo para as periferias, em particular à América Latina e à África, mediante a compra de matérias-primas, a ampliação de investimentos e a ajuda internacional que fundamentou o *boom* das *commodities*. O crescimento acelerado baseado em exportações elevou significativamente a desigualdade na China, ainda que se combinasse com a acentuada redução da pobreza. Sua interrupção abre o risco de uma profunda crise social e pressiona a lide-

¹¹ Sobre a incapacidade de o capital assumir os custos de reprodução ambientais e da força de trabalho, veja-se *Crises of world hegemony and the speeding up of a social history* (2020) de Beverly Silver e Corey Payne, traduzido para o português e publicado neste número de *Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*.

rança política chinesa a reorientar suas prioridades para os gastos sociais, o bem-estar e a contenção e redução da desigualdade.

A eleição de Donald Trump expressou a reação interna à vulnerabilidade crescente da estratégia de financeirização dos Estados Unidos. Todavia, Trump não tinha a pretensão de negar a sobrevalorização do dólar, mas tinha a intenção de usar a força do Estado norte-americano para reverter a deslocalização das cadeias produtivas estadunidenses, impor sanções e ameaçar empresas e Estados concorrentes, tornando a China e a Rússia seus alvos preferenciais. Essa cisão revela as fraturas nas classes dominantes nos Estados Unidos entre uma fração internacionalista e dominante que concentra e centraliza o capital em detrimento dos segmentos empresariais de base nacional e dos trabalhadores, afetados pelo forte crescimento da desigualdade¹². A crise de 2007-2009 e a queda no crescimento que se seguiu, puseram a nu a desigualdade, elevaram a pobreza, e estabeleceram a perda de hegemonia do centrismo liberal que dirigiu a globalização neoliberal, abrindo o espaço para a ofensiva de extrema-direita e neofascista.

A aguda depressão gerada pela covid-19 evidencia a vulnerabilidade da estratégia de financeirização dos Estados Unidos na economia mundial, ao mesmo tempo que acelera os conflitos sociais e políticos no mundo. A queda drástica do PIB, das taxas de lucro, e do comércio internacional, a elevação do desemprego e a atuação dos movimentos sociais pressionam para a forte elevação dos níveis de intervenção estatal, em particular nos países mais afetados. A demanda de ampliação dos gastos sociais nos Estados Unidos e na União Europeia se choca com os altos níveis de endividamento governamental, e das corporações privadas, as exigências de sustentação de seus ativos fictícios e as restrições do grande capital para ampliação da tributação. O nível moderado de endividamento público na China e de suas empresas estatais, assim como o papel central que ocupa o Estado no padrão de desenvolvimento chinês, habilita o país para um desempenho muito superior em um novo contexto de longa recessão em que as taxas de lucro serão baixas¹³. Em contrapartida, a espiral de conflitos sociais no mundo tende a colocar em questão o protagonismo do dólar. O padrão dólar-flexível, pelo qual os Estados Unidos passaram a disputar e absorver grande parte do capital circulante no mundo, baseou-se em um conjunto de pressupostos que passam a ser desafiados: o baixo nível de endividamento do governo estadunidense; sua alta capacidade de se endividar em curto, médio e longo prazos; a força do seu mercado de capitais; e a difusão das políticas neoliberais e deflacionistas que criaram vulnerabilidade no balanço de pagamentos dos países, desregulamentaram suas contas de capital, exigiram alto volume de reservas depositadas no FED e restringiram a intervenção do Estado e os gastos sociais como indutores do crescimento econômico. Diferentemente da crise de 2007-2009, quando, entre junho de 2008 e dezembro de 2012, ingressaram

¹² Entre 1997-2016, o setor manufatureiro reduziu sua participação no PIB estadunidense de 16,1% para 11,2% e o setor financeiro a ampliou de 18,8% a 20,8%. (COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS, 2020, p. 375).

¹³ Na China, o endividamento empresarial concentra-se nas *joint-ventures*, onde é forte a presença do capital estrangeiro estadunidense e a influência do Estado, o que abre espaço para o aumento da participação do Estado no setor produtivo. Sobre o tema, ver China Institute (2018) e LING, Karen Jinprong; LU, Xiaoyan; ZHANG, Jusheng; e ZHENG, Ying (2020).

US\$ 2.587 trilhões na forma de compra de títulos da dívida pública, respondendo por 37% da sua expansão no período (COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS, 2020, p. 425); o peso da intervenção provavelmente recairá sobre o governo estadunidense, que corre ainda o risco de sofrer retiradas de reservas no período que se inicia¹⁴. O mercado de capitais estadunidense deverá se debilitar pelo avanço chinês sobre a fronteira tecnológica, que dificilmente poderá ser impedido pela escalada de sanções em razão da deterioração do desempenho econômico das empresas norte-americanas. As tentativas de bloqueio comercial e financeiro da China, provavelmente se reverterão em médio prazo contra os seus impulsionadores, de forma análoga ao bloqueio continental europeu imposto por Napoleão contra o Reino Unido. A China deverá continuar a avançar no domínio das tecnologias de comunicação, das tecnologias verdes e em saúde, assim como das tecnologias espacial, militar e da ciência básica, aprofundando a contradição entre o interesse empresarial imediato das corporações transnacionais estadunidenses e o do Estado norte-americano, que busca restringir suas transações.

É bastante provável que estejamos diante de um novo salto nos níveis de intervenção do Estado sobre a economia, que, desde 1880, vem se elevando em cada novo padrão regulatório que se estabelece. Caso entremos na fase B do Kondratiev, provavelmente os gastos estatais no mundo deverão se fixar em outro patamar, podendo saltar dos 37% nos Estados Unidos e 47% nos países da Zona do Euro para algo em torno de 50% a 70% nas próximas décadas¹⁵. Três forças políticas deverão disputar essa expansão dos gastos:

- a) O neoliberalismo universalista, que busca organizar um consenso em torno da hegemonia do atlantismo, dirigida pelos Estados Unidos, com apoio da União Europeia, incorporando políticas sociais e ambientais compensatórias. Tal alternativa se orientará para sustentar a financeirização e o protagonismo do dólar, mas será desafiada pela emergência da China, pela pressão dos movimentos sociais contra a desigualdade, pelos movimentos nacionais-populares nas periferias e pela deterioração ecológica que debilitarão o consenso neoliberal e sua democracia formal limitada;
- b) O neofascismo, cujo epicentro é a extrema-direita norte-americana, pretenderá restabelecer a centralidade dos gastos militares na acumulação de capital, em função do esgotamento crescente das bases da financeirização. Tal projeto se move para uma política territorialista de império e para a guerra como fundamento de uma economia mundial de dominação exploradora, desapropriação e despojo. Tende a retomar em novo patamar a Doutrina do Destino Manifesto que impulsionou a política de anexação dos Estados Unidos na América Latina, Caribe e nas ilhas asiáticas entre 1846-1933. Sua aposta na repatriação das cadeias produtivas

¹⁴ Diferentemente do que afirma Giovanni Arrighi, a libra esterlina não exerceu por muito tempo o papel de moeda protagônica, a partir do fim a hegemonia britânica. O padrão ouro-libra sofreu um primeiro colapso em 1914, sendo restabelecido pela ascensão hegemônica dos Estados Unidos até sofrer o colapso definitivo em 1931. Consideramos altamente provável que as pressões sociais que deverão se desenvolver com o avanço do caos sistêmico, coloquem em questão o protagonismo do dólar.

¹⁵ Veja-se Angus Madison para uma série histórica da expansão dos gastos estatais ao longo do século XX e a base de dados da OECD (2020) para sua atualização no século XXI.

nos centros imperialistas ocidentais só poderá se realizar sob forte repressão sobre os trabalhadores para que obtenham as taxas de lucro que alcançam fora. Tal alternativa encontrará fortes limitações para se impor em razão do declínio da liderança militar estadunidense, do aumento exponencial dos custos de proteção do mundo, da crescente desigualdade e do caráter cada vez mais multicultural e multiétnico das classes trabalhadoras nos países centrais; e

c) O socialismo, cujo desafio será o de impulsionar e coordenar três frentes de luta no sistema-mundo. Nos países centrais, onde buscará estabelecer um estado de bem-estar social avançado, centrado numa democracia participativa, que priorize a geração de bens públicos associados à nova etapa da revolução científico-técnica – como saúde, educação, cultura e preservação e regeneração ambiental – e erradique as opressões de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual. Tal redirecionamento do Estado implicaria forte controle do mercado, subordinando-o a objetivos sociais. Nos países periféricos, onde as lutas pelo desenvolvimento, pela democracia e pela soberania assumiriam forte caráter anti-imperialista e anticapitalista, rompendo com a dependência para promovê-lo em articulação com o eixo geopolítico do Sul Global. Na China e Rússia, pilares de um novo eixo geopolítico mundial, onde será necessário consolidar o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento limpo, capaz de reverter assimetrias estruturais, e um internacionalismo que possa bloquear a atuação do imperialismo ocidental e lançar as bases de um novo consenso mundial. Esse internacionalismo deverá estabelecer uma capacidade militar dissuasória e um consenso fundado na articulação entre as lutas anti-imperialistas, pela democracia participativa e por um novo padrão de desenvolvimento. Todavia, para isso terá que superar um conjunto de limitações como a cultura imperialista nos países centrais, a centralização estatal da política nos países socialistas e nos governos anti-imperialistas dos países semiperiféricos e periféricos.

O período de caos sistêmico em que estamos ingressando deverá colocar em questão as bases da democracia liberal estadunidense, fortemente vinculada ao racismo em razão de seus laços com o imperialismo e com o colonialismo interno, manifestos nos vínculos históricos com a escravidão e as leis de Jim Crow, no uso da força trabalho dos latinos e imigrantes em condições de precarização, ou na intervenção militar, guerras híbridas e articulação de golpes de Estado em áreas geopolíticas estratégicas. Seu êxito depende do funcionamento da ideologia da prosperidade de uma maioria branca caucasiana e das expectativas de ascensão social que proporciona para os trabalhadores, os setores médios e as minorias étnicas. Tal ideologia deverá ser ameaçada pela recessão estrutural, pelo crescimento da diversidade étnica em relação à população caucasiana nos Estados Unidos e pelo avanço da superexploração do trabalho.

É possível que nos próximos anos se produza na China uma inflexão que reorganize o seu poder político, da mesma forma que a ascensão estadunidense provocou o New Deal que repactuou as relações com os trabalhadores. Ela deverá ser impulsionada pela atuação de sua gigantesca classe trabalhadora contra os altos níveis de desigualdade alcançados no período de aproximação dos Estados Unidos e em favor da socialização do poder político. Essa pressão enfrentará, todavia, as resistências da burocracia partidária

ria que pretende manter seu monopólio político e da grande burguesia local que busca expandir seu poder relativo perante ao Estado. O resultado dessas lutas reorganizará a relação entre esses segmentos e será decisivo para definir as trajetórias da China no sistema mundial, articulando-se com as disputas geopolíticas mundiais. Quanto mais estas se aprofundarem, maior deverá a ser a força dos trabalhadores e de outros povos junto à burocracia partidária chinesa na construção de um bloco histórico oposto ao imperialismo estadunidense e ocidental, em face da necessidade de contar para isso com ampla base popular e internacional. O eventual êxito da China, nos próximos anos, na construção de uma alternativa monetária ao dólar poderá ampliar a margem estrutural de flexibilização e socialização do poder político, ao reduzir a necessidade de controle centralizado do câmbio e os riscos sobre o balanço de pagamentos.

Na América Latina, o desmonte dos fundamentos do neoliberalismo na economia mundial, em razão do declínio nos fluxos internacionais de capitais e da reversão do *boom* das *commodities*, coloca esse padrão de acumulação em profunda crise social e política, o que explica sua aproximação do neofascismo e do imperialismo unilateral estadunidense. A polarização expressa à direita – nos golpes de Estado no Paraguai (2012), no Brasil (2016), e na Bolívia (2019), no cerco e nas tentativas de intervenção na Venezuela e na eleição de Jair Bolsonaro – ou à esquerda – na emergência de movimentos de massa contra as políticas neoliberais no Chile e Equador, na eleição de Andrés Manuel Lopez Obrador, de Alberto Fernandez, de Luis Arce, no plebiscito pela Constituinte exclusiva que porá fim à Constituição pinochetista, na queda drástica de popularidade de Sebastian Piñera, Ivan Duque, ou em menor medida, de Jair Bolsonaro – revela a profunda dissensão em curso devido ao esvaziamento do centrismo e do abandono por parte do capitalismo dependente das tarefas mínimas vinculadas ao desenvolvimento econômico e social. A região deverá se dividir em dois blocos: um centrado no imperialismo estadunidense, nas burguesias internas, no subimperialismo servil às políticas externas norte-americanas a que se candidatam as extremas-direitas brasileira e colombiana, na superexploração dos trabalhadores e do meio ambiente; e outro, baseado na defesa da soberania, do desenvolvimento e da democracia e na emancipação dos movimentos populares que tende a se articular à construção de uma força geopolítica vinculada à China e à Rússia e ao estabelecimento de economias de transição para o socialismo. Entra em declínio acelerado o poder hegemônico regional, que reduziu os conflitos geopolíticos ao impor a dependência, em favor de um ambiente em disputa que envolve Estados, classes e blocos históricos de poder. Esse contexto se torna propício a revoluções e contrarrevoluções, aumentando ainda o risco de guerras.

Conclusão

Neste artigo buscamos analisar as tendências que se abrem no moderno sistema mundial a partir da covid-19. Utilizamos os instrumentos conceituais de longa duração integrando análises prospectivas e retrospectivas mediante a combinação de tendências seculares e cíclicas. Defendemos a construção de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista a partir da integração dialética entre os conceitos de moderno sistema mundial de Immanuel Wallerstein, de ciclos sistêmicos e hibridização de

sistemas-mundo de Giovanni Arrighi, de revolução científico-técnica e de ciclos de Kondratiev, reivindicados por Theotonio Dos Santos, de superexploração do trabalho por Ruy Mauro Marini e de modo de acumulação por Christopher Chase-Dunn. O conceito de modo de acumulação ilumina os vínculos e as contradições entre o capitalismo e as forças produtivas em que se sustenta historicamente, e o de revolução científico-técnica demarca o tempo estrutural de sua crise, que abre um período de lutas sociais e políticas em torno de sua preservação e sua transição para outras formas de existência. A extensão da superexploração da força de trabalho das periferias aos centros ocidentais indica o declínio da mais-valia relativa. A articulação entre as longas durações representadas pela revolução científico-técnica, o ciclo sistêmico estadunidense e o ciclo de Kondratiev, iniciado em 1994, ilumina uma individualidade histórica única em movimento. E o conceito de hibridização de sistemas-mundo sob direção socialista torna-se um instrumento indispensável na construção de um mundo pós-hegemônico e pós-capitalista, onde a riqueza esteja vinculada à unidade dialética entre a diversidade, a igualdade e a solidariedade.

Os resultados a que chegamos são, portanto, inevitavelmente heurísticos e provisórios. Saem da zona de conforto da interpretação do passado e assumem o risco de projetar tendências e antecipar cenários. Sustentamos que a pandemia da covid-19 marca a transição para o caos sistêmico e aponta a contradição entre o modo de produção capitalista e a necessidade de desenvolvimento de um novo paradigma biotecnológico. O estabelecimento em 2015-2020 da fase recessiva do ciclo Kondratiev, iniciado em 1994, coloca a hegemonia estadunidense e o neoliberalismo em crise terminal, abrindo uma disputa sobre a reorganização do sistema mundial que deverá articular conflitos geopolíticos e lutas de classes. De um lado, o imperialismo estadunidense e as potências ocidentais articulados com as burguesias periféricas, oscilando entre projetos neofascistas e neoliberais; de outro, a China e as potências continentais, como a Rússia, os governos e movimentos nacionais-populares da periferia e semiperiferia e os movimentos sociais dos países centrais buscando o difícil caminho de construir identidades entre o socialismo de mercado, o capitalismo de Estado, o anti-imperialismo, os projetos emancipatórios dos movimentos sociais e uma democracia em transição do liberalismo ao socialismo, em busca da formação de um bloco histórico global¹⁶.

Todavia, a vida concreta é repleta de interações dinâmicas e imprevisibilidades e é nesse cenário complexo que essas tendências poderão atuar nas próximas décadas.

¹⁶ Segundo Samir Amin (2007 e 2017), esse desafio e tarefa estariam na base da construção de uma V Internacional capaz de lançar um projeto socialista global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Samir. *Los desafíos de la mundialización*. México D.F.: Sigloveituno Editores, 1997.
- AMIN, Samir. *Mas allá del capitalismo senil*. Madrid: El Viejo Topo, 2003
- AMIN, Samir. *Por la V Internacional*. Madrid: El Viejo Topo, 2003
- AMIN, Samir. China 2013. *Monthly Review*. Disponível em <https://monthlyreview.org/2013/03/01/china-2013/> . Acesso em: 25 jan. 2021.
- AMIN, Samir. *La revolución de octubre cien años despues*. Madrid: El Viejo Topo, 2017.
- ARRIGHI, Giovanni. *La geometria del imperialismo*. México D.F.: Sigloveintiuno Editores, 1978.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1998.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni; Beverly J. *Chaos and governance in the Modern World System*. Minneapolis & London: University of Minnesota Press, 1999.
- ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; e SELDEN, Mark. *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspective*. London: Routledge, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: as estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Vol. I.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: o jogo das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 . Vol. II.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Vol. III.
- CHASE-DUNN, Christopher; HALL, Thomas D., T. *Rise and Demise: Comparing world-systems*. Colorado: Westview Press, 1997.
- CHINA INSTITUTE. *State-owned Enterprises in China Economy Today*. Edmonton University, 2018.
- DOS SANTOS, Theotonio. *A economia mundial: integração & desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DOS SANTOS, Theotonio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro: EDUERJ: CLACSO, 2016.
- FRANK, André Gunder. *ReOrient*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- HOPKINS, Terence K.; e WALLERSTEIN, Immanuel. *The age of transition: trajectory of world-system 1945-2025*. Londres: Zed Books, 1996

- LIN, Karen J.; LU, Xiaoyan; ZHANG, Junsheng; ZHENG, Ying. State-owned enterprises in China: a review of 40 years of research and practice. *China Journal of Accounting Research*, vol 19, issue 1, p.p 31-55, 2020.
- MADDISON, Angus. *La economía mundial 1820-1992: análisis y estadísticas*. París: OECD, 1997.
- MADDISON, Angus, *The World Economy: A millennial perspective*. Paris: OECD, 2001.
- MARINI, Ruy Mauro *Dialéctica de la dependencia*. México DF: Era, 1973.
- MARINI, Ruy Mauro. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: Ruy Mauro; e MILLÁN, Mária. (Org.) *La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. México: UNAM, tomo 4, 1996.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. *Caderno CRH*. Salvador, n.84, p. 463-480, 2018.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Samir Amin and the challenges of socialist transformation in senil capitalism. *Globalizations* v.6, n° 7, p.80-984, 2019.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Dependency, Neoliberalism and Globalization in Latin America*. Brill: Leiden: Brill, 2020
- OECD. *OECDSTATS*. Disponível em <https://stats.oecd.org/Index.aspx?queryid=82342>. Acesso em: 10 dez. de 2020
- RICHTA, Radovan. *La civilización en la encrucijada*. México D.F.: Sigloveintiuno Editores, 1971.
- SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 1995.
- SILVER, Beverly J.; PAYNE, Corey R. Crises of world hegemony and the speeding up of a social history In: DUTKIEWICZ, Piotr; CASIER, Tom; SCHOLTE, Jan A. *Hegemony and World Order: reimagining power in global politics*. New York: Routledge, 2020.
- SIMIAND, François. *Les fluctuations économiques à longue période et la crise mondiale*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1932
- WALLERSTEIN, Immanuel *The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World- Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy 1730-1840*. New York: Academic Press, 1989.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York. The New Press, 2000
- WALLERSTEIN, Immanuel. The world we are entering 2000-2050. In WALLERSTEIN, I e CLESSE. A. *The world we are entering 2000-2050*. Luxemburg Institute for European and International Studies, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Structural Crisis*. *New Left Review*, London, 62 mar-apr, 2010

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant: 1789-1914*, 2011.

Abstract: The article conducts a dialogical reflection between Braudelian analyzes of world-systems and Marxism, seeking to advance in the ways of building a Marxist theory of the capitalist world-system. To this end, revisits the works of classic and contemporary authors, placing the transition to the long 21st century as paradigmatic to promote the development of this theoretical synthesis. In this sense, it analyzes the crisis of neoliberal globalization and the ongoing systemic chaos, linking it to the articulation of long-term movements: the scientific-technical revolution, the cycle of hegemony in the United States and that of Kondratiev, which began in 1994.

Keywords: Analysis of World-Systems. Marxism. Dependency Theories. Long 21st Century. Systemic Chaos.

Resumen: El artículo realiza una reflexión dialógica entre los análisis braudelianos de los sistemas-mundo y el marxismo, buscando avanzar en los caminos de la construcción de una teoría marxista del sistema-mundo capitalista. Para ello, revisa las obras de autores clásicos y contemporáneos, colocando la situación de transición a lo largo del siglo XXI como paradigmática para promover el desarrollo de esta síntesis teórica. En este sentido, analiza la crisis de la globalización neoliberal y el caos sistémico en curso, vinculándola a la articulación de movimientos de largo plazo: la revolución científico-técnica, el ciclo de hegemonía en Estados Unidos y el de Kondratiev, que se inició en 1994.

Palabras-clave: Análisis de los Sistemas-Mundo. Marxismo. Teorías de la Dependencia. Largo Siglo XXI. Caos Sistémico.

Theotonio Dos Santos: o intelectual revolucionário, pioneiro da teoria da dependência*

Cristobal Kay*

Resumo: A vida e a obra de Theotonio Dos Santos são analisadas, enfocando sua contribuição para a teoria da dependência, os anos de formação na academia e o ativismo político na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), a passagem pela Universidade de Brasília com Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank. No exílio chileno, esses quatro pesquisadores se reagruparam no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), que se tornou o centro da teoria marxista da dependência na América Latina. Ali, Dos Santos escreve os textos fundadores da teoria da dependência. O golpe militar de 11 de setembro de 1973 obrigou-o mais uma vez ao exílio. Durante seu exílio no México e depois de volta ao Brasil, ele continua a desenvolver a teoria da dependência, mas concentra-se na teoria do sistema mundial.

Palavras-chave: Teoria da Dependência. Sistema Mundo. Ruy Mauro Marini. André Gunder Frank. Vânia Bambirra.

Tradução de Carlos Serrano da versão atualizada pelo autor do original Theotonio Dos Santos (1936-2018): The revolutionary intellectual who pioneered dependency Theory. *Development and change*, v. 51, n. 2, p. 599-630, 2019.

* Professor emérito em desenvolvimento rural e estudos sobre desenvolvimento no International Institute of Social Studies (ISS) da Universidade Roterdã, e professor e pesquisador associado ao Departamento de Estudos sobre Desenvolvimento da School of Oriental and African Studies (SOAS) da Universidade de Londres

Introdução

Em 11 de setembro de 1973, dia do golpe militar no Chile em que o governo de Allende foi derrubado, um decreto foi emitido pela junta militar chefiada pelo general Pinochet, no qual era mencionado o nome de Theotonio Dos Santos. Seu primeiro nome foi grafado incorretamente, como Teotorio, revelando a falta de familiaridade com os nomes brasileiros. Ele foi o único estrangeiro mencionado nessa lista de 95 pessoas. Seus nomes eram todos familiares para mim, como figuras públicas chaves do sistema político chileno. O decreto ordenava que se entregassem voluntariamente ao Ministério da Defesa antes das 16h30 desse dia fatídico e ameaçava que, “se eles se recusassem a fazê-lo, teriam de enfrentar as consequências que poderiam ser facilmente previstas”¹. A lista incluía os líderes dos vários partidos políticos da Unidade Popular (UP), que sustentava o governo Allende, bem como alguns funcionários-chave do governo. Incluía também os líderes do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), uma organização de extrema-esquerda que não pertencia à coalizão Unidade Popular. A maioria não se apresentou ao Ministério da Defesa: requisitaram asilo em embaixadas, esconderam-se ou foram detidos, mais cedo ou mais tarde. Outros foram fuzilados ou morreram em campos de concentração. Theotonio Dos Santos conseguiu asilo na Embaixada do Panamá, em circunstâncias difíceis (DOS SANTOS, 1978a, p. 14), onde ficou cinco meses antes que tivesse condições de deixar o país e iniciar no México o seu segundo exílio. Mas por que seu nome constava na lista?

Na época do golpe, Theotonio Dos Santos era o diretor do Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO), pertencente à Faculdade de Economia Política da Universidade do Chile, a principal e mais antiga universidade do país. Havia chegado ao Chile como exilado do Brasil apenas sete anos antes, em 1966. No CESO, Dos Santos escreveu seus principais textos sobre a teoria da dependência (doravante denominada TD), tornando-se um de seus pioneiros. Logo depois de Allende assumir o governo, em novembro de 1970, Theotonio Dos Santos e um membro de sua equipe de pesquisa sobre a dependência, Roberto Pizarro, foram abordados por uma pessoa-chave do Partido Socialista de Allende, convidando-os a tornarem-se membros. Talvez não seja surpreendente que tenham recebido esse convite, já que o programa da coalizão Unidade Popular foi fortemente influenciado pela TD. Pouco depois, Dos Santos juntou-se ao partido, em que nunca ocupou qualquer posição de liderança, embora tivesse fortes ligações com alguns de seus líderes. Como ele conta: “Era militante do partido, mas considerado como tal até certo ponto, porque me chamavam de companheiro intelectual, mas creio que era uma restrição, isto é, era militante, mas era intelectual” (LOZOYA, 2015, p. 269). Todavia, a junta militar conhecia muito bem o poder das ideias e queria silenciar sua voz.

Theotonio Dos Santos tem sido referido de várias maneiras: como “um dos mais brilhantes intelectuais da América Latina”, “um autêntico intelectual orgânico”, “um verdadeiro revolucionário”, “um dos mais importantes cientistas sociais e economistas

¹ Para o “Junta Militar Bando n°10: Ordem para os líderes políticos desta lista comparecerem às autoridades militares para serem presos”, veja-se: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0022.pdf.

da história do século XX²; “um economista a serviço do povo”, ou que sua “contribuição epistemológica para as ciências sociais transcendeu o espaço regional da América Latina”². Algumas dessas caracterizações são naturalmente exageros de entusiásticos admiradores, mas refletem o impacto que teve sobre muitas pessoas e seu grande número de seguidores. Ele foi um orador inspirado, capaz de falar sobre uma grande variedade de tópicos contemporâneos de maneira crítica e esclarecedora. Como um ex-colega de CESO relembra: “Quando Dos Santos está em pleno voo, nos recorda a ‘imaginação sociológica’ de Wright Mills: começa a analisar a situação política e econômica, cravando estacas aqui e ali, cada vez com maior velocidade [...] onde encontramos centenas ou milhares de hipóteses de trabalho luminosas e prometedoras” (VALENZUELA, 2018, p. 2). Concordo plenamente com essa avaliação, tendo sido eu próprio colega de Theotonio Dos Santos. Mas o que agitava particularmente seu público e leitores era o otimismo que irradiava sobre as possibilidades de um futuro melhor.

Dos Santos foi um persistente crítico do imperialismo e do capitalismo e um defensor incansável do socialismo revolucionário. Suas previsões sobre os assuntos mundiais às vezes se revelavam erradas, mas ele fazia as pessoas refletirem e se engajarem. Ele era uma pessoa sociável, acessível, calorosa, e vital, que se movia por suas convicções e seu otimismo histórico. Seu otimismo contrastava com o pessimismo um tanto desorganizador de André Gunder Frank – outro colega do CESO. A história pessoal pregressa de Frank (sua família havia fugido da Alemanha nazista) contribuiu para que ele previsse corretamente a queda do regime de Allende. Enquanto ele estava fazendo as malas para deixar o Chile, tendo aceitado um convite na Universidade Livre de Berlim (KAY, 2005a), Dos Santos comprava uma casa em Santiago poucos meses antes do golpe militar. Seu otimismo foi muitas vezes deslocado, mas ele inspirou e encorajou as pessoas a participar de movimentos sociais e políticos progressistas.

Dos Santos poderia ser caracterizado como um intelectual comprometido, um intelectual orgânico, um intelectual público ou engajado. Entretanto, sua vida e sua obra são melhor capturadas na expressão usada por Lozoya (2015) – a de um “intelectual revolucionário”, que não só defende uma mudança revolucionária, mas também é capaz de revolucionar seu campo disciplinar³.

Anos de formação acadêmica e política no Brasil

É necessário dar o contexto em que Dos Santos cresceu, a fim de obter uma compreensão adequada do surgimento e do desenvolvimento da TD e de seu legado. Vários fatores desempenharam papéis-chave no surgimento da TD na América Latina: a turbulenta política mundial durante o período da Guerra Fria e, principalmente, as ramificações políticas na região da Revolução Cubana de 1959; a constatação de que o processo de industrialização por substituição de importações (ISI) não cumpria com todas as expectativas e entrava em uma fase de “exaustão” de sua etapa “fácil”; a crescente influência do marxismo entre estudantes e jovens acadêmicos, especialmente os escritos sobre

²Essas citações foram retiradas de vários obituários após sua morte.

³Uma excelente antologia da obra de Dos Santos foi editada em dois volumes por Bruckmann e López (2020).

imperialismo e descolonização; e, por último, mas não menos importante, a insatisfação com as teorias econômicas ortodoxas e a sociologia da modernização.⁴

Theotonio Dos Santos nasceu em 1936 em Carangola, no estado de Minas Gerais, no Brasil. Estudou Sociologia, Política e Administração Pública na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo se formando em 1961. Fez seu mestrado em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB), fundada no mesmo ano em que a cidade, em 1960. Brasília substituiu o Rio de Janeiro como capital do Brasil, e sua localização no centro do país era altamente simbólica, assim como a arquitetura modernista de Oscar Niemeyer. Entre os fundadores da UnB estava Darcy Ribeiro, seu primeiro reitor, que encorajou estudos interdisciplinares, bem como currículos, pesquisas e métodos de ensino progressistas. Dos Santos concluiu seu mestrado em 1964 com uma tese sobre as classes sociais no Brasil (MARTINS, 1999). Enquanto concluía sua tese de mestrado, Dos Santos também se tornou professor em tempo parcial na universidade. Ele se lembra da universidade como “uma experiência extremamente rica no campo pedagógico, mas também pelo contato com o que havia de mais ousado na intelectualidade brasileira” (*apud* DAL ROSSO; SEABRA, 2016, p. 1036). Ele elogia seu “ambiente magnífico de ensino e aprendizagem” e lamenta que o projeto inovador de Ribeiro tenha sido “em grande parte destruído após 1964 pela ditadura militar” (DOS SANTOS, 2005a, p. 91). Enquanto estava na universidade, ele publicou seu primeiro livro, *Quem são os inimigos do povo?* (DOS SANTOS, 1962).

Na Universidade de Brasília, Dos Santos e os colegas, também alunos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, fizeram parte de um grupo de leitura sobre *O Capital*, de Marx – o que era bastante comum naquela época entre os estudantes de esquerda nas universidades por toda a América Latina. Viviam-se o período da Revolução Cubana, do surgimento de movimentos guerrilheiros em alguns países da região, bem como da crescente influência do marxismo e do ativismo entre os estudantes. Esses três colegas, a que me referirei como o “trio”, eram ativos politicamente e estiveram entre os fundadores da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, designada por Política Operária ou POLOP. Essa foi uma organização de extrema-esquerda que resultou da fusão de várias organizações políticas revolucionárias menores, incluindo dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que discordavam da política desse partido por que considerá-lo colaboracionista de classe (MARTINS, 1999)⁵. Dos Santos já havia sido ativista em seus tempos de estudante na Universidade Federal de Minas Gerais, tendo estado envolvido com o movimento sindical e a política socialista.

Ainda em Brasília, Dos Santos tornou-se secretário-geral da POLOP, mas se afastou da organização devido a diferenças políticas em relação à estratégia do *foquismo*. Um grupo dentro da POLOP assumiu a luta armada em sua luta pelo socialismo. Eles se inspiraram na Revolução Cubana e em Che Guevara, acreditando que a revolução poderia ser provocada por um pequeno grupo de lutadores (daí o termo “foco”)

⁴Ver KAY, Cristóbal (2019a), p. 15-28.

⁵Vários dos fundadores da POLOP tornaram-se intelectuais influentes no Brasil e no exterior, como Paul Singer, Eric Sachs, Emir Sader, Eder Sader, Michael Löwy e Simon Schwartzman, além do trio já mencionado (MARTINS, 1999). Raphael L. Seabra (2020) argumenta que os debates entre os membros da POLOP foram influentes na formação das ideias sobre a TD entre o trio.

engajados na guerra de guerrilha, entre o campesinato na zona rural. Esse foco desencadearia uma insurreição e se espalharia do campo para as cidades e, eventualmente, derrubaria o regime existente. Dos Santos recusou-se a endossar a luta armada porque não estava convencido de que ela levaria ao resultado desejado; em vez disso, ele argumentou que era necessário criar um movimento de massa por meio do trabalho político. Como previsto por Dos Santos, a luta armada fracassou, e muitos de seus companheiros morreram no processo (LOZOYA, 2015). Um dos livros de Dos Santos é dedicado ao “Comandante Juárez Brito; companheiro e amigo, tua morte não será em vão” (DOS SANTOS, 1972a)⁶.

Em 1963, André Gunder Frank foi contratado por Darcy Ribeiro como professor visitante para ministrar um curso de pós-graduação em teoria sociológica no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Ribeiro já era um antropólogo reconhecido e respeitado quando se tornou reitor dessa nova universidade. Seu colega antropólogo Eric Wolf recomendou-lhe Frank, de quem Dos Santos, Bamberira e Marini tornaram-se alunos na UnB. Foi uma das primeiras nomeações de Frank como professor, então com 33 anos. Dos Santos tinha 26 ou 27 anos quando fez o curso de Frank e participou de seus seminários. É possível que os anos em Brasília (1963-1964), em uma universidade progressista, tenham influenciado as ideias de Frank para sua inovadora análise crítica da sociologia da modernização (FRANK), (1967, 1972)⁷. Dos Santos lembraria mais tarde: “Foi na UnB também que conheci André Gunder Frank e iniciamos sistematicamente uma colaboração de décadas com Ruy Mauro Marini, que junto com Vânia Bamberira, minha então esposa, formamos um trio polemizado no mundo inteiro” (*apud* DAL ROSSO; SEABRA, 2016, p. 1036-1037).

Em 1964, um golpe de Estado militar derrubou o governo reformista de João Goulart, iniciando um período de ditadura que perdurou por 21 anos. Dos Santos entrou na clandestinidade, continuando dessa forma suas atividades, e decidiu pedir asilo na embaixada chilena em 1965, quando um tribunal de Minas Gerais o condenou a 15 anos de prisão por rebelião (LOZOYA, 2015)⁸. Em 1966, ele chegou ao Chile, onde vários proeminentes intelectuais já viviam no exílio, entre eles Florestan Fernandes, que ajudou Dos Santos a conseguir um emprego no CESO (VIDAL, 2013).

Fernandes era um renomado sociólogo, amigo de Eduardo Hamuy, um colega sociólogo, então diretor do CESO. O Chile naquela época era um lugar atraente e inspirador para um intelectual e ativista revolucionário. Os escritórios regionais de várias organizações das Nações Unidas estavam localizados na capital Santiago, entre eles o da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) e da Organização das

⁶Vânia Bamberira, que se casou com Dos Santos, viria posteriormente a editar um livro em dois volumes com as mais abrangentes análises dos movimentos revolucionários insurrecionais da América Latina da época, inclusive da POLOP (BAMBIRRA, 1971).

⁷A experiência latino-americana de Frank em um estágio inicial de sua vida acadêmica, vivendo de 1962 a 1973 na região, teve uma influência radical sobre ele e moldou muitas de suas ideias (KAY, 2005a).

⁸O tribunal militar o acusou de ser o “mentor intelectual da penetração subversiva no campo” (DOS SANTOS, 1978a, p. 13).

Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Essas e outras organizações internacionais atraíram alguns dos melhores profissionais da América Latina e de outros lugares. Vários exilados brasileiros encontraram emprego nessas instituições, entre eles Fernando H. Cardoso, que se tornaria um dos fundadores da TD e posteriormente presidente do Brasil. O Chile também era um lugar empolgante devido à sua cultura política relativamente madura e à existência de significativos partidos políticos marxistas. Eduardo Frei Montalva fora eleito para a Presidência com um programa reformista em 1964, e Salvador Allende ficara em segundo lugar nessa disputa presidencial. Assim, uma nova fase na vida de Dos Santos começa de maneira auspiciosa no Chile.

Exílio no Chile e a ascensão da teoria da dependência

Assim que se instalou no CESO, Dos Santos procurou recriar o trio da Universidade de Brasília para reforçar a capacidade de investigação do CESO, empurrá-lo mais para a esquerda e por motivos pessoais. Em 1967, Vânia Bambirra juntou-se aos quadros do CESO, e Dos Santos conseguiu convencer Ruy Mauro Marini a mudar seu exílio do México para o Chile. Marini seguiu seu conselho e viajou para o Chile, onde inicialmente conseguiu um emprego na Universidade de Concepción, no sul do país. É significativo que nessa universidade tenham estudado alguns dos principais dirigentes do MIR: a universidade era considerada uma das fortalezas desse movimento revolucionário que desenvolveu laços estreitos com os dirigentes revolucionários de Cuba. Após apenas um ano na Universidade de Concepción, Marini foi convidado, em 1970, a integrar o CESO e o trio reuniu-se novamente. Os três permanecem no CESO, até o fatal golpe de Estado de 1973. É esse trio que, junto a André Gunder Frank, está no cerne do desenvolvimento da tendência marxista da TD. Frank já estava no Chile, tendo aceitado, em 1968, um cargo no Departamento de Sociologia da Universidade do Chile em Santiago. O trio restabeleceu com Frank a relação que haviam formado em Brasília. Esta foi ainda mais fortalecida quando Frank foi para o CESO em 1971. O trio tornou-se um quarteto e o CESO ficou conhecido como o centro da TD na América Latina⁹.

Em meados de 1967, Dos Santos criou e liderou uma equipe de pesquisa para investigar as relações de dependência na América Latina. Um ano depois, ele apresentou um relatório de 14 páginas de sua equipe de pesquisa, que pode ser considerado um dos principais textos fundacionais da TD. Ao explicar os objetivos da pesquisa, ele forneceu uma das primeiras definições da dependência:

Se trata de analisar a dependência não apenas como um fator externo que limita o desenvolvimento econômico, mas sim como algo que conforma um certo tipo de estruturas sociais cuja legalidade ou dinamismo está dado pela condição dependente. Ao definir a dependência como o modo de funcionamento de nossas sociedades, se situa este conceito como o conceito explicativo fundamental da condição de subdesenvolvimento. (DOS SANTOS, 2015, p. 29)

⁹Para uma análise mais detalhada da história do CESO durante sua relativamente curta existência, de 1965 a 1973, veja-se Cárdenas (2011) e também Wasserman (2012).

A equipe inicial era composta de seis pesquisadores, dos quais apenas Dos Santos e Bamberger eram pesquisadores seniores, enquanto os demais estavam apenas a iniciar a carreira acadêmica. Havia também alguns alunos assistentes vinculados à pesquisa¹⁰. Uma das atividades da equipe de pesquisa do CESO sobre a dependência foi a organização de um seminário permanente, no qual proeminentes autores foram convidados a apresentar os seus trabalhos sobre temas relacionados com a dependência na América Latina; entre eles incluíam-se André Gunder Frank, Sergio Bagú, Marcos Kaplan, Aníbal Quijano, Osvaldo Sunkel, Tomás Vasconi e Pierre Vilar.

É digno de nota que, mesmo nessa fase inicial, não pensava a economia apenas em termos de América Latina, mas de maneira mais abrangente, mundial. Naquela época, os institutos de estudos latino-americanos não existiam em nenhuma universidade da região, muito menos centros sobre a economia mundial, e apenas alguns países começavam a estabelecer centros de pesquisa para o estudo de si próprios a partir das ciências sociais, em vez de uma tradicional, e geralmente conservadora, perspectiva histórica descritiva nacionalista. As únicas instituições com missão regional e localizadas na América Latina eram as várias Organizações ou Escritórios Regionais da ONU, como CEPAL, FAO, Unesco e OIT. Também nesse sentido, o programa de pesquisa de Dos Santos no CESO foi um esforço bastante pioneiro.

O conceito de dependência de Theotonio Dos Santos

A primeira visita de Dos Santos aos Estados Unidos ocorreu quando ele foi convidado pela Northern Illinois University em DeKalb, Illinois, a ser professor visitante no Departamento de Sociologia no primeiro semestre de 1969. Além de lecionar, ele aproveitou a oportunidade para realizar algumas pesquisas, reunindo um rico material empírico sobre a economia, a sociedade e a política dos Estados Unidos (DOS SANTOS, 1978a). Em dezembro daquele ano, ele foi convidado a apresentar um *paper* na 82ª Reunião Anual da American Economic Association (AEA), que ocorreu em Nova York. O título de sua apresentação foi “Imperialismo visto da periferia subdesenvolvida”, que ele apresentou no painel “Economia do imperialismo”; o presidente do painel era o conhecido economista marxista Paul Sweezy, editor-fundador da revista socialista independente, *Monthly Review*. Outro palestrante nesse painel foi Harry Magdoff, conhecido por seu trabalho sobre o imperialismo e estreitamente associado à *Monthly Review*. Os debatedores do painel foram os ilustres estudiosos Stephen Hymer, da Yale University; Arthur MacEwa, da Harvard University e Victor Perlo, formado pela Columbia University e membro do Partido Comunista dos Estados Unidos. Esse painel, presidido por Sweezy, foi bastante incomum, não só porque a maioria

¹⁰Para além das várias publicações de Dos Santos sobre a dependência, dois outros livros notáveis surgidos desta equipe de pesquisadores foram Caputo e Pizarro (1970) e Ramos (1972). Sergio Ramos era integrante do Partido Comunista do Chile, participou das discussões sobre o programa econômico da Unidade Popular e posteriormente integrou a equipe econômica do governo Allende. Ambos os livros tiveram influência significativa na formação do programa de governo da Unidade Popular.

dos palestrantes eram marxistas, mas também devido ao tema e ao fato de Dos Santos ser um sociólogo e não um economista no sentido tradicional¹¹.

O artigo de Dos Santos foi publicado no ano seguinte na *American Economic Review* (AER), o jornal mais influente em economia, com o título *The Structure of Dependence* (1970a). Ele se tornou conhecido inicialmente no mundo de língua inglesa em grande parte por meio desse artigo, que foi total ou parcialmente reimpresso em vários *readers*¹². Contém sua definição clássica de dependência publicada pela primeira vez em espanhol em uma publicação do CESO (DOS SANTOS, 1968b) e posteriormente reproduzida em uma compilação de alguns de seus textos no CESO (DOS SANTOS, 1970b). Esses textos do CESO, ou partes deles, foram reproduzidos em livros subsequentes de sua autoria [por exemplo, em Dos Santos (1978a)], por diferentes editoras em vários países latino-americanos (como, Dos Santos (1970c), bem como em livros editados por outros [por exemplo, Dos Santos (1972b)], garantindo assim uma ampla difusão de seu texto-chave sobre a dependência em toda a América Latina e além.

Qual é então a definição de dependência de Dos Santos?

Por dependência entende-se uma situação em que a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão *de outra economia à qual a primeira está sujeita*. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e podem ser autossustentáveis, enquanto outros países (os dependentes) podem fazer isso apenas como um reflexo dessa expansão, que pode ter um efeito positivo ou negativo em seu desenvolvimento imediato. (1970a, p. 231, grifo nosso).

Uma definição quase idêntica apareceu no texto anterior de Dos Santos apresentada na Assembleia do CLACSO de 1968 (veja nota de rodapé 11), que foi publicado (1970c). Esse texto foi traduzido por David Lehmann e publicado em um livro editado por Henry Bernstein, que também é frequentemente citado ou referido em textos de língua inglesa que discutem a TD. Vale a pena comparar as duas definições:

A dependência é uma *situação de condicionamento* [itálico no texto original em castelhano] em que as economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outros. Uma relação de interdependência entre duas ou mais economias ou entre essas economias e o sistema de comércio mundial torna-se uma relação de dependência quando alguns países podem se expandir por autoimpulsão enquanto outros, estando em uma posição dependente, só podem se expandir como um reflexo da expansão dos países dominantes, o que pode ter efeitos positivos ou negativos em seus desenvolvimentos imediatos. *Em ambos os casos, a situação básica de dependência faz com que esses países sejam atrasados e explorados* [grifo nosso]. (DOS SANTOS, 1973, p. 76)

¹¹ Versões semelhantes do texto foram apresentadas anteriormente por ele na Segunda Assembleia Geral do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e no Nono Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), realizados, respectivamente em Lima, em 1968, e na Cidade do México, em 1969 (DOS SANTOS, 1970b, p. 11-12).

¹² Tal como nos *readers* editados por Fann e Hodges, Livingstone, Todaro e Wilber; vejam-se as referências em Dos Santos (1970a).

Existem duas diferenças notáveis entre essas duas definições: (1) por alguma razão, a última frase da segunda citação (veja-se nosso *itálico*), que reforça a definição de Dos Santos de TD, é omitida do artigo da AER; (2) a frase “a que o primeiro está sujeito” é omitida na primeira frase da segunda citação, mas está incluída na primeira citação, da AER (veja-se nosso *itálico*), fornecendo assim uma frase mais forte. Num texto publicado vários anos depois, Dos Santos (1991) esclarece que nas relações dialéticas entre os países dominantes e os dependentes, isto é, entre os fatores externos e internos, “seu processo de acumulação *condicionado* pelo modo de inserção nesta economia internacional e, ao mesmo tempo, *determinado* por suas leis próprias de desenvolvimento interno” (*itálico* no original de Dos Santos). (DOS SANTOS, 1991)

Influência do sistema centro-periferia de Raúl Prebisch

O que transparece dessas definições é a ideia central de um sistema mundial interdependente, seguindo a ideia de Prebisch do sistema centro-periferia (PREBISCH, 1950; KAY, 2019b), em que certa Divisão Internacional do Trabalho dita que os países centrais se industrializem e se desenvolvam por meio da exportação de produtos industriais, enquanto os países periféricos estão em grande parte confinados à produção e à exportação de produtos primários com base na exploração de seus recursos naturais. Tanto Dos Santos quanto Prebisch caracterizam isso como um sistema de trocas desigual, em que a periferia (ou países dependentes na terminologia de Dos Santos) transfere um excedente econômico para o centro (ou países dominantes). Prebisch explica essa transferência de excedente como decorrente da deterioração dos termos de troca na periferia, em termos da evolução do preço dos produtos primários exportados pelos países periféricos e importados pelos países do centro, em relação ao preço dos produtos industriais exportados pelo centro e importados pela periferia. Dos Santos também inclui outras transferências, como aquelas decorrentes de remessas de lucros, preços de transferência, pagamentos de *royalties*, pagamentos de juros elevados para o serviço da dívida externa e pagamentos por outros serviços comuns em estudos sobre imperialismo. Em publicações posteriores, Dos Santos também introduziu o conceito marxista de troca desigual derivado da análise de Emmanuel Arghiri (1972); este está enraizado na teoria marxista do valor-trabalho, portanto, não está confinado à produção e à exportação de matérias-primas pela periferia, como na análise de Prebisch, mas também surge na exportação de mercadorias industriais, bem como de serviços dos países dependentes para os países dominantes. Contudo, Prebisch (1950, 1964) refere-se à existência de excedente de trabalho na periferia como impulsionador de uma economia de baixos salários, uma das razões para a deterioração dos termos de troca da periferia, bem como para a troca desigual, prenunciando elementos da famosa análise de Arthur Lewis sobre “oferta ilimitada de trabalho” e termos de troca publicados em 1954. Tanto a “tese de Prebisch-Singer” – nome adotado para Prebisch e a análise de Hans Singer da deterioração dos termos de troca dos países dependentes – e a do intercâmbio desigual de Emmanuel criaram intensas controvérsias que não serão analisadas neste artigo¹³.

¹³ Veja Kay (1989) e Valenzuela (1972)

Existem, é claro, outras semelhanças e diferenças; não há espaço aqui para discutir-las todas, mas uma das grandes diferenças diz respeito à dimensão social e política. Ao contrário de Prebisch, Dos Santos foi um estudioso interdisciplinar treinado e um marxista, portanto, também trouxe para a análise das relações de dependência as dimensões social e política. Em seus escritos, Dos Santos sempre enfatiza as relações de classe internas ao país dependente e as relações políticas e como estas estão interligadas e articuladas de maneira dialética com as do país dominante. Portanto, a dependência não é apenas um fator externo, mas está intimamente relacionada e determinada pela estrutura interna e pelas relações sociopolíticas dos países dependentes. Embora Prebisch não fosse nem um sociólogo nem um cientista político, foi um ator político vigoroso e engajado em nível nacional na Argentina e no cenário mundial, por meio de suas atividades na CEPAL e na UNCTAD (DOSMAN, 2008; KAY, 2019b). Prebisch também foi um ativista, mas que poderia ser referido como um “ativista institucional”, tendo criado e moldado instituições durante sua vida. Enquanto os objetivos de Prebisch eram reformar as instituições e, assim, trazer um sistema de capitalismo mais justo e inclusivo, os objetivos de Dos Santos eram revolucionar esse sistema por meio de uma transformação socialista democrática.

Faço essas referências a Prebisch em parte porque seu paradigma centro-periferia e o trabalho da CEPAL – que ele liderou quase desde seus inícios no final dos anos 1940, até sua mudança para a UNCTAD em 1964 – tiveram uma influência significativa em Dos Santos e no surgimento da TD em geral. Mas olhar para Prebisch também ajuda a iluminar as duas vertentes diferentes dentro da TD, ou o que chamo de tendências estruturalista ou reformista e a marxista ou revolucionária (KAY, 1989; 1991). A perspectiva “estruturalista” sobre o desenvolvimento emergiu do trabalho de Prebisch e sua equipe na CEPAL, decorrente de sua ênfase nas características históricas e estruturais que moldaram o processo de desenvolvimento da América Latina (e outras regiões periféricas do mundo) desde o período colonial como distinto das estruturas econômicas (e sóciopolíticas) que surgiram desde a Revolução Industrial nos países centrais ou desenvolvidos (SUNKEL, 1966; SUNKEL; PAZ, 1970). Consequentemente, a América Latina teve de encontrar sua própria estratégia e caminho de desenvolvimento, já que as estruturas e as circunstâncias diferiam em comparação com aquelas do centro. Como forma de superar ou reduzir as consequências negativas da deterioração dos termos de troca, que limitava o potencial de desenvolvimento da região, Prebisch defendeu vigorosamente a industrialização da América Latina, o que exigia protecionismo, bem como outras medidas de apoio do Estado. Na época, tal proposta foi considerada uma heresia, dado o domínio da economia ortodoxa. Não é de admirar que Albert Hirschman (1961) caracterizou o relatório pioneiro de Prebisch (1950) como “manifesto da CEPAL”¹⁴, aludindo a outro manifesto histórico, pois desafiava a teoria comercial ortodoxa e a Divisão Internacional do Trabalho existente¹⁵.

Eu consideraria representantes-chave da versão estruturalista da TD, Osvaldo Sunkel (1969; 1972), Celso Furtado (1973, 1974; KAY, 2005b) e, com alguma ressalva,

¹⁴ N.T.: Hirschman também o chamava de “Manifesto latino-americano”.

¹⁵ Veja também o estudo da CEPAL (1950) elaborado em sua parte central por Raúl Prebisch.

Fernando Henrique Cardoso¹⁶(1972,1973) (CARDOSO e FALETTO, 1969), todos os que trabalharam, em algum momento, na CEPAL ou em instituições associadas. Para a versão marxista da TD, alguns dos principais colaboradores originais, para além de Dos Santos, foram André Gunder Frank (1966, 1972), embora novamente com a necessidade de alguma qualificação¹⁷, Ruy Mauro Marini (1972,1978) e Vânia Bambirra (1973, 1978). De uma perspectiva mais ampla, Prebisch poderia ser considerado um precursor da TD, pelo menos para a variante estruturalista. Os defensores da variante marxista criticaram Prebisch e a CEPAL por apoiarem a burguesia industrial emergente e por buscarem promover o desenvolvimento capitalista, ainda que por meio de reformas progressistas. Na visão dos autores da dependência marxista, tal processo apenas reforçaria as relações de dependência, daí sua defesa de uma transformação socialista¹⁸.

A análise da dependência de Theotônio Dos Santos

Qual é, então, a contribuição de Dos Santos para a TD? Já mencionamos sua definição de dependência, dada em resposta à sua própria pergunta de “o que é a dependência?”, a mais conhecida caracterização sintética de dependência. Embora o surgimento da TD seja um esforço coletivo e englobe mais vertentes que as duas que sugeri, existem algumas variações entre os autores dentro de cada vertente, decorrentes de diferentes ênfases nos vários aspectos do complexo da dependência ou devido a alguma ideia nova. Ao desenvolver suas ideias sobre a TD, Dos Santos fez uma leitura crítica da obra da CEPAL, com a qual se familiarizou pela primeira vez enquanto estudava e trabalhava na Universidade de Brasília, uma vez que a CEPAL havia estabelecido um escritório na nova capital do Brasil.

Os estruturalistas da CEPAL, embora proponentes de uma estratégia de industrialização por substituição de importação (ISI), tornaram-se críticos do caminho dos governos para segui-la. Após uma fase inicial de rápido crescimento industrial durante os anos 1950 e início dos anos 1960, o processo ISI entrou em uma fase de declínio. Uma das razões para essa desaceleração foi o gargalo do câmbio, que se desenvolveu

¹⁶Cardoso não se encaixa totalmente na posição estruturalista, já que seus escritos sobre o TD também são influenciados pelo marxismo. Ele tinha um bom domínio do marxismo, tendo participado de grupos de estudos marxistas em seus tempos de estudante, como tantos outros cientistas sociais latino-americanos desse tempo – mas não era marxista nem nunca fingiu ser. Mais tarde, ele mudou para uma posição neoestruturalista e, como presidente do Brasil, para uma posição neoliberal na visão de seus críticos de esquerda, entre eles Dos Santos.

¹⁷Frank discordava das várias maneiras pelas quais os autores da escola da dependência foram categorizados; veja seu extenso ensaio de revisão de cinco livros que discutem a TD (FRANK, 1991). Em segundo lugar, eu o considero principalmente um precursor da teoria do sistema mundial, e ele próprio preferiu usar os termos “desenvolvimento do subdesenvolvimento ou “metrópole-satélite” em vez de dependência – um termo que dificilmente usou – ao se referir aos países subdesenvolvidos ou dependentes (KAY, 2005a; 2011).

¹⁸É notável que em seus últimos anos, quando testemunhou a ascensão do neoliberalismo, Prebisch tornou-se um crítico feroz deste e se aproximou de algumas das posições dos escritores marxistas dependentistas (PREBISCH, 1981). Ele até defendeu “uma síntese do socialismo e do liberalismo econômico genuíno” (PREBISCH, 1984, p. 191).

na medida em que as importações aumentaram mais rapidamente que as exportações. À medida que a ISI prosseguia, era necessário aumentar as importações de bens intermediários (vários insumos), bem como de bens de capital (maquinário, ferramentas, peças de reposição), enquanto as exportações não aumentavam rápido o suficiente para gerar as divisas exigidas. Com isso, as importações desses bens tornaram-se mais caras e foram racionadas, afetando o investimento industrial e levando a menores taxas de crescimento. Além disso, as expectativas de geração de emprego e a melhoria na distribuição de renda altamente desigual eram decepcionantes.

Com base na análise da CEPAL e na sua própria, Dos Santos descobriu a crescente penetração de capital estrangeiro, principalmente de multinacionais estadunidenses, no setor industrial da América Latina. Enquanto no passado os investidores estrangeiros, em maior ou menor grau, investiam na mineração e em algumas explorações agrícolas, principalmente para exportação, agora eles começaram a direcionar seus investimentos para o setor industrial, estabelecendo subsidiárias de modo a manter o acesso ao mercado interno, pois tinham de enfrentar barreiras protetoras para a exportação de suas manufaturas. Como consequência da estratégia de ISI, a indústria tornou-se o setor mais dinâmico da economia na fase inicial. Assim, o capital estrangeiro ganhou um nível crescente de controle sobre a economia nacional por meio desse processo de desnacionalização. Além disso, a burguesia nacional acolheu esse capital estrangeiro e associou seus interesses aos da burguesia estrangeira, que foram os principais beneficiários domésticos. Dos Santos atacou a burguesia “nacional” por se tornar subserviente ao capital estrangeiro. Consequentemente, para os marxistas, a nova burguesia industrial foi vista como abdicante de seu papel historicamente progressista. Foi essa nova incursão e domínio do capital estrangeiro, e seu impacto na economia, sociedade e na política do país, que Dos Santos rotulou de “o novo caráter da dependência”, o título de uma de suas publicações (DOS SANTOS, 1968c).

Dos Santos estava preocupado que uma larga proporção do excedente econômico da indústria fosse transferida para o exterior, para o país de origem das multinacionais, limitando assim o processo de acumulação de capital e crescimento econômico. Ele interpretou essa situação recorrendo à teoria marxista do imperialismo e, particularmente, aos escritos de Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo e Nikolai Bukharin, bem como do não marxista John Hobson. Contudo, ao mesmo tempo que considerava as teorias do imperialismo um ponto de partida útil, reconhecia suas limitações: elas estavam principalmente preocupadas com os desenvolvimentos nos países imperialistas, enquanto negligenciavam a discussão das consequências que isso tinha para os países coloniais. Daí a necessidade de analisar, dentro de um quadro marxista, as transformações particulares dos países coloniais provocadas por sua incorporação à esfera dos países imperialistas. Dos Santos acreditava que uma forma distinta de capitalismo se desenvolveu dentro dos países dominados, portanto, seu objetivo era desenvolver uma teoria marxista da dependência que o marxismo clássico ou ortodoxo era incapaz de explicar completamente. Essa foi de fato uma tarefa ambiciosa e controversa, que ele empreendeu com os outros membros do “quarteto” do CESO e pelo qual foi criticado por alguns marxistas e não marxistas.¹⁹

¹⁹Veja KAY (2019a)

Para Dos Santos, um aspecto fundamental dessa nova dependência é a dependência tecnológica. O ciclo de acumulação de capital nos países dependentes não pode ser concluído internamente, pois eles possuem apenas um setor incipiente e simples de bens de capital. Tradicionalmente, a maioria, senão todos, os equipamentos e maquinários para a extração dos recursos naturais da região é importada dos países dominantes. Com a ISI, os países dependentes precisam importar o capital necessário e os bens intermediários para desenvolver seu setor industrial. A fim de alcançar um crescimento econômico sustentável e padrões de vida mais elevados, um país não pode depender apenas do uso de mais terra, trabalho e capital, mas deve contar cada vez mais com o aumento da produtividade desses três fatores de produção, introduzindo tecnologias avançadas e desenvolvendo seu próprio setor de bens de capital. Como os países latino-americanos ainda não haviam sido capazes de desenvolver esse setor de bens de capital, tiveram importar dos países dominantes as maquinarias e as ferramentas relacionadas, permitindo que estes adquirissem um controle ainda maior sobre suas economias. Em suma, uma das principais características da dependência é que os países dependentes carecem de capacidade de crescimento autônomo e autossustentável, pois a realização de seu ciclo de investimento requer, em maior ou menor extensão, a importação de bens de capital, portanto, não pode ser alcançada domesticamente.

É comum observar no processo de industrialização dos países capitalistas avançados que há certa sequência, desde a produção de bens de consumo até a produção de bens intermediários e de capital, em decorrência dos diversos vínculos entre eles. Assim, Dos Santos observou que a industrialização dos países dependentes tem potencialmente a capacidade de ultrapassar a dependência econômica:

Se as economias dependentes podem obter um alto grau de autonomia produtiva e desenvolver um importante setor I (de máquinas e matérias-primas industrializadas), o capital estrangeiro perderia a capacidade de determinar o caráter de seu desenvolvimento, se converteria em uma expressão puramente artificial que logo seria destruída, fazendo desaparecer a relação de dependência. (DOS SANTOS, 1978a, p. 100).

Essa afirmação é bastante notável, pois levanta a possibilidade de que a dependência possa ser superada dentro do capitalismo, prescindindo para isso da necessidade da revolução socialista. Dos Santos e Bambirra são os únicos autores da dependência marxista a levantar essa possibilidade²⁰, aproximando-se tentadoramente da posição de dependência estruturalista. No entanto, ambos continuam em suas análises argumentando que esse caminho para o desaparecimento da dependência é bloqueado pelo capital transnacional, à medida que as multinacionais estrangeiras deslocam suas indústrias de bens de consumo para os países dependentes e bloqueiam o estabelecimento de indústrias de bens de capital nacionais, de modo a manter seu controle sobre a tecnologia. Isso tem implicações deletérias para o progresso tecnológico e o crescimento nos países dependentes. Assim, é a influência política e o poder do capital transnacional (ou neoimperialismo, como alguns o chamam) que bloqueia essa possibilidade de libertação para os países dependentes (DOS SANTOS, 1972c).

²⁰Veja BAMBIRRA, 1973, p. 101.

As experiências de desenvolvimento de alguns dos novos países industrializados (NPIs), como a Coreia do Sul e Taiwan, parecem contradizer essa visão pessimista em última análise (KAY, 2002). Paradoxalmente, Dos Santos tem dificuldade em admitir que esses países possam desenvolver um setor de bens de capital, alcançando assim uma estrutura industrial integrada que possa romper com as correntes da dependência. Os NPIs eram vistos pelos dependentistas (termo usado para se referir aos escritores de dependência) como meras plataformas de exportação de bens de consumo industrializados, aproveitando sua mão de obra barata. Esse foi em parte o caso na primeira fase, com a criação de zonas de exportação industriais, principalmente nas áreas costeiras, que tinham poucas ligações com a economia doméstica. Dos Santos também argumentou que esses NPIs foram capazes de explorar períodos de crise nos países dominantes para desenvolver sua estrutura industrial, porém, na onda expansionista do capitalismo, os laços de dependência se reafirmariam (MARTINS, 1999). Eu sugeriria que outra razão para a relutância de Dos Santos em examinar mais de perto a experiência industrial bem-sucedida dos NPIs é que isso daria crédito à visão estruturalista da dependência e, particularmente, à tese do “desenvolvimento dependente associado” de Fernando Henrique Cardoso (1973), com quem Dos Santos tinha diferenças de longa data, pela qual Cardoso argumentou que os países dependentes poderiam alcançar altas taxas de crescimento econômico. O pessimismo de Dos Santos sobre o capitalismo foi contrabalançado por seu otimismo inabalável sobre o futuro do socialismo, que é um fio condutor constante ao longo de seus escritos.

Dos Santos rejeitou a possibilidade de uma aliança desenvolvimentista entre a burguesia industrial “nacional” e a classe trabalhadora, que os partidos de centro-esquerda e o partido comunista advogavam no Brasil e em outros países latino-americanos (DOS SANTOS, 1967). Segundo seus proponentes, tal aliança permitiria enfrentar tanto a classe latifundiária e a classe financeiro-comercial quanto o capital estrangeiro que bloqueava o potencial de desenvolvimento do país ao, por exemplo, se opor à reforma agrária. Os dependentistas marxistas argumentaram que a burguesia industrial estava longe de assumir tal postura progressista nacionalista, pois estava intimamente vinculada às outras frações da classe alta e preferia a aliança com o capital estrangeiro em vez de confrontar o (neo)imperialismo (DOS SANTOS, 1968a). Mudar as relações de dependência exigiria o confronto não apenas com a classe dominante dentro do país, mas também com a classe dominante do centro hegemônico. Somente uma aliança entre a classe trabalhadora, especialmente o “novo proletariado” surgido da ISI, o campesinato e alguns setores da pequena burguesia progressista, cabendo ao proletariado industrial o papel de liderança sob a bandeira do socialismo, seria capaz de romper os laços de dependência e alcançar um desenvolvimento inclusivo e justo.

Um ponto de viragem histórica: o fim da via chilena para o socialismo

A escolha política colocada para a América Latina foi descrita dramaticamente por Dos Santos (1969, 1977a) como sendo entre o socialismo e o fascismo. Ele foi influenciado por sua experiência do golpe militar de 1964 no Brasil, provocado pela crescente militância da classe trabalhadora e do campesinato e pelo aprofundamento das divisões e de conflitos de classe; e acreditava que as crescentes contradições do capitalismo

dependente levaria a uma ditadura fascista ou a uma revolução socialista. Dada a transferência de parte do excedente econômico via intercâmbio desigual para os países dominantes, a classe capitalista doméstica recorreu à superexploração de sua força de trabalho, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do processo de trabalho, de forma a proteger seus lucros e permanecerem competitivos nos mercados internacionais (MARINI, 1972). À medida que o processo de ISI avançava, os requisitos de acumulação aumentavam, pois as indústrias se tornavam mais intensivas em capital, empurrando assim a classe capitalista a aumentar a extração de mais-valia do trabalho, exacerbando os conflitos sociais que levaram ao dilema mencionado tão duramente por Dos Santos (1972a): socialismo ou fascismo. Processos semelhantes estavam a ocorrer em outros países da região. Parecia que a intuição de Dos Santos não estava tão equivocada, já que, em 1970, um governo socialista foi eleito no Chile, seguido pela revolução sandinista na Nicarágua em 1979 e outras breves tentativas de algum tipo de socialismo. Mas essas experiências socialistas foram revertidas, e uma onda de ditaduras militares dominou o cenário político da região de meados dos anos 1970 aos anos 1980. Escrevendo uma década depois, Dos Santos não viu razão para mudar sua avaliação ao escrever: “[...] a profunda crise latino-americana não pode encontrar solução dentro do capitalismo. Ou se avança revolucionária e decididamente para o socialismo [...] ou se apela à barbárie fascista, única capaz de assegurar ao capital as condições de sobrevivência política.” (DOS SANTOS, 1978a, p. 471).

De fato, a barbárie parecia ter assumido o controle não apenas no Chile, com o longo governo da ditadura militar de 1973 a 1989, mas também em vários outros países da região, na esteira de outros golpes de Estado. O drama chileno marcou um ponto de inflexão ao inaugurar a era da globalização neoliberal e o declínio gradual ao TD. Mas primeiro a TD se espalhou para outros países da América Latina, Estados Unidos e Europa, dando-lhe um novo impulso devido à diáspora de exilados vindos do Chile. A transição chilena para o socialismo por meio das urnas atraiu a atenção internacional, apesar do pequeno tamanho do país e de sua localização, cercado pela alta cordilheira andina a leste e o vasto oceano Pacífico a oeste. Muitos acadêmicos, pesquisadores e ativistas visitaram o Chile durante os anos Allende para ver esse experimento em primeira mão. Como o CESO era o centro da TD, recebeu vários visitantes de destaque, entre eles Eric Hobsbawm, Alain Touraine e Paul Sweezy. As campanhas de solidariedade em todo o mundo desempenharam um papel crucial em assegurar a liberação e a passagem segura de muitos exilados, bem como em encontrar um meio de vida adequado para eles em seus novos países de residência.

Da dependência à teoria do sistema-mundo: do exílio no México à volta ao Brasil

Dos Santos teve a sorte de poucos meses depois de chegar ao México em 1974, poder retomar suas atividades acadêmicas com um emprego no *Instituto de Investigaciones Económicas* da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) na Cidade do México. É a principal universidade do país, com mais de 300 mil alunos, e uma das maiores universidades da América Latina. Em 1976, Dos Santos tornou-se coordenador do programa de doutoramento da Faculdade de Economia. Ele lecionou uma variedade de

disciplinas, como Economia Internacional e Economia Política da Ciência e Tecnologia, refletindo uma mudança em sua pesquisa em direção à economia mundial, com particular interesse na revolução técnico-científica, aprofundando assim seu foco anterior na tecnologia. Também ministrou cursos de Ciência Política e Filosofia na Faculdade de Ciência Política e Filosofia da UNAM (CNPq, 2018; DOS SANTOS, 2000/2002).

Como ele mesmo escreveu: “A partir de 1974, durante o meu segundo exílio no México, dediquei-me à questão mais global da Revolução Científico-Técnica, desenvolvendo junto com Immanuel Wallerstein, André Gunder Frank e Samir Amin, entre outros, uma teoria de um sistema mundial sobre a qual recai o foco de minhas pesquisas atuais” (DOS SANTOS, 1998, p. 68)²¹. André Gunder Frank (s.d.) reconheceria ao revisar o livro de Dos Santos (2000/2002): “foi Theotonio quem, décadas atrás, chamou nossa atenção para o fato de que devemos fazer nosso próprio estudo da economia mundial, como então fizemos” (FRANK, s.d.). Com seu compatriota Celso Furtado, entre outros, Dos Santos tornou-se cofundador da Associação de Economistas do Terceiro Mundo, cujo primeiro congresso aconteceu na Argélia em 1976, sob os auspícios do Movimento dos Não Alinhados, formado em 1961 por um grupo de países (em grande parte em desenvolvimento) que não estavam alinhados aos principais blocos de poder existentes na época, os EUA e a URSS. Seu amigo Samir Amin também esteve presente (DOMÍNGUEZ-MARTÍN, 2018). Os debates nesse congresso foram muito influenciados pela TD, pois suas ideias se espalharam para outros países do Terceiro Mundo (para usar um termo comum nos tempos da Guerra Fria), indo para muito além da região que lhe deu origem.

Embora o trio Bambilra-Marini-Dos Santos tenha ido para seu segundo exílio para o México, morando na Cidade do México e trabalhando na mesma universidade, a UNAM, eles foram incapazes de recriar o entusiasmo, a unidade, o senso de propósito e a urgência política que haviam sido a razão e a motivação para seu trabalho colaborativo desde os dias de estudante. Eles eram todos figuras bem estabelecidas, cada um com seus próprios seguidores. Eles gradualmente se distanciaram profissionalmente, cada um perseguindo sua própria agenda de pesquisa particular. Embora Bambilra e Dos Santos tenham publicado alguns capítulos e livros conjuntos (por exemplo, BAMBIRRA; DOS SANTOS, 1979, 1980) durante esse período, eles não estavam trabalhando juntos na TD. Os tempos e as circunstâncias mudaram à medida que a maré histórica virou²².

Durante seu exílio no México, Dos Santos reuniu vários de seus trabalhos anteriores sobre TD, reunindo-os com alguns capítulos adicionais escritos no México, no que considero ser seu livro mais importante sobre a dependência (DOS SANTOS, 1978a). Também publicou livros sobre suas novas pesquisas em torno da Revolução Científico-Tecnológica (*Idem*, 1977b) e sobre a crise do imperialismo (*Idem*, 1977c), bem como uma crítica ao milagre brasileiro (*Idem*, 1974, 1978b). Ele continuou a publicar

²¹ Um quarto de século após 1974, Dos Santos (2000) contribuiu com um capítulo sobre a gênese do conceito “sistema econômico mundial” em uma publicação em homenagem (*Festschrift*) a Immanuel Wallerstein.

²² Alguns outros colegas do CESO também encontraram refúgio no México, tornando-se cientistas sociais e pensadores influentes, incluindo José Valenzuela Feijó na economia, Jaime Osorio na sociologia e Álvaro Briones em várias áreas.

um grande número de artigos sobre os assuntos mundiais, o capitalismo contemporâneo, o marxismo, o socialismo, o problema da dívida externa, as empresas transnacionais e o Brasil. Algumas das pesquisas que iniciou no México só foram publicadas mais tarde, após seu retorno ao Brasil em 1979, com a restauração da democracia – e depois de ter se assegurado de que a anistia política concedida pelo governo pós-ditadura também se aplicava a seu caso (DOS SANTOS, 1983a, 1983b, 1984).

Ao retornar ao Brasil, Dos Santos se lançou na política e escreveu um livro sobre o caminho brasileiro ao socialismo (DOS SANTOS, 1986). Foi um dos membros fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que perseguia o socialismo democrático. Seu líder fundador foi Leonel Brizola, político que Dos Santos admirava desde a juventude no Brasil e que foi eleito duas vezes para o governo do estado do Rio de Janeiro²³. A encarnação anterior desse partido antes da ditadura, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), extinto por esta, era o maior partido de esquerda no Brasil. Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), essa posição foi reivindicada pelo PT, cujo líder, Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, foi eleito presidente do Brasil com o apoio do PDT, servindo dois mandatos entre 2003 e 2010. Dos Santos concorreu a governador em seu estado natal, Minas Gerais, em 1982, mas não foi eleito. Posteriormente, concorreu a deputado federal constituinte, em 1986, novamente sem sucesso (MARTINS, 1999). Quando Brizola e seu PDT romperam com o governador Anthony Garotinho, liderança emergente do mesmo partido que ameaçava o protagonismo do primeiro, ao aspirar a Presidência da República nas eleições de 2002, Dos Santos ingressou com ele no Partido Socialista Brasileiro (PSB), de tendências social-democratas, para viabilizar essa candidatura.

Embora Dos Santos (2000/2002) inicialmente tenha visto a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência do Brasil em 1995 como um passo positivo, ele logo se tornou crítico da mudança do governo para a direita, sua adoção de políticas neoliberais e seu autoritarismo crescente: “Cardoso parece querer nos convencer de que o Brasil hoje precisa de um homem de esquerda com a linguagem da direita” (DOS SANTOS, 1998, p. 67). O relacionamento cordial inicial entre Dos Santos e Cardoso durante seu período no Chile, portanto, tornou-se tenso após seu retorno ao Brasil devido às suas diferenças políticas. Em uma carta aberta escrita em 2010 - oito anos após o fim da presidência de Cardoso em 2002 - Dos Santos acertou contas com Cardoso criticando-o publicamente pelo desempenho de sua presidência. Essa carta aberta foi provocada por outra carta aberta, a de Cardoso a Lula, que estava chegando ao fim de sua presidência, na qual Cardoso defende a sua atuação como Presidente e ataca a de Lula. Dos Santos começa sua carta da seguinte maneira:

Meu caro Fernando, vejo-me na obrigação de responder a carta aberta que você dirigiu ao Lula, em nome de uma velha polêmica que você e o José Serra iniciaram em 1978 contra o Rui Mauro Marini, eu, André Gunder Frank e Vânia Bambera, rompendo com um esforço teórico comum que iniciamos no Chile na segunda metade dos anos 1960. (2010a, p. 1)

²³ N.T.: Leonel Brizola foi governador do estado do Rio de Janeiro entre 1983-1987 e 1991-1994. Antes do golpe de Estado de 1964, fora também governador do estado do Rio Grande do Sul (1959-1963), deputado federal pela Guanabara (1963-1964), prefeito de Porto Alegre (1956-58) e deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1955-1956).

Ele caracterizou o governo de Cardoso como medíocre e o queria longe do poder no Brasil, como, em sua opinião, a maioria dos brasileiros também queria. No entanto, caso eles se encontrassem em um evento acadêmico, ele ficaria feliz em continuar as discussões sobre a TD com ele. Ele termina sua carta expressando pesar por ter de confrontá-lo dessa maneira radical, dada a antiga amizade deles. Apesar da defesa de Dos Santos do governo Lula em comparação com o de Cardoso, ele também foi crítico a Lula; ele acrescentou sua assinatura a um manifesto de mais de 300 economistas, em grande parte ligados ao partido de Lula, o PT, exigindo uma mudança na política econômica. Esse manifesto foi publicado em 2003, durante o primeiro ano da Presidência de Lula, e foi seguido um ano depois por uma carta mais crítica atacando Lula por seguir as mesmas políticas econômicas do governo anterior de Cardoso (LEIVA, 2008).

Na frente acadêmica, Dos Santos passou por várias universidades; em 1984 organizou um congresso internacional de economistas que reuniu Frank, Marini e Wallerstein (DOMÍNGUEZ-MARTÍN, 2018). Em 1988, ele e Ruy Mauro Marini conseguiram se reintegrar à Universidade de Brasília, graças à Lei da Anistia. Em 1992, Dos Santos conquistou por concurso público o cargo de Professor Titular de Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro²⁴, alcançando, em 2009, o título de professor emérito do Departamento de Ciência Política, onde havia se integrado. Em 1985, recebeu o doutorado de Economia por notório saber pela Universidade Federal de Minas Gerais, por sua contribuição ao conhecimento por meio de suas múltiplas publicações. Nesse período, também desenvolveu vínculos com a Universidade das Nações Unidas (UNU) e com a Unesco, coordenando como presidente o programa de ensino conjunto sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável da rede conhecida como REGGEN. Ele também assumiu vários cargos de liderança em associações profissionais e instituições, tornando-se presidente da Asociación Latina-Americana de Sociología (ALAS), membro do conselho executivo da Asociación Latinoamericana de Política Científica y Tecnológica, consultor do Sistema Económico Latinoamericano (SELA) e diretor de estudos da Maison des Science de l'Homme da Universidade de Paris I. Em 1990 tornou-se professor associado da Universidade Ritsumeikan em Kyoto e da Universidade de Paris VIII (MARTINS, 1999).

Capitalismo contemporâneo, crise e teoria social

Nos últimos anos de sua vida, Dos Santos renovou seus esforços de contribuição para a teoria crítica, escrevendo o que se tornou uma trilogia que ele chamou de *La Trilogía sobre el Capitalismo Contemporáneo, La Crisis y la Teoría Social*. No primeiro livro dessa trilogia, Dos Santos (2000/2002) reúne várias de suas reflexões sobre a TD publicadas na década de 1990, bem como sua crítica aos setores de esquerda que seguiram o projeto neoliberal. No segundo livro (DOS SANTOS, 2004), discute as principais transformações da economia mundial e os desafios e oportunidades que elas oferecem para a integração regional latino-americana, como forma de superar a desintegração gerada pelo processo de globalização neoliberal. Ele já havia tocado nessas questões, incluindo o tópico cada vez mais popular do desenvolvimento sustentável, em um livro anterior (*Idem*, 1993).

²⁴ N.T.: Estado do Rio de Janeiro, cidade de Niterói.

No último livro dessa trilogia (DOS SANTOS, 2007), faz uma crítica contundente da base filosófica do neoliberalismo e de seu fundamentalismo de livre mercado. Destaca a relação entre o terrorismo de Estado e as políticas neoliberais, tendo por base a experiência do Chile e de outros países da região, e demonstra como os governos e o capital usam as recessões econômicas para disciplinar o trabalho, erodir os direitos dos trabalhadores e desativar os movimentos sociais. Ele também analisa as ondas longas de Kondratiev dentro de uma perspectiva de sistema mundial, argumentando que um ciclo expansivo começou em 1994 tendo por base a Revolução Científico-Técnica, que levou à enorme transferência de recursos para o sistema financeiro. Em seu longo prólogo na edição peruana do segundo livro, publicado em 2010 com um título ligeiramente diferente, ele se refere à crise financeira e à recessão de 2008-2009 como evidência da instabilidade do livre mercado e mostra como isso está abrindo uma nova fase recessiva longa no sistema capitalista mundial, com consequências negativas colossais. Argumenta que essa profunda crise pode abrir o caminho para experiências pós-capitalistas ou mesmo socialistas com força suficiente “para inaugurar um novo sistema mundial, assentado em uma civilização planetária, plural, igualitária e democrática” (DOS SANTOS, 2010b, p. 18). Ele alerta os leitores que tal resultado não é garantido, pois o fascismo pode levantar sua horrenda cabeça novamente, como aconteceu em crises anteriores do capitalismo (CAPUTO, 2018 [2013]).

Embora Dos Santos tenha feito referência a uma “civilização planetária” no terceiro livro de sua trilogia, foi somente em seus últimos anos que desenvolveu adequadamente esse conceito, enquanto tentava lidar com o processo de globalização, no que se revelou seu último grande livro – e de tamanho considerável, com 561 páginas – escrito em homenagem a Celso Furtado. Ele escreve:

Como notamos, o mundo está se transformando, drasticamente. Estamos na fronteira de uma nova era econômica, social, política e cultural. O que a define é, essencialmente, a criação de uma dimensão global da vida, que é o ponto de partida para uma civilização planetária. (DOS SANTOS, 2016, p. 250).

Ele então faz uma útil distinção entre os conceitos de globalização, economia mundial, sistema mundial e nova ordem mundial e explica o significado de seu novo termo:

O conceito de uma **Civilização Planetária** está baseado na ideia da convergência de civilizações e culturas em direção a um convívio plural num sistema planetário único. Este novo estágio de civilização ainda não se concretizou, mas já é antevisto pelos interesses comuns de todos os países e de todos os governos, que precisam sobreviver num planeta único, integrado por modernos meios de comunicação e transporte. Todos estão subordinados aos mesmos recursos naturais globais, e suas populações dependem de uma herança biológica e cultural, comum a toda humanidade. (DOS SANTOS, 2016, p. 251)

Além disso, ele profere este aviso dramático: “A civilização planetária será pluralista, tolerante e múltipla ou não será!” (DOS SANTOS, 2016, p. 13). Em um artigo relacionado, ele reivindica

[...]uma concepção revisada de desenvolvimento em termos mais sociais, sustentáveis e humanos, um papel mais forte para o Estado na organização das economias local, nacional e mundial, e um sistema mais forte de relações Sul-Sul com base no renascimento das ins-

tituições do Terceiro Mundo e uma estrutura civilizacional, filosófica e política que transcende a visão eurocêntrica do mundo. (DOS SANTOS, 2011, p. 45; veja-se IDEM, 2012).

Na longa introdução desse livro, Santos (2016) se refere à sua relação com Furtado e ao seu envolvimento no lançamento da candidatura de Furtado ao Prêmio Nobel de Economia como um grande evento em 2003²⁵. Surpreendentemente, ele não se refere às respectivas contribuições para a TD. Furtado foi um dos primeiros estruturalistas, tendo ingressado na CEPAL ainda jovem, e mais tarde se tornou um dos principais representantes da variante estruturalista da TD. Embora os dois tivessem muito em comum, Dos Santos criticou essa vertente da TD por seu reformismo. Embora os tempos produzam mudanças, o julgamento crítico sobre Dos Santos feito por Domínguez-Martín (2018) com referência a este livro está aberto a questionamentos:

tributo que resulta sintomático de sua [Dos Santos] identificação final com o enfoque interdisciplinar e culturalista do grande intelectual brasileiro [Furtado] resumido no conceito de ‘civilização planetária’, que acabou substituindo o socialismo no horizonte utópico de Theotonio. (2018, p. 195-196)

Dos Santos (2016) menciona em seu prefácio que já havia usado o termo “civilização planetária” em uma publicação de 1988²⁶. Em um significativo e simbólico parágrafo ele se refere aos intelectuais comprometidos, lutadores e amigos que morreram, e dá seus nomes, mais de 45 deles. Entre esses amigos destaca Darcy Ribeiro que, como mencionei antes, foi o primeiro reitor da Universidade de Brasília, onde o quarteto plantou as sementes da TD (DOS SANTOS, 2016, 14). Dos Santos foi o último dos dependentes marxistas pioneiros a morrer. Nesse reconhecimento muito comovente, ele, de certa forma, despedia-se de seus amigos falecidos e talvez também de seus amigos sobreviventes, leitores e gerações mais jovens.

Sobre as origens e a relevância da teoria da dependência

Embora as origens da TD sejam diversas, e “dependência” e termos similares tenham sido usados anteriormente por vários autores, foi somente em meados da década de 1960 que o termo passou a ser usado de forma sistemática por Dos Santos, Marini, Bambirra (“o trio”), Frank (“o quarteto”) e Cardoso. A base original da variante marxista da TD pode ser rastreada até a troca de ideias do quarteto durante seus anos na recém-fundada Universidade de Brasília (WASSERMAN, 2012). Talvez seja simbólico e apropriado que isso tenha acontecido em Brasília, a nova capital do Brasil, localizada no coração da América do Sul, já que a TD foi, sobretudo, uma crítica audaciosa das teorias de desenvolvimento dominantes nortecêntricas e uma manifestação do pensamento crítico criativo a partir da perspectiva do Sul. Pensadores como José Carlos Mariátegui (1928/1955) com seus “Sete Ensaios” e Raúl Prebisch (1950) com seu “Manifesto da CEPAL” começaram a facilitar o avanço dessa crítica, mas foi a TD

²⁵ Para um artigo sobre o legado de Celso Furtado, veja-se Kay (2005b). Embora a campanha tenha causado grande reboio, não foi bem-sucedida em seu objetivo: Furtado não recebeu o Prêmio Nobel.

²⁶ Dos Santos, 1988; ver também Dos Santos, 2010c.

que alcançou impacto global e marcou o ponto de inflexão fundamental na busca de uma voz autóctone da região e do Sul (MALLORQUÍN, 2021). Quaisquer que sejam as limitações da TD, essa é a sua principal contribuição para as ciências sociais no que hoje se pode denominar descolonização do conhecimento²⁷.

Têm havido muitas análises e críticas da TD, de uma variedade de quadrantes, incluindo debates entre os dependentistas²⁸. Para Cardoso e Faletto (1979, p. xxiii), não fazia sentido tentar formular uma teoria do capitalismo dependente com suas próprias leis de movimentos. Cardoso preferiu discutir diferentes situações de dependência em vez de tentar construir uma teoria global. Enquanto Marini desenvolveu a formulação teoricamente mais avançada da TD a partir de uma perspectiva marxista, Bambirra (1973) considerava que a vertente marxista da dependência ainda não havia alcançado um *status* teórico²⁹. José Valenzuela (2021), colega do quarteto CESO, é mais enfático: ele argumenta que “a abordagem não conseguiu avançar para o *status* de um *corpus* teórico compacto e de ordem superior”. Eu acrescentaria: nem a vertente estruturalista. A TD pode não ser uma teoria no sentido estrito do conceito, mas foi um fenômeno social, político e cultural de seu tempo³⁰.

Dos Santos foi levado a discordar de Cardoso quanto a quem primeiro lançou a TD. Ele se ressentiu com uma afirmação de Cardoso (1980) em que este pretende atribuir a si mesmo a autoria única das origens da TD. Em vez disso, Dos Santos argumenta que já havia antecipado a tese da dependência em uma publicação de 1966 que Cardoso leu e citou posteriormente³¹. Além disso, ele esclarece que:

“Fizemos vários seminários juntos em Santiago de Chile e, apesar de eu ser mais jovem, creio que nos influenciámos mutuamente. Apesar de muitos autores terem tentado revelar-se criadores da teoria da dependência, fomos eu, André Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso. Considero essa uma questão secundária” (DOS SANTOS, 2002 [2000], p. 145-146)³².

²⁷ Como exemplo, considere o seguinte texto da Redemption Song do icônico cantor caribenho Bob Marley: Emancipem-se da escravidão mental / Ninguém exceto nós mesmos pode libertar nossa mente / [...] Você não ajudará a cantar / Essas canções de liberdade? / Isso é tudo que eu sempre peço “. Esta canção é citada pelo influente dependentista caribenho Norman Girvan (GIRVAN, 2006, p. 347). Um dos principais contribuidores para a análise da dependência ideológica e cultural é Tomás Vasconi (1971, 1972); veja também seu artigo com Marco Aurelio García de Almeida (VASCONI; GARCIA ALMEIDA, 1972).

²⁸ Dos Santos (2000; 2002) escreveu que meu livro (KAY, 1989) “oferece o melhor resumo dos debates do período”, e que meu artigo (KAY, 1993) “indica com aguda perspicácia alguns caminhos atuais do debate”.

²⁹ Segundo Seabra (2019), a vertente marxista da dependência alcançou o status de teoria em grande parte devido à obra de Ruy Mauro Marini.

³⁰ Robert Packenham (1992:, p. vi) refere-se ao “movimento de dependência” que ele ataca por politizar a ciência ao violar “o valor mais básico da academia: a liberdade de ir aonde os fatos, a lógica e a razão levam, livre de pressões políticas e de medos de ser politicamente incorreto”. Para uma revisão do livro de Packenham, veja-se Kay (1994).

³¹ Dos Santos refere-se a um texto mimeografado seu de 1966, que Cardoso citou em algumas de suas publicações anteriores e que foi devidamente publicado um ano depois como Dos Santos (1967).

³² Surpreendentemente, Dos Santos não se refere aqui a Ruy Mauro Marini ou Vânia Bambirra.

Frank (2003) refere-se a este comentário de Dos Santos e concorda plenamente com ele, indo ainda mais longe, ao argumentar que não é apenas uma questão menor, mas não deveria ser uma questão de todo³³.

Depois de deixar o Chile em 1973, para nunca mais voltar a viver na América Latina, Frank “reorientou” sua pesquisa e publicou seu último livro importante (que considerou o melhor) sobre a Ásia (FRANK, 1998; KAY, 2011). Embora já não fosse o foco de sua pesquisa, Frank permaneceu firmemente enraizado na América Latina, como afirmou Dos Santos (2005b), Frank “se sentia acima de tudo um latino-americano”. A amizade deles perdurou, conforme ilustrado pelo fato de que cada um contribuiu com um capítulo para um livro editado em homenagem ao outro (DOS SANTOS, 1996; FRANK, 1999). Após a morte de Frank em abril de 2005, Dos Santos escreveu um obituário comovente contando a última visita de Frank ao Brasil em agosto de 2003:

O próprio André também foi capaz de finalmente retornar a Brasília, São Paulo e Santa Catarina. Apesar de sua já avançada enfermidade, fez questão de viajar por todos estes lugares para testemunhar que a teoria da dependência nasceu em 1963-1964 dos nossos debates e descobertas no magnífico ambiente de ensino e aprendizagem que era a Universidade de Brasília. (2005a, p. 91)

Se as reflexões do quarteto na Universidade de Brasília foram precursoras da TD, foi por meio de suas contínuas pesquisas no CESO de Santiago que esta se desenvolveu e amadureceu. Tanto Dos Santos como Marini guardam boas recordações do curto, porém, intensamente criativo período no CESO. Como recorda Dos Santos (2005b):

Exilado no Chile como nós, André ingressou no Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, do qual fui o Diretor. Também estiveram presentes Ruy e Vania, o que nos permitiu realizar muitos projetos conjuntos. A experiência de governo da Unidade Popular foi um grande estímulo para o trabalho intelectual, um laboratório fantástico para analisar a mudança social e revolução. Frank viveu essa realidade com muita intensidade, com o apoio de sua esposa Marta, que era chilena. (2005a, p. 91)

Anteriormente, ele também havia elogiado o ambiente fraterno do CESO, que facilitou o debate aberto e franco, o que era geralmente incomum nos círculos intelectuais (DOS SANTOS, 1970b). Ruy Mauro Marini compartilhou esses sentimentos: “O CESO foi, em seu momento, um dos principais centros intelectuais da América Latina. Entretanto, o segredo da intensa vida intelectual que o caracterizou foi a permanente prática interna de diálogo e discussão” (MARINI, s.d., *apud*. CÁRDENAS, 2015, p. 122)³⁴.

³³ Embora os termos “dependente” ou “dependência” tenham sido usados antes por alguns escritores, seu uso era amplamente descritivo e carecia do significado analítico desenvolvido pelos autores mencionados neste artigo. Celso Furtado (1956) utilizou o termo em meados da década de 1950 em seu livro sobre a economia brasileira, mas foi somente em seus escritos posteriores que o termo adquiriu o sentido próprio (KAY, 2005b). Para discussões sobre as origens da teoria da dependência, veja-se Palma (1978), Kay (1989) e especialmente Love (1990).

³⁴ Para uma análise do CESO, das ciências sociais e do clima político no Chile durante os anos 1960 e início dos anos 1970, veja-se Cárdenas (2011 e 2016), Lozoya (2013 e 2020) e Salinas (2015).

Nos últimos anos de sua vida, Dos Santos recebeu vários títulos de doutor *honoris causa* de universidades no Peru, no México, no Argentina e no Chile, bem como outras distinções e prêmios, entre eles o World Marxian Economics Award concedido pela Associação Mundial de Economia Política (WAPE, na sigla em inglês). Surpreendentemente (e vergonhosamente), ele não recebeu um título de doutor *honoris causa* da Universidade do Chile. Mas ex-colegas do CESO e amigos organizaram um evento em homenagem a Dos Santos logo após a sua morte, que teve lugar no edifício histórico principal da Universidade do Chile, a apenas algumas quadras do palácio presidencial onde Allende morreu em 11 de setembro de 1973.

A TD ainda é relevante hoje? Enquanto a vertente estruturalista da TD se converteu em neoestruturalismo como uma forma de lidar com a violenta ofensiva do neoliberalismo, aqueles que trabalham dentro da vertente marxista da TD mudaram amplamente para a teoria do sistema-mundo. Enquanto a mutação da primeira em neoestruturalismo poderia ser considerada um retrocesso, no sentido de que incorporou elementos do neoliberalismo e desistiu de alguns aspectos-chave do estruturalismo (GWYNNE e KAY, 2004), a mudança da última para a teoria do sistema-mundo poderia ser considerada uma evolução natural, especialmente para aqueles que eram teóricos do sistema mundial *avant la lettre*, como foi o caso de Dos Santos – embora, ao contrário de Frank, que abraçou totalmente a teoria do sistema-mundo, ele continuou a usar o conceito de dependência até sua morte. Na tentativa de responder à questão de sua pertinência, alguns analistas escreveram sobre a relevância contínua da TD (KAY; GWYNNE, 2000); sobre sua vida, morte e ressurreição (BEIGEL, 2006); sobre sua ascensão e queda, mas deixando em aberto sua possível redenção (CORTÉS, 2016; SANCHÉZ, 2003); sobre como atualizá-la (KATZ, 2019); reformulando-a (RODRIGUES, 2014); recarregando-a (PIMMER; SCHIMIDT, 2015); reafirmando sua relevância (KVANGRAVEN, 2020; ÖZEKIN, 2020) e indo além dela (DE OLIVEIRA, 2020). Qualquer que seja o veredicto sobre a relevância contemporânea da TD, é indubitável que experimentou um renascimento após a crise financeira de 2007-2009, cujos efeitos ainda estão reverberando na economia mundial³⁵.

Conclusão

Theotonio Dos Santos deu uma contribuição importante para a TD e, em menor medida, para a teoria do sistema-mundo. Ele será para sempre lembrado por sua contribuição pioneira para a TD. A TD refletiu um período histórico na América Latina que influenciou os crescentes movimentos estudantis nas décadas de 1960 e 1970, bem como os movimentos terceiro-mundistas e anti-imperialistas em todo o mundo. Também moldou os programas políticos e governamentais em vários países. A TD reformou os currículos acadêmicos e de pesquisa em muitos países e começou a mudar o

³⁵ Em anos recentes, vários livros e edições especiais de periódicos foram publicados sobre a teoria da dependência, contribuindo para seu renascimento que, no entanto, ainda é relativamente comedido; veja-se Katz (2018), Martins e Filgueiras (2018), Osório (2016), Seabra (2016), Sotelo (2018), entre outros. Para o esforço teórico mais notável e ambicioso para desenvolver as interconexões entre a teoria da dependência e a teoria do sistema-mundo, ver Martins (2020).

viés nortecêntrico das ciências sociais, não apenas no Norte, mas também no Sul, ajudando a descolonizar nossas mentes. Houve reverses à medida que os tempos mudam e os contra movimentos emergem, como com a ascensão do neoliberalismo.

Dos Santos esteve no centro desse movimento dependentista, embora muitos não soubessem disso. Quaisquer que sejam os méritos dessas teorias e a contribuição de Dos Santos para elas, ele, sem dúvida, encorajou novas gerações de acadêmicos e ativistas a se basearem nos problemas reais que o mundo, seus próprios países e povos enfrentam³⁶. Ele estava ansioso para contribuir para uma ciência social que refletisse as realidades do Sul no contexto mundial e alertasse contra a aplicação mecânica de teorias emanadas de uma realidade diferente. Seus muitos escritos e suas numerosas palestras em todo o mundo foram inspiração e motivação para muitos desenvolverem a criatividade intelectual crítica e o ativismo para a melhoria da humanidade.

³⁶ Como parte de seu ativismo político, era importante para Dos Santos alcançar o público mais amplo possível; portanto, seus artigos e seus livros foram reproduzidos em uma variedade de publicações. Uma coletânea em quatro volumes de suas obras está disponível gratuitamente *on-line* (mas observe-se que a numeração das páginas pode ser errática): RIVERA, María del Carmen del Valle e Sergio Javier Jasso Villazul (ed.) (2015) *Obras Reunidas de Theotonio Dos Santos*. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Ele pode ser baixado em <http://ru.iiec.unam.mx/id/eprint/3105>. O *curriculum vitae* de Dos Santos, que se refere apenas a suas atividades profissionais e suas publicações, pode ser baixado no *site* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), <http://lattes.cnpq.br/6723468271805377>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBIRRA, Vania. *Diez años de insurrección en América Latina*. Santiago: Editorial Prensa Latinoamericana (PLA), 1971.

BAMBIRRA, Vania. *Capitalismo dependiente latinoamericano*. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO): Editorial Prensa Latinoamericana (PLA), 1973.

BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México, D.F.: Ediciones Era, 1978.

BAMBIRRA, Vania; DOS SANTOS, Theotonio. Brasil: Nacionalismo, Populismo y Dictadura. 50 Años de Crisis Social. In: CASANOVA, Pablo González (ed.). *América Latina: Historia de Medio Siglo*. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1979. v. p. 129-179

BAMBIRRA, Vania; DOS SANTOS, Theotonio. *La estrategia y la táctica socialistas: de Marx y Engels a Lenin*. México, D.F.: Ediciones Era, 1980.

BEIGEL, Fernanda. Vida, muerte y resurrección de la “Teoría de la Dependencia. In: CLACSO (ed.). *Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006. p. 287-326.

BRUCKMANN, Mónica; SEGRERA, Francisco. *Theotônio Dos Santos. Construir soberanía: Una interpretación económica de y para América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2020. 2 v.

CAPUTO, Orlando. Prólogo. In: DOS SANTOS, Theotonio. *Economía mundial, integración regional y desarrollo sustentable: las nuevas tendencias de la integración regional*. Alainet, 13 mar. 2018 [2013]. Disponible em: “Economía Mundial, Integración Regional y Desarrollo Sustentable: Las Nuevas Tendencias de La Integración Regional” (alainet.org). Acceso em: 20 dez. 2020.

CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO), Universidad de Chile, 1970.

CÁRDENAS, Juan Cristóbal. *Surgimiento y sistematización de la teoría marxista de la dependencia: El Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO) de la Universidad de Chile (1964-1973)*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2011

CÁRDENAS, Juan Cristóbal. Una historia sepultada: El Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, 1965-1973 (a 50 años de su fundación). *De Raíz Diversa*, v. 2, n. 3, p. 121-140, 2015.

CÁRDENAS, Juan Cristóbal. *Los caminos de la sociología crítica y la cuestión de la dependencia: un registro de sus huellas en Chile y América Latina*. México, D.F.: UNAM, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dependency and Development in Latin America. *New Left Review*, n. 74, p. 83-95, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. Associated-dependent development: Theoretical and practical implications. In: STEPAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil: Origins, policies, and future*. New Haven, CT: Yale University Press, 1973. p. 142-176.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1969.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley, CA: University of California Press, 1979.
- CEPAL. *Estudio Económico de América Latina 1949*. Santiago: CEPAL, 1950
- CNPq. “Theotonio dos Santos Júnior”. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6723468271805377>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- CORTÉS, Alexis. La dependencia ayer y hoy: Una evaluación política. *Espacio Abierto*, v. 25, n. 3, p. 217-227, 2016.
- DAL ROSSO, Sadi; SEABRA, Rafael. A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília. *Revista Sociedade e Estado*, edição especial, n. 31, p. 1029-1050, 2016.
- DE OLIVEIRA, Felipe Antunes. Development for Whom? Beyond the Developed/Underdeveloped Dichotomy. *Journal of International Relations and Development*, n. 23, p. 924-46, 2020.
- DOMÍNGUEZ-MARTÍN, Rafael. Theotonio dos Santos (1936–2018) y la reconstrucción de la economía política del desarrollo. *Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo*, v.7 n.1, p.192-213, 2018.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Quem são os inimigos do povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Gran empresa y capital extranjero*. Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos Santiago (CESO): Universidad de Chile, 1967.
- DOS SANTOS, Theotonio. The changing structure of foreign investment in Latin America. In: PETRAS, James; ZEITLIN, Maurice. Zeitlin (ed.). *Latin America: Reform or Revolution?* New York: Fawcett, 1968a. -
- DOS SANTOS, Theotonio. Crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. *Boletín del CESO*, n. 3. Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos Santiago (CESO): Universidad de Chile, 1968b.
- DOS SANTOS, Theotonio. *El nuevo carácter de la dependencia*. Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos Santiago (CESO): Universidad de Chile, 1968c.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Socialismo o Fascismo: dilema latinoamericano*. Santiago: Prensa Latinoamericana (PLA), 1969.
- DOS SANTOS, Theotonio. The structure of dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970-a.
- DOS SANTOS, Theotonio. The structure of dependence. In: FANN, K. T.; HODGES, D. C. (ed.). *Readings in US Imperialism*. Boston: Porter Sargent, 1971. p. 225-236.
- DOS SANTOS, Theotonio. The structure of dependence. In: WILBER, C. K. (ed.). *Latin America: Reform or Revolution?* New York, 1973. p. 109-117.
- DOS SANTOS, Theotonio. The structure of dependence. In: LIVINGSTONE, I. (ed.). *Latin America: Reform or Revolution?* New York, 1973. p. 109-117.

on, 1981. p. 143-147.

DOS SANTOS, Theotonio. The structure of dependence. In: TODARO, M. P. (ed.). pp. New York: Longman, 1983. -

DOS SANTOS, Theotonio. *Dependencia y cambio social*. Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO): Universidad de Chile, 1970b.

DOS SANTOS, Theotonio. La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia em América Latina. In: JAGUARIBE, Hélio; FERRER, Aldo; WIONCZEK, Miguel S.; DOS SANTOS, Theotonio. *La dependencia político-económica de América Latina*. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1970c. p. 147-187.

DOS SANTOS, Theotonio. *Socialismo o Fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. Santiago: Ediciones Prensa Latinoamericana (PLA), 1972a.

DOS SANTOS, Theotonio. El nuevo carácter de la dependencia. In: MATOS MAR, José (ed.). *La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1972b. p. 11-113.

DOS SANTOS, Theotonio. Contradicciones del imperialismo contemporáneo. *Sociedad y Desarrollo: Revista del CESO*, n. 1, p. 9-34, 1972c.

DOS SANTOS, Theotonio. The Crisis of Development Theory and the Problem of Dependence in Latin America. In: BERNSTEIN, Henry (ed.). *Underdevelopment and Development: The Third World Today*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973. p. 57-80.

DOS SANTOS, Theotonio. Brazil, the Origins of a Crisis. In: CHILCOTE, Ronald H.; EDELSTEIN, Joel C. (ed.). *Latin America: The struggle with dependency and beyond*. New York: Schenkman Publishing, 1974. p. 415-490.

DOS SANTOS, Theotonio. Socialism and fascism in Latin America today. *Insurgent Sociologist*, v.7, n. 4, p.15-24, 1977a.

DOS SANTOS, Theotonio. *La Revolución Científico-Técnica: Tendencias y perspectivas*. México, D.F.: Facultad de Economía, UNAM, 1977b.

DOS SANTOS, Theotonio. *La crisis del imperialismo y la política externa norteamericana: cómo entender a Jimmy Carter*. México, D.F.: Ediciones de Cultura Popular, 1977c.

DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. México, D.F.: Ediciones Era, 1978a.

DOS SANTOS, Theotonio. *Brasil: la evolución histórica y la crisis del milagro económico*. México, D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1978b.

DOS SANTOS, Theotonio. *Revolução Científico-Técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1983a.

DOS SANTOS, Theotonio. *Teorias do capitalismo contemporâneo*. Belo Horizonte: Vega, 1983b.

DOS SANTOS, Theotonio. *La crisis del capitalismo: teoría y práctica*. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1984.

DOS SANTOS, Theotonio. *O caminho brasileiro para o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DOS SANTOS, Theotonio. O combate pacífico pela sobrevivência. *Humanidades*, v. 5, n.18, p. 54-62, 1988.

DOS SANTOS, Theotonio. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

DOS SANTOS, Theotonio. *Economía mundial, integración regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 1993.

DOS SANTOS, Theotonio. Latin American underdevelopment: Past, present and future (p. 149–70). A homage to André Gunder Frank. In: CHEW, Sing C.; DENEMARK, Robert A. (ed.). *The Underdevelopment of Development: Essays in honour of Andre Gunder Frank*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1996.

DOS SANTOS, Theotonio. The theoretical foundations of the Cardoso Government: A new stage of the dependency-theory debate. *Latin American Perspectives*, v. 25, n. 1, p. 53-70, 1998.

DOS SANTOS, Theotonio. World economic system: On the genesis of a concept. *Journal of World-Systems Research*, v. 6, n. 2, p. 456-477, 2000.

DOS SANTOS, Theotonio. *La teoría de la dependencia: balance y perspectivas*. México, D.F.: Plaza y Janés Editores, 2000.

DOS SANTOS, Theotonio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DOS SANTOS, Theotonio. *Economía mundial e integración regional latinoamericana*. México, D.F.: Plaza y Janés Editores, 2004.

DOS SANTOS, Theotonio. André Gunder Frank. *Latin American Perspectives*, v. 32, n. 6, p. 90-92, 2005a.

DOS SANTOS, Theotonio. André Gunder Frank (1929-2005). *Monthly Review*, 21 maio, 2005b. Disponível em: <https://monthlyreview.org/commentary/andre-gunder-frank-1929-2005>. DOS SANTOS, Theotonio. *Del terror a la esperanza: auge y decadencia del neoliberalismo*. Caracas: Monte Ávila Editores, 2007.

DOS SANTOS, Theotonio. Theotonio dos Santos: Carta aberta a Fernando Henrique Cardoso, 2010a. Disponível em: <https://folhadiferenciada.blogspot.com/2010/10/theotonio-dos-santos-carta-aberta.html>. Acesso em: 12 fev. 2019.

DOS SANTOS, Theotonio. *Economía mundial, integración regional y desarrollo sostenible: las nuevas tendencias y la integración latinoamericana*. Peru: Infodem, 2010b.

DOS SANTOS, Theotonio. Development and civilization. *Social Change*, v. 40, n. 2, p. 95-116, 2010c.

DOS SANTOS, Theotonio. Globalization, emerging powers, and the future of capitalism. *Latin American Perspectives*. v. 38, n. 2, p. 45-57.

DOS SANTOS, Theotonio. What kind of basic changes do we need in the new world system? Some reflections on globalization, development and social justice. In: BIALAKOWSKY, Alberto L. et al. (ed.) *Latin American Thought: Theory and practice*. Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. 219-236.

DOS SANTOS, Theotonio. Esquema de Investigación sobre relaciones de dependencia em América Latina: Bosquejo informativo (p. 28–34). In: RIVERA, Mariaaaa del Car-

men del Valle; VILLAZUL, Sergio J. Jasso (ed.). *Obras reunidas de Theotonio dos Santos, "Documento Fundacional"*. México, D.F.: Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2015. v. 1.

DOS SANTOS, Theotonio. *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EdUERJ), 2016.

DOSMAN, Edgar. *The Life and Times of Raúl Prebisch 1901-1986*. Montreal; Kingston: McGill-Queen's University Press, 2008.

EMMANUEL, Arghiri. *Unequal Exchange: A study of the imperialism of trade*. New York: Monthly Review Press, 1972.

FRANK, Andre Gunder. The development of underdevelopment. *Monthly Review*, v. 18, n. 4, p. 17-31, 1966.

FRANK, Andre Gunder. Sociology of development and underdevelopment of sociology. In: COCKCROFT, James D.; FRANK, Andre G.; JOHNSON, Dale L. *Dependence and Underdevelopment: Latin America's political economy*. New York: Doubleday (1972 [1967]). p. 321-397.

FRANK, Andre Gunder. La dependencia ha muerto, viva la dependencia y la lucha de clases. *Sociedad y Desarrollo: Revista del CESO*, n. 3, p. 217-34, 1972.

FRANK, Andre Gunder. *El subdesarrollo del desarrollo: un ensayo autobiográfico*. Caracas; Madrid: Nueva Sociedad: IEPALA, 1991.

FRANK, Andre Gunder. *ReOrient: Global economy in the Asian Age*. Berkeley, CA: University of California Press, 1998.

FRANK, Andre Gunder. Globalización, no occidentalización. In: SEGRERA, Francisco L. (ed.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio Dos Santos*. v. I. p. 311-344.

FRANK, Andre Gunder. La dependencia de Celso Furtado. 2003. Disponível em: www.rrojasdatabank.info/agfrank/celso.html. Acesso em: 18 mar. 2019.

FRANK, Andre Gunder. La dependencia de Theotonio. Disponível em: www.rrojasdatabank.info/deptheo.doc. Acesso em: 18 mar. 2019.

FURTADO, Celso. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

FURTADO, Celso. The concept of external dependence in the study of underdevelopment. In: WILBER, Charles K. (ed.). *The Political Economy of Development and Underdevelopment*. New York: Random House, 1973. p. 118-230.

FURTADO, Celso. Underdevelopment and dependence: The fundamental connection. Working Paper n. 17. Cambridge: Centre of Latin American Studies, University of Cambridge, 1974.

GIRVAN, Norman. Caribbean dependency thought revisited. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 27, n. 3, p. 327-352, 2006.

GWYNNE, Robert; KAY, Cristobal. The alternatives to neoliberalism (p. 253-67). In: GWYNNE, Robert N.; KAY, Cristobal (ed.). *Latin America Transformed: Globalization and modernity*. 2. ed. London: Hodder Education, 2004.

- HIRSCHMANN, Albert. Ideologies of economic development in Latin America. In: HIRSCHMAN, Albert O. (ed.) *Latin American Issues: Essays and comments*. New York: Twentieth Century Fund, 1961. p. 3-42.
- KATZ, Claudio. *La teoría de la dependencia, cincuenta años después*. Buenos Aires: Editorial Batalla de Ideas, 2018.
- KATZ, Claudio. Atualização o veneración de la teoría de la dependencia. *La página de Claudio Katz: textos de ciencias sociales*, 7 maio 2019. Disponível em: www.lahaine.org/katz. Acesso em: 29 maio 2019.
- KATZ, Claudio. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- KAY, Cristobal. Reflections on the Latin American Contribution to Development Theory. *Development and Change*, v. 22, n. 1, p. 31-68, 1991.
- KAY, Cristobal. For a Renewal of Development Studies: Latin American theories and neoliberalism in the era of structural adjustment. *Third World Quarterly*, v. 14, n. 4, p. 691-702, 1993.
- KAY, Cristobal. Review of The Dependency Movement: Scholarship and politics in development studies by Robert A. Packenham. *Journal of Latin American Studies*, v. 26, n. 2, p. 513-515, 1994.
- KAY, Cristobal. Why East Asia Overtook Latin America: Agrarian reform, industrialization and development. *Third World Quarterly*, v. 23, n. 6, p. 1073-1102, 2002.
- KAY, Cristobal. André Gunder Frank: From the “Development of Underdevelopment” to the “World System”. *Development and Change*, v. 36, n. 6, p. 1177-1183, 2005a.
- KAY, Cristobal. Celso Furtado: Pioneer of structuralist development theory. *Development and Change*, v. 36, n. 6, p. 1201-1207, 2005b.
- KAY, Cristobal. Andre Gunder Frank: “Unity in Diversity” from the development of underdevelopment to the world system. *New Political Economy*, v. 16, n. 4, p. 523-538, 2011.
- KAY, Cristobal. Modernization and dependency theory. In: CUPPLES, Julie; PALOMINO-SCHALSCHA, Marcela; PRIETO, Manuel (ed.). *The Routledge Handbook of Latin American Development*. London: Routledge, 2019-a.-.
- KAY, Cristobal. Raúl Prebisch: 1901-1986. In: SIMON, David (ed.). *Key Thinkers on Development*. London: Routledge, 2019b. p. 339-345.
- KAY, Cristobal; GWYNNE, Robert. Relevance of structuralist and dependency theories in the neoliberal period: A Latin American perspective. *Journal of Developing Societies*, v. 16, n. 1, p. 49-70, 2000.
- KVANGRAVEN, Ingrid. Beyond the stereotype: Restating the relevance of the dependency research programme. *Development and Change*, v. 52, n. 1, p. 76-112, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/dech.12593>. Acesso em: 4 jun. 2020.
- LEIVA, Fernando. *Latin American Neostructuralism: The contradictions of post-neoliberal development*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2008.
- LEWIS, Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*, v. 22, n. 2, p.139-191, 1954.

LOVE, Joseph. The origins of dependency analysis. *Journal of Latin American Studies*, v. 22, n. 1-2, p. 143-168, 1990.

LOZOYA, Ivete. Intelectuales y política en el Chile de los 60 y 70: entrevista con Cristóbal Kay. *Historia, Voces y Memoria*, n. 6, p. 211-231, 2013.

LOZOYA, Ivete. Theotonio Dos Santos, un intelectual revolucionario. *Revista Izquierdas*, n. 25, p. 258-275, 2015.

LOZOYA, Ivete. *Intelectuales y revolución. Científicos sociales latino-americanos en el MIR Chileno (1965-1973)*. Santiago: Ariadne Ediciones, 2020.

LOZOYA, Ivete. *A Southern Perspective on Development Studies*. Santiago: Ariadna Ediciones, 2021.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Santiago: Editorial Universitaria, 1955 [1928].

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia: La economía exportadora. *Sociedad y Desarrollo*, v. 1, p. 35-51, 1972.

MARINI, Ruy Mauro. World capitalist accumulation and sub-imperialism. *Two Thirds*, n. 1, p. 29-39, 1978.

MARTINS, Carlos Eduardo. Theotonio dos Santos: Introducción a la vida y la obra de un intelectual planetario. In: SEGRERA, Francisco López (ed.). *Los retos de la globalización: Ensayos en homenaje a Theotonio Dos Santos*. Lima: Instituto Perumundo. 1998. v. 1. p. 36-89.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Dependency, Neoliberalism and Globalization in Latin America*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo; FILGUEIRAS, Luiz (ed.). Dossiê: a teoria marxista da dependência e os desafios do século XXI. *Caderno CRH*, v. 31, n. 84, p. 445-553, 2018.

OSORIO, Jaime. *Teoría marxista de la dependencia*. México, D.F.: Editorial ITACA: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, 2016.

ÖZEKIN, Muhammed Kürşad. On the contemporary relevance of dependency perspective: A critical appraisal. *Perspectives on Global Development and Technology*, v. 19, n. 4, p. 418-448, 2020.

PACKENHAM, Robert. *The Dependency Movement: Scholarship and politics in development studies*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

PALMA, Gabriel. Dependency: A formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, v. 6, n. 7-8, p. 881-924, 1978.

PIMMER, Stefan; SCHMIDT, Lukas (ed.). *Dependenztheorien Reloaded*. *Journal für Entwicklungspolitik*, v. 31, n. 3, p. 4-110, 2015.

PREBISCH, Raúl. *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*. New York: United Nations, 1950.

PREBISCH, Raúl. *Towards a New Trade Policy for Development*. Report by the Secretary General of UNCTAD. New York: United Nations, 1964.

PREBISCH, Raúl. *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México, D.F.: Fondo

de Cultura Económica, 1981.

PREBISCH, Raúl. Five stages in my thinking on development (p. 175–90). In: MEIER, Gerald M.; SEERS, Dudley (ed.). *Pioneers in Development*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

RAMOS, Sergio. *Chile, ¿Una economía de transición?* Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO): Universidad de Chile: Editorial Prensa Latinoamericana (PLA), 1972.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. El rescate de la teoría marxista de la dependencia en el siglo XXI. *REBELA: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 4, n. 3, p. 523-541, 2014.

SALINAS, Sérgio. Brasileiros e ciências sociais no Chile da Unidad Popular. *Revista Eletrônica da Anphlac*, n. 18, p. 121-138, 2015.

SÁNCHEZ, Omar. The rise and fall of the dependency movement: Does it inform underdevelopment today? *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 14, n. 2, p. 31-50, 2003.

SEABRA, Raphael (ed.). *Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2016.

SEABRA, Raphael. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. *Revista Sociedade e Estado*, v. 34, n. 1, p. 261-283, 2019.

SEABRA, Raphael. A vocação política da teoria marxista da dependência: uma análise da política operária. *Latin American Research Review*, v. 55, n. 4, p. 662-675, 2020.

SOTELO, Adrián. *Sub-imperialism Revisited: Dependency theory in the thought of Ruy Mauro Marini*. Londres: Haymarket, 2018.

SUNKEL, Oswaldo. The structural background of development problems in Latin America. *Weltwirtschaftliches Archiv*, v. 97, n. 1, p. 22-63, 1966.

SUNKEL, Oswaldo. National development policy and external dependence in Latin America. *Journal of Development Studies*, v. 6, n. 1, p. 23-48, 1969.

SUNKEL, Oswaldo. Big business and “dependência”: A Latin American view. *Foreign Affairs*, v. 50, n. 3, p. 517-531, 1972.

SUNKEL, Oswaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1970.

VALENZUELA FEIJÓO, José C. Emmanuel y el intercambio desigual. *Sociedad y Desarrollo*, n. 1, p. 163-177, 1972.

VALENZUELA FEIJÓO, José C. Theotonio dos Santos: un breve recuerdo. *La Jornada en Línea*, 28 fev. 2018. Disponível em: <http://178.62.201.127/noticia/theotonio-dos-santos-um-breve-recuerdo>. Acesso em: 18 abr. 2018.

VALENZUELA FEIJÓO, José Carlos. De teorías económicas y de políticas: La UP, el CESO y el enfoque de la dependencia. In: CÁRDENAS, Juan Cristóbal; SEABRA, Raphael (ed.). *El giro dependentista latinoamericano: Esquemas de investigación sobre relaciones de dependencia*. México, D.F.; Madrid: Siglo XXI: Akal Ediciones [no prelo], 2021.

VASCONI, Tomás A. Dependencia y superestructura. In: VASCONI, Tomás A.;

RECA, Inés C. *Modernización y Crisis en la Universidad Latinoamericana*. Cuadernos de Estudios Socio-Económicos, n. 14. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO), Universidad de Chile, 1971. p. 9-38.

VASCONI, Tomás A. Cultura, ideología, dependencia y alienación. In: MATOS MAR, José (ed.). *La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1972. p. 114-134.

VASCONI, Tomás A.; GARCÍA DE ALMEIDA, Marco A. El desarrollo de las ideologías dominantes en América Latina. *Sociedad y Desarrollo: Revista del CESO*, n. 1, p. 97-114, 1972.

VIDAL, Paula Vidal. Theotonio Dos Santos en el Chile de la Unidad Popular. *Cuadernos de Historia*, n. 39, p. 185-200, 2013.

WASSERMAN, Claudia. Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile. *História Unisinos*, v. 16, n. 1, p. 82-92, 2012.

Abstract: The life and work of Theotonio dos Santos is analyzed, focusing on his contribution to dependency theory, beginning with his formative years in academia and his early political activism in Brazil, highlighting his period at the University of Brasilia with Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini and André Gunder Frank. During their years of exile in Chile, these four researchers regrouped in the Centre for Socio-economic Studies (CESO) of the University of Chile, which became the center of the Marxist theory of dependency in Latin America. It is at CESO that Dos Santos wrote his founding texts on dependency theory. The military coup of September 11, 1973 forced him once again into exile. During his exile in Mexico, and then back in Brazil, he continued to develop dependency theory but he mainly focuses on world system theory. His work culminates with the publication of his trilogy on the contemporary crisis of capitalism and with his book on development and civilization in homage to Celso Furtado.

Keywords: Dependency Theory. World System. Ruy Mauro Marini. André Gunder Frank. Vania Bambirra. Brazil.

Resumen: Se analiza la vida y obra de Theotonio dos Santos enfocándose en su contribución a la teoría de la dependencia comenzando con sus años de formación en la academia y su temprano activismo político en Brasil, destacándose su período en la Universidad de Brasilia junto a Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini y André Gunder Frank. Durante sus años de exilio en Chile, estos cuatro investigadores se reagrupan en el Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) de la Universidad de Chile que se transforma en el centro de la teoría marxista de la dependencia en América Latina. Es en el CESO donde Dos Santos escribió sus textos fundacionales sobre la teoría de la dependencia. El golpe militar del 11 de septiembre de 1973, lo obligó una vez más al exilio. Durante su exilio en México, y luego de regreso en Brasil, sigue desarrollando la teoría de la dependencia pero se centra principalmente en la teoría del sistema mundial. Su obra culmina con la publicación de su trilogía sobre la crisis contemporánea del capitalismo y con su libro sobre desarrollo y civilización en homenaje a Celso Furtado.

Palabras clave: Teoría de la Dependencia. Sistemas-Mundo. Ruy Mauro Marini. André Gunder Frank. Vania Bambirra. Brasil.

A soberania sul-africana em questão: crises econômicas, ecológicas, subimperialismo e resistências sociais⁺

Trevor Ngwane^{*} e Patrick Bond^{**}

Resumo: O desenvolvimento da economia política contemporânea da África do Sul ocorreu no contexto de uma ordem capitalista global caracterizada por relações políticas e econômicas cada vez mais desiguais entre e dentro dos países. Antes da libertação em 1994, muitas pessoas em todo o mundo apoiavam ativamente a luta contra o *apartheid*. Se o Estado do *apartheid* foi derrotado, manteve força suficiente para limitar uma transição radical. Desde 1994, a diminuição da soberania significa que as influências estrangeiras do capitalismo global amplificam as contradições socioeconômicas locais de uma forma destrutiva para a maioria dos cidadãos. Isso é evidente quando se consideram aspectos econômicos, ecológicos, geopolíticos e societais.

Palavras-chave: África do Sul. Soberania. Crise. Subimperialismo. Resistências Sociais.

⁺Traduzido por Carlos Eduardo Martins de NGWANE, T.; and BOND, P. South Africa's Shrinking Sovereignty: Economic Crises, Ecological Damage, Sub-Imperialism and Social Resistances. *Vestnik RUDN. International Relations*, v. 20, (1), p. 67-83, 2020.

^{*} Professor e pesquisador do Departamento de Sociologia da Universidade de Johannesburgo.

^{**} Professor e pesquisador da Escola de Governo da Universidade do Cabo Ocidental.

Introdução

A África do Sul é considerada a sociedade mais desigual do mundo (o coeficiente de renda de Gini, alcança 0,79 antes das transferências estatais), e Johannesburgo é a cidade mais importante do país mais desigual do mundo (de acordo com a razão de Palma, a 13,4) (Banco Mundial 2014; EuroMonitor, 2017). Uma batalha maciça para corrigir o componente racial da desigualdade – o legado colonial e do *apartheid* – foi parcialmente ganha em 1994, mas as injustiças econômicas se agravaram depois disso. Em um contexto global neocolonial e adverso de relações de poder Norte-Sul, os sul-africanos estão sendo privados de elementos-chave da sua soberania nacional. Muitas decisões importantes, político-econômicas e ambientais, são tomadas sem sua participação, e sem benefícios significativos para si mesmos. E embora a África do Sul seja geralmente considerada a segunda ou a terceira maior economia da África (atrás da Nigéria e às vezes do Egito), e embora de 1930-1980 a economia tenha atingido um alto grau de industrialização (a manufatura atingiu um quarto do PIB), ela se desindustrializou rapidamente durante os anos 1990. Seu papel “subimperial” é crescente, embora o neoliberalismo permita que os benefícios financeiros da dominação regional escapem do país. Grande parte dos lucros retirados do continente foi exportada via Johannesburgo, com fluxos financeiros ilícitos e os recursos naturais esgotados, deixando tanto a África como a África do Sul cada vez mais pobres.

Quando Nelson Mandela foi libertado da prisão em 1990, havia esperança não apenas para o país, mas para o continente, visto que os quadros do Congresso Nacional Africano (ANC) foram exilados principalmente em Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue, onde testemunharam a era do ajuste estrutural dos anos 1980. Os resultados, entretanto, foram decepcionantes. A elite política sul-africana comprometeu o país com um caminho capitalista neoliberal que subdesenvolveu grandes segmentos da economia e da sociedade. Sul-africanos de todas as camadas sociais reconhecem que o país está em crise. Apontam as falhas regulares de energia elétrica (*loadshedding*), os níveis recordes de desemprego (perto de 40%) e de pobreza (cerca de 65% abaixo de US\$3/dia), a corrupção no setor privado e estatal (*State capture*), a violência extremamente grave, com dimensões de gênero e de abuso de crianças, o ressurgimento do racismo e da xenofobia, e outros sintomas mórbidos de uma sociedade e uma economia que clamam por mudanças.

As páginas abaixo resumem argumentos mais extensos que alimentam o “Relatório Alternativo sobre a África” (AROA), um projeto em andamento que a ONG senegalesa ENDA e a rede intelectual pan-africana Codesria estão desenvolvendo contra o Consenso de Washington. Usando o conceito de “soberania”, argumentamos que, setor por setor, o caminho de desenvolvimento neoliberal escolhido pela elite sul-africana fracassou. Há a necessidade de uma abordagem muito diferente, fundamentada em realidades locais e necessidades ecossociais. Identificamo-nos fortemente com o que a AROA busca, em termos continentais: uma nova interpretação da África para trazer à tona visões endógenas e lutas capazes de melhorar o bem-estar das populações.

Para isso, recorreremos às tradições de *protesto* de numerosas comunidades, sindicatos, jovens e ativistas de gênero e movimentos sociais que contestam a injustiça. O desejo tanto de soberania nacional quanto de soberania popular – por mulheres, tra-

balhadores, jovens, ambientalistas e todos os povos oprimidos, separadamente e juntos em unidade – é extremamente poderoso na África do Sul, e em muitos casos tem sido dirigido contra como as relações econômicas globalizadas as têm limitado. Tendo como pano de fundo o crescente nível de conflito social na África do Sul, tomamos como argumento fundacional a seguinte preocupação expressa pela AROA:

Nas sociedades capitalistas, o bloco social dominante sempre concebe a soberania nacional como um instrumento para promover seus interesses de classe; isto é, a exploração capitalista do trabalho doméstico e, ao mesmo tempo, a consolidação de suas posições no sistema mundial. Hoje, no contexto de um sistema globalizado liberalizado dominado pelos monopólios financeiros da “tríade” (Estados Unidos, Europa, Japão) e dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), a soberania nacional é o instrumento que permite às classes dominantes manter suas posições competitivas dentro do sistema. (2019, p. 4).

A esse respeito, dado que o exercício da soberania não pode ser alcançado sem uma estratégia radical de desconexão do sistema capitalista globalizado, como disse Samir Amin a uma reunião da AROA de 2017 em Dakar, aceitamos seu desafio:

O objetivo é identificar as invariantes e incipientes mudanças em ação na África, no início do século XXI. Esta identificação analítica deve levar a propostas de cenários a partir dos quais estratégias podem ser definidas e propostas a nível nacional, sub-regional e continental. (AROA, 2019, p. 1, 4).

Nossa conclusão visa fazer exatamente isso, recorrendo a duas grandes correntes de pensamento: a *delinking* de Samir Amin (1990) e o *commoning*, um novo conjunto de experiências ecossocialistas-feministas, antirracistas, anti-imperialistas, das quais a campanha para adquirir tratamento gratuito para a aids foi mais espetacular porque transformou a propriedade intelectual sobre os medicamentos em um bem público, salvando milhões de vidas, ao rejeitar o Sistema de Propriedade Intelectual da Organização Mundial do Comércio e ganhar isenção (i.e. *delinking*).

Uma razão para essa ser uma luta tão difícil para as pessoas vivendo com HIV, foi a relutância do governo de Pretória em 2000-2004 em exigir a soberania para tratar seus cidadãos. Assim, este artigo começa por abordar o enfoque às vezes paroquial da liderança política e dos principais intelectuais, que renunciaram à soberania de suas próprias mentalidades antes, durante e depois da transição da África do Sul para a democracia em 1994. A segunda seção mostra como esse resultado desafortunado refletiu uma lógica de concessões econômicas no contexto da financeirização e de crises capitalistas, e como as consequências para o bem-estar do povo foram terrivelmente insatisfatórias.

O caráter superexplorador das indústrias extrativas e o fracasso na realização da reforma agrária, que estão relacionados ao fracasso em estabelecer a soberania alimentar, são explorados na terceira seção, juntamente a uma crítica à energia fóssil-dependente durante o agravamento da crise climática. A quarta aborda algumas das controvérsias associadas às novas tecnologias, destacando as estratégias e táticas de resistência social. A seção também examina as ameaças nas esferas militar, de segurança do Estado e de política externa, em que continuam a crescer as preocupações sobre

as tendências repressivas de Pretória; a capacidade de vigilância em lares ou regiões mais amplas, e sobre a xenofobia da classe trabalhadora. A conclusão retira lições centrais do relatório a fim de oferecer um cenário diferente, baseado no último quarto de século de resistência social desigual: um cenário certamente improvável, mas seguramente necessário, para uma segunda etapa de libertação, que vá além das conquistas democráticas de 1994 e promova a política ecossocialista, feminista, anti-imperialista dos “comuns”.

Soberania político-intelectual, do *apartheid* ao neoliberalismo

As atuais elites políticas sul-africanas – os principais quadros do Congresso Nacional Sul-Africano (CNA)¹ – são um produto da luta *antiapartheid* e, portanto, das aspirações de desenvolvimento centradas na esquerda e no Estado do século XX. Quando a libertação política foi alcançada em 1994, a conjuntura global foi desfavorável, levando à moderação do CNA sob a liderança de Mandela e, mais tarde, ao abandono das perspectivas orientadas para a classe trabalhadora e a soberania nacional. O fim do patrocínio soviético e das tradições social-democratas da Europa, e a ascensão do neoliberalismo econômico precipitaram a capitulação, afastando o CNA da Carta da Liberdade de 1955 e do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (PRD) de 1994, em direção ao programa de ajuste estrutural doméstico de 1996.

As razões eram internas e externas. A composição de classe da liderança do CNA e muitos aliados locais dentro do ‘Movimento Democrático de Massa’ (uma rede que, de 1983 a 1994, minou fatalmente o *apartheid* na África do Sul) refletiam as limitações das teorias e estratégias políticas associadas à ‘Revolução Democrática Nacional’. Elas sustentavam uma abordagem “em duas fases”: primeiro erradicar o racismo oficial e depois – em algum estágio futuro, distante – abordar a injustiça econômica. Externamente, as mudanças desfavoráveis no contexto político global – especialmente o colapso da URSS – não apenas desorientaram as elites do CNA, mas também as levaram a adotar um aparente pragmatismo ideológico consistente com a lógica e os interesses dominantes do capital global. As fraquezas de enfoque sobre economia política por parte da liderança do CNA debilitaram a direção e levaram à perda de soberania intelectual que o país vem sofrendo há mais de um quarto de século. Em última análise, as elites se permitiram desempenhar o papel de auxiliares do imperialismo, que é denominado por subimperialismo.

A adoção de políticas macroeconômicas neoliberais que gradualmente minaram as condições de vida da maioria prevaleceu sob as presidências de Mandela (1994-1999), Thabo Mbeki (1999-2008), Kgalema Motlanthe (2008-09, *pro-tempore* por oito meses), Jacob Zuma (2009-2018) e Cyril Ramaphosa (2018-presente). O que é extraordinário na África do Sul, no entanto, é que essa condição é mantida dentro do que são frequentemente governos nacionalistas africanos com retóricas bastante radicais, ainda que turbulentos. (Dois presidentes – Mbeki em 2008 e Zuma em 2018 – foram removidos em golpes palacianos.).

¹ Partido político e movimento social sul-africano que liderou as lutas contra o regime do *apartheid*. N.T.

Os intelectuais também perderam a soberania na era pós-*apartheid*. A originalidade das críticas teóricas sul-africanas em grande parte esmoreceu, pois muitos estudiosos importantes, cujo trabalho foi fundido com ideias *antiapartheid*, juntaram-se ao governo pós-1994. Adotando uma visão mais ampla das relações econômicas e sociais, as várias tradições sul-africanas de economia política radical foram sempre permeadas pela preocupação com a raça, a geografia e também, cada vez mais, com o gênero e o meio ambiente. Elas se juntaram nos estudos sobre as relações capital-trabalho *superexploradoras* que sustentavam o *apartheid*. Por exemplo, Ben Magubane periodizou a *funcionalidade* do racismo sul-africano em circuitos capitalistas superexploradores durante várias temporalidades. Durante o século XIX:

A fronteira em expansão do “capitalismo de colonos” viu o recrudescimento da pior forma de racismo. As antigas relações sociais do capitalismo utilitário e comercial, com seus conquistadores e escravos, foram substituídas pelo domínio do capital industrial, com sua *plantation* e escravos assalariados (MAGUBANE, 2001, p. 6).

As restrições raciais foram inicialmente consideradas principalmente relações de poder pelos economistas políticos. Como explicou um trotskista precoce, Moshe Noah Averbach (1936, p. 131), o trabalho migrante: “impediria a formação de um proletariado urbano estável e intergeracional que se acostumaría aos métodos tradicionais de organização e luta – sindical e política – das classes trabalhadoras da cidade”. Mas a Câmara de Minas também registrou como o sistema de “mão-de-obra barata” era crucial para sua rentabilidade (em testemunho oficial a uma comissão governamental de 1944):

As minas são capazes de obter mão de obra não qualificada a uma taxa inferior à normalmente paga na indústria, caso contrário, os meios de subsistência auxiliares desapareceriam e o trabalhador tenderia a se tornar um residente permanente na *Witwatersrand*², com exigências maiores. (WOLPE, 1972, p.434).

A preocupação central dos economistas políticos radicais permaneceu sendo a raça/classe no âmbito da produção. Embora cada vez mais trabalhadores comessem a viver permanentemente em cidades próximas a empregos de manufatura, ainda havia uma grande oferta de mão de obra migrante. De 1948 até os anos 1970, 3,5 milhões de pessoas foram retiradas à força para as reservas, que simplesmente não conseguiam lidar com as exigências ambientais que lhes eram impostas. Os “nativos tribais” migrantes não viviam, quando eram jovens, sob um sistema que exigia que as empresas pagassem a seus pais o suficiente para cobrir as mensalidades escolares, ou pagassem impostos para que as escolas do governo ensinassem os filhos dos trabalhadores. Quando doentes ou deficientes, esses trabalhadores eram frequentemente enviados de volta para suas casas rurais até estarem prontos para trabalhar novamente. Quando o trabalhador estava pronto para se aposentar, o empregador normalmente lhe deixava uma ninharia, não uma pensão que permitia aos idosos sobreviver com dignidade. Da juventude à doença até a velhice, o subsídio que cobria a criação, recuperação e velhi-

² Formação geológica complexa sul-africana, constituída por cadeias montanhosas ricas em quartzito e xisto e principal sítio da exploração mineira do ouro no mundo.

ce era fornecido por mulheres rurais africanas. Ann-Marie Wolpe (KUNH; WOLPE, 1978) acrescentou um ângulo feminista vital ao debate, tomando em conta o quanto a reprodução do trabalho masculino nos Bantustãos³ aumentou a taxa de lucro.

Um surto de protestos *antiapartheid* foi retomado quando o movimento trabalhista de Durban começou nos portos em 1973, sendo seguido pela revolta estudantil do Soweto de 1976. Com a desaceleração econômica iniciada por volta de 1974, a atenção dos economistas políticos passou da estabilidade e controle do *apartheid*-capitalista para a instabilidade e a crise. O discurso teórico mais amplo sobre raça e classe na África do Sul parecia ter atingido o auge nos anos 1970, e, nos anos 1980, a pesquisa sobre a natureza do modo de produção foi marcante com uma sondagem rigorosa e detalhada no contexto da busca de especificidade.

Quanto à dinâmica de mudança entre capitalistas e elites estatais, não apenas a conjuntura de meados dos anos 1980 dividiu os brancos entre os ingleses que dirigiam os negócios em Johannesburgo e os *afrikaners* que dirigiam o governo em Pretória, mas o último grupo se dividiu em *verkramptes*⁴ amargos, que logo perderiam sua hegemonia anterior, e *verligtes*⁵ neoliberais, liderados por Frederik Willem de Klerk. Ele ganhou a Presidência em 1989 e seis meses depois libertou Mandela e revogou a proibição ao CNA, o Partido Comunista Sul-Africano, e outros movimentos de libertação muito menores. Essa mudança política foi devida à sobreposição de pressões e contradições que então borbulharam, incluindo protestos generalizados de municipalidades e revoltas no local de trabalho, diminuindo os lucros do capital superacumulado, que ficou exposto em razão do colapso do preço do ouro em 1980, das sanções oriundas da crescente deslegitimação política promovida pelas campanhas de resistência do CNA e da vulnerabilidade da economia ao poder financeiro mundial. Os financiadores internacionais tornaram-se subitamente hostis à Pretória em agosto de 1985, cancelando linhas de crédito após uma nova rodada de repressão do governo de Pieter Willen Botha; suas mãos foram forçadas a isso por ativistas solidários que promoviam sanções bancárias.

No final dos anos 1980, as grandes questões foram colocadas de novo na agenda, porque a classe capitalista da África do Sul exigia, pela primeira vez, o fim do *apartheid* formal. As razões para isso estão intimamente relacionadas à estagnação econômica e à crise financeira, mas o que era desconcertante era quão dramaticamente isso abalou muitos economistas políticos que, anteriormente, rejeitaram tão profundamente a tese liberal que o *apartheid* e o capitalismo eram incompatíveis. Ben Fine e Zav Rustomjee advertiram:

A relação entre teoria abstrata e aplicação empírica não é exclusiva do estudo da África do Sul. Mas a forma virulenta assumida por seu racismo dentro dos limites de uma economia predominantemente capitalista lançou dúvidas consideráveis sobre o simples expediente de examinar o desenvolvimento da África do Sul em termos de hipóteses derivadas de estruturas analíticas prontas. (1996, p. 21)

³ Espaços criados pela política do *apartheid* para dividir as etnias da população negra em territórios e privá-la da cidadania sul-africana, circunscrevendo-a exclusivamente a esses espaços.

⁴ *Afrikaners* que se opunham a qualquer reforma liberal no sistema de dominação do *apartheid*.

⁵ *Afrikaners* que aceitavam incluir reformas liberais no sistema de dominação do *apartheid*.

Sua própria abordagem foi institucionalista, identificando no complexo de mineração-energia, o nexa em torno do qual a acumulação, o Estado, as relações de trabalho e outros fenômenos econômicos poderiam ser compreendidos. Uma década depois, Fine (2008) também abordou o nexa da economia política pós-*apartheid* nos termos da financeirização, apontando que “a política macroeconômica foi projetada para administrar a capacidade dos conglomerados sul-africanos de desinvestir”.

Em contraste, intelectuais importantes do CNA – como Thabo Mbeki (2004) e Joel Netshitenzhe – justificaram as políticas econômicas neoliberais que herdaram e ampliaram, argumentando que a África do Sul estava sofrendo com “duas economias”, e os que ficaram de fora estavam “estruturalmente desligados da “primeira economia mundial” de nosso país”. No entanto, existem ainda muitas *conexões* estruturais que lembram os sistemas de migração trabalhista mais antigos. Líder juvenil do Partido Comunista sul-africano, e mais tarde, a partir de 2019, vice-ministro das Finanças, David Masedo (2007) observou que uma combinação de marxismo vulgar não construído e de teoria da modernização forneceu a base conceitual para o neoliberalismo contemporâneo, que se veste como a “primeira economia” desenhada na ‘segunda economia’ para um processo de mercado bem-sucedido. Além disso, Masedo (2007) advertiu que a estratégia da Revolução Democrática Nacional também tem sido utilizada por alguns intelectuais e dirigentes do CNA para justificar a incorporação neoliberal em curso da burguesia negra emergente na estrutura de acumulação de capital. O período subsequente do governo de Zuma, 2009-2018, levou muitos a concluir que a África do Sul sofria de “neopatrimonialismo”, já que grandes escândalos de corrupção (envolvendo as famílias Gupta e Watson) reduziram a liderança da África do Sul a uma caricatura.

Em nenhum momento da era pós-1994, os fundamentos da acumulação de capital baseados em indústrias extrativistas superexploradoras, representadas nas corporações multinacionais e na formação de classes parasitárias, jamais foram genuinamente questionados. O que temos visto neste primeiro quarto de século do governo do ANC é uma verdadeira falta de soberania política e intelectual, devido em parte ao pragmatismo dos líderes da África do Sul, incluindo o dos seus intelectuais. Para entender esse, pragmatismo é necessário revisitar a redução da soberania econômica da África do Sul, incluindo nela a capacidade do Estado de reverter os erros do *apartheid*.

A soberania econômica enfraquece durante crises capitalistas

Em 1933, o ensaio de John Maynard Keynes na *Yale Review*, “Economic self-sufficiency,” incluiu esta afirmação:

Eu simpatizo com aqueles que minimizariam, e não com aqueles que maximizariam, o emaranhado econômico entre as nações. Ideias, conhecimento, ciência, hospitalidade, viagens – estas são as coisas que deveriam ser internacionais por sua natureza. Mas que os bens sejam trocados em casa sempre que for razoável e convenientemente possível e, acima de tudo, que o financiamento seja principalmente nacional (KEYNES, 1933, p. 756).

Ignorando essa sabedoria, o CNA liberalizou a economia desde meados da década de 1990 (BOND, 2014). A soberania econômica foi perdida quando a elite pós-independência que governava capitulou aos interesses capitalistas e adotou a lógica do

Consenso de Washington. O estado do *apartheid* já estava caminhando para políticas neoliberais quando foi derrotado e assumido pelas forças de libertação nacional. A principal dinâmica do desenvolvimento político na transição do *apartheid* para a democracia ocorreu na esfera da acumulação de capital e suas consequentes crises. De fato, foi o capital que abandonou o regime do *apartheid* em favor de um regime democrático neoliberal pró-capitalista porque os problemas de baixa rentabilidade e acumulação de capital não puderam ser resolvidos dentro da velha estrutura racista, em parte devido às condições políticas voláteis criadas pela luta *antiapartheid*.

Em outras palavras, os novos líderes do CNA concordaram com e estavam dispostos a serem os representantes de interesses neoliberais globais; por exemplo, eles aceitaram um empréstimo do FMI em 1993 antes da transição para a democracia, relaxaram os controles cambiais de 1985, permitiram que grandes capitais listassem empresas nas Bolsas de Valores Europeias e norte-americanas, reduziram drasticamente os impostos das empresas, aderiram à Organização Mundial do Comércio em condições desvantajosas e caíram sob a influência das agências de classificação de crédito de Nova York: *Standard & Poors, Fitch e Moody's*. Mesmo antes de tomar o poder em 1994, a elite do CNA facilitou a diminuição da soberania econômica do país. As consequências para a sociedade foi o abandono das ambições pró-pobres em favor do programa Crescimento, Emprego e Redistribuição do Banco Mundial em 1996, exatamente dois anos após Mandela ter chegado ao governo com base nas promessas do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento. Apesar de expandir o que são essencialmente subsídios sociais “simbólicos” de US\$ 25-30/mês para mais de 11 milhões de crianças, bem como subsídios de US\$ 100/mês para outros poucos milhões de pensionistas, a política dominante na África do Sul tem sido a “assistência social corporativa”. As grandes empresas, sejam elas o “capital monopolista branco”, sejam provenientes de esquemas de Empoderamento Econômico Preto (EEP), beneficiaram-se mais das políticas pós-*apartheid*. A estratégia do EEP para nutrir uma pequena parcela negra burguesa aguçou o apetite de autoenriquecimento da elite negra e serviu para dar cobertura ao grande capital e legitimidade ao capitalismo.

A adoção de sistemas financeiros e monetários que servem aos interesses capitalistas contribuiu significativamente para a diminuição da soberania econômica. A gestão da economia da África do Sul tem sido caracterizada pela frouxidão de supervisão, desregulamentação, corrupção corporativa e excessiva especulação financeira. O novo governo aboliu a dupla taxa de câmbio *Finrand*, destinada a penalizar o *offshoring*; os requisitos de listagem corporativa foram removidos; e o domínio das sociedades construtoras sobre os empréstimos de títulos hipotecários residenciais desapareceu. As proteções contra a escalada da taxa de juros foram comprometidas ao permitir grandes isenções, possibilitando assim juros estatais excessivos, especialmente em pequenos empréstimos. A supervisão regulatória nessa época foi escassa, com escândalos repetidos associados a fluxos financeiros ilícitos, manipulação de moeda e outras fraudes corporativas. Muitas firmas internacionais de contabilidade e consultorias – mesmo KPMG, Bain, Deloitte, PwC, McKinsey e Hogan Lovells – estavam implicadas na corrupção associada às notórias firmas sul-africanas Eskom, Transnet, Steinhoff, TONGAAT, VBS Bank e African Bank, entre outras. Durante a década de 2010, a classe

capitalista da África do Sul foi repetidamente classificada pela PwC em a mais propensa à criminalidade corporativa do mundo (BOND; MALIKANE, 2019).

Muitas dessas mudanças políticas nas esferas fiscal, monetária e de regulamentação financeira foram resultado de pressões internacionais. A política interna nessas áreas foi dominada, comprometendo assim a soberania. Os trabalhadores e os pobres pagam caro e permanecem aprisionados à herança de classe, raça e desigualdade de gênero da África do Sul. Exemplos específicos de pressão internacional incluem a compulsão do novo governo democrático a pagar os US\$ 25 bilhões do *apartheid*⁶; a relação tutor-aluno com as instituições de Bretton Woods; e a inserção da África do Sul na Organização Mundial do Comércio, que levou à redução de suas tarifas sobre produtos manufaturados. Essas observações apontam a inserção negativa da África do Sul na ordem capitalista global, e sugerem o acerto da estratégia de Samir Amin de desligamento das relações internacionais mais adversas (BOND, 2014).

A campanha do Jubileu 2000 pediu ao novo governo que recusasse o pagamento dos 25 bilhões de dólares da “Dívida Odiosa” do regime do *apartheid* repassada à democracia em 1994, o que foi repetidamente recusado por Mandela e Mbeki. Essa dívida disparou para 180 bilhões de dólares em 25 anos, porque seu pagamento foi agravado pela saída de lucros, dividendos e juros, especialmente depois de 2001. Empresas multinacionais e empresas sul-africanas que haviam se mudado para o exterior drenaram reservas de divisas. A taxa de juros que Pretória pagou sobre empréstimos estrangeiros ao Estado foi, até 2020, a quarta maior do mundo entre os 45 países que emitiram títulos de dez anos (somente atrás de Turquia, Argentina e Paquistão – e maior até mesmo do que a Venezuela). Outros sintomas mórbidos de financeirização incluíram altos níveis de dívida corporativa, estatal e de consumo nos mercados de crédito locais.

A influência internacional nos mercados financeiros se faz presente também na principal Bolsa de Valores da África do Sul, a de Johannesburg, que no início de 2018 atingiu picos vertiginosos, a maior taxa de capitalização de mercado/PIB de um país da história moderna (mais de 350% de valorização). Em 2018, o *crash* de 20% do mercado foi causado principalmente pelas restrições do governo chinês à Tencent Videogames Marketing, em razão do grande investimento dessa empresa em um conglomerado de mídia sul-africano, o Naspers. Este se tornou a empresa mais rica do continente graças à sua feliz aposta de comprar um terço da Tencent por 35 milhões de dólares em 2001 (em 2018 esse investimento atingiu um valor superior a 150 bilhões de dólares). Em setembro de 2019, a Naspers transferiu o fluxo de lucros da Tencent para uma nova empresa em Amsterdã, a Prosus, o que diminuirá drasticamente a relação entre os pagamentos de dividendos locais e internacionais, enfraquecendo ainda mais a soberania econômica da África do Sul.

Entre 2015 e 2017, o nível relativamente alto de entrada de dividendos na África do Sul em relação às saídas de capital, próximo a 60%, situou-a fortemente dentro de

⁶ N.T. O autor se refere à dívida externa herdadas pelo novo governo do regime do *apartheid*: 40% do total era oriunda da reestruturação dos fundos de pensão públicos, US\$ 15 bilhões das dívidas eram governamentais e US\$ 10 bilhões do setor privado e do setor bancário, incluindo o Banco Central.

uma faixa (subimperial) entre 15-80 por cento, embora abaixo da faixa acima de 100 por cento, que impulsiona a acumulação de capital nas economias imperiais (SOUTH AFRICA RESERVE BANK, 2019)⁷. Os defensores do processo de globalização apontam para o super-ciclo de mercadorias 2002-2015, quando os preços de platina, carvão, minério de ferro e ouro ajudaram a impulsionar o aumento do Rendimento Nacional Bruto. Ainda assim, os anos de pico – 2003-08 – testemunharam um crescimento real do PIB que oscilou entre 2,5%-5,5%, muito abaixo do nível necessário para enfrentar as crises de desemprego, pobreza e desigualdade (WORLD BANK, 2020).

Extração extrema de recursos, má gestão da terra, fome e crise energética

O caráter superexplorador da ecologia política sul-africana é manifesto em diversas áreas: indústrias extrativas, abuso da terra, fome e dependência de combustíveis fósseis. Juntas, estas proporcionam outra abordagem da soberania, em relação aos recursos naturais. A contabilidade do patrimônio público do Fundo Monetário Internacional (2018) classifica o estado sul-africano dentre os principais países do mundo como resultado do vasto estoque de recursos minerais não renováveis. Entretanto, o esgotamento insustentável dos recursos nacionais e a má distribuição, somam-se à preocupação ecológica com a mudança climática, pois a economia sul-africana está atrás apenas do Cazaquistão e da República Tcheca em emissões equivalentes de CO₂ por unidade do PIB *per capita* (entre países com mais de 10 milhões de pessoas). As indústrias extrativas da África do Sul são altamente destrutivas do meio ambiente de várias outras formas, incluindo a destruição dos recursos de água doce, níveis recorde mundiais de emissões de óxido nitroso no ar e outras partículas, poluição oceânica, ameaças à fauna e à flora e redução da biodiversidade.

A extração dos minerais não renováveis da África do Sul também é um fator importante na diminuição da *riqueza* do país, outro reflexo da superexploração da economia natural por parte do capital. A riqueza nacional é agora calculada pelos economistas para incluir as mudanças produzidas por uma economia no capital humano e no capital natural (BANCO MUNDIAL, 2017). A medida da “Poupança Líquida Ajustada” (PLA) foi concebida para reformar a Renda Nacional Bruta (RNB) a fim de estimar a “poupança real”, ou seja, a depreciação do capital físico, os danos causados pela poluição e o esgotamento dos recursos naturais (vistos como débitos do RNB), bem como o investimento educacional (um crédito adicionado à RNB). A PLA é um sinal rude de progresso, à medida que os economistas de desenvolvimento se preocupam mais com a sustentabilidade. O preço que a Terra paga por sua exploração pela indústria extrativista capitalista é cada vez mais evidente, e embora nos oponhamos a qualquer comercialização desse processo por meio da contabilidade do capital natural (como o comércio de emissões ou compensações de biodiversidade), a medida aproximada do custo para países como a África do Sul faz parte do reconhecimento da “dívida ecológica” associada ao Antropoceno, especialmente o Capitaloceno, que tem impulsionado a destruição ambiental em nome do lucro.

⁷ N.T. No mesmo período, o Brasil se situava perto dos 15% e o México dos 40%. (SOUTH AFRICA RESERVE BANK, 2019).

Como isso muda anualmente, refletindo o esgotamento da riqueza associada às indústrias extrativas? As cinco principais categorias nas quais a produção anual deve ser ajustada para baixo são: 1) consumo de capital fixo na forma de depreciação de desgaste (14,3% da RNB da África do Sul); 2) danos de CO₂ (4,6%); 3) esgotamento mineral (1,1%); 4) esgotamento energético (0,7%); e 5) poluição do ar (0,4%) (BANCO MUNDIAL, 2017). O (controverso) ajuste ascendente dos gastos com educação é de 6% da RNB, embora se possa facilmente argumentar que a escolaridade sul-africana emperre por desvantagens estruturais (SPAULL, 2013). O resultado é um PLA total de 1,5% da RNB, e não os 16,8% considerados poupança bruta anual.

O informe das contas de capital fornecido pelo Banco Mundial (2017) permite maior contemplação da destruição da economia natural da África do Sul. Essas contas ainda não são suficientemente consistentes para comparar longos períodos de tempo, de modo a possibilitar avaliar o processo de depleção. Mas elas permitem uma maior decomposição do que é “natureza” preexistente (embora após vários séculos de intervenções coloniais) e do que a sociedade deve fazer esforços especiais para preservar. Existem, por exemplo, quase 300 “espécies ameaçadas”, incluindo 116 plantas superiores, 107 peixes, 46 aves e 26 mamíferos. A economia natural do pulmão humano também está ameaçada, com 100% da população com exposição a partículas PM2,5, índice superior aos níveis das diretrizes da Organização Mundial da Saúde; as taxas de mortalidade de menores de 5 anos são mais que o dobro da média dos países pares (de renda média alta). A economia natural hidrológica de água doce da África do Sul tem sofrido uma retirada maciça, dez vezes mais do que outras economias africanas e mais de cinco vezes a taxa de economias de pares de renda média alta. E o capitalismo sul-africano utiliza muito mais em todas as categorias de energia além da hidroelétrica, que outras economias africanas e de renda média alta.

A maior destruição vem na forma de emissões equivalentes de CO₂, que são onze vezes maiores para um sul-africano “médio” (aquela construção mítica), do que as 0,8 toneladas em média da África Subsaariana. Durante o período de 2015-2019, o bumerangue da destruição ecológica causada pelo abuso de combustíveis fósseis tornou-se evidente com várias secas debilitantes, ciclones e enchentes atribuídas às emissões de gases de efeito estufa. Na Cidade do Cabo, em 2017-2018, a restrição de fornecimento de água do “Dia Zero” da cidade foi quase violada, enquanto em 2019, Durban e arredores sofreram uma “bomba de chuva” de 150 mm em um dia que matou 71 pessoas. Malauí, Moçambique e Zimbábue sofreram dois ciclones em março-abril de 2019, com pelo menos mil pessoas mortas, e as secas no cinturão agrícola da África do Sul, especialmente em Karoo, Cabo Oriental e Cabo do Norte, causaram fome generalizada.

Ali e em toda parte, a soberania alimentar da África do Sul também é ameaçada pela exploração agroindustrial maciça, que inflaciona artificialmente os preços e diminui a qualidade. O setor é dominado por grandes agricultores comerciais, inclusive por um punhado de gigantes corporativos que impulsionam a disponibilidade, o preço, a qualidade, a segurança e o valor nutricional dos alimentos consumidos por todos os sul-africanos. Esse monopólio é regularmente abusivo; por exemplo, grandes produtores de moagem e panificação foram considerados culpados de fixar o preço do pão, do trigo e do milho por meio de cartéis. As investigações da Comissão de Concorrência também concluíram que as indústrias leiteira e pesqueira eram culpadas de fixação

de preços. O alto custo dos alimentos básicos resultou no fato de as famílias de baixa renda sofrerem uma taxa de inflação mais alta do que a população em geral (BOND; MALIKANE, 2019). Como resultado dessas táticas e da pobreza geral, estima-se que 11 milhões de pessoas vivenciem insegurança alimentar, ou seja, não sabem de onde vem sua próxima refeição (BOND; GALVIN, 2019). Cerca de 1,5 milhão de crianças com menos de 6 anos de idade têm o crescimento atrofiado devido à desnutrição crônica. A insegurança alimentar se caracteriza por tendências geográficas, é de gênero, e mais prevalente entre a população negra africana.

Da mesma forma, o conceito de soberania energética provou ser esquivo para a maioria da população da África do Sul (todos aqueles sem recursos para estabelecer seu próprio sistema solar ou geradores de energia a diesel). Desde 2008, o país tem enfrentado interrupções regulares de energia elétrica. Isso se deve tanto à insuficiência das velhas usinas elétricas a carvão para acompanhar as demandas energéticas do país, quanto às falhas de projeto em duas novas megaplantas à carvão. A economia está pagando caro como resultado da parada de máquinas em minas, fundições e outras indústrias dependentes de energia. Os setores doméstico, varejista e de serviços também são duramente atingidos.

A solução, de acordo com muitos movimentos sociais e ONGs preocupadas com essa questão, é que a África do Sul deixe de produzir energia através de combustíveis fósseis, e avance urgentemente em direção a fontes renováveis. Devido principalmente a interesses particulares no setor do carvão (o próprio Ramaphosa era um magnata do carvão antes de retornar ao governo em 2014), o governo tem sido muito lento, apesar da abundância de recursos solares e eólicos no país. Em vez disso, concordou em comprar eletricidade de “produtores de energia independentes” privados (principalmente empresas europeias) a preços elevados em comparação com o carvão. Os sindicatos do setor argumentam que seus empregos estão ameaçados pela descentralização e privatização da geração de energia, mas infelizmente não conseguiram uma massa crítica de apoio ao exigir uma transição justa genuína. Com a crise climática batendo à porta da humanidade, as elites sul-africanas parecem menos dispostas a fazer qualquer coisa para aliviá-la ou preparar-se para ela.

A economia do conhecimento, a vigilância do Estado, o poder subimperial e a xenofobia

A mesma incapacidade de implementar as mudanças radicais necessárias é evidente na esfera digital, em que líderes do governo sul-africano, líderes empresariais e acadêmicos adotam acriticamente o conceito da “Quarta Revolução Industrial” (4RI), como defendido por Karl Schwab (2016), *chairman* do Fórum Econômico Mundial. A evolução das novas tecnologias é apresentada como um desenvolvimento positivo, inevitável e não problemático. Como resultado, os sul-africanos não têm se vinculado às preocupações internacionais sobre a distorção dos sistemas de valores por meio da manipulação da mídia social e do poder (e agenda política) da engenharia social de Big Data. O debate sul-africano está centrado no impacto da 4RI e na suficiência de habilidades da sociedade em tecnologia da informação para colher os benefícios do suposto progresso humano. Essa narrativa mina a soberania na medida em que impõe

as perspectivas, projetos e prioridades do capital global – especialmente as empresas Big Data – no país e em todo o continente.

Os sul-africanos envolvidos em lutas contra aspectos da 4RI sugerem que esta é apresentada de forma descontextualizada e a-histórica, ignorando as mediações de classe, gênero, raça e geografia que moldam a tecnologia. Exemplos de resistência incluem a oposição generalizada à propriedade intelectual quando esta impede o acesso a medicamentos de ponta que salvam vidas, a sistemas de vigilância associados a formas injustas de mercantilização (por exemplo, medidores de água pré-pagos e pedágios eletrônicos nas rodovias), e à educação mercantilizada (resultando em uma luta bem-sucedida por educação superior gratuita para sul-africanos da classe trabalhadora). A campanha “Direito de Saber” fez a exigência de acesso ao celular ser considerada um direito humano.

Mas como a África ainda luta para “alcançar” a “segunda revolução industrial”, definida como eletrificação, estando muito mais distante da “terceira revolução industrial”, definida como digitalização, é evidente que a 4RI é uma miragem. A África do Sul tem uma taxa de desemprego muito alta, especialmente entre os jovens, mas Ramaphosa é eloquente sobre as supertecnologias de economia de trabalho incorporadas na 4RI, incluindo “cidades inteligentes” baseadas na Internet das Coisas. Uma abordagem mais respeitável e crítica da digitalização e da economia do conhecimento reconhecera os desenvolvimentos tecnológicos como incorporadores de todo tipo de preconceitos, o que pode levar a relações de poder ainda mais desiguais.

Um exemplo é a forma como os sistemas de vigilância têm sido utilizados pelo estado sul-africano contra ativistas. A inteligência militar e outros órgãos de policiamento do Estado espionam regularmente movimentos e organizações sociais engajados em protestos e outras atividades de oposição, o que acaba por encontrar expressão na violência estatal. Em 2012, essa realidade foi clara para todos durante o massacre de Marikana, em que 34 mineiros foram mortos a tiros em uma tarde por exigirem um salário que atendessem as necessidades de subsistência. A África do Sul provavelmente sofrerá mais protestos e greves enquanto a crise capitalista global continuar a atingir o país, em localização desvantajosa dentro da ordem econômica global. É provável que um governo sem soberania nacional sobre suas políticas econômicas, e, portanto, sem respostas a um eleitorado exigente e inquieto, responda com mais repressão.

Com certeza, a máquina de guerra da era do *apartheid* foi domada sob a nova ordem democrática, e as forças armadas foram, doravante, destinadas a serem utilizadas apenas para fins de manutenção da paz. O desenvolvimento de armas nucleares foi abandonado, e a capacidade de produção de armas do estado sul-africano se concentrou na venda de *hardware*, em vez de usá-lo, e em garantir que regimes repressivos fossem rejeitados como compradores. Entretanto, no final dos anos 1990, um notório acordo de armas significou a compra de equipamentos militares muito caros principalmente de fornecedores europeus, em processo que se caracterizou pela ganância, por propinas e por corrupção. Sem perder a oportunidade, o novo governo sul-africano vendeu armas letais a numerosos regimes repressivos, incluindo os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, durante a guerra ilegal no Iraque, para expulsar um antigo cliente autoritário com vastos recursos petrolíferos.

As nações africanas, e outros povos do mundo, apoiaram e se sacrificaram na luta para libertar a África do Sul dos grilhões do *apartheid*. Era legítimo esperar, que quando o país mais poderoso do continente fosse livre, ele ajudasse e até liderasse o enfrentamento ao enorme conjunto de desafios da África. Como tal, a África do Sul deveria estar na vanguarda de um projeto pan-africano que contestasse todas as características do neocolonialismo. Mas o desempenho da África do Sul na África e no mundo revela uma tendência preocupante da elite política de Pretória e dos capitalistas mais expansivos de Johannesburgo de escolher o caminho do neoliberalismo em vez de servir aos valores do pan-africanismo. Uma análise cuidadosa do *modus operandi* da África do Sul traz à mente a definição de “subimperialismo” do teórico da dependência brasileira Ruy Mauro Marini (1965, p. 22): “Não se trata de aceitar passivamente o poder norte-americano (embora a real correlação de forças muitas vezes leve a esse resultado), mas sim de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nesta expansão a posição de uma nação-chave.”

A África do Sul se posicionou desta maneira em muitas ocasiões. Durante a visita de George W. Bush à África do Sul em 2003, ele chamou Mbeki de seu “homem de referência” na África. Ainda antes, durante os anos 1990, o governo sul-africano adotou uma postura pró-ocidental dentro da Organização Mundial do Comércio. A Nova Parceria Neoliberal para o Desenvolvimento da África viu o Mbeki desempenhar um papel de liderança, calorosamente endossado pelo regime de Bush como “ponto de referência filosófico”. A África do Sul é o único país africano dentro do G20, e em 2017 dois de seus ministros de gabinete ajudaram a formar o “Pacto com a África” do G20, que visava subsidiar tanto os investimentos das empresas ocidentais quanto das empresas BRICS. O papel de Pretória nos BRICS ajudou a legitimar regimes repressivos nos outros quatro países parceiros, pois os BRICS promovem uma espécie de reforma de governança global (por exemplo, aumento das ações com direito a voto nas instituições de Bretton Woods) que tanto fortalece o controle pró-corporativo ocidental quanto restringe ainda mais a influência dos países mais pobres (redução de sua parcela no direito de voto e ajuste estrutural contínuo, sem nenhuma mudança na liderança do Banco Mundial e do FMI). O papel dos BRICS na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas tem sido especialmente ingrato, em aliança com o Ocidente para evitar que noções como dívida climática sejam reconhecidas. A esse respeito, Pretória escolheu o caminho de se colocar ao lado dos BRICS neoliberais e dos interesses corporativos ocidentais, em oposição a servir ao Pan-Africanismo na luta para alcançar a soberania.

Essa tomada de posição gerou também uma das contradições mais trágicas: a xenofobia desenfreada da classe trabalhadora sul-africana. A urbanização sob condições de crise capitalista está cheia de tensões e contradições. Altos níveis de desemprego, pobreza e desigualdade forçam muitas pessoas a se deslocarem de um lugar para outro, às vezes atravessando fronteiras provinciais ou nacionais, a fim de encontrar oportunidades econômicas. Muitos imigrantes acabam nas cidades porque o desenvolvimento econômico capitalista concentra o poder e os recursos no espaço urbano. Eles frequentemente não recebem ajuda ou apoio, mas são definidos como “o Outro” e rejeitados, especialmente quando envolvidos na competição pelo comércio (comércio em pequena escala), por emprego e moradia. O primeiro grande ataque foi em 2008

no município de Alexandra, Johannesburgo, e depois se espalhou pelo país, deixando 63 pessoas mortas. Outro surto nacional ocorreu em 2010, após a Copa do Mundo. Surtos esporádicos, mas bastante frequentes, de xenofobia continuaram até 2019.

O Estado também é culpado por seu mau tratamento aos imigrantes, incluindo um Departamento de Assuntos Internos hostil, ineficiente e corrupto, o que dificulta a institucionalização jurídica das pessoas. Movimentos sociais progressistas têm se oposto à xenofobia, organizando marchas especialmente durante períodos de alta tensão e após os ataques. A xenofobia mina a luta dos trabalhadores e de suas comunidades ao dividi-los e antagonizá-los na luta por uma vida melhor. A África não pode gozar de soberania enquanto os africanos atacarem outros africanos em vez de se unirem e permanecerem juntos para resolver problemas comuns.

Conclusão: Comunhão para a mudança

Um caminho diferente de desenvolvimento era e ainda é possível para a África do Sul, mas se apenas o beco sem saída das políticas neoliberais for abandonado, e se for adotado o *delinking* dos circuitos mais destrutivos da economia mundial. A busca pela soberania africana requer outra luta de libertação – uma segunda descolonização por assim dizer – pela qual as inúmeras formas de resistência social encontradas em vários países africanos devem se reunir em nível local, nacional, regional e continental. Além de se desligar do imperialismo e rejeitar o poder subimperial, as tendências ecossocialistas, feministas, anti-imperialistas e antixenofóbicas do movimento de mudança da África do Sul podem se unir em torno de um projeto de “comungar”, ou seja, compartilhar os recursos do país e do continente por meio de uma ação coletiva “de baixo para cima” que coloque a satisfação ecologicamente correta das necessidades humanas acima da busca pelo lucro privado. O objetivo é erradicar todas as formas de exploração e opressão.

Existem disputas, naturalmente, em relação a como mensurar tal ativismo. Um indicador, apoiando-se nas principais menções da mídia à dissidência, é uma base de dados financiada pelo Pentágono americano (o “Projeto Minerva”) que sugere níveis crescentes de protestos a partir do início dos anos 2010. O pico numérico foi em setembro de 2019, quando tanto a violência baseada em gênero quanto a xenofobia grassaram em toda a África do Sul, gerando uma resistência substancial (ACLED Project, 2020).

Esses incluem, como já mencionado acima, batalhas diárias sobre as condições de produção e reprodução social da mão de obra. A mais notória foi o Massacre de Marikana de agosto de 2012, que catalisou ondas de raiva dos trabalhadores que levaram a uma forte tempestade de greves selvagens⁸, por exemplo, nos vinhedos do Cabo Ocidental, resultando em uma duplicação do salário diário. Os trabalhadores sul-africanos fornecem o melhor antídoto em longo prazo para as tendências discutidas acima, e mesmo os líderes do CNA não podem suprimir completamente as energias de uma classe trabalhadora muitas vezes julgada como a mais militante do mundo (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2017). Naturalmente, os ativistas trabalhistas

⁸ N.T. Greves que se desenvolvem de forma independente de qualquer estrutura sindical.

fiéis ao CNA criaram divisões nos principais sindicatos, levando a uma cisão em 2013-2014 da maior federação em duas, e o governo, por sua vez, impôs novas exigências às greves de que cumpram os requisitos de uma votação e de um salário submínimo subsidiado para os trabalhadores jovens.

Os movimentos sociais radicais e prolíficos manifestantes comunitários também expressaram insatisfação e sofreram às vezes uma repressão extrema (NGWANE, 2019). Em uma época anterior de dissidência no final dos anos 1990, esses “protestos de prestação de serviços” conquistaram uma importante vitória: uma política de Serviços Básicos Gratuitos que fornecia o mínimo de abastecimento de água e eletricidade (pelo menos 25 litros/pessoa/dia e 50 kWh/mês). Mais recentemente, as mais importantes vitórias incluem a educação superior gratuita fornecida a 90% dos estudantes universitários e técnicos universitários após as revoltas nacionais de 2015-2017. A vitória também incluiu o “*in-sourcing*” de trabalhadores mal remunerados, de volta aos empregos universitários⁹.

Mas sem dúvida, a estratégia comum melhor sucedida da África do Sul foi a aquisição, no início dos anos 2000, de medicamentos antiretrovirais para combater a aids. Esses são hoje fornecidos gratuitamente pelo Estado, tendo sido outrora de competência do capital global. Eles são responsáveis por reverter o dramático declínio na expectativa de vida da África do Sul entre 1990-2005 (WORLD BANK, 2020).

Como centenas de milhares de pessoas morreram desnecessariamente na luta para ter acesso aos medicamentos contra a AIDS, este exemplo é o mais espetacular. A campanha bem-sucedida refletiu quatro características que qualquer projeto pós-neoliberal deveria abraçar: *descompactação* (de medicamentos que custam mais de US\$ 15.000/ano que agora são gratuitos); *destratificação* do acesso (agora alcança a mais de cinco milhões de sul-africanos); *desvinculação e desglobalização do capital* (existem agora instalações de produção de medicamentos genéricos em muitas cidades africanas); e *solidariedades globais* contra as poderosas forças multinacionais. Ao saltar de escala, a Campanha de Ação de Tratamento da África do Sul enfrentou as grandes farmacêuticas globais, os governos da África do Sul e dos Estados Unidos, e a Organização Mundial do Comércio. Em 2004, antes do acesso aos medicamentos, a expectativa de vida era de 52 anos, e em 2019 subiu para 64: uma extraordinária vitória pós-neoliberal.

A solidariedade também é cada vez mais comum como um modo de resistência do dia a dia. Em todas as cidades da África do Sul, ativistas interessados em garantir o acesso à água e à eletricidade têm tentado desenvolver o que já era uma tática de sobrevivência popular na época do *apartheid*: reconectar a água e a eletricidade ilegalmente, uma vez que ela foi desconectada por funcionários do estado por falta de pagamento; só no Soweto, a proporção de conexões ilegais de eletricidade havia aumentado para 80% (LE CORDEUR, 2016). O problema mais sério com a comuna informal, é que uma vez que a infraestrutura de água é explorada por encanadores da cidade (muitos trabalham por uma pequena taxa), as fugas são exacerbadas, e a qualidade da água às vezes é comprometida. Da mesma forma, como as linhas elétricas usam conexões ile-

⁹ N.T. *In-sourcing* se refere ao movimento contrário ao de terceirização, isto é, refere-se ao aumento do emprego interno e da oferta de suprimentos e produtos da cadeia de produção e serviços de uma empresa ou organização.

gais, o limite de capacidade de todo o sistema municipal é desafiado, e o fornecimento de energia elétrica colapsa regularmente. As eletrocussões acidentais tornam-se mais frequentes à medida que os fios condutores de energia elétrica cruzam as vias para pedestres. A resposta típica em curto prazo de um ativista do Comitê de Crise Elétrica do Soweto é embarcar em treinamento técnico que enfatiza o isolamento e o reparo eficaz das tubulações.

Em resumo, o desafio para os sul-africanos comprometidos com uma sociedade, uma economia e uma ecologia diferentes é combinar humildemente os ganhos limitados que os movimentos sociais alcançaram até agora (em muitos casos, combinados com derrotas regulares no terreno econômico) com as crescentes ambições que são necessárias para corresponder à escala da crise sistêmica e à extensão atual do protesto social. Existem problemas ideológicos, estratégicos e materiais que a esquerda independente da África do Sul não conseguiu superar, incluindo a divisão entre correntes autonomistas e socialistas, e a falta de respeito mútuo por várias tradições de esquerda, incluindo o comunismo tradicional, o trotskismo, o anarquismo, o sindicalismo, a Consciência Negra e o feminismo. Uma abordagem sintética de cima para baixo ainda parece impossível.

Lutas *unicomunitárias* e *unitemáticas* são blocos de construção importantes na campanha para manter o fogo da luta e da esperança ardente entre as várias seções da classe trabalhadora. Mas a militância dos manifestantes comunitários deve se combinar com a dos trabalhadores organizados e desorganizados, estudantes e jovens desempregados, mulheres lutando contra o estupro e o patriarcado. Uma construção consciente e planejada para uma revolta pode fornecer uma base para o trabalho e campanhas conjuntas, com o objetivo de conquistar vitórias parciais e fortalecer os laços entre as diferentes seções do movimento operário. A explosão das massas mostrará um vislumbre do que é possível quando o movimento da classe trabalhadora está se movendo em conjunto em solidariedade e ação. Ela libertará a energia criativa que gerará novas ideias e métodos de auto-organização e luta. Gerará convulsões históricas que podem mudar o equilíbrio de forças, proporcionando aos movimentos emergentes metas que podem ser generalizadas além do local e da seção. Restaurará a esperança na visão de que as coisas podem ser diferentes, que um mundo melhor sem opressão e exploração é possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROA (Alternative Report on Africa). First issue terms of reference for country studies. Unpublished paper. Dakar: ENDA, 2019.

AMIN, Samir. *Delinking*. London: Zed Books. 1990.

ACLED (Armed Conflict Location and Event Data Project). Dashboard. Brighton: University of Sussex, 2020. Disponível em: <https://www.acleddata.com/dashboard>. Acesso em: <completar>. AVERBACH, Mon. On Trotsky's letter to South Africa. *Revolutionary History*, v. 4, n. 4, p. 131-133, 1936.

BOND, Patrick. *Elite Transition*. London: Pluto Press, 2014.

BOND, Patrick; GALVIN, M. Water, food and climate commoning in South African cities. In: VIVERO-POL, José L.; FERRANDO, Tomaso *et al.* (ed.). *Routledge Handbook of Food as a Commons*. London: Routledge, 2019. p. 231-248. Disponível em: <https://www.routledge.com/Routledge-Handbook-of-Food-as-a-Commons/Vivero-Pol-Ferrando-Schutter/Mattei/p/book/9781138062627>. Acesso em: <completar>.

BOND, Patrick; MALIKANE, Christopher. Inequality caused by macro-economic policies during overaccumulation crisis. *Development Southern Africa*, v. 36, n. 6, p. 1-18, 2019. DOI: [10.1080/0376835X.2019.1701416](https://doi.org/10.1080/0376835X.2019.1701416). Acesso em: <completar>.

EUROMONITOR. Income inequality ranking of the world's major cities, 31 out. 2017. Disponível em: <https://blog.euromonitor.com/income-inequality-ranking-worlds-major-cities/>. Acesso em: <completar>.

FINE, Ben. The minerals-energy complex is dead: Long live the MEC? *Amandla Colloquium*, 2008. Disponível em: http://www.amandlapublishers.co.za/component/option,-com_docman/task,cat_view/g_id,100/Itemid,163/. Acesso em: <completar>. FINE, Ben; RUSTOMJEE, Zavareh. *The Political Economy of South Africa*. Johannesburg: Wits University Press, 1996.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Fiscal Monitor: managing public wealth*. Washington, D.C., 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/October/pdf/fm1802.ashx?la=en>. Acesso em: <completar>.

KEYNES, John Maynard. National self-sufficiency. *The Yale Review*, v. 22, n. 4, p. 755-769, 1933. Disponível em: <https://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/interwar/keynes.htm>. Acesso em: <completar>.

KUHN, Annette; WOLPE, AnnMarie (ed.). *Feminism and Materialism*. London: Routledge: Kegan Paul, 1978.

LE CORDEUR, Matthew. Eskom to waive Soweto users' debt – On condition. *Fin24*, maio 2016.

MAGUBANE, Ben. The social construction of race and citizenship in South Africa. Working paper. *UN Research Institute for Social Development, Geneva*, 2001. Disponível em: [http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/\(httpAuxPages\)/F1E2C56AA5442BD-7C1256BDE002FBDC9?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/(httpAuxPages)/F1E2C56AA5442BD-7C1256BDE002FBDC9?OpenDocument). Acesso em: <completar>.

MARINI, Ruy Mauro. Brazilian interdependence and imperialist integration. *Monthly Review*, v. 17, n. 7, p. 14-24, 1965.

MASONDO, David. Capitalism and racist forms of political domination. *Africanus*, v. 37, n. 2, p. 66-80, 2007. Disponível em: <https://journals.co.za/content/canus/37/2/EJC22647>.

MBEKI, Thabo. Two worlds: Two economies. *South African Labour Bulletin*, v. 28, n. 2, p. 10-11, 2004. Disponível em: <http://www.southafricanlabourbulletin.org.za/articles/two-worlds-two-economies>.

NGWANE, Trevor. Insurgent democracy: Post-apartheid South Africa's freedom fighters. *Journal of Southern African Studies*, v. 45, n. 1, p. 229-245, 2019.

SOUTH AFRICAN RESERVE BANK. *Quarterly Bulletin*, Pretoria, dez. 2019.

SCHWAB, Klaus. The fourth industrial revolution. *World Economic Forum*, Geneve, 2016. SPAULL, Nicholas. South Africa's education crisis. *Centre for Development and Enterprise Working Paper*, Johannesburg, out. 2013.

WOLPE, Harold. Capitalism and cheap labor power in South Africa: From segregation to apartheid. *Economy and Society*, v. 1, p. 425-456. 1972.

WORLD BANK. *Fiscal Policy and Redistribution in an Unequal Society*. South Africa economic update. Washington, D.C.: World Bank Group, 2014. v. 6. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/2014/11/20339043/south-africa-economic-update-fiscal-policyredistribution-unequal-society>. Acesso em: <completar>.

WORLD BANK. *Little Green Data Book*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2017. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/239271500275879803/pdf/117480-PUB-Date-6-29-2017-PUBLIC.pdf>.

WORLD BANK. Life expectancy at birth. Washington, D.C.: World Bank Group, 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=ZA-1W>.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Competitiveness Report 2017-2018*. Davos, 2017. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%E2%80%932018.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

Abstract: The development of South Africa's contemporary political economy occurred in the context of a global capitalist order characterized by increasingly unequal political and economic relations between and within countries. Prior to liberation in 1994, many people around the world actively supported the struggle against apartheid. If the apartheid state was defeated, it retained enough strength to limit a radical transition. Since 1994, diminished sovereignty means that the foreign influences of global capitalism amplify local socioeconomic contradictions in a way that is destructive to the vast majority of citizens. This is evident when one considers economic, ecological, geopolitical, and societal considerations.

Keywords: South Africa. Sovereignty. Crisis. Subimperialism. Social Resistance.

Resúmen: El desarrollo de la economía política contemporánea de Sudáfrica tuvo lugar en el contexto de un orden capitalista global caracterizado por unas relaciones políticas y económicas cada vez más desiguales entre los países y dentro de ellos. Antes de la liberación en 1994, muchas personas de todo el mundo apoyaron activamente la lucha contra el apartheid. Si el Estado del apartheid fue derrotado, conservó suficiente fuerza para limitar una transición radical. Desde 1994, la disminución de la soberanía significa que las influencias extranjeras del capitalismo global amplifican las contradicciones socioeconómicas locales de forma destructiva para la gran mayoría de los ciudadanos. Esto es evidente cuando se tienen en cuenta consideraciones económicas, ecológicas, geopolíticas y sociales.

Palavras-clave: Africa del Sur. Soberanía. Crisis. Subimperialismo. Resistencias Sociales.

Estados Unidos: geopolítica unilateralista e democracia ausente⁺

Adrián Sotelo Valencia^{*}

Resumo: A supremacia unilateralista dos Estados Unidos, no marco de uma crescente e iminente perda de hegemonia política e até certo ponto militar, acentua uma das características das relações internacionais e interestatais agudizada pela crise política e social interna no marco de um sistema oligárquico de “democracia indireta” em que o voto popular e cidadão desempenha papel secundário. Essa ausência de democracia, junto à política protecionista da administração Trump, submergiu esse país em um dilema num mundo multilateral e policêntrico.

Palavras-chave: Imperialismo. Proteccionismo. Unilateralismo. Democracia Ausente.

⁺Tradução de Pedro Martinez.

^{*}Sociólogo, mestre e doutor em Estudos Latino-Americanos pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM. É pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da mesma faculdade.

Declínio geopolítico e estratégias estadunidenses

Desde suas origens, os Estados Unidos se autoproclamaram “excepcionais” (LIPSET, 2000; DRAITSER, 2013), praticando simultaneamente o unilateralismo nas relações internacionais com o objetivo de selar e reproduzir sua supremacia sobre outros países e potências que consideram “menores” em relação a seu poder econômico e militar. Durante os anos 1970, duas estratégias floresceram nos Estados Unidos com o objetivo de fornecer, a seu favor, meios e políticas para (tentar) combater seu crescente declínio hegemônico. Entre elas está a chamada “multipolaridade” promovida por Henry Kissinger sob o regime de Nixon-Ford (1969-1977) com o objetivo de restabelecer tal hegemonia. Segundo Marini (1995, p. 19), tal política, enquanto respondia a esse declínio (dos Estados Unidos) em relação a outras potências, captou a redistribuição do poder mundial em nível regional, que o autor corretamente chama de subimperialismo, composto de países como Brasil, Irã, Egito, África do Sul; ou, até mesmo Israel, que é uma espécie de protetorado dos Estados Unidos no Oriente Médio.¹

O outro lado da política imperialista (norte)americana² era conhecida como “trilateral” ou trilateralismo, consistindo em uma comissão representada por Zbigniew Brzezinski sob o regime do democrata James Carter (1977-1981) e caracterizada por três elementos, de acordo com Marini (p. 20): a) nega que a “redistribuição do poder” é inevitável, como diziam os multilateralistas; b) reafirma a existência de relações de “centro/periferia”; c) finalmente, considera como componentes do trilateralismo países imperialistas como Japão e Alemanha para enfrentar a “ameaça comunista, representada pela União Soviética”.

A chegada à Casa Branca do republicano Reagan que retoma a política de recuperação da hegemonia norte-americana e impõe a guerra de baixa intensidade, vai dar seus frutos com a destituição do governo sandinista na Nicarágua, marcando o fim desses dois lados e a proclamação do imperialismo unilateralista (MARINI, 1995, p.p. 20-21). Este é praticado até hoje pelas administrações Clinton, Bush, Obama e Trump, esta última sob a ineficaz e fracassada política protecionista e isolacionista do *slogan* implausível e distópico: “America First”, que reflete basicamente o isolacionismo trumpista e o abandono de tratados internacionais por essa potência mundial.

Em resposta ao artigo escrito por seu homólogo russo, Vladimir Putin (12 de setembro de 2013), que questiona a singularidade nacional dos Estados Unidos, o presidente Barack Obama a reafirmou em seu discurso perante a 68ª Assembleia Geral da ONU, apontando que “a América é excepcional, em parte porque demonstramos boa vontade, através do sacrifício de sangue e dinheiro, defendendo não apenas nossos próprios interesses, mas os interesses de todos”. O analista Draitser (2013) avaliou essa

¹ Para o tema da geopolítica, consultar Marini (1985). Para o tema do subimperialismo, do mesmo autor com Olga Pellicer de Brody (1967), e Marini, (1977). Para um tratamento do tema, ver Sotelo (2019b).

² Utilizo as palavras “norte-americano(a)” e “estadunidense” para superar um vício ideológico e anglo-saxão, que consiste em considerar “americanos” apenas os que possuem cidadania nos Estados Unidos da América e excluir os demais americanos, como haitianos, brasileiros, mexicanos ou bolivianos, entre outros.

citação de Obama e mostrou que, se a velha noção da excepcionalidade dos Estados Unidos tem raízes profundas na psique americana, agora o mundo está passando por uma mudança profunda na geopolítica global que põe em xeque a superioridade de Washington. Para esse analista, isso significa o desejo dos Estados Unidos de impor seu direito de dominar pela forma que lhe for mais conveniente, seja ela a política, a econômica, a ideológica ou a militar. Ele afirma que Obama usa essa retórica para colocar-se numa posição moral acima não apenas de outros países, mas também do direito internacional, das próprias instituições que a ONU representa, e de tudo o que aconteceu desde a Segunda Guerra Mundial.

Draitser conclui corretamente que toda a raiva de Obama contra a Rússia e Putin se deve ao fato de a Rússia não aceitar esse princípio e de estarmos passando por “uma mudança tectônica na geopolítica global”, pois países que há dez anos não ousariam questionar a noção de excepcionalidade e a capacidade dos Estados Unidos, bem como o direito de afirmar sua autoridade militar em todo o mundo, agora o fazem.

Também é significativo lembrar como o próprio ex-presidente James Carter (2015) definiu os Estados Unidos: “oligarquia com poder ilimitado para subornar”. E ele não estava errado, já que esta tem sido uma característica essencial do imperialismo (LENIN, 1961) e da política norte-americana aplicada tanto no nível das nações e das instituições, quanto no nível dos indivíduos dentro da estrutura de sua geopolítica global e de seus sistemas de dominação.

Imperialismo e sistema político norte-americano

As eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos foram realizadas neste marco histórico e político em um contexto de profunda crise social, racial, econômica e de saúde que não tem paralelo na história moderna deste país. Ao mesmo tempo que se esgota o seu crescimento econômico prolongado de 128 meses, encerrado em 2019, com uma baixa taxa média de crescimento de 2,3%, de acordo com o Escritório de Análise Econômica do Departamento de Comércio (CEPAL, 2020, p. 2), os Estados Unidos estão passando por uma profunda crise de hegemonia³ no contexto do sistema de relações interestatais globais. Talvez pela primeira vez, China e Rússia poderiam se colocar como segunda potência mundial em médio prazo, no âmbito de um mundo cada vez mais policêntrico e multilateral, cuja existência os governantes dos EUA estão determinados a negar, apesar dos efeitos colaterais em suas relações comerciais, em seus sistemas produtivos e em ciência e tecnologia, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento cada vez mais dinâmico da inteligência artificial e das tecnologias informáticas baseadas em 5G desenvolvidas pela China, que se tornou um poderoso concorrente em nível internacional.

O capitalismo global passou por uma profunda mudança na qual os Estados Unidos, de locomotiva principal, passaram a compartilhar esse papel, o que é obscurecido pelo

³ Para o tema da crise de hegemonia, ver Martins (2011), especialmente o capítulo 4. O autor analisa o processo de hegemonia por meio de três teses inter-relacionadas: a primeira é a fase de expansão da hegemonia do Estado capitalista; a segunda corresponde à fase de crise e deterioração dessa hegemonia e, finalmente, a crise civilizatória na qual estaríamos hoje envolvidos.

impulso que lhes dá a economia mundial, especialmente pelo controle que exercem sobre os sistemas financeiro e monetário por meio do dólar, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que influenciam de muitas maneiras o comportamento e as trajetórias dos bancos e da Bolsas de Valores em todo o mundo. Essa é uma das razões, entre outras, de os governantes norte-americanos não perceberem que seu país deixou de ser essa locomotiva visto que consideram que a sua posição nesses mercados (financeiro e monetário) ainda produz influência considerável. Entretanto, sua eficácia é cada vez menor, como demonstram os precários resultados de seu confronto comercial com a China e das “sanções”, na linguagem dos falcões, em verdade, retaliação e vingança, contra países como Irã, Venezuela, Nicarágua e outros que consideram inimigos, porque não se alinham com seus interesses estratégicos como imperialismo central.

A pandemia generalizada e mortal do coronavírus – que já causou mais de 1,4 milhão de mortes em todo o mundo entre janeiro e novembro de 2020 – instalou-se naquele país a ponto de causar milhões de infecções, mortes e outras doenças em decorrência do sistema ineficiente de previdência social privado, o que foi exacerbado pela crise sanitária e pelo desdém tanto de seu presidente negacionista como de seu gabinete em adotar medidas vigorosas e eficazes que permitissem, como na China, em Cuba e na Venezuela, superar grande parte de seus efeitos mortais.

Talvez pela primeira vez na história dos EUA, um vírus, causador da covid-19, tenha sido um dos fatores, se não o essencial, na derrota e no descrédito de um candidato à Presidência – no caso, o magnata da Casa Branca Donald Trump, o qual disputou sua reeleição com o democrata Joe Biden, cuja campanha se aproveitou, em seus argumentos, da inação sanitária da fracassada administração anterior.

Em meio a uma dança de números e cálculos em que não existem certezas absolutas, há consenso sobre a drástica queda do produto interno bruto da economia dos EUA e sobre o aumento brutal do desemprego. Mesmo que, segundo o Departamento do Trabalho, sejam criados novos empregos, persiste o problema de que, por serem temporários e de natureza precária e baixa renda, não resolvem os problemas trabalhistas, familiares, de saúde e sociais da maioria dos trabalhadores, especialmente os trabalhadores não documentados e imigrantes legais, que estão aumentando na população total atual de cerca de 331 milhões de habitantes.

Parte dessa situação de crise global de uma das maiores potências do mundo, reside no esgotamento do potencial de desenvolvimento técnico-científico do expansionismo militar imperialista para aumentar a produtividade do trabalho, observado nas últimas décadas, ao passo que anteriormente podia sustentar a competitividade, as taxas de acumulação de capital e o lucro na divisão internacional do trabalho (KENNEDY, 1989, 1995).

Há também o esgotamento e a crise de um sistema eleitoral obsoleto, desfigurado e desconectado das tendências mundiais, que, ao contrário, incluem sistemas eleitorais precisos e modernos que garantem a participação direta da população. Nos Estados Unidos, esta se encontra subordinada a um Colégio Eleitoral elitista e aristocrático composto de minorias privilegiadas, cujo critério de formação não possui paridade com o voto direto.

Segundo Robin, professor de Ciências Políticas no Brooklyn College, o constitucionalismo da direita conservadora estadunidense se baseia em três pilares: o Colégio

Eleitoral, o Senado e a Suprema Corte (ROBIN, 2020). No jogo desses três ramos do Estado, emerge o resultado das eleições presidenciais a cada quatro anos, no contexto do qual o que menos conta é o voto do cidadão, porque ele é indireto e canalizado por meio dos colégios eleitorais locais de cada estado, marcando um regionalismo dualista que é difícil de reconciliar com o federalismo, e, por vezes, entra em forte tensão com ele. No regime político oligárquico norte-americano a origem do Colégio Eleitoral (Electoral College) data da ratificação da Décima Segunda Emenda à Constituição (The Twelfth Amendment XII do ano 1804), que determina a composição de 538 membros da elite política daquele país, cuja maioria decide quem será eleito para “governar” uma população de mais de 331 milhões de habitantes em 2020. E, ainda assim, a “democracia” estadunidense se apresenta como “modelo” a ser aplicado no mundo inteiro!

Historicamente, o capitalismo imperialista tem construído coordenadas e parâmetros geopolíticos e estratégicos de suas ações globais e regionais. Isso garante a continuidade do sistema político imperialista, e também sua projeção no exterior, mantendo e reproduzindo essas instituições e a constituição política sem alterar sua essência. As coordenadas definem a localização e a posição nos diferentes pontos e espaços da Terra onde geralmente se estabelecem bases militares para guardar e reproduzir seus interesses. Atualmente, existem mais de oitocentas bases instaladas pelos Estados Unidos em nível global, nove das quais estão localizadas na Colômbia, para proteger os interesses imperialistas sob as diretrizes da chamada Doutrina Monroe. Os parâmetros são aqueles que orientam a ação imperialista em termos do cumprimento dos objetivos estratégicos estipulados nas coordenadas e nos interesses imperialistas.

Essa configuração institucional do College impede a instituição de uma democracia representativa de massas respaldada no regime de voto universal, direto e secreto, o que implicaria realizar uma profunda e radical reforma constitucional, muito difícil nas circunstâncias de um país em crise e em declínio de sua hegemonia internacional, mas cujo sistema político é completamente congruente com as práticas e os interesses das classes dirigentes norte-americanas, organizadas nos dois partidos tradicionais da classe dominante: o Democrata e o Republicano, que, em essência, são expressões de políticas imperialistas e pró-capitalistas. Politicamente, existe apenas um projeto dominante nos Estados Unidos: o projeto imperialista, com duas variantes: o Partido Democrata e o Partido Republicano⁴.

Se alguma coisa se destaca na recente corrida eleitoral é o regime profundamente oligárquico, típico do imperialismo, que tem prevalecido nesse país praticamente desde a sua constituição. O “voto popular” do cidadão desempenha papel secundário, pois, ao contrário do que ocorre em países como a Venezuela, tão criticado pela ideologia imperialista, o eleitorado vota indiretamente por meio de delegados, como foi o caso no Brasil após a ditadura, quando o Parlamento e o Colégio Eleitoral derrotaram um poderoso movimento popular e cidadão chamado Diretas Já, que postulava a eleição direta do primeiro Presidente da chamada “Nova República” (TOSI, 2003).

Na pseudodemocracia eleitoral dos Estados Unidos – exaltada por sua tecnoburocracia e seus intelectuais orgânicos – aquele que perder com o voto popular e cidadão

⁴ A este respeito, ver Domhoff (1982).

pode ganhar no Colégio por uma minoria que o designa, como foram os casos, neste século, de George W. Bush e de Donald Trump. George W. Bush ganhou a Presidência no Colégio Eleitoral com 271 votos eleitorais, em oposição aos 266 de Gore, durante as eleições federais de 2000, embora tenha obtido 543 895 votos populares a menos que o seu oponente. Apoiou-se ainda em fraude eleitoral na Flórida, governada por seu irmão, Jeb Bush, apesar das notórias evidências. Donald Trump obteve quase 3 milhões de votos a menos que Hillary Clinton em 2016, mas venceu com o apoio de 304 delegados. Derrotado, novamente, em 2020, dessa vez por 7 milhões de votos, Trump tentou apelar à Suprema Corte, usar pressões políticas sobre os estados e criar as condições propícias para uma insurreição neofascista, alegando, sem evidências, fraude eleitoral, para desqualificar o voto popular e retomar a maioria no Colégio Eleitoral.

Para ir além do desfecho dessa situação de crise política orgânica, o acima exposto desvela a verdadeira natureza autoritária do sistema político e eleitoral estadunidense. Os falcões de Washington exportam a violação à autodeterminação dos povos e à democracia e impõem a sangue e fogo a outros países quando convém a seus interesses de dominação imperialista. Isso é exemplificado pela recente história do século XXI na América Latina, expressa no golpe policial-militar e cívico perpetrado na Bolívia com o amplo apoio e conluio da OEA de Almagro, do chamado Grupo de Lima e dos representantes da União Europeia; e, nos golpes de Estado em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), perpetrados com o apoio e o estímulo de Washington, moldando, na América Latina, os chamados de golpes brandos, parlamentares ou judiciais. (SOTELO, 2019-c).

Nos Estados Unidos, a palavra “democracia” é um conceito vago. Ela projeta um eufemismo que esconde o verdadeiro caráter autoritário do regime político norte-americano que é propenso aos interesses das classes dominantes e do grande capital financeiro e industrial. Um imperialismo unilateral que dita suas próprias regras e as impõe a sangue e fogo a outros países (LIPSET, 2000). O governo Trump bloqueia e impõe “sanções” a países soberanos como Cuba, Nicarágua, Irã e Venezuela, ignora seus sistemas democráticos de eleição popular e atropela furiosamente os processos que garantem ampla participação popular nos assuntos desses Estados. Não admite observadores internacionais ou verificações externas independentes que validem os resultados dessas eleições. A “missão de observação” da OEA de Almagro, um fantoche norte-americano, limitou-se a legitimar as eleições estadunidenses, apesar das múltiplas violações cometidas por Trump à Constituição, ignorando o processo eleitoral ao chamá-lo de fraudulento no meio da contagem de votos, autoproclamando-se, ao estilo Guaidó (nomeado por Trump “presidente encarregado” da Venezuela), vencedor, e transmitindo constantemente tuítes falsos e ameaçadores.

Entendemos o representante da Presidência Imperial nos Estados Unidos, tanto quanto uma expressão concreta do imperialismo contemporâneo (SCHLESINGER, 1973; SAXE-FERNÁNDEZ, 2006), ou como uma simbiose entre as corporações e o Estado norte-americano, independentemente do partido ao qual pertença: republicano ou democrata⁵ o eleito pelo College of Electors, essencialmente não muda nem a

⁵ Muitos autores e organizações políticas consideram Bernie Sanders um ativista de “esquerda”, mas nós o colocamos na mesma perspectiva do Partido Democrata, embora com um viés um pouco mais de “esquerda” dentro dos parâmetros do liberalismo burguês norte-americano.

vocação nem as práticas imperialistas dos Estados Unidos: no máximo, imprime neles sua forma peculiar de governar e tomar decisões, mas dentro da estrutura imutável de suas políticas imperialistas em todo o mundo. Nesse contexto, deve-se vislumbrar as diferenças, por exemplo, entre Barack Obama e Donald Trump sobre várias questões como imigração, acordos de livre-comércio, intervencionismo estrangeiro, guerras, ou políticas internas em relação à saúde e à cidades-santuário, para mencionar alguns tópicos de interesse. Diferenças que, naturalmente, também são notadas entre Trump e Biden ao tratar assuntos como saúde, políticas de controle da pandemia que atinge a população, salários, políticas de emprego e imigração.

Deve ficar claro, entretanto, que o presidente dos Estados Unidos é um verdadeiro representante do imperialismo global que trabalha *ad hoc* para um sistema que começou a ser construído a partir da segunda metade do século XIX – o imperialismo como um sistema econômico, político e de dominação baseado no modo capitalista de produção de mercadorias, na propriedade privada da terra e dos meios de produção e na exploração da força de trabalho pelo capital – e cuja *raison d'être* é a expansão territorial, e a despossessão de povos e comunidades, de países e regiões inteiras. Quando este projeto é insuficiente ou dificultado pela democracia, não hesitam em recorrer ao uso da força e, em última instância, à guerra. Portanto, é completamente secundário se a Presidência Imperial é ocupada por Bush, Obama, Clinton, Trump ou Biden. No máximo, a única coisa que muda é “o estilo de governar”, mas dentro dessa ordem estrutural-institucional de interesses geopolíticos e militares que a predeterminam e cuja síntese é a expressão da unidade da direção militar e financeira dentro do bloco de poder imperialista dos Estados Unidos (SOTELO, 2019-b).

O rumo dos acontecimentos não é alterado em razão da personalidade que se eleja para a Presidência dos Estados Unidos. Ela é superdeterminada por essas coordenadas e parâmetros geopolíticos e estratégicos de sua ação no mundo, no espaço regional e global. É uma ilusão, para dizer o mínimo, pensar que a trajetória da história mundial mudaria dependendo da eleição de outro candidato que não Trump. Com Obama, Hillary ou Biden o comportamento imperialista dos Estados Unidos não muda, particularmente na América Latina: busca-se derrubar os governos nacionais-populares e progressistas e estabelecer relações de dominação e hegemonia com os demais.

Esquecer essa premissa é atribuir a fatores circunstanciais, secundários e subjetivos a dinâmica essencial das mudanças, como a escolha de um candidato, as formas de suas ações, suas boas ou más intenções pessoais em relação à tomada de decisões e até mesmo suas ameaças, na época, de cancelar um instrumento de dominação como o TLC e confiscar as remessas, como o Sr. Trump advertiu em várias ocasiões. É não entender que os fenômenos sociais e humanos fluem e se constituem como produtos globais historicamente determinados que articulam dialeticamente múltiplas relações que explicam sua natureza e sua dinâmica dentro de uma totalidade concreta. Esses fatos, insistimos, são típicos de um sistema imperialista, independentemente de quem o lidera. Por isso, forças anti-imperialistas e anticapitalistas nunca devem ter ilusões sobre um regime e seus representantes que respondem à dinâmica de dominação política, acumulação de capital e perpetuação da ordem capitalista existente em crise e declínio histórico. Isso leva a Sapir a considerar que a crise financeira de 1997-1998 é, em essência, um “momento importante da crise do ‘século americano” (SAPIR, 2008,

p. 91). Deve também ficar claro que o imperialismo não se reduz à ação de um país, e nem mesmo a um bloco, como a Otan; ou uma região, como a União Europeia do grande capital. Pode ser os Estados Unidos, a Alemanha, a França ou a Inglaterra, mas sobretudo, corresponde a um sistema global dentro da própria estrutura de funcionamento do modo de produção capitalista histórico. Na sua fase atual o caracterizamos como neoimperialista, integrand-o ao conceito original formulado criativamente por Lenin e outros autores marxistas, em que os novos fenômenos incorporados nas últimas décadas no mundo, tais como o capital fictício, o desenvolvimento extraordinário da tecnologia, a informatização de processos e produtos, a implantação da chamada globalização e a revolução industrial (4.0), e a simultaneidade das transações comerciais graças a sistemas interligados por meio de tecnologia informática e inteligência artificial. Nas palavras de FOSTER:

“A questão do ‘novo imperialismo’ se reduz à questão do neoliberalismo ou a qualquer encarnação de expropriação particularmente brutal”, uma redução que obviamente integra todos os fenômenos, instrumentos, políticas e instituições derivados do neoliberalismo contemporâneo (2005, p. 37).

Nesse contexto, independentemente do personagem que ocupa a Presidência Imperial, o executivo, por sua vez, deve se mover dentro do quadro rígido, inclusive superdeterminado na própria Constituição, que estabelece os parâmetros e as coordenadas de um sistema imperialista que, para se reproduzir, tem de fazê-lo necessariamente cumprindo as ações de mobilização de investimentos, apropriação de territórios, invasão de países, imposição de políticas de qualquer sinal (protecionista ou de livre-comércio ou sua combinação), reservando-se a qualquer momento o uso da força e, em última instância, a guerra, como tem acontecido recorrentemente na Síria (onde os Estados Unidos ocupam ilegalmente uma parte do território, assim como no Iraque e na Líbia).

Conclusão

Apesar da xenofobia, do racismo sistêmico, da segregação racial e da arrogância fascista do Presidente Trump e de seus falcões durante os quatro anos de sua administração fracassada – mas que são característicos do sistema social e político norte-americano –, o povo desse país foi forçado a votar nos democratas, motivado em grande parte pela crise econômica, pelo coronavírus, pelo desemprego estrutural maciço, pela pobreza e pela ausência de um projeto alternativo. Contudo, os Estados Unidos não deixarão de implementar suas práticas imperialistas em um quadro de crise estrutural e sistêmica, bem como no caso da perda de sua supremacia para um mundo multipolar e policêntrico em ascensão. Cada vez mais os Estados Unidos se veem ameaçados pela chegada de potências indubitáveis como a China, a Rússia, a Irã, a Índia, que o capital e as classes dirigentes norte-americanas veem como seus verdadeiros inimigos, sem mencionar as tentativas de impor à Nuestra América (José Martí) um macartismo anticomunista ressuscitado e a nefasta Doutrina Monroe que orienta sua política e sua estratégia nos últimos anos.

O curso dos problemas sociais, políticos, culturais, geoestratégicos e militares que envolvem as práticas do imperialismo em escala global, e em particular as dos Estados

Unidos, não depende de forma alguma da personalidade individual que assuma temporariamente o poder político da maior potência do globo (Estados Unidos) até agora. Pelo contrário, são as condições histórico-estruturais constituídas sob uma totalidade concreta que constituem uma unidade de múltiplas relações e determinações – lutas de classe, crises econômicas e políticas, calamidades naturais e desastres ambientais; implementação de políticas econômicas de um indicativo neoliberal sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; anexação de países e territórios, golpes de Estado, crise da democracia burguesa e outros intermináveis problemas cuja solução está longe de ser encontrada – aquelas que, em longo prazo, determinam a ação de seus governantes, a forma peculiar como é afetado ou não o curso de seu desenvolvimento e o podem modificar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEPAL. Informes COVID-19. Impacto del COVID-19 en la economía de los Estados Unidos y respuestas de política. *Naciones Unidas*, Santiago, agosto de 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45981/1/S2000541_es.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020.
- DOMHOFF, William. *¿Quién gobierna Estados Unidos? México: Siglo XXI, 1982.*
- DRAITSER, Eric. *Experto: La “excepcionalidade” de EE.UU. no tiene nada que ver con su carácter moral. RT, 29 set. 2013. Disponível em: https://actualidad.rt.com/actualidad/view/107072-excepcionalismo-eeuu-obama-onu-putin.* Acesso em: 15 nov. 2020.
- FOSTER, John Bellamy. *El nuevo imperialismo*. Barcelona: El Viejo Topo, 2015.
- KENNEDY, Paul. *Auge y caída de las grandes potencias*. Barcelona: Plaza y Janés, 1989.
- KENNEDY, Paul. *Hacia el siglo XXI*. Barcelona: Plaza y Janés, 1995.
- LENIN, Vladimir Ilich. El imperialismo: fase superior del capitalismo. In: LENIN, Vladimir Ilich. *Obras Escogidas*. Moscú: Editorial Progreso, 1961. t. I. p. 689-798.
- LIPSET, Seymour Martin. *El excepcionalismo norteamericano: una espada de dos filos*. México: FCE, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro; BRODY, Olga Pellicer. Militarismo y desnuclearización en América Latina; el caso de Brasil. In: *Foro Internacional*, México, n. 29, p. 17-41, jul.-set. 1967.
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México, Ediciones ERA, n. 12, abr.-jun. 1977.
- MARINI, Ruy Mauro. Geopolítica latino-americana. Arquivo Pessoal de Marini. Programa de Estudos de América Latina e Caribe – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1985a. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/066_geopolitica_latinoamericana.html. Acesso em: 10 nov. 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 12. Ed. México: Siglo XXI, 1985b.
- MARINI, Ruy Mauro. Introducción: la década de 1970 revisitada. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Margara (coord.). *La teoría social latino-americana: la centralidad del marxismo*. México: Ediciones El Caballito, 1995. v. 3. p. 17-41.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PUTIN: El ataque planeado contra Siria puede desencadenar una nueva ola de terrorismo. *RT, 12 set. 2013. Disponível em: https://actualidad.rt.com/actualidad/view/105471-putin-carta-ataque-siria-eeuu.* Acesso em: <completar>.
- ROBIN, Corey. El constitucionalismo faccioso de la derecha estadounidense. *Sin Permiso*, 25 out. 2020. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/el-constitucionalismo-faccioso-de-la-derecha-estadounidense>. Acesso em: <completar>.
- SAPIR, Jacques. *El nuevo siglo XXI: del siglo americano al retorno de las naciones*. Madrid: El Viejo Topo, 2008.

SAXE-FERNÁNDEZ, John. *Terror e império: la hegemonía política e económica de Estados Unidos*. México: Debate, 2006.

SCHLESINGER, Arthur. *The Imperial Presidency*. New York: Houghton Mifflin, 1973.

SCHWARZ, Jon. Jimmy Carter: The U.S. is an “oligarchy whith unlimited political bribery”. *The Intercept*, 30 jul. 2015. Disponível em: <https://theintercept.com/2015/07/30/jimmy-carter-u-s-oligarchy-unlimited-political-bribery/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *Subimperialismo e dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Expressão Popular, 2019a.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *Estados Unidos en un mundo en crisis: geopolítica de la precariedad y la superexplotación del trabajo*. México: Anthropos: Siglo XXI: CEIICH, 2019b.

SOTELO VALENCIA, Adrián. Estados Unidos y su titiritero en Venezuela. *Rebelión on line*, 5 fev. 2019c. Disponível em: <https://rebellion.org/estados-unidos-y-su-titirite-ro-en-venezuela/>.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Abstract: The unilateralist supremacy of the United States, within the framework of a growing and imminent loss of political and to some extent military hegemony, marks one of the characteristics of international and inter-state relations aggravated by the internal political and social crisis within the framework of an oligarchic system of “indirect democracy” where the popular and citizen vote plays a secondary role. This absence of democracy, together with the protectionist policy of the Trump administration, has plunged this country into a dilemma in a multilateral and polycentric world.

Keywords: Imperialism. Protectionism. Unilateralism. Absent Democracy.

Resumen: La supremacía unilateralista de Estados Unidos, en el marco de una creciente e inminente pérdida de hegemonía política y hasta cierto punto militar, marca una de las características de las relaciones internacionales e interestatales, agravada por la crisis política y social interna en el marco de un sistema oligárquico de “democracia indirecta” donde el voto popular y ciudadano juega un papel secundario. Esta ausencia de democracia, junto con la política proteccionista de la administración Trump, ha sumergido a este país en un dilema en un mundo multilateral y policéntrico.

Palavras-clave: Imperialismo. Proteccionismo. Unilateralismo. Democracia Ausente.

Vigência da obra de Theotonio dos Santos e da teoria da dependência

Francisco Lopez Segrera*

Comemoramos recentemente o nascimento, em (11/11/1936), de Theotonio Dos Santos, que faleceu em 27 de fevereiro de 2018. Com esse objetivo, a CLACSO publicou sua Antologia Essencial¹. Seu trabalho representa, em nossa opinião, o mais inovador na teoria da dependência e, desde o início do século XXI, evoluiu para ser ampliado e integrado à teoria dos sistemas-mundo, demonstrando, mais uma vez, a relevância e a validade da teoria da dependência.

Mas Dos Santos não é apenas um teórico de enorme importância, ele também foi: diretor de múltiplas revistas de excelência em ciências sociais, como *Sociedad y Desarrollo*, publicada pelo CESO no Chile (1972-1973), e *Política e Administração*, pela Fundação Escola de Serviço Público-FESP no Rio de Janeiro; membro dos conselhos editoriais de diversas revistas de alta qualidade, como a *International Review of Sociology*, nos Estados Unidos, e a *Economía Internacional*, no México, entre outras; organizador de eventos importantes, como o XVI Congresso da Associação Sociológica Latino-Americana (ALAS, 1986), da qual se tornou presidente, e o X Colóquio sobre Economia Mundial (1989) na Maison des Sciences de l'Homme (Paris); professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF) e fundador e Presidente da Cátedra e Rede sobre Economia Global da Unesco e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN).

Além disso, Dos Santos ofereceu cursos de mestrado e doutorado nas principais universidades da América Latina e do Caribe, dos Estados Unidos, do Canadá, da Europa, do Japão, da China, da Rússia, da Índia e outras regiões e países.

Mas o que define Dos Santos é seu *status* como um intelectual comprometido com as causas dos povos de “Nossa América”. Este tem sido o *leitmotiv* de sua vida e o que inspirou sua ação e seu trabalho. Por isso foi perseguido pelas ditaduras do Brasil e do Chile. É por isso que no México, junto com sua carreira acadêmica, nunca abandonou a luta política, que continuou no Brasil após seu retorno, como fundador, junto ao líder Leonel Brizola, do Partido Democrático do Trabalho (PDT), um partido com um programa socialista. É por isso que Fidel Castro, Hugo Chávez e outros líderes revolucionários de grande estatura demonstraram sua admiração por ele.

Eu conheci Theotonio pessoalmente – e aquela que era então sua companheira e sua colaboradora na formulação da teoria da dependência, professora Vânia Bambirra – na Cidade do México em 1976. Sua personalidade me causou grande impressão, não apenas por sua cultura humanista enciclopédica, seu profundo conhecimento das ciências sociais e seu domínio da ciência econômica em sua dimensão analítica e quantitativa, mas também por sua simplicidade, sua austeridade e seu despreendimento material. Tudo isso, assim como sólidos valores revolucionários e sua condição de intelectual comprometido, colocou-lhe um modelo ético a seguir, o que implicou

* Doutor em Estudos Latino-americanos (Sorbonne, Paris). Professor titular adjunto do ISRI (Cuba).

¹ Antología Esencial de Theotonio dos Santos: <http://www.clacso.org.ar/libreria/latinoamericana>.

uma grande admiração pela Revolução Cubana, uma grande confiança no futuro de nossos povos e uma visão clara das formas que deveriam assumir as lutas para alcançar grandes mudanças sociais.

Sua heterodoxia e sua flexibilidade na análise e na aplicação do método marxista sem rigidez é outra característica essencial de seu trabalho.

A partir daquele momento - e especialmente entre 1996 e 2002, quando eu era assessor regional para Ciências Sociais na Unesco e depois diretor de seu Escritório Regional em Caracas e do IESALC - e até sua morte, sempre mantivemos uma intensa colaboração. Sua obra foi, mesmo antes de conhecê-lo pessoalmente, a principal influência intelectual para meu trabalho, no que diz respeito ao capitalismo dependente em nossos países. Nunca esquecerei nossas longas caminhadas e diálogos no Rio de Janeiro, em Niterói, em Paris, em Caracas, em Havana, em Amsterdã e muitas outras cidades.

Desde aquela reunião no México (1976), estivemos unidos em múltiplos projetos e eventos até sua morte em 2018. Dos Santos escreveu o prólogo do meu livro *Cuba cairá?* (Vozes, 1995). Criamos com ele a Cátedra Unesco-United Nations University (UNU) e a Rede sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN), da qual foi presidente. Ele preparou - juntamente com Ruy Mauro Marini - a nosso pedido, uma *Antologia do Pensamento Social Latino-Americano no século XX*.

Em 1996, da Unesco-Caracas, decidimos fundar, junto com o professor colombiano Francisco Mojica, a Rede Latino-Americana de Estudos Prospectivos (RELAEP), da qual fui presidente durante seus anos de existência (1996-2004). Theotonio participou de todos os congressos que realizamos entre 1996 e 2004, quando essa Rede deixou de existir, e dos dois volumes que publicamos.

Em 1998, reunimos um valioso grupo de intelectuais próximos a Theotonio para escrever ensaios em homenagem a ele por seus 60 anos. O resultado foi um livro de dois volumes *The Challenges of Globalization* (Unesco, 1998), com contribuições do próprio Dos Santos e de autores relevantes como Ruy Mauro Marini, Samir Amin, Immanuel Wallerstein, André Gunder Frank, Celso Amorim e Vânia Bambirra, entre outros. O livro foi introduzido por um excelente ensaio de seu discípulo Carlos Eduardo Martins. Então, no ano 2000, sua esposa, a cientista social Monica Bruckmann, outra grande colaboradora nossa, publicou no Peru uma nova edição de *Os Desafios da Globalização*. O então presidente de Cuba, Fidel Castro, achou esse trabalho de grande interesse e decidi começar a realizar eventos anuais sobre globalização no Centro de Convenções de Havana a partir de 1999. No primeiro desses eventos, do qual participei, estabeleceu-se um longo diálogo na plenária entre Dos Santos e Fidel - que admirava muito o trabalho de Theotonio. Fidel o convidou para jantar e o diálogo continuou.

Em 1999, Theotonio Dos Santos ficou na minha casa, em Caracas, e foi chamado pelo presidente recentemente eleito Hugo Chávez, que admirava muito seu trabalho. Ele se comprometeu a dar assessoria permanente ao Centro Internacional Miranda (CIM), que estava em processo de criação, já que não podia aceitar sua direção devido a compromissos anteriores.

Em 2003, o professor Dos Santos coordenou um evento REGGEN, "Seminário Internacional Hegemonia e Contra-hegemonia: os impasses da globalização e dos processos de regionalização". O primeiro volume do livro *Os impasses da globalização*, - coordenado por Theotonio e organizado por Carlos Eduardo Martins, Fernando Sá

e Monica Bruckmann – reúne uma seleção dos trabalhos apresentados nesse evento por autores como Immanuel Wallerstein, André Gunder Frank, Theotonio Dos Santos, Giovanni Arrighi, Francisco López Segrera, Samir Amin, Gilberto Dupas, Estrella Bohadana, René Armand Dreifuss, assim como Xie Shou-Guang e Gao Xian (DOS SANTOS, 2003). Na introdução do livro, Dos Santos afirmou que o seminário havia mostrado que a impressão da hegemonia do pensamento único era falsa, na medida em que “existia um conjunto de trabalhos teóricos e analíticos que conseguiram caracterizar e compreender os aspectos gerais da globalização, interpretando-os com uma estrutura teórica progressista”.

Depois continuamos a nos encontrar com Dos Santos em novos espaços entre 2004 e 2018: um evento emocionante em São Paulo (2009) para comemorar a obra de Ruy Mauro Marini, que resultou no livro *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini* (2009); congressos do REGGEN; congressos do CLACSO; congressos em Havana e no Rio de Janeiro; no livro da Unesco que ele editou com Julio Carranza, *América Latina e Caribe: possíveis cenários e políticas sociais* (2011); em um seminário em Fortaleza, na sede do REGGEN (2013); em um workshop de Prospectiva no IAEN em Quito (2014)

Em novembro de 2015, participamos, na cidade de Medellín, Colômbia – assim como Theotonio e Monica Bruckmann – da VII Conferência CLACSO, na qual foram dados os primeiros passos – a pedido dos diretores da CLACSO - para começar a preparar sua *Antologia Essencial* publicada pela CLACSO em 11 de novembro de 2020 para comemorar seus aniversários. Monica e Theotonio me fizeram a grande honra de me pedir para me dedicasse a organizar a Antologia.

Entre novembro de 2015 e alguns dias antes de sua morte, em fevereiro de 2018, trabalhamos na Antologia, com ele e sua esposa, Monica. Foi uma tarefa muito difícil, dada a extensão de seu trabalho, produzido em dois idiomas, espanhol e português. Alguns dias antes de sua morte, ele deu sua aprovação aos textos selecionados e também à minha apresentação publicado no volume II, que tem 1773 páginas. O volume I tem 800 páginas, com uma excelente introdução de Monica Bruckmann, que carregou o peso principal dessa *Antologia*, que ambos preparamos, em condições muito dramáticas, atendendo à grave doença de Theotonio e sempre atentos aos cuidados de seus filhos. Ela demonstrou com isso, mais uma vez, um grande amor por Theotonio e uma enorme capacidade de trabalho. Theotonio permaneceu otimista e lúcido até o final. Nós, que o tivemos como mestre, devemos agora ser gratos por seu legado, ser coerentes com ele e difundi-lo o máximo possível.

Immanuel Wallerstein: de africanista a criador da Análise dos Sistemas-Mundo

Pedro Vieira*

“Minha biografia intelectual é uma longa busca por uma explicação adequada da realidade contemporânea na qual eu e outros possamos agir. Essa busca é tanto intelectual quanto política – sempre achei que não poderia ser um ser ao mesmo tempo o outro – para mim ou para qualquer um.” (Immanuel Wallerstein)

Neste pequeno ensaio vou tentar mostrar como o interesse na África levou Immanuel Wallerstein a reescrever a história do mundo e a criar a Análise dos Sistemas-Mundo. Na raiz desse extraordinário feito intelectual, está o fato de ele ter sido, “desde o começo, um herético em relação [ao] tipo de ciência social” (WALLERSTEIN, 2000, p. xi, grifos PAV) que aprendeu e ensinou na Universidade Columbia. Nascido em Nova York em 28 de setembro 1930, seus pais eram judeus alemães que emigraram para os Estados Unidos no início dos anos 1920. Na época de sua juventude, “os judeus eram ou democratas, ou de extrema esquerda: não havia nenhuma outra possibilidade pra eles em Nova York.”¹ (WALLESTEIN, 2013, s/p). Em 1947 iniciou o curso de Sociologia na Universidade Columbia e a militância política. Formou-se em 1951 e publicou seu primeiro artigo, “Revolution and Order” (WALLERSTEIN, 1951), no qual discutia como um possível governo mundial trataria as revoluções em curso no mundo e os problemas que as motivavam. Nesse mesmo ano prestou serviço militar e foi enviado ao Panamá para defender o canal. Voltou a Columbia em 1953 para escrever a tese de mestrado aprovada em 1954 com o título *McCarthyism and the Conservative*.

A essa altura, o jovem Wallerstein já estava encantado pela África, da qual se aproximou em 1951, quando participou de um congresso internacional da juventude. Em 1952 foi a outro congresso desse tipo em Dacar e tomou conhecimento dos movimentos de independência. A partir desse momento “decidiu fazer da África o foco de suas preocupações intelectuais e de seus esforços de solidariedade.” (WALLERSTEIN, 2000, p. XVI). Em 1955 foi para a África fazer a pesquisa de campo para a tese de doutorado, defendida em 1959, com o título *The Role of Voluntary Associations in the Nationalist Movements in Ghana and the Ivory Coast*. A partir de então, e por duas décadas, ficou conhecido como um africanista, a ponto de ter ocupado a Presidência da Associação de Estudos Africanos (ASA) no período 1972-1973. Além de conhecer intelectuais como Franz Fanon, a quem encontrou na África em 1960, e do engrandecimento pessoal, a experiência africana mudou seu modo de ver o mundo:

[...] foram meus estudos sobre a África que abriram meus olhos tanto para os temas políticos mais candentes do mundo contemporâneo como para as questões acadêmicas de como analisar a história do moderno sistema-mundo. A África foi responsável por

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais-UFSC. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo.

¹ Seria Wallerstein um herdeiro da geração de judeus que, segundo Löwy (1989, p. 10), eram “sonhadores e utópicos” [e] aspiravam a um mundo radicalmente outro?”

desafiar as partes mais entorpecentes (*stultifying*) da minha educação. (WALLERSTEIN, 2000, p. xvii)

Entre os desafios, despontava o de elaborar um marco analítico alternativo à teoria da modernização, que ele constatava ser incapaz de explicar a realidade. Os primeiros passos nessa direção foram dados na África em 1965. Ao preparar uma conferência sobre problemas mundiais, resolveu ampliar os escopos temporal e espacial da análise. Em 1966, afirmava que, se o objetivo era transformar o mundo para transformar a África, o campo de ação do movimento pela unidade africana era o mundo (WALLERSTEIN, 1966, p. 41).

A busca por uma metodologia adequada para comparar países com diferentes graus de desenvolvimento, foi de certa forma interrompida pelas revoltas estudantis de abril de 1968 na Universidade Columbia, com as quais se envolveu intensamente.³ Apesar de considerar a “revolução mundial de 1968” o mais importante acontecimento do século XX⁴, a experiência direta nos acontecimentos da Universidade Columbia parece não ter influenciado concretamente sua busca por conceitos adequados para compreender o sistema mundial. De fato, nos escritos do final da década de 1960, apesar do uso do termo sistema mundial denotar certo holismo, Wallerstein ainda conservava o estado nacional como unidade de análise. (WILLIAMS, 2020) Surpreendentemente, em um ensaio sobre o desenvolvimento econômico, escrito em 1970, não há qualquer conceito que remeta a uma perspectiva histórico-mundial. (WALLERSTEIN, 1971a). A expressão sistema-mundo (assim mesmo, com hífen) aparece na resenha dos livros de Amílcar Cabral, e de Gérard Chaliand. (WALLERSTEIN, 1971). A Análise dos Sistemas-Mundo é apresentada pela primeira vez no ensaio *Three Paths of National Development in Sixteenth-Century Europe* (1972), no qual Wallerstein mostra como as funções de três regiões na economia mundo fazem uma delas (Polônia) se transformar em periferia, outra (Veneza) descer para a semiperiferia e a terceira (Inglaterra) ascender para o centro da economia mundo europeia. Portanto, neste ensaio, que nos parece uma síntese do argumento central de *O Moderno Sistema-Mundo I*, a unidade de análise da comparação é a economia mundo, ainda grafada sem o hífen, que depois foi considerado fundamental para indicar que essa expressão designa um espaço específico. Dois autores foram decisivos para essa descoberta: Fernand Braudel, que o introduziu ao século XVI e às noções de economia-mundo e longa duração; e Marian Malowist, através de quem tomou conhecimento de Braudel e quem, junto com outros historiadores econômicos poloneses, mostrou concretamente o conceito de periferia. (WALLERSTEIN, 2004).

Se foi no decurso de suas pesquisas sobre a África que Wallerstein percebeu que para entendê-la teria de explicar primeiro o sistema mundial em que ela se inseria,⁵ foi também esse continente que mereceu a primeira aplicação da Análise dos Sistemas-Mundo, o que aconteceu em 1973, no discurso intitulado *África in a Capitalist World*, que Wallerstein proferiu como presidente da ASA. (WALLERSTEIN, 1973) A esta al-

³ Para detalhes desse envolvimento, ver WILLIAMS (2020)

⁴ Ver WILLIAMS (2013) e WALLERSTEIN (2007)

⁵ Wallerstein descreve essa mudança na Introdução de *O Moderno Sistema-Mundo*.

tura, *O moderno Sistema-Mundo I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*, concluído em 1972, ainda não encontrara uma editora que aceitasse publicá-lo, talvez por se tratar de um livro denso, abarrotado de notas de rodapé e que tratava do século XVI, um assunto de pouco interesse. O livro só veio à luz em 1974 porque a editora Academic Press e seu consultor para assuntos acadêmicos, Charles Tilly, aceitaram correr o risco de publicá-lo.

Com esse livro, o herético Immanuel Wallerstein criava sua própria perspectiva de análise e passaria o restante de sua vida escrevendo, não mais sobre a África, mas sobre economia-mundo capitalista, seja redigindo mais três volumes de *O moderno Sistema-Mundo*⁶, seja detalhando e esclarecendo conceitos e teses, bem como abordando diferentes aspectos do moderno sistema-mundo, com destaque para a crítica das ciências sociais do século XIX. Para fortalecer e divulgar a nova perspectiva, em 1976 Wallerstein se juntou a Terence Hopkins na State University of New York, em Binghamton, que lhe deu condições para criar o Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations, que funcionou até 30 de junho de 2020. Na década de 1980 a Sociedade Americana de Sociologia criou a seção Political Economy of World-Systems, que em 2020 organizou sua 44ª. conferência. No Brasil, desde 2007 o Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) (<http://gpepsm.ufsc.br/>) vem anualmente organizando o Colóquio Brasileiro em EPSM.

Immanuel Wallerstein nos deixou fisicamente em 31 de agosto de 2019, mas sua imensa e extraordinária obra está à disposição de quem quiser se inspirar em um herético pensador e militante anticapitalista, para quem ciência e militância não eram excludentes.

⁶ O quarto foi publicado em 2011. Em português, somente os volumes I e II, esgotados, foram publicados pela editora Afrontamento, de Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROJAS, C.A. *Immanuel Wallerstein: Crítica del Sistema-Mundo Capitalista*, Ediciones Era: México, DF, 2003.

LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa Central* (Um estudo da afinidade eletiva), São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

WALLERSTEIN, I. "Revolution and Order", *Federalist Opinion*, Vol.1, Issue 7, p. 23-26, 1951.

_____. African Unity Reassessed. *Africa Report*, p.41-46, April 1966.

_____. The Lessons of the PAIGC. *Africa Today*, 18, 3, p.62-68, July 1971.

_____. The State and Social Transformation: Will and Possibility. *Politics and Society*, p.359-361, maio1971a.

_____. Three Paths of National Development in Sixteenth-Century Europe. *Studies in Comparative International Development* 7, no. 2, p.95-101, 1972.

_____. Africa in a Capitalist World. *A Journal of Opinion*, 3(3), p. 1-11, 1973.

_____. *The Essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.

_____. *The Uncertainties of Knowledge*. Philadelphia: Temple University Press, 2004.

_____. *Geopolítica y Geocultura: Ensayos sobre el sistema mundial*. Barcelona: Kairós, 2007.

WILLIAMS, G.P. . Interview with Immanuel Wallerstein. Retrospective on the Origins of World-Systems Analysis. *Journal of World-Systems Research* 19, no. 2: 202-10, 2013.

_____. *Contesting the Global Order: The Radical Political Economy of Perry Anderson and Immanuel Wallerstein*. Albany: SUNY Press, 2020.

_____. Three Paths of National Development in Sixteenth-Century Europe. *Studies in Comparative International Development* 7, no. 2, p.95-101, 1972.

_____. Africa in a Capitalist World. *A Journal of Opinion*, 3(3), p. 1-11, 1973.

O último voo de águia de André Gunder Frank

Nildo Domingos Ouriques*

André Gunder Frank é intelectual decisivo para estudar América Latina. São dele e de sua vasta e fecunda obra, vários pontos de partidas para tirar o pensamento crítico latino-americano de armadilhas próprias e alheias na década de 1960 em diante. É também dele, agora longe das preocupações particulares de nosso errante continente, o alerta sobre a evolução histórica do mundo em que vivemos, dando o xeque-mate na historiografia eurocêntrica.

Num ensaio atinado, o filósofo equatoriano Bolívar Echeverría (*Las ilusiones de la modernidad*) estabelece importante diferença entre Marx e Braudel: ao alemão, a primazia da crítica; ao francês, o esforço da compreensão. Na obra *Re-Orient. A economia global na era do predomínio asiático*, Frank não poupa ninguém: a compreensão e a crítica devem começar precisamente na radical revisão da história comum a ambos.

É claro que Braudel tem enorme dívida intelectual para com Marx, reconhecida pelo próprio “biógrafo” do Mediterrâneo. Ao contrário dos braudelianos que apressadamente se fizeram antimarxistas, Braudel não tem vacilação diante da estatura de Marx; basta ler entrevistas ou mesmo sua obra mais conhecida para se dar conta da presença marcante de Marx, na qual podemos reconhecer as *pistas* marxianas orientando sua longa e ambiciosa reconstrução do capitalismo e da civilização material. No entanto, o projeto de Braudel era, de fato, produto de uma antiga indicação de Hegel, de inequívoco caráter eurocêntrico.

O mestre alemão da dialética afirma nas *Lições sobre a filosofia da história universal* que “o mar Mediterrâneo é o elemento de união dessas três partes do mundo, e ele se converte no centro de toda a história universal... o Mediterrâneo é o eixo da história universal. Todos os grandes Estados da história antiga se encontram em torno desse umbigo da terra... Sem o Mediterrâneo não caberia imaginar a história universal... A Ásia Oriental remota está afastada do processo da história universal e não intervêm nele”.

Não podemos ignorar que é de Hegel a pretensão de uma genuína história universal ao descrever os fundamentos geográficos da trajetória humana ao indicar precisamente a Ásia como o início de tudo, região onde “despontou a luz do espírito, a consciência de algo universal, e com ela, a história universal”. No entanto, a economia mundial, unida às condições asiáticas, não permitiriam que seu desabrochar ocorresse na China e, somente mais tarde, sob outras circunstâncias poderia finalmente figurar sob roupagens concretas na Europa, que teria se transformado no centro do mundo... Eis a origem filosófica do assim chamado “excepcionalismo europeu” e base para a visão eurocêntrica – portanto, não universal – do mundo tal como o conhecemos seguindo a historiografia dominante.

O eurocentrismo é para Frank *anti-histórico e anticientífico*, é uma ideologia de que Polanyi, Braudel, Wallerstein, Tonybee, Weber e até mesmo Marx são cativos.

* Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC e presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC).

A tese central de Frank é simples: ao contrário do que supunham ideologicamente Braudel e Wallerstein, jamais existiram diversas economias mundiais na Idade Moderna, mas uma única economia mundial na qual o tão cantado excepcionalismo europeu não era nem jamais poderia ter sido hegemônico. Portanto, a Europa, como centro do projeto de pesquisa e de suas teorias, constituiu não somente erro grave, mas pura produção de ideologia. Com mais precisão ainda: “em termos econômicos a escala mundial, nem Portugal no século XVI, nem os Países Baixos no século XVII nem Inglaterra do século XVIII foram de maneira alguma “hegemônicos”. Tampouco em termos políticos. Nada disso! Em todos esses terrenos, as economias da Ásia estavam muito mais “avançadas”, e impérios como o Ming/Ching chinês, o dos mongóis na Índia e inclusive o da Pérsia dos sefarditas e o turco otomano possuíam um peso político e inclusive militar muito superior a qualquer dos impérios europeus do período”.

Eis a dimensão da heresia de Frank. Anota aí: uma heresia não é um arroubo acadêmico! Gunder Frank estuda a economia mundial desde sempre como poucos pensadores de nosso tempo (*Acumulação mundial – 1492-1789*), e, em consequência, seu último voo de águia revoga também suas próprias ilusões e erros do passado. Nada escapa de seu vigoroso revisionismo, pois até mesmo a especificidade que Marx julgava decisiva na análise histórica – aquela *diferença específica* que poderíamos verificar no reino da produção ocorrida na esteira da Revolução Industrial, ou seja, o “modo de produção capitalista”, é, para ele, uma completa miopia, fruto da imaginação de Marx, sem fundamento histórico algum! À luz de sua pesquisa, tampouco teria existido uma “Grande Transformação” no século XVIII; ao contrário, a transformação de fato ocorre muito tempo antes e jamais na Europa. Não se trata de pista nova, pois Frank já esboçara elementos importantes desse programa de pesquisa no artigo *Five thousand year world system history*, publicado um ano antes da obra que comentamos.

Na mesma toada, Enrique Dussel (*Ética de la liberación*) alertou – a partir dos rastros deixadas por Frank e Samir Amim – sobre o caráter ideológico de qualquer excepcionalidade europeia na constituição da economia mundial ao afirmar que “tudo que um Max Weber atribuiu como fatores “internos” medievais ou renascentistas europeus para a gênese da Modernidade, se realizou com mais força no mundo mulçumano séculos antes”. Frank, portanto, não está sozinho nesse novo capítulo da historiografia que todavia não ganhou força na América Latina e, com pesar reconheço, menos ainda no Brasil. Aqui, ninguém ousa algo sem autorização do meridiano de Paris e menos ainda sem permissão da academia estadunidense.

Além da tese central, Frank oferece formulações para uma nova história do carrossel do comércio global que joga por terra a hipótese de Marx segundo a qual a conquista da América teria dado início ao “mercado mundial”, obviamente, uma enorme simplificação. Ora, nos séculos XIII e XIV, a economia mundial se apoiava *predominantemente* na Ásia; mesmo Veneza e Gênova, tão cantadas em verso e prosa pelos historiadores econômicos eurocêntricos, não passavam, segundo Frank, de entrepostos entre a demanda da Europa e produtos asiáticos.

Ademais, se o mercado mundial tinha na Ásia seu centro durante vários séculos e tampouco era marginal quando a “revolução industrial” teria deslocado o centro da acumulação mundial para a Europa, outro tanto, com igual força, ocorreria no mundo do dinheiro, que no livro de Frank ganha o nome de “cassino global”, na clara preten-

são de indicar um fenômeno que, todavia, não encontra uma solução nos dias atuais como algo absolutamente natural no sistema mundial... desde sempre! Assim, a prata, que coloca a América Latina numa posição privilegiada no cassino global, é observada em *Re-Orient* desde a centralidade asiática, um giro não somente espetacular, mas completamente novo para a análise historiográfica ainda dominante no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos.

A retrospectiva história realizada por Frank é de fôlego longo. Sua crítica espeta não somente o esquecimento dos historiadores sobre os séculos anteriores para os quais tudo teria começado com a lenta desagregação do feudalismo europeu, mas também implica uma radical revisão de fontes sobre o período no qual os estudos de história econômica se realizam precisamente para avaliar a centralidade europeia na economia mundial, ou seja, o período a partir de 1492. Frank indica que, mesmo no altar sagrado da “competitividade e produtividade”, típico de uma economia capitalista, o subcontinente asiático e a China eram, entre 1500 e 1750, muito mais avançados que qualquer outra parte do planeta. É por essa razão, e não por outra qualquer, que a capacidade de absorção do dinheiro mundial (prata) pela China era produto importante de diferença de custos de produção e preços em escala internacional em certo período do século XVII. No entanto, a despeito da multiplicidade de fontes, análises e evidências, a historiografia hegemônica jamais deu o braço a torcer e simplesmente ignorou o tamanho do mundo, preferindo, em oposição, reduzir tudo à escala europeia.

Agora, se as evidências em favor de uma nova história das finanças e do comércio mundial seriam suficientes para iniciar o processo de uma verdadeira história universal não mais orientada pelo eurocentrismo, igualmente decisiva é a análise das instituições existentes na Ásia em comparação com a Europa. Ainda que revisando apenas parcialmente a história das instituições “extra-europeias”, Frank nos coloca num terreno mais firme que a ideologia dominante: precisamente na Ásia existia um complexo e sofisticado sistema de crédito e atividades bancárias correspondentes ordenado por uma divisão internacional do trabalho na qual precisamente os asiáticos – especialmente a China – detinham uma *posição produtiva* superior a dos europeus.

Os seres humanos são sempre cativos das armadilhas intelectuais e políticas de sua época, razão pela qual não é fácil observar para além dos fogos e artifícios inerentes aos acontecimentos, o lento movimento das estruturas quase imperceptível aos olhos desavisados do presente. Também ocorre o contrário, quando os homens de ciência se fixam nas estruturas, não de maneira ingênua, mas precisamente para esterilizar ou mesmo desprezar acontecimentos que são relevantes, aqueles mesmos responsáveis pelo movimento das estruturas como se, de fato, nenhuma mudança radical – revolucionária – pudesse ocorrer no curto tempo de nossas vidas.

A China fez sua revolução social em 1949 sob comando de Mao e com as massas camponesas. É uma revolução extraordinária profundamente ignorada entre nós por decorrência necessária da hegemonia liberal que comanda a vida tanto da esquerda quanto da direita no Brasil. O espanto diante da “emergência chinesa” próprio dos neófitos é produto dessa mesma historiografia eurocêntrica denunciada por Frank em cada linha de seu último livro como uma armadilha que precisamos descartar rapidamente se acaso pretendemos entender os “ares do mundo”.

Agora mesmo as atenções se voltam para a China, não para compreendê-la e me nos ainda para criticá-la, mas, precisamente para ignorá-la. A apologia do economismo vulgar em afirmar o “modelo chinês” como saída para a periferia capitalista é expressão cotidiana dessa ignorância que se pavoneia no especialista em assuntos chineses, especialmente acentuada entre os economistas, mas não restrito a eles. Na mesma medida, a ciência política que informa tanto os liberais de esquerda quanto os de direita, recusa o sistema político chinês como se, de fato, fosse possível transportá-lo para os povos andinos ou o nosso sertão! Ora, sabemos que as revoluções não se exportam!! Manoel Bomfim espetou os liberais no início do século passado diante da pretensão de reclamar aqui as universidades francesas: “O Brasil quer ter agora as universidades alemãs; a ideia é pelo menos genial – transportar para o Brasil as universidades germânicas! E por que não transportam o Santo Império, o Dr. Fausto. A Declaração de Lutero e o Anel dos Nibelungos?! ...Um pedaço de Idade Média e um pouco de teologia não fariam mal...” Ora, outro tanto ocorre hoje quando tomam a China como um “modelo” a ser seguido esquecendo o detalhe da totalidade, sem o qual o gigante asiático seguiria em estado “estacionário” como pensava Adam Smith.

A ignorância sobre a China é, portanto, vício antigo no Brasil. No entanto, temo que não seja privilégio nacional. O filósofo moral Adam Smith, autor da *Teoria dos sentimentos morais*, escreveu em 1776, na *Riqueza das nações* – seu livro mais festejado, mas não o mais importante, que a China estava em *estado estacionário*. No entanto, Smith também alertou que nem sempre foi assim, pois a China teria sido “[...] durante muito tempo um dos países mais ricos, melhor cultivados, mais férteis e industriais, e um dos mais povoados do mundo... Marco Polo, que a visitou há mais de 500 anos, descreve seus cultivos, população e indústria quase nos mesmos termos que o fazem os viajantes de nossa época.”

Samir Amin avançou nessa direção antes mesmo de Frank quando escreveu *O eurocentrismo. Crítica de uma ideologia* sem realizar o longo e rico percurso do autor de *Re-Orient*. De fato, a crítica de Samir Amin anuncia a necessidade de “uma teoria social não eurocêntrica” mas inscreve o desenvolvimento capitalista na Europa como o nascimento precoce nas formações sociais feudais da Europa, então uma forma periférica das sociedades tributárias. É sem dúvida uma alerta importante que Frank levou até suas últimas consequências... Essa forma que Amin chamou *tributária* é para o egípcio a forma geral de todas as sociedades pré-capitalistas avançadas, das quais o feudalismo não é mais que uma espécie particular?..

No entanto, enquanto Samir Amin avançou na senda da teoria do valor de Marx contribuindo com o debate tão decisivo do “valor mundializado”, Frank descartou Karl Marx na análise histórica diluindo a notável linha marxiana numa interpretação histórica de longa duração que certamente despertaria inveja a Braudel.

O revisionismo de Frank não é para amadores: até mesmo seus textos anteriores, tão marcantes e decisivos para a evolução intelectual do pensamento crítico latino-americano, foram renegados explicitamente à luz de *Re-Orient*. No entanto, é indiscutível que o método atual de Frank pode ser reconhecido quando escreveu ainda nos anos sessenta o luminoso ensaio *Sociologia do desenvolvimento y subdesenvolvimento da sociologia: um exame do traje do imperador*, destinado a exterminar o positivismo dominante nas ciências sociais na América Latina, tendência filosófica compartilhada

em larga medida inclusive por gente de esquerda que se reivindicava marxista. Ora, quando examinou a “validez empírica, a suficiência teórica e a efetividade política” das teorias do desenvolvimento, revelando seu conteúdo ideológico para justificar o *desenvolvimento do subdesenvolvimento* – uma fórmula impecável segundo o mestre Ruy Mauro Marini –, Gunder Frank deu um tiro de morte na ideologia desenvolvimentista, uma filha bastarda do eurocentrismo dominante. Por certo, aquela crítica devastadora sobre a qual recaiu em nosso país um enorme silêncio como resposta tradicional – como se, de fato, André Gunder Frank jamais tivesse existido – reaparece no final de sua longa e produtiva vida ao publicar a obra que comentamos. De fato, tanto em 1962 quanto em 1998, podemos ver a velha forma de Frank agora destilando uma sólida crítica a Marx, longe das limitações temporais a que mesmo os gênios estão submetidos, no sentido de buscar uma visão efetivamente totalizante do sistema capitalista mundial desde suas origens.

É Marx, portanto, o interlocutor principal de Frank. É precisamente a grandeza de Marx que ainda recebe os golpes certos de Frank ao reivindicar uma interpretação holista para a evolução humana contra o eurocentrismo do gênio alemão. No entanto, estou convencido, de que Frank planta em terreno já arado pelo próprio Marx, que, na última fase de sua vida, deu indícios claros de um abandono do eurocentrismo ao estabelecer estreitos contatos com os russos – os populistas russos –, fato que mudaria em larga medida sua própria e original interpretação da História universal. Aquela mesma “Europa difícil”, assim caracterizada por Braudel, recebe então especial atenção de Marx e as exigências derivadas da luta pelo socialismo num país com uma instituição tão original quanto a “comunidade russa”. Não é fácil se desfazer de Marx! Há quem encontre inclusive antes da correspondência com Vera Zasulich e Nikolai Danielson pistas valiosas para uma análise mais rigorosa da interpretação marxiana da história longe do eurocentrismo que Frank ataca com vigor, convocando-nos a interpretar o mundo sem as limitações da ciência social dominante que tantos problemas nos criou, especialmente para os povos da periferia capitalista.

Ora, precisamente contra essa ciência social dominante, cujo caráter eurocêntrico foi denunciado por Wallerstein como um mero produto da especificidade europeia, Frank indica um caminho e um novo programa de pesquisa muito mais desafiador, profundo, exigente, no qual os esquemas simplificadores do “sistema-mundo” ou da escola dos *Annales* não poderão reagir a não ser que confessem suas próprias limitações. Agora, após a leitura de *ReOrient*, não basta apenas “impensar as ciências sociais” ou ainda indicar os “avatares do eurocentrismo” sem romper a lógica da armadilha ideológica sustentada na fraude histórica e teórica da excepcionalidade europeia supostamente vigente entre os séculos XVI e XVIII. A insuficiência da autocritica ou ainda a tentativa de corrigir os rumos nos marcos da ideologia ou da apologia dos movimentos antissistêmicos, não fará menos que reproduzir essa mesma fraude sob outras formas, igualmente mistificadoras e rigorosamente falsas. Enfim, após a crítica de Gunder Frank, a tentativa de renovar um programa de pesquisa a partir da renovação da própria ideologia, sem ruptura com suas hipóteses de base, será cada dia mais impotente pois *Re-Orient* colocou abaixo todo o edifício dessa ideologia que seduziu a consciência liberal de esquerda em muitos países da América Latina para tão somente simular uma alternativa para os becos sem saída dessa tradição teórica dominante em

nossos centros de ensino universitário atravessados pelo colonialismo e pela jaula de aço da dependência e do subdesenvolvimento.

André Gunder Frank foi mesmo genial. No seu último suspiro nos deixou uma obra contra ou a partir da qual os historiadores terão de pelear durante muito tempo. Não é um acaso ou um descuido qualquer o fato de que *ReOrient* ainda não recebeu tradução em nosso país, pois aqui a concepção eurocêntrica de mundo é dominante entre os liberais de esquerda e de direita. No entanto, no turbilhão da crise atual, aos hereges que permanecem, sempre se abrem novas possibilidades, razão pela qual teremos a companhia de Frank por muito mais tempo.

Samir Amin: um intelectual do Sul global

Pedro Aguiar*

Uma velha lenda geológica diz que a tendência natural do rio Nilo teria sido correr na direção leste-oeste por milhões de anos, não fossem os movimentos tectônicos que forçaram seu curso a descer no rumo norte para o seu delta no Mediterrâneo¹. Se for verdade, essa terá sido a metáfora inversa para a trajetória de Samir Amin, o intelectual egípcio que dedicou a vida a ensinar o Sul a se olhar com olhos de Sul, e não do Norte.

Nascido no Cairo em 1931, nos anos de domínio da corrente nacionalista Wafd, à qual seu pai aderiu e que precedeu o nasserismo, Samir Amin realmente seguiu outra direção. Engajou-se no comunismo e no antifascismo ainda na adolescência e, mesmo após a derrota do Eixo – que tinha invadido o Egito –, manteve-se dedicado ao anti-imperialismo pelo resto da vida. De fato, por um momento da juventude chegou a buscar formação num país central, a França, terra natal de sua mãe. Complementou os estudos secundários em Paris, onde concluiu três graduações: estatística, economia e ciência política na prestigiada Sciences Po.

Na França, militou no PCF (Partido Comunista Francês), então fiel à orientação stalinista, mas desviou-se da linha oficial antes mesmo da divulgação do Relatório Khrushchov. Após uma breve aproximação com o maoísmo, por ver essa corrente (que seria crescente na esquerda francesa até maio de 1968) como mais próxima das realidades periféricas, Samir encontrou caminhos próprios, inclusive o lado teórico do trotskismo, com o prisma do “desenvolvimento desigual e combinado”.

Kvangraven (2019, p. 2) lembra que os anos de formação intelectual de Samir Amin coincidiram com o maior ciclo de descolonização das periferias, especialmente na África. Lideranças pan-africanistas como Kwame Nkrumah, de Gana, e Julius Nyerere, da Tanzânia, além de Nasser e Ghaddafi no norte do continente, ofereciam respostas pragmáticas ao dilema do subdesenvolvimento, o que ia ao encontro do marxismo heterodoxo ao qual Amin subscrevia – jamais encastelado numa torre de marfim acadêmica, e sim engajada nas causas de libertação do então chamado Terceiro Mundo.

Por isso mesmo, não deixou de manter ativa sua conexão com o Egito e a África: nas manifestações em apoio à nacionalização do Canal de Suez pelo governo de Gamal Abdel Nasser, em 1956, Amin fez questão de estar presente. Voltou à França em seguida para concluir o doutorado em economia política, orientado por outro heterodoxo, François Perroux, na mesma Sciences Po.

No entanto, diferentemente de tantos outros intelectuais de origem periférica de sua geração (e posteriores), Samir Amin não se radicou nos polos acadêmicos dos países centrais, mas manteve sua bússola voltada para o Sul, onde suas ideias teriam mais diálogo com a realidade. De volta ao Egito após o doutorado (1957), trabalhou por três

* Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), vinculado ao curso de Jornalismo. É doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

¹Estudo de Faccena *et al.* (2019) Disponível em <<https://www.nature.com/articles/s41561-019-0472-x>>.

anos no Instituto de Desenvolvimento Econômico do governo Nasser. Depois, aceitou um convite do governo do Mali recém-independente para ser consultor de política econômica (1960-1963). Sua decepção com as políticas de crescimento econômico, priorizadas a todo custo por esses governos nacionalistas, motivou-o na busca por um paradigma diferente de superação das desigualdades crônicas.

Em lugar de perseguir carreira na Europa, Amin continuou na África para atuar como pesquisador no Instituto Africano de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento (IDEP), centro de pesquisa da ONU em Dacar, capital do Senegal, vizinho ao Mali. O IDEP é um braço de pesquisas da UNECA (Comissão Econômica das Nações Unidas para a África), o equivalente africano da CEPAL.

Também em Dacar, em 1975, Samir Amin fundou o *think tank* Fórum do Terceiro Mundo, uma das entidades que mais tarde (1997) seriam constituintes do Fórum Global para Alternativas – e este, por sua vez, do Fórum Social Mundial em 2001. A organização viria a ser uma das referências intelectuais do movimento difuso denominado como “altermundismo” ou “alterglobalismo”, em cuja fundamentação teórica Amin teve destaque.

Em termos mais concretos, mais do que propugnar um tipo alternativo de globalização, a produção conceitual de Amin interpela as contribuições europeias à história econômica mundial como exatamente isso: europeias, não universais. Trata a Europa como mais uma região nos milênios de formação do cenário global, não como seu centro, muito menos um centro “natural”. Ou, nas palavras de Enrique Dussel, com quem teve amplas convergências, situa a Europa como a periferia do sistema-mundo antigo, pelo menos até a expansão colonial do século XV em diante.

Se foi na tese doutoral que Amin lançou a proposta estruturante da “acumulação do capital em escala mundial” com o desenvolvimento desigual como ontologia do Terceiro Mundo – ou, mais adequadamente, das periferias do sistema-mundo –, a maturidade de análise foi alcançada com *O Eurocentrismo: crítica de uma ideologia* [1988]. Aqui, o economista egípcio reinterpreta a história do sistema-mundo, salientando os protagonismos do mundo muçulmano (do Magrebe à Ásia Central) e da China – que, no entanto, deveu precisamente à sua estabilidade milenar a ultrapassagem pela Europa moderna. Mas examina, de forma detida, todos os empréstimos culturais, ideológicos e econômicos dos sistemas asiáticos e africanos (China, Pérsia, Mesopotâmia, Egito) que a Europa tomou para estruturar a sua modernidade. Na dimensão filosófica, ele faz questão de salientar que a metafísica não é um sinônimo de “irracionalidade” (enquadramento que ele atribui à modernidade), mas sim uma busca pela conciliação entre fé e razão (AMIN, 2009, p. 116).

Ao analisar a acumulação do capital em escala realmente mundial – para além do eixo atlântico costumeiramente privilegiado pelas ciências sociais anglófonas ou eurocêntricas –, Amin volta o relógio não em 500 anos, como Braudel propunha, nem nos 5 000 de Gunder Frank, mas em 2 300 anos: especificamente, volta à formação do mundo helenístico que integrou a Europa mediterrânea ao Oriente Médio, como dois “subsistemas tributários” de um sistema-mundo tributário que, de 300 a.C. a 1500 d.C., precedeu o moderno sistema-mundo descrito por Wallerstein (AMIN, 2006, p. 19-39). A idiossincrasia desse modelo analítico se justifica quando inserida numa perspectiva que toma a gestão dos excedentes pelo Estado como critério essencial para descrever as estruturas de

dominação – que se edifica, em sua hipótese central, como um sistema religioso paraestatal. Nessa visão, só a Renascença europeia dará um “salto qualitativo precoce” (AMIN, 2006, p. 31) ao fundar as bases para a consolidação do capitalismo.

Em 1990, no calor da hora da crise do socialismo real, seu neologismo do *maldéveloppement*, num vocabulário emprestado da fisiologia, buscou driblar os resquícios de paradigma da modernização a que se vincula o conceito de subdesenvolvimento. Amin escreveu o livro para elucidar a questão estrutural do desenvolvimento africano – a “deriva”, como ele denomina. A frustração por sua continuidade desmobilizava a geração que lutara pelos nacionalismos no continente (e os aproximava das soluções neoliberais vendidas pelo Consenso de Washington). Em sua conclusão, sem qualquer capitulação, defendia a revolução e a desconexão (*delinking*) como únicas saídas possíveis para a superação desse problema estrutural. O termo acabaria por se tornar chave no pensamento de Amin.

Embora de origens diferentes, essa construção conceitual convergia com a teoria marxista da dependência, nos termos desenvolvidos por Marini, Bambirra e Dos Santos. Samir Amin já fizera essa ponte no primeiríssimo número da *Review of African Political Economy*, de 1974, ao remeter ao texto fundador de Marini (Subdesenvolvimento e Revolução, 1969), mas só mais tarde uniria esforços com outros analistas do sistema-mundo. A duradoura parceria com Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e André Gunder Frank, iniciada no final dos anos 1970, rendeu frutos como o *Dynamics of Global Crisis* (1982), coletânea em que cada um dos quatro autores oferece uma interpretação sobre os processos de crise do capitalismo histórico. Em comum, a “desocidentalização” da teoria crítica e a aposta numa multipolaridade real selaram essa colaboração intelectual.

Amin não se deixou iludir pela “primavera árabe” de 2011, que derrubou os regimes secularistas da onda descolonizadora e os substituiu por plutocracias liberais – como na Tunísia –, por democracias formais de tendência teocrática – como a breve experiência no seu Egito natal – e por anomias conflagradas fratricidas – caso da Líbia e, por pouco, da Síria. Talvez a origem copta da família paterna (abastada, porém antimonarquista e anticlerical) lhe permitisse um distanciamento crítico em relação às correntes políticas islâmicas do Egito, especialmente a Irmandade Muçulmana, cujos conservadorismo e defesa da propriedade privada (o que custara caro a Nasser e Sadat) opunham-se aos interesses da classe trabalhadora em seu país. Por isso, caracteriza o governo de Mohamed Morsi como “bandidagem fascista” apoiada pelos EUA (AMIN, 2016, p. 47).

A bruxa esteve solta nos anos de 2017 a 2019, antes mesmo da atual pandemia. Nesse triênio, o pensamento crítico em relação às estruturas globais perdeu nomes como os de Samir Amin, Marta Hanecker, Theotonio Dos Santos e Immanuel Wallerstein – para ficar apenas com os mais ilustres. Samir Amin faleceu em agosto de 2018, deixando uma prolífica obra (mais de 60 títulos) em que a defesa dos povos periféricos permaneceu inabalável. Sua atualidade está evidente nos contrastes entre centros e periferias ressaltados pela pandemia de covid-19. O “maldesenvolvimento” do esforço de imunização, longe de ser um problema exclusivo das periferias, ameaça a humanidade como um todo. A globalização do vírus é um fato, e, se não houver uma solução em escala realmente mundial, nos mesmos termos da concepção de Samir Amin, o sistema-mundo como um todo estará comprometido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Samir. Accumulation and Development: a theoretical model. Review of African Political Economy, v.1, n.1., ago-nov/1974, p. 9-26.
- AMIN, Samir. *Desafios da mundialização*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.
- _____. *Eurocentrism: modernity, religion, and democracy. a critique of Eurocentrism and culturalism*. 2ª ed. Nova York: Monthly Review Press, 2009.
- _____. *The Reawakening of the Arab World: challenge and change in the aftermath of the Arab Spring*. Nova York: Monthly Review Press, 2016.
- _____. *A via de desenvolvimento de orientação socialista*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2010.
- _____. A vocação terceiro-mundista do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 301-332.
- AMIN, Samir; ARRIGHI, Giovanni; WALLERSTEIN, Immanuel; GUNDER FRANK, Andre. *Dynamics of Global Crisis*. Nova York: Monthly Review Press, 1982.
- KVANGRAVEN, Ingrid H. Samir Amin: a pioneering Marxist and Third World activist. Development and Change, v.0, n.0, 2019, p. 1-19. DOI: 10.1111/dech.12562

BORON, Atilio A. *Bitácora de un navegante:*

teoría política y dialéctica de la historia latinoamericana –
antología esencial. Buenos Aires: CLACSO, 2020. 724 p.

Joana das Flores Duarte*

Bitácora de un navegante: teoría política y dialéctica de la historia latinoamericana é o título da ontologia essencial publicada pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Trata-se de um livro que reúne cinquenta anos de trabalho e investigação teórica do politólogo e sociólogo argentino Atilio Alberto Boron. Doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard, atualmente é diretor do Centro de Complementação Curricular da Faculdade de Humanidades e Artes da Universidade Nacional de Avellaneda. É também professor consultor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, investigador do Instituto de Estudos da América Latina e do Caribe (IEALC) e investigador superior do CONICET (Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas). Foi vice-reitor da Universidade de Buenos Aires (1990-1994) e Secretário Executivo do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) entre 1997 e 2006.

A seleção dos dezoito artigos escritos originalmente em mais de trinta livros, revistas e periódicos para compor essa obra foi minuciosa, buscando mostrar o amadurecimento teórico e crítico dentro e fora do universo acadêmico de um dos maiores intelectuais latino-americanos da contemporaneidade.

Dividida em três partes, a ontologia proporciona um encontro com Boron em seus distintos tempos. Na primeira delas, intitulada “*Estado, mercado e imperialismo*”, temos textos raros e de difícil acesso, como “*Clases populares y política de cambio en América Latina*”, escrito pelo jovem Boron, em 1969. Neste texto, fica evidente seu incômodo com os conceitos e as categorias conservadoras e limitadoras da sociologia e da ciência política norte-americana e ao mesmo tempo, sua busca e inquietação por um aparato crítico, teórico e metodológico alternativo. É também, nessa primeira parte, que *Mi camino hacia Marx - Breve ensayo de autobiografía político-intelectual*, texto autobiográfico de Boron, remonta suas raízes de origem italiana e a imigração da família para a Argentina. Resgata a importância da sua socialização primária que, segundo o autor, formou-o politicamente, pois nasceu em pleno vigor do peronismo. Já na juventude, explica que a vida acadêmica e o clima intelectual dos anos de 1960 foram marcos importantes, porém com as contradições, tendo em vista que foi essa uma década com profundas frustrações ocasionadas pelo governo de Frondizi. Desses conflitos, a interrupção de sua formação com o golpe de Estado, em 1966. Nesse momento, Boron inaugura um longo período de exílio, passando pelo Chile, EUA e México.

Já na segunda parte, intitulada “*Teoría social y praxis política*”, a ontologia resgata trabalhos sobre autores importantes da teoria social crítica, tais como Rosa Luxemburgo, Marx, Engels, Lênin entre outros. Nesta ontologia, é possível debruçarmo-nos em

* Doutora pela PUCRS. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Integrante do Grupo de Trabalho: Feminismos, resistências e emancipação, do CLACSO.

tempos distintos sobre a vida e a obra de Atilio Alberto Boron. Notórias são as marcações relativas às transformações das décadas de 1960 e 1970 analisadas por ele, que, sob forte influência marxista e as repercussões do exílio, tornaram esse sociólogo um intelectual público.

E, por fim, a terceira parte, “*Revolución en nuestra América*”, brinda-nos com dois textos que versam sobre a importância política e revolucionária de Fidel Castro e Hugo Chávez. Boron mostra-nos que não estamos diante de uma “herança” ou um “legado”, mas de uma permanente e necessária transição revolucionária em Nossa América, defendida e radicalizada por esses dois grandes líderes. Dentre as posições, aquela que destaca Boron como um dos maiores intelectuais da esquerda latino-americana é, justamente, sua inseparabilidade da perspectiva socialista democrática.

Nessa ontologia, portanto, apreende-se que o autor não só faz o resgate dos escritos numa estrutura meramente cronológica, mas os temporaliza, ao mediá-los em seus respectivos tempos e processos sócio-históricos. Com isso, Boron publiciza a atualidade do seu pensamento em meio século, revisa algumas considerações, bem como aponta, instiga e analisa as transformações ocorridas nesse período, na América Latina e no mundo. Parece-nos, nesse sentido, que Boron, ao navegar contra a corrente, tem em sua bússola o horizonte de uma sociedade radicalmente diferente. Afirmção essa que se faz partindo do seu texto “Hegemonía e imperialismo en el sistema internacional”, originalmente em outubro de 2003, em Havana (Cuba), na XXI Assembleia Geral do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Boron evidencia, nesse texto, a natureza predatória do capitalismo e os impactos dessa política para a humanidade. Cabe, portanto, ao conjunto das forças progressistas e compromissadas com a transformação social, em especial, nas economias periféricas e dependentes, o exame preciso dos problemas desencadeados pela nova hegemonia mundial. Ao mesmo tempo, quais alternativas de mudanças partiriam dos movimentos sociais, por serem esses capazes de romper com as estruturas anacrônicas de poder impostas pelo neoliberalismo.

Nota-se nesse precioso texto o chamado à responsabilização das massas, considerando que não há possibilidade de mudar radicalmente um sistema sem uma indignação/revolta generalizada e consciente. Por isso, para Boron, não seria essa uma ação promovida exclusivamente pelos meios acadêmicos, mas vinculados aos movimentos de base, às demandas e às necessidades concretas das massas.

Orientado pelo socialismo democrático, essa ontologia traz a experiência do exílio e a formação política e intelectual do autor. Essa formação dá corporeidade a um Boron mais “amadurecido”, implicado às lutas sociais e aos movimentos de base da esquerda latino-americana. Em seu texto autobiográfico mencionado anteriormente, Boron destaca a etapa mexicana, período esse que, segundo ele, estava profundamente marcado pela forte orientação do Terceiro Mundo, impressa pelo então presidente Luis Echeverría Álvarez, pela solidariedade às vítimas, pela resistência às ditaduras e pelo entusiasmado apoio aos sandinistas, que culminaria com uma grande vitória em 1979. É nesse artigo também que Boron revisita e examina alguns dos seus escritos, apontando que, naquele contexto, não foi difícil ingressar plenamente nos debates precipitados pela conjuntura. Cita um polêmico artigo em que criticava aqueles que utilizaram, erroneamente, a partir de sua análise, o conceito de fascismo para

caracterizar as sangrentas ditaduras da região. Isso porque, segundo o autor, esses grupos ditatoriais não tinham intenção nem capacidade de mobilizar e ativar os setores médios para transformá-los em redutos de seus regimes. Somando-se a isso, a falta de condições concretas para estruturar um projeto que alterasse substancialmente as “burguesias nacionais” para uma nova etapa de internacionalização do capitalismo e predomínio das grandes transnacionais. Ainda, segundo Boron, nas ditaduras do Cone Sul, Antonio Gramsci, por exemplo, não teria sobrevivido sob o regime de Videla ou Pinochet. Para o autor, essas ditaduras foram piores que o fascismo. A comparação não é propícia, principalmente porque reproduz de forma mecânica – e nada dialética – uma caracterização sem mediação com o período entreguerras, o desenvolvimento do capitalismo global e suas expressões nos países periféricos e dependentes.

Foi dessa experiência, somada aos estudos nos EUA, que acresceu ao autor a possibilidade de sustentar em debates acadêmicos e fora deles, mais especificamente nos anos de 1980, suas críticas à “transição pós-franquista”. São nessas obras que notamos o distanciamento de Boron do denominado pensamento hegemônico e das relações estritamente acadêmicas. Da afirmação feita a partir do seu texto “De académicos, intelectuales y mercenários”, em que lança uma arguta crítica à herança da colonialidade do poder científico construído por ela, nas palavras do autor:

[...] el nuestro es el continente que ha padecido la más prolongada y profunda experiencia de sometimiento colonial del planeta, fundada sobre un genocidio – que según cálculos conservadores habría aniquilado a unas sesenta millones de almas – y cuyos efectos se sienten hasta el día de hoy. (BORON, 2020, p. 630).

A obra mostra como Atilio Boron buscou, mesmo na condição de professor, investigador e docente, escrever e desenvolver suas teses para o grande público, ou seja, para a classe trabalhadora, no curso de sua vida profissional. Isso é notável nos seus escritos que, sem perder de vista a erudição, apresentam textos fluídos e acessíveis, como toda obra de domínio público deve ser. Ao negar o academismo como espaço único de formação e conhecimento, Boron ensina-nos que a luta se faz e se constitui junto às bases. E, nesse sentido, não há espaço para uma ideia saudosista do passado, porque o outrora é elemento central e vivo do próprio presente. Assim tem sido Atilio Alberto Boron em mais de meio século de vida, luta e produção intelectual: um homem dedicado ao pensamento e à luta revolucionária!

Antonio Carlos Mazzeo*

Muito esperado, finalmente chega *Karl Marx – Uma biografia*, para deleite daqueles que se interessam pela vida e pela obra de Marx e, claro, intrinsecamente por sua história intelectual e seus *pensamentos vividos* – parafraseando-se o título da autobiografia do mestre György Lukács, *Gelebtes Denken*¹. No entanto, cautelosamente José Paulo Netto, o biógrafo, diz ser essa “uma, não a biografia de Karl Marx”. Em que pese a prudência necessária desse experiente pensador marxista brasileiro, entendemos que essa cautela demasiada não faz jus à monumental pesquisa presente nesse livro e à própria trajetória desse notável intelectual.

Mas podemos dizer que essa “prudência” é, na verdade, o *modus operandi* de seu impenitente e incansável trabalho intelectual. Na trajetória de Netto encontramos uma plêiade de textos, livros e artigos, além de entrevistas e aulas gravadas, que abordam os mais diversos temas – políticos, sociais, filosóficos, econômicos etc. sempre realizados com rigor, dentro da conceptualidade da *teoria social* de Marx. Isso significa dizer que o livro que hora resenhamos não difere, no âmbito mais imediato, da profundidade analítica encontrada nos trabalhos de José Paulo Netto. No entanto, essa biografia de Marx possui um algo mais. Além da abordagem dessacralizada do biografado, conforme a assertiva do autor em itálicos, e da ampla e exaustiva pesquisa das biografias de Marx publicadas sobre Marx, para além das clássicas como as de Franz Mehring e Auguste Cornu, entre outras, Netto constrói uma competente síntese entre a vida e a obra marxiana, exatamente contextualizando sua evolução e seu amadurecimento ou, na definição do mestre Lukács, o processo ontológico da construção de sua *teoria social*.

No dizer do autor, “Esta biografia não é somente um registro cronológico [...] ela acompanha o processo de construção da teoria marxiana, ao mesmo tempo que o contextualiza historicamente e o inscreve na experiência sociopolítica dele”, expressando sua longa relação com a obra de Marx. Efetivamente, o texto de Netto vai desvelando, precisa e progressivamente, o processo da construção da *teoria social* marxiana, atendo-se minuciosamente às questões teóricas enfrentadas por Marx, seus entraves e as soluções e superações encontradas pelo pensador alemão. Pontos altos, a descrição da construção dos *Cadernos de Paris* e dos *Manuscritos* de 1844, além do “encontro histórico com Engels”. É de se destacar a análise sistemática, atenta e profunda da elaboração *d’O Capital*, em meu entender, o momento mais importante dessa biografia. Portanto, *a cobertura da trajetória de Marx é abrangente e densa*.

Mas, restringido pelos limites dessas linhas e como marco fundamental do *point*

*Professor aposentado da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp e professor junto aos Programas de Pós-graduação em História Econômica (FFLCH/USP) e do Serviço Social da PUC-SP.

¹Veja-se György Lukács, *Gelebtes Denken – Eine Autobiographie im Dialog*: Berlim, Suhrkamp Verlag, 1981 [edição italiana, *Il Pensiero Vissuto – autobiografia in forma di dialogo*, Roma, Riuniti, 1983, tradução de Alberto Scarponi; edição brasileira, *O pensamento vivido – autobiografia em diálogo*, Viçosa: Editora da UFV, 1999, tradução de Cristina Alberta Franco].

de *départ* da trajetória marxiana, rumo à elaboração de sua *teoria social*, destaco seu período de juventude, iniciando a abordagem de Colônia, a partir de 1842, na *Gazeta Renana*, na qual Marx rapidamente passa a exercer o comando editorial, quando não somente ganha experiência como jornalista, mas também aprofunda sua crítica política e, percebe que deve se qualificar teoricamente para responder a questões da vida social. Nesse sentido, é que Netto enfatiza que Marx, em sua estada em Kreuznach, apesar de envolvido com o projeto dos *Anais Franco-Alemães*, não deixou de lado sua atividade intelectual e lá estuda a *Filosofia do Direito de Hegel*, que Netto ressalta como o momento do estudo da política e do Estado moderno, que resulta em um manuscrito que conhecemos como a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843. Ali, desvelam-se os elementos do “misticismo lógico” de Hegel sobre a conexão Estado/Sociedade Civil (que Marx chamará de *Bürgerliche Gesellschaft* – a sociedade civil burguesa). Naquele manuscrito, como ressalta o autor, Marx “acerta as contas” com a teoria hegeliana do Estado e, ao mesmo tempo, avança em relação à questão democrática, radicalizando-a e seguindo na perspectiva de compreender a política para além do âmbito jurídico, apontando para o político-social. O jovem Marx evolui encontrando os nexos do Estado na dinâmica da sociedade civil, mas ainda com dificuldades teóricas que o atormentam². Na sequência e como resultado das superações construídas em Kreuznach, já em Paris, Marx escreve dois ensaios: Sobre a Questão Judaica, escrito em finais de 1843 e Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução, ambos publicados em fevereiro de 1844, no número único e duplo dos *Deutsch-Französische Jahrbücher* (*Anais Franco-Alemães*). Em *Sobre a Questão Judaica* evidenciam-se algumas rupturas essenciais, ainda que sua visão da economia política seja rudimentar.

No entanto, pode-se dizer que, nos ensaios publicados nos *Anais*, Marx já faz uma abordagem materialista sobre o tema, supera a visão liberal da democracia e *realça* a luta político-social, como também entende Netto, que ressalta ser o materialismo do jovem Marx *diferente e superior* àquele iluminista. Já Lenin, em seu verbete *Karl Marx*, redigido para o *Dicionário Granat*, em 1914, afirma que “[...] Nos artigos de Marx publicados pela revista [*Anais Franco-Alemães*], ele aparece-nos já como um revolucionário que proclama ‘a crítica implacável de tudo o que existe’ e, em particular, ‘a crítica das armas’, e apela para as massas e o proletariado”³. Na perspectiva lenineana, pode-se entender que nesses textos Marx já se *insinua* como um pensador revolucionário. Netto, por sua vez, ainda o vê como um democrata radical. De qualquer modo, objetivamente, ali intrincavam os primeiros passos e elementos teóricos que iriam proporcionar a *Aufhebung/salto* na transição do democrata radical para o comunista.

Assim, o processo de construção do conhecimento sob a óptica da crítica socialista já se manifestava claramente no segundo artigo publicado no mesmo número dos *Anais*, Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel – introdução, em que aparece pela primeira vez em sua obra o termo proletariado e onde aprofunda suas

² Lukács chama a atenção para sua crise teórica, de 1843, e o próprio Marx se refere a essa crise no *Prefácio de 1859 da Contribuição à crítica da economia política*. Veja-se György Lukács, *Il Giovane Marx*, Roma Riuniti, 1978, p. 52

³ Veja-se Vladímir Ilitch Lenin, *Lenin – Obras completas*, v. i, Madri, id: Akal, 1978. v. I. p. 157-158.

análises sobre a concepção de Estado em Hegel, localizando-a, no âmbito do limite do pensamento jurídico burguês, na *miséria alemã*. Como ressalta Netto, ainda que não tenha um entendimento mais elaborado e materialista da religião, Marx a situa dialeticamente em seus elementos contraditórios⁴. Mas na Contribuição Marx afronta a questão do mundo real, buscando entender o aspecto de sustentação da *miséria alemã*. Em suma, e na mesma direção da visão lukacsiana, Netto aponta que nesses dois textos estão as premissas para a ruptura com o materialismo iluminista.

Detive-me nessa urdidura intelectual do jovem Marx, em sua transição da Alemanha para a França, definida por Netto como “um mergulho num oceano de livros” por ser um ponto ao mesmo tempo de *inflexão e de impulsionamento que poria Marx em novo patamar intelectual*. Isso fica evidente no artigo em que Marx desmonta as argumentações de Ruge, publicadas no jornal *Vorwärts (Avante)*, sob o título “O rei da Prússia e a reforma social” assinado: “Um prussiano”, em que define a pobreza como resultado de causas sociais. Como acentua Netto, Marx desnuda as confusas teorias de Ruge contra argumentando que “[...] Toda revolução dissolve a velha sociedade; nesse sentido, é social. Toda revolução derruba o velho poder; nesse sentido, é política”⁵.

É nesse período de rupturas qualitativas que Marx entra em contato com o texto de F. Engels, “Lineamentos de uma crítica da economia política”, publicado nos *Anais*, e, como acentuou Lukács, texto que impulsionou Marx a abandonar a crítica da filosofia e se dedicar aos clássicos da economia política⁶. Netto estuda detalhadamente esse processo e nos prepara para a imersão nos *Cadernos de Paris*, escritos entre janeiro de 1844 e janeiro de 1845, em que se materializa o contato de Marx com a economia-política e, também, nos *Manuscritos* de 1844, nos quais aparecem os elementos fundantes de sua teoria social, que serão consolidados, reconceituados e aprofundados mais adiante, em *O Capital*. Mas, tanto nos *Cadernos* como nos *Manuscritos* de 1844 Marx elabora a crítica da *inumanidade* dentro da economia política, isto é, realçando o elemento antropológico que subjaz nela, *a relação do homem com o homem como relação de proprietário privado com proprietário privado*. Aqui, ressalta-se o detalhamento da teoria da alienação, realçando o ser humano como ser genérico; a sociedade como a verdadeira comunidade dos seres humanos e, por isso mesmo, impensável como uma “*sociedade de atividades comerciais*”.

Assim, Netto demonstra didaticamente, mas sem perder a profundidade, os pontos nodais da construção marxiana da *Teoria da Alienação*, em que é realçada a contradição entre “uma comunidade humana verdadeira e uma comunidade falsa, porque falseia a própria vida do homem”⁷. Contudo, nos *Manuscritos* a questão da alienação, vem elaborada com mais profundidade, e nela é esclarecida a exteriorização do trabalho, quer dizer, a relação do trabalhador com a produção, o que a economia política oculta. Mesmo com a presença de laivos feuerbachianos, a análise marxiana re-trabalha o conceito da relação homem-natureza, no âmbito do *ser ativo, que trabalha e produz*. Aqui, explicitam-se a perspectiva filosófico-antropológica, *o ser do homem*

⁴J.P. Netto, cit. p. 81.

⁵Karl Marx, *apud* J. P. Netto, cit. p.88.

⁶G. Lukács, cit., p 105.

⁷J. P. Netto, cit. p. 97-101.

*se constitui enquanto atividade vital consciente, enquanto atividade livre consciente – in limine, a vida produtiva*⁸.

Entre a primavera e o verão de 1844, Marx avança muito e assevera o comunismo com fundamento filosófico-antropológico da condição para o resgate e a apropriação da vida hominizada. Esses acúmulos, aliados às experiências sociopolíticas, lançam as condições objetivas para suas reflexões maduras na elaboração dos manuscritos preparatórios, desde os *Esboços da crítica da economia política* (*Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*), 1857-1858, até a redação de *O Capital*. Sem dúvida, a análise de Netto sobre esse processo é a mais completa em relação às que apareceram até agora.

Karl Marx – uma biografia, de José Paulo Netto, é brilhante e preciosa. O estilo ágil e desenvolto do autor nos faz mergulhar na obra do genial Marx, e nos ajuda a desvelar questões complexas que Netto trata com grande didatismo e ao mesmo tempo com a profundidade que só um intelectual de grande quilate pode nos oferecer.

⁸ Na assertiva de Netto, a alienação é o processo especificamente humano- social, traço que se configura cristalinamente nos *Manuscritos*: “No mundo real prático, a autoalienação só pode aparecer através da relação prática com outros homens. O meio pelo qual a alienação procede é ele próprio um meio *prático*”. K. Marx, *apud* J. P. Netto, cit. p. 117.

FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa pelo poder global**
Petrópolis: Vozes, 2020. 200 p.

Ricardo Zortéa Vieira*

A década de 2010 foi marcada pelo aparecimento de governos obscurantistas, como os de Donald Trump nos EUA e de Jair Bolsonaro no Brasil, que combinaram aversão à ciência, incompetência administrativa e desrespeito por paradigmas éticos e civilizatórios mínimos. A ascensão do obscurantismo, por sua vez, veio globalmente associada à onda de sistemática desinformação através das redes sociais, e localmente ligada ao golpe midiático, jurídico e parlamentar de 2016. A profundidade da onda de desinformação e o golpismo heterodoxo brasileiro contribuíram muito para a dificuldade de entender a crise pela qual passamos, que é justamente o objetivo de José Luís Fiori no seu novo livro, *A síndrome de Babel e a disputa pelo poder global* (2020).

A forma encontrada por Fiori para entender uma conjuntura que não é só conturbada mas também mistificada pela própria crise epistêmica que a domina é basear a análise na teoria, por sua vez derivada do estudo da história de longa duração. Para o autor, qualquer sociedade humana é dominada por relações de poder, por definição assimétricas, competitivas e, portanto, expansivas. Já o sistema internacional que hoje ocupa todo o globo surgiu no “Longo Século XVI” na Europa, e é constituído por Estados soberanos em permanente disputa. Esses Estados são “Blocos Nacionais” nos quais os poderes político e econômico se reforçam mutuamente: o poder político apoia o capital ao garantir a ele posições monopólicas, que constituem o “terceiro andar” da visão tripartite de economia de Fernand Braudel, ou seja, o próprio capitalismo, em que a supressão da concorrência permite os lucros extraordinários. O capital, por sua vez, apoia o poder político o financiando por meio da tributação e da dívida pública.

A luta entre os Estados nacionais é o motor do sistema, e a principal responsável pela sua expansão, que para Fiori ocorre em grandes “ondas”, uma vez que as unidades em disputa precisam expandir seus territórios, suas economias e seus recursos tecnológicos para não serem sobrepujadas por seus competidores, o que já ocorreu várias vezes desde o “Longo Século XVI”. Se a queda de uma grande potência pode ser entendida como ocorrência regular no sistema, o seu oposto, ou seja, a acumulação de poder por um Estado ao ponto de eliminar a própria competição interestatal, nunca ocorreu. Na realidade, se isso acontecesse, seria o próprio fim do sistema, que por definição é interestatal e capitalista, e tem na competição sua verdadeira energia vital.

É justamente nos marcos dessa “impossibilidade lógica” de um Estado suprimir a competição interestatal que se insere a “síndrome de Babel” que dá nome ao livro. Fiori remete-se a mito de Babel, no qual a humanidade, unida por um mesmo sistema de valores, buscou construir uma torre com o objetivo final de igualar-se a Deus, que respondeu destruindo a torre e semeando a divisão ética entre os seres humanos.

No final do século XX, os EUA tinham expandido enormemente seu poder, e conseguido universalizar seu sistema de valores baseado no mercado, na democracia e

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ.

nos direitos humanos, um verdadeiro paradigma ético administrado e protegido por um conjunto de instituições multilaterais propostas e apoiadas por Washington. Dialeticamente, essa expansão do poder americano provocou reações opostas de potências interessadas em preservar sua própria soberania. Essas reações simultaneamente expandem o sistema interestatal e operam dentro do paradigma ético do “globalismo liberal” disseminado por Washington. É nesse momento, então, que os Estados Unidos resolvem se livrar do sistema de valores que anteriormente, e de forma tão bem-sucedida, propagaram, substituindo por uma nova política externa baseada no estrito interesse nacional econômico e militar americano.

A virada executada por Trump na política externa americana não é um produto idiossincrático da mente do chefe de Estado, mas responde a um imperativo estrutural do sistema interestatal, ou seja, a continuidade a todo custo da competição pelo poder entre os Estados. Além disso, representa a visão de uma parte da elite americana associada ao projeto de construção de um império militar global, para o qual a fidelidade a um paradigma ético multilateral é uma amarra mais que uma vantagem. E esse império militar opera cada vez menos com operações militares convencionais, ainda que continuem frequentes e altamente destrutivas, mas com operações de “quarta geração” em que se utilizam meios econômicos e informacionais, nesses incluídos a luta anticorrupção como reconhecido por documentos oficiais americanos, para desmoralizar e destruir a vontade de luta do adversário.

É dentro desse contexto internacional que é possível entender a profunda “crise brasileira” que se estende desde 2015. Para Fiori, a elite brasileira não percebeu ou não aceitou a necessidade de uma renovação da sua estratégia internacional diante da posição internacional de destaque do país alcançada após 2003 com a política de aproximação com o BRICs, a descoberta das novas reservas de petróleo na camada pré-sal e as mudanças derivadas da competição interestatal intensificada entre as grandes potências. Como resultado, o país acabou atingido por uma onda de desestabilização com três componentes principais emanados dos Estados Unidos: uma campanha anticorrupção que arrasou o complexo brasileiro de petróleo e gás e desestabilizou o sistema político; uma ideologia liberal que busca desmontar os pilares da economia nacional via desregulamentação, austeridade e privatizações, em uma repetição do que foi feito na Rússia de Yeltsin; e uma ideologia religiosa de política externa que substituiu os interesses reais do país pela fidelidade canina aos Estados Unidos e o combate aos inimigos de Washington, custe o que custar ao Brasil.

A conclusão da análise vem na forma de um aviso aos que pretendem reconstruir o país após a catástrofe bolsonarista: o desenvolvimento econômico, nesse sistema interestatal capitalista, só ocorre apoiado em uma estratégia geopolítica, e não em qualquer teoria que concebe a economia como separada das relações de poder, domésticas ou internacionais. O novo livro de Fiori pode ser entendido, assim, como uma contribuição para superar justamente esse desafio de repensar velhas premissas intelectuais fortemente disseminadas na academia e na mídia, que se constituem como um dos obstáculos mais fortes para o retorno do Brasil à trilha do desenvolvimento soberano.

FURTADO, Celso. **Diários Intermitentes: 1937-2002**.
São Paulo: Cia. das Letras, 2019. 446 p.

Wilson Vieira*

Diários intermitentes (lançado em 2019) é um registro pessoal de Celso Furtado com muita riqueza histórica, ao nos fazer compreender cada vez mais a trajetória do intelectual que sempre em sua vida teve como objetos de estudo e de busca de transformação a nação brasileira, o subdesenvolvimento e a superação desse quadro em que o Brasil se encontrava (e ainda se encontra) inserido. A trilogia autobiográfica intelectual de Furtado¹ e o artigo “Aventuras de um economista brasileiro nos fazem acompanhar a sua trajetória intelectual e de ação a partir de sua formação nos seus estudos de juventude, do desenvolvimento de sua tese de doutorado na Universidade de Paris (Sorbonne)², da sua atuação na CEPAL (entre 1949 e 1958), do período na Universidade de Cambridge (Reino Unido) em 1958 para redigir *Formação econômica do Brasil (FEB)*, lançado em 1959, da luta para criar e dirigir a Sudene entre 1959 e 1964 e do período do exílio como pesquisador e professor universitário em Yale e principalmente em Paris (Sorbonne). Entretanto, são nos seus *Diários* que ampliamos nossa compreensão das suas reflexões e das suas ações a partir de seus relatos pessoais, além de podermos acompanhar a sua participação pela redemocratização do Brasil entre 1979 e 1984, sua atuação como embaixador do Brasil na Comunidade Econômica Europeia e como ministro da Cultura no governo Sarney (entre 1985 e 1988), e suas reflexões (após deixar o governo) até 2002, tempos não registrados em sua *Obra autobiográfica*.

Podemos destacar dos *Diários* elementos de permanência e de mudança na reflexão e na atuação de Furtado. Quanto às permanências, nos chamam a atenção três: o pensar o Brasil, a atuação para que o Brasil superasse o subdesenvolvimento pelo planejamento e sempre num contexto democrático, e, o papel do intelectual.

O pensar o Brasil como permanência na vida de Furtado pode ser comprovado ao observarmos nos *Diários* o seu projeto (registrado aos 18 anos de idade no Recife) de um livro de História da Civilização Brasileira, que se realiza em *FEB* vinte anos depois (cujo processo de elaboração está também registrado na *Obra autobiográfica*) e que em suas anotações de julho de 2000 o leva a recordar a missão que se atribuiu na sua ju-

*Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC) e do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) ambos da UFRJ. Sócio do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

¹A trilogia autobiográfica intelectual de Furtado está registrada nos livros *A Fantasia Organizada* (1985), *A Fantasia Desfeita* (1989) e *Os Ares do Mundo* (1991), publicados pela Paz e Terra. Estes livros mais o artigo *Aventuras de um Economista Brasileiro* (1972), o artigo *Entre Inconformismo e Reformismo* (1987) e mais um livro de ficção *Contos da Vida Expedicionária* (escrito em 1945) foram reunidos na *Obra Autobiográfica*, publicada em 1997 em três volumes pela Paz e Terra e depois em um só volume em 2014 pela Companhia das Letras.

²FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, 2001 (versão em português e em livro da tese de doutorado defendida em 1948).

ventude de colocar o conhecimento como meio de transformar o mundo, sinalizando a influência do positivismo sobre o autor.

A outra permanência que captamos de Furtado em seus registros é a sua atuação para que o Brasil superasse o subdesenvolvimento pelo planejamento (tema de seu interesse desde a década de 1940) e sempre num contexto democrático. Destaca-se o seu esforço para que a Sudene pudesse ser constituída e como seu primeiro superintendente entre 1959 e 1964, suas articulações políticas e vinculadas aos debates com a sociedade civil, além da resistência daqueles que se opunham ao projeto, ao mesmo tempo que buscava sempre salvaguardar a instituição como órgão técnico e autônomo³. Nesse período cabe destacar de seus registros, no contexto da Conferência sobre Ciência nos Estados Novos (realizada em Tel Aviv, Israel, em agosto de 1960), uma conversa com senegaleses, sudaneses e congoleses sobre a Comissão Econômica para a África (criada em 1958) e as perspectivas para o continente, relatando a eles a experiência da CEPAL e a importância de elaborar uma política independente (tal como ele buscava fazer no Brasil), observando o ânimo desses jovens africanos. Após o exílio, vale destacar também a sua participação na Comissão para o Plano de Ação do Governo (Copag) em 1984-1985 para o mandato de Tancredo Neves.

E uma terceira permanência que podemos destacar se encontra no que Furtado pensa sobre o papel do intelectual, isto é, como alguém que deve estar disposto a interferir na realidade para superar os entraves ao desenvolvimento do ser humano de maneira geral e ao subdesenvolvimento brasileiro, em particular, quando, já no exílio, em 1964, nos Estados Unidos, atuando como professor de Yale, afirma (em 15 de outubro 1964) que nunca foi apenas ou principalmente um intelectual, mas também foi um homem de ação em relação aos problemas sociais.

Quanto aos elementos de mudança, podemos destacar como Furtado vê e sente o Brasil e o mundo sendo transformados no decorrer de sua vida e como se dá a sua atuação política.

Os registros de Furtado nos lançam em uma viagem no tempo, que mostra como a história vai se desenrolando, indicando-nos concretamente o que é o subdesenvolvimento brasileiro, quão árdua é a luta para superá-lo, como o Brasil está inserido no quadro do capitalismo mundial. Destacam-se os cenários da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, da mudança do jogo das relações internacionais após esse conflito, de maneira como a Guerra Fria conformou esse mundo até a década de 1990 e de que maneira a globalização traz desafios cada vez maiores às nações subdesenvolvidas.

Quanto à atuação política do intelectual Furtado, cabe observar que ela é diferente antes e depois do exílio. Antes do exílio, embora ativo e presente na vida nacional, o que se revela em sua participação como superintendente da Sudene, ministro do Planejamento de João Goulart, e outras funções que assume na vida nacional, não pertence a nenhum partido político. A partir de 1979, quando passa a vir com mais frequência ao Brasil, sua atuação política se dá dentro de um partido político (o PMDB). Participa da luta pela redemocratização de maneira mais intensa em 1984 (como registra nos *Diários*) e no período 1985-1988 (no governo Sarney), primeiro como embaixador

³Nesse período não se encontra registrada nos *Diários* a atuação de Furtado no Ministério do Planejamento, mas podemos encontrá-la em *A fantasia desfeita* (1989).

do Brasil na Comunidade Econômica Europeia e depois como ministro da Cultura. Relata como estruturou o ministério, os desafios dos planos econômicos e da dívida externa a partir de uma visão de quem está no governo e de como ele dialogava mais proximamente com Funaro e Bresser, mas mantinha distância maior de Maílson da Nóbrega. Furtado tinha posições críticas às atuações das diferentes equipes econômicas, mas as fazia nos bastidores, a fim de preservar uma imagem de unidade da equipe ministerial, mas era “monitorado” por seus opositores dentro do próprio governo. O autor nos relata também os bastidores da Assembleia Constituinte, mostrando principalmente a distância crescente entre Ulysses Guimarães e Sarney, em particular nos temas do sistema de governo (em que Ulysses, juntamente com Furtado, defendiam o parlamentarismo e Sarney o presidencialismo) e políticas sociais (com Ulysses defendendo o que foi votado pelos constituintes e Sarney, se posicionando contra a dois dias antes da votação desse tema).

Após sua saída do Ministério da Cultura, Furtado registra sua dedicação exclusiva à vida intelectual, deixando de atuar no governo e no partido, refletindo sobre as transformações no Brasil e no mundo, fazendo um balanço de sua vida de reflexão e de ação e lançando agendas de pesquisa e ação para as novas gerações.

Por fim, cabe aqui destacar que ler os *Diários* é uma forma não só de acompanharmos a rica trajetória de Furtado, complementando o que já sabíamos da sua *Obra autobiográfica*, mas também uma oportunidade de fazermos um balanço do projeto de construção da nação Brasil e pensarmos quais são as perspectivas e as possíveis soluções para a superação do quadro de continuidade do subdesenvolvimento e da dependência em conjunto com os riscos de recrudescimento do autoritarismo.

ENTREVISTA

**Orlando Caputo: La Teoría de la Dependencia en el
Labirinto de la Economía Mundial (Parte I)**
Carlos Eduardo Martins, Fábio Maldonado e Gabriel Merino

ARTIGOS

Crises de Hegemonia Mundial e a Aceleração da História Social
Beverly Silver e Corey Payne

As Teorias do Sistema-Mundo na Transição para o Longo Século XXI
Carlos Eduardo Martins

**Theotonio Dos Santos: O Intelectual Revolucionário,
Pioneiro da Teoria da Dependência**
Cristobal Kay

**A Soberania Sul-Africana em Questão:
Crises Econômicas, Ecológicas, Subimperialismo e Resistências Sociais**
Trevor Ngwane e Patrick Bond

Estados Unidos: Geopolítica Unilateralista e Democracia Ausente
Adrian Sotelo Valencia

HOMENAGENS

Theotonio dos Santos (Francisco López Segrera)
Immanuel Wallerstein (Pedro Vieira)
Andre Gunder Frank (Nildo Ouriques)
Samir Amin (Pedro Aguiar)

RESENHAS

**Bitácora de un navegante: teoría política y dialéctica
de la historia latinoamericana, de Atilio Boron**
Joana das Flores Duarte

Karl Marx: uma biografia, de José Paulo Netto
Antônio Carlos Mazzeo

A Síndrome de Babel e a Disputa pelo Poder Global, de Jose Luis Fiori
Ricardo Zortéa Vieira

Diários Intermitentes, de Celso Furtado
Wilson Vieira